



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FABÍOLA MENDONÇA DE VASCONCELOS

**MÍDIA E CONSERVADORISMO: O GLOBO, A FOLHA DE S.PAULO E A  
ASCENSÃO POLÍTICA DE BOLSONARO E DO BOLSONARISMO**

Recife

2021

**FABÍOLA MENDONÇA DE VASCONCELOS**

**MÍDIA E CONSERVADORISMO: O GLOBO, A FOLHA DE S.PAULO E A  
ASCENSÃO POLÍTICA DE BOLSONARO E DO BOLSONARISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza

Recife

2021

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva, CRB4-1747

V331m Vasconcelos, Fabíola Mendonça de  
Mídia e conservadorismo: o globo, a folha de S.Paulo e a ascensão política de  
Bolsonaro e do bolsonarismo / Fabíola Mendonça de Vasconcelos. – 2021.  
276 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.  
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de  
Pernambuco, CCSA, 2021.  
Inclui referências.

1. Mídia (Publicidade). 2. Conservantismo. 3. Hegemonia. 4. Análise de  
conteúdo (Comunicação) 5. Brasil – Política e governo – 2019-. I. Souza,  
Marco Antonio Mondaini de (Orientador). II. Título.

320.981 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2021 – 112)

**FABÍOLA MENDONÇA DE VASCONCELOS**

*MÍDIA E CONSERVADORISMO: O GLOBO, A FOLHA DE S.PAULO E A ASCENSÃO  
POLÍTICA DE BOLSONARO E DO BOLSONARISMO.*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

**Linha de Pesquisa:** Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social.

**Área de concentração:** Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 29/10/2021 em banca realizada remotamente por videoconferência, constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza (Orientador e Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Santana do Amaral (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.<sup>a</sup> Dra. Raimunda Aline Lucena Gomes (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria da Conceição Veloso (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Edgard Rebouças (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Espírito Santo

Recife, 29 de outubro de 2021.

*Com amor, dedico esta pesquisa a meus filhos,  
Yuri, Hugo e Sofia, e a Mikas, meu neto.*

## **AGRADECIMENTO**

Mais um ciclo se fecha em minha vida e só tenho a agradecer. Foram longos e intensos quatro anos e meio de um doutorado que me deu um trabalho enorme e um prazer ainda maior. Estudar a mídia a partir do olhar da Economia Política da Comunicação, da teoria crítica marxista e dos ensinamentos de Gramsci é uma escolha política, é observar as empresas de comunicação como aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais orgânicos como mediadores da ideologia da classe dominante, da qual os donos da mídia são partícipes.

Gratidão enorme ao meu orientador, professor Marco Mondaini, pelos ensinamentos, por ter me acolhido no Serviço Social, por ter apostado no projeto, por ter acreditado que era possível, por ter aceito ser meu mestre. Meu muito obrigada às professoras Ângela Amaral e Ana Veloso, que deram grande contribuição desde a qualificação, passando pela pré-banca, até a banca final. Gratidão à professora Aline Lucena, que se incorporou ao grupo a partir da pré-banca, qualificando ainda mais as reflexões sobre a pesquisa. Ao professor Edgard Rebouças, muito obrigada por também fazer parte desse momento e ter acrescentado conhecimento na banca final, uma contribuição que vem desde o mestrado, quando aceitou ser meu orientador.

Obrigada às minhas amigas de turma Fabiana, Iara, Leidiane, Mirela, Simaia, Stella e Taciana. Vocês são um presente que ganhei do Serviço Social. Continuaremos juntas! Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE todo meu respeito e carinho. Obrigada por me acolher e me oferecer tantos ensinamentos. Gratidão às professoras Ana Vieira, Ana Arcoverde e Ana Elizabete Mota pelos conteúdos e ricas reflexões em sala de aula. Um viva à UFPE e à universidade pública pela grande contribuição que dão à produção científica e ao acesso ao conhecimento. Agradeço ao CNPq e à Capes por financiar parte da pesquisa. Sou muito grata pela ajuda mais que providencial de Laio e Davi, que contribuíram na coleta de dados e na produção das nuvens de palavras, ferramenta gráfica utilizada na pesquisa empírica. Um agradecimento mais que especial a Eugênio, pela revisão criteriosa e primorosa de toda a tese.

E claro, um agradecimento infinito à minha família, que sempre esteve ao meu lado, nos momentos bons e nos nem tão bons. Obrigada a Ricardo, pela parceria e companheirismo; a meus filhos e filha, Yuri, Hugo e Sofia; a meu mais novo amor, meu neto

Mikas; a minha nora, Zy; a meus pais, José Quirino e Nalva; aos irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, cunhado e cunhadas. Vocês são massa!

Sigo certa que estaremos sempre juntos, na luta por uma comunicação democrática, pela universidade pública e para todas e todos e por um Brasil mais justo!

## RESUMO

Considerando o avanço do conservadorismo em escala global e o quanto esse movimento vem crescendo no Brasil desde 2013, com as jornadas de junho, a presente tese aborda a contribuição da mídia nesse processo e o quanto ela ajudou para o triunfo do movimento no Brasil, com a vitória de Jair Bolsonaro para presidente da República, em 2018. O objetivo da pesquisa consiste em apresentar o posicionamento dos dois maiores jornais brasileiros, O Globo e a Folha de S.Paulo, em relação à agenda conservadora, seja no campo político, econômico e cultural, e como tais veículos influenciaram, direta ou indiretamente, na eleição do militar. Não obstante as tensões e contradições existentes na atual crise do capitalismo, cuja ideologia se vale da agenda conservadora, o estudo procura interpretar a realidade social a partir da análise dos editoriais dos dois jornais no período de 7 de março de 2018 a 2 de janeiro de 2019, datas que marcam, respectivamente, a filiação de Bolsonaro ao PSL, partido pelo qual se elegeu, e a cobertura jornalística da posse dele como presidente. A hipótese inicial de que a mídia seria corresponsável pela retomada do conservadorismo no país, facilitando a vitória do militar, foi confirmada no decorrer do estudo, uma vez que O Globo e a Folha contribuíram para criar um ambiente político-eleitoral favorável ao então candidato, estimulando e retroalimentando a antipolítica e o antipetismo. A pesquisa mostra que os editoriais dos dois jornais ajudaram na criminalização das forças progressistas ao mesmo tempo em que colocaram em evidência a Operação Lava Jato - peça central nesse processo -, favorecendo a crise de hegemonia que deu lugar ao ressurgimento e fortalecimento do conservadorismo. Antes da análise empírica que resultou em tal percepção, o estudo procurou expor o papel ideológico e os objetivos materiais da mídia, fez um percurso histórico da imprensa corporativa no Brasil, discorreu sobre a indústria de desinformação que cresce com muita velocidade no mundo, no Brasil em particular, e como tudo isso fragiliza o Estado Democrático de Direito. A tese foi construída a partir de uma abordagem qualitativa, com base na concepção teórico-metodológica de Marx e da Economia Política da Comunicação e recorreu às pesquisas bibliográfica e documental, além disso, utilizou análise de conteúdo (AC) como técnica para a interpretação da construção social. Espera-se, com o estudo, contribuir para a ampliação do debate acerca da democratização da comunicação e do combate à desinformação.

Palavras-chave: **Mídia; Hegemonia; Conservadorismo; Bolsonarismo; Análise de Conteúdo.**



## **ABSTRACT**

Considering the advance of conservatism on a global scale and how much this movement has been growing in Brazil since 2013, with the June journeys, this thesis addresses the contribution of the media in this process and how much it helped for the triumph of the movement in Brazil, with the victory of Jair Bolsonaro for President of the Republic, in 2018. The objective of the research is to present the position of the two largest Brazilian newspapers, O Globo and Folha de S.Paulo, in relation to the conservative agenda, whether in the political or economic field and cultural, and how such vehicles influenced, directly or indirectly, the election of the military. Despite the tensions and contradictions existing in the current crisis of capitalism, whose ideology uses the conservative agenda, the study seeks to interpret the social reality from the analysis of the editorials of the two newspapers from March 7, 2018 to January 2, 2019, dates that mark, respectively, Bolsonaro's affiliation with the PSL, the party that elected him, and the journalistic coverage of his inauguration as president. The initial hypothesis that the media would be co-responsible for the resumption of conservatism in the country, facilitating the military's victory, was confirmed during the study, since O Globo and Folha contributed to creating a favorable political-electoral environment for the candidate, stimulating and giving feedback to anti-politics and anti-petism. The research shows that the editorials of the two newspapers helped in the criminalization of the progressive forces at the same time that they highlighted Operation Lava Jato - a central piece in this process -, favoring the crisis of hegemony that gave rise to the resurgence and strengthening of conservatism. Before the empirical analysis that resulted in such a perception, the study sought to expose the ideological role and material objectives of the media, followed a historical journey of the corporate journalism in Brazil, talked about the disinformation industry that is growing very fast in the world, in Brazil in particular, and how all this weakens the Democratic Rule of Law. The thesis was built from a qualitative approach, based on the theoretical-methodological conception of Marx and the Political Economy of Communication and using bibliographical and documentary research, in addition to using content analysis (CA) as a technique for interpreting the social construction. It is expected that the study will contribute to the expansion of the debate on the democratization of communication and the fight against misinformation

**Keywords: Media; Hegemony; Conservatism; Bolsonarismo; Content analysis.**

## RESUMEN

Considerando el avance del conservadurismo a escala global y cuánto ha ido creciendo este movimiento en Brasil desde 2013, con las jornadas de junio, esta tesis aborda la contribución de los medios en este proceso y cuánto ayudó para el triunfo del movimiento en Brasil, con la victoria de Jair Bolsonaro a la presidencia de la República, en 2018. El objetivo de la investigación es presentar la posición de los dos mayores periódicos brasileños, O Globo y Folha de S.Paulo, en relación con la agenda conservadora, sea en el campo político, económico y cultural, y cómo dichos periódicos influyeron, directa o indirectamente, en la elección del militar. A pesar de las tensiones y contradicciones existentes en la actual crisis del capitalismo, cuya ideología utiliza la agenda conservadora, el estudio busca interpretar la realidad social a partir del análisis de las editoriales de los dos periódicos del 7 de marzo de 2018 al 2 de enero de 2019, fechas que marcan, respectivamente, la afiliación de Bolsonaro al PSL, partido que lo eligió, y la cobertura periodística de su toma de posesión como presidente. La hipótesis inicial de que los medios de comunicación serían corresponsables de la reanudación del conservadurismo en el país, facilitando así la victoria del militar, se confirmó durante el estudio, ya que O Globo y Folha contribuyeron a crear un clima político-electoral favorable para el candidato, estimulando y retroalimentando la antipolítica y el antipetismo. La investigación muestra que las editoriales de los dos periódicos ayudaron en la criminalización de las fuerzas progresistas al mismo tiempo que destacan la Operación Lava Jato - pieza central en este proceso -, favoreciendo la crisis de hegemonía que dio lugar al resurgimiento y fortalecimiento del conservadurismo. Antes del análisis empírico que resultó en tal percepción, el estudio buscó exponer el rol ideológico y los objetivos materiales de los medios. Siguió un recorrido histórico de la prensa corporativa en Brasil, habló sobre la industria de la desinformación que está creciendo muy rápido en el mundo, en Brasil en particular, y cómo todo esto debilita el Estado de Derecho Democrático. La tesis se construyó desde un enfoque cualitativo, basado en la concepción teórico-metodológica de Marx y la Economía Política de la Comunicación, utilizando la investigación bibliográfica y documental, además de utilizar el análisis de contenido como técnica de interpretación de la construcción social. El estudio espera contribuir al debate sobre la democratización de la comunicación y la lucha contra la desinformación.

Palabras clave: **Medios; Hegemonía; Conservadurismo; Bolsonarismo, Analisis de contenido.**

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>1. A Mídia no Modo de Produção Capitalista: função ideológica e interesses materiais</b> .....	<b>29</b>
1.1 Mídia, aparelho privado de hegemonia e intelectuais.....	29
1.2 O viés econômico dos meios de comunicação.....	45
<b>2. Mídia e política no Brasil contemporâneo</b> .....	<b>62</b>
2.1 De Getúlio Vargas ao golpe de 1964.....	62
2.2 O apoio dado aos 21 anos de ditadura.....	67
2.3 De Fernando Collor à Dilma Rousseff.....	79
<b>3. (Pós)Democracia, (neo)conservadorismo e (des)informação no Brasil atual</b> ...103	
3.1 O avanço do conservadorismo e a ascensão da extrema direita.....	106
3.2 O conservadorismo e a atuação dos <i>think tanks</i> .....	120
3.3 Desinformação e crise de credibilidade da mídia tradicional.....	136
<b>4. A opinião em O Globo e na Folha de S.Paulo e o avanço do conservadorismo</b> 148	
4.1 O que defendem os donos da mídia? .....	148
4.2. Os editoriais de O Globo.....	159
4.3. Os editoriais da Folha de S.Paulo.....	201
<b>Considerações finais</b> .....	<b>256</b>
1. Os editoriais e a narrativa (neo)conservadora.....	256
2. O criador e a criatura.....	261
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>266</b>

## INTRODUÇÃO

O ano de 2013 representa um divisor de águas, um gatilho, para o ressurgimento da ideologia conservadora no Brasil. Isso porque as jornadas de junho daquele ano, com uma pauta difusa, trouxeram à tona temas até então adormecidos no que se refere à violação dos direitos humanos<sup>1</sup> e promoveram um processo de criminalização da política como não se via há muitos anos. O movimento - originalmente um protesto dos estudantes contra o aumento do preço das passagens do transporte coletivo em São Paulo - logo ganhou uma proporção incontrolável, com milhões de pessoas ocupando as ruas de todo o país, cobrando qualidade nos serviços públicos e criticando obras desenvolvidas pelo Estado para receber as copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014).

A partir daí, as jornadas de junho se voltam contra o governo da presidenta Dilma Rousseff (PT) e passam a ter como foco o combate à corrupção. Todo esse movimento teve atuação decisiva dos veículos de comunicação, que não hesitaram em mexer na grade da programação das emissoras de televisão e rádio para transmitirem ao vivo os protestos e reservar espaço privilegiado nas páginas dos jornais impressos com amplas reportagens sobre as manifestações, sempre reforçando uma narrativa que associava a corrupção ao governo do PT. Foi depois desse movimento que boa parte da sociedade começou a ouvir falar em *think tanks*<sup>2</sup>, grupos ideológicos que já tinham uma atuação política anteriormente, mas ainda restrita a um universo particular. Os atos impulsionaram também o surgimento de novos grupos, como o Vem pra Rua, o Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre (MBL), com forte influência nas redes sociais e foram decisivos na mobilização das pessoas contra as forças progressistas, sobretudo contra o governo petista. É também nesse contexto que nasce a Operação Lava Jato, a qual passa a ter um protagonismo na criminalização da política e ganha uma dimensão incalculável a partir da parceria que firma com a mídia corporativa.

---

<sup>1</sup> O movimento coincidiu também com a eleição do pastor fundamentalista Marco Feliciano para presidir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, que colocou em pauta temas como “cura gay”, redução da maioria penal e a criminalização do aborto.

<sup>2</sup> Em tradução literal, *think tanks* significa tanques de pensamentos, o que na prática são entidades de caráter ideológico criadas para influenciar na agenda política, econômica, cultural e científica de determinado país. Esse tema será melhor tratado no Capítulo 3.

E a consolidação dessa nova onda conservadora que se agigantava não tardou: as urnas de 2014 foram responsáveis por eleger a bancada mais conservadora desde a Constituição de 1988; Dilma Rousseff se reelege mas encontra pela frente uma oposição que inviabilizou seu segundo governo; os novos e antigos *think tanks*, juntamente com partidos como PSDB e representantes do empresariado como a Fiesp, lideraram uma campanha que desaguou no impeachment da petista; e a Lava Jato se associou à mídia, o que lhe rendeu uma popularidade e dimensão sem precedentes, sendo ela responsável – com a mídia encarregada de publicizar as ações da operação - por introduzir no senso comum o sentimento de negação da política, sob a justificativa de combater a corrupção, atingindo substancialmente os partidos de esquerda, mas sobremaneira o PT e o governo Dilma.

No campo dos direitos humanos, os setores conservadores - com mais força entre os religiosos fundamentalistas, sobretudo os neopentecostais - trouxeram para o debate temas de cunho homofóbico, machista e racista, criando um ambiente de retrocessos e perseguição a homossexuais, mulheres, negros, pobres, periféricos e minorias sociais de forma geral. Quanto à economia, o conservadorismo passou a questionar políticas públicas voltadas para ações afirmativas – um dos carros-chefes dos governos petistas - e cobrar menos Estado e ainda mais mercado, defendendo o teto dos gastos e reformas neoliberais que retiram direitos da classe trabalhadora. Na sequência, veio o *impeachment* de Dilma, em 2016; a aprovação do teto dos gastos, da reforma trabalhista e da lei de terceirização, no governo Temer; e a eleição de um Congresso Nacional ainda mais conservador e de Jair Bolsonaro para presidente da República, em 2018.

Esse cenário brasileiro é parte de uma onda global de avanço do conservadorismo, o qual também lança mão da desinformação para se expandir. Em 2014, o candidato da extrema direita dos Estados Unidos, Donald Trump, elege-se presidente tendo por trás de sua campanha uma indústria de *fake news*, responsável por disseminar notícias falsas pelo Facebook. O mesmo aconteceu no referendo do *Brexit*, na Europa, também em 2014. Não por acaso, naquele ano, o termo pós-verdade foi escolhido como a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. Apontado como o “Trump dos trópicos”, Bolsonaro recorreu à mesma estratégia da desinformação para se eleger em 2018, utilizando como canal não o Facebook, mas o WhatsApp – as duas redes sociais fazem parte do mesmo grupo empresarial.

O projeto conservador em curso no Brasil faz parte do que o pesquisador Jamerson de Souza (2016) chamou de “conservadorismo à brasileira”, uma particularidade do

conservadorismo contemporâneo ou neoconservadorismo, fase que se inicia a partir de 1848, quando a burguesia europeia adere aos preceitos conservadores, e que se consolida depois da Primeira Guerra Mundial e no início do século 20. Nessa passagem – da burguesia revolucionária para a burguesia conservadora e do proletariado em si para o proletariado para si -, o pensamento conservador deixa para trás o discurso meramente moralista de Edmund Burke – apontado como o pai do conceito de conservadorismo - e ocupa espaço na produção de conhecimento com base no positivismo, método filho dessa corrente ideológica. É a partir daí que o conservadorismo passa a dialogar com outras correntes, como o liberalismo.

Assim como no período clássico de Burke, o pensamento conservador contemporâneo mantém o caráter de despolitização e desistoricização da vida social, valorizando somente o presente. No entanto, segundo Jamerson de Souza (2016, p. 207), o conservadorismo atual substitui o caráter monolítico e homogêneo por uma ideologia plural, subdividido “em vertentes, tendências, ramificações e até mesmo algumas fusões ecléticas com outras matrizes de pensamento, a depender do contexto histórico-geográfico em que emerge”.

No campo econômico, o conservadorismo contemporâneo dialoga com o liberalismo, com as ideias pós-modernas - que justificam a negação do historicismo e da categoria de totalidade e a defesa do presenteísmo -, e com a sociologia funcionalista – que dá a base necessária para a coesão social a partir das instituições e das tradições. Com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique, o conservadorismo assume feições fascistas, uma característica que vem a se somar ao caráter antidemocrático do conservadorismo político. Assim como no passado, esse novo conservadorismo rejeita a democracia, por entender que representa um entrave para a solução dos “problemas sociais”. Todas essas características retratam a ideologia em vigor no Brasil, encampada pelo governo Jair Bolsonaro.

Apoiado em Adam Przeworski, o cientista político André Singer (In BRASILINO, 2012) define o atual momento político brasileiro como autoritarismo furtivo, uma concepção mínima de democracia, uma espécie de passagem de um sistema democrático para o autoritarismo. E isso se dá dentro do Estado Democrático de Direito, mantendo a aparência de legalidade. O autoritarismo furtivo coincide com o que Rubens Casara (2019) define como Estado pós-democrático, em que “a democracia permanece, não mais com um

conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador” (posição<sup>3</sup> 191).

Para contextualizar o Estado pós-democrático, Casara (2019) recorre ao surgimento do Estado moderno que tem entre os seus pilares a separação entre o poder político e o poder econômico, traço que desaparece no Estado pós-democrático. “Pode-se falar em uma espécie de regressão pré-moderna, que se caracteriza pela vigência de um absolutismo de mercado” (posição 195). A ideologia que perpassa pelo autoritarismo furtivo ou Estado pós-democrático é a mesma que sempre regeu o capitalismo monopolista, como nos lembra José Paulo Netto (2017): “(...) as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas junções econômicas” (posição 244). Netto utiliza como referência as teses defendidas por Karl Marx, a mesma que defendeu Gramsci, de que não há uma separação entre os campos político e econômico, pois ambos são parte de uma unidade ideológica, uma totalidade dentro do Modo de Produção Capitalista.

O momento político brasileiro é uma fração da crise global do capital, o que faz ressurgir com força a ideologia conservadora e, com ela, o “ódio” à democracia. Historicamente, é nas crises do capital, que se traduzem em uma crise de hegemonia, que o conservadorismo (res)surge com um discurso aglutinador em defesa da “ordem” contra o inimigo da hora. No caso brasileiro e de outros países da América Latina, a crise de hegemonia foi desencadeada a partir do avanço da “maré rosa” – denominação empregada à eleição de vários presidentes de centro-esquerda em países latino-americanos no início deste século - e das políticas inclusivas dos governos progressistas da região. A classe dominante desses países, que já enfrentava a crise do neoliberalismo, se sente ameaçada e se associa ao projeto neoconservador para derrotar o inimigo, nesse caso, os comunistas e bolivarianos e, no caso brasileiro, petistas e a esquerda de forma geral. Conforme expõe Souza (2016),

Atuando pela mediação de importantes aparelhos privados de hegemonia e de intelectuais orgânicos, o conservadorismo tem paulatinamente assumido posição de destaque na disputa pela hegemonia ideológica das classes dominantes, subsumindo, progressivamente, a hegemonia neoliberal. Essa posição de destaque é o resultado do acúmulo de forças construído pela atuação permanente de *think tanks* conservadores nas últimas décadas (SOUZA, 2016, p. 49).

---

<sup>3</sup> O termo posição vai aparecer sempre que a citação fizer referência a trechos retirados de livros digitais da plataforma *kindle*. O aparato não é numerado por página e sim por posição.

Essa crise do capital e de hegemonia acentuou o retrocesso civilizatório presente no neoliberalismo e elevou os ideais conservadores à ideologia da classe dominante, como explica Boschetti (2015):

[...] a crise do capital reacende valores, políticas e medidas conservadoras, a exemplo da apologia ao livre mercado, a redução do papel do Estado na regulação das relações econômicas, o uso do fundo público para salvar o capital industrial e bancário em momentos de crise, a mercantilização de serviços públicos, como luz, água, gás, telefonia. Todas essas medidas, largamente em curso sob o manto neoliberal desde a década de 1970, alimentam a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores. Mas também explicitam a incapacidade de o capitalismo viver sem crises e sem agudizar as desigualdades, violências e barbáries sociais (BOSCHETTI, 2015, p. 639)

A nova versão do conservadorismo pariu uma nova direita em escala global, a qual despreza as minorias sociais, defende privilégios e coloca em pauta uma agenda de retrocessos no campo cultural e moral. Carapanã (2018, posição 509), no texto *A nova direita e a normatização do nazismo e do fascismo*, afirma que essa nova direita é formada por um “aglomerado ideológico mais ou menos coeso”, que mistura ideias conservadores, liberais e reacionárias. Essas ideias “somam-se a outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo.”

O autor lembra que a nova direita recusa até mesmo a democracia liberal, ou qualquer outra forma de democracia. “O sistema político ideal parece variar entre um retorno do absolutismo e a ‘democracia’ iliberal desenhada por Viktor Orbán<sup>4</sup>” (CARAPANÃ, 2018, posição 515). Essa nova direita conta com ramificações que garantem sua hegemonia dominante, que vão desde o aparato midiático tradicional, as novas mídias digitais, os *think tanks*, o fundamentalismo religioso e setores acadêmicos, que atuam como intelectuais coletivos para manutenção do *status quo*.

Jair Bolsonaro soube pegar carona nesse movimento global, lançando-se para a disputa presidencial de 2018 alguns anos antes, quando tramitava o processo de *impeachment* de Dilma. A partir daí, passou a garimpar mais espaço na mídia, sobretudo em programas que misturam entretenimento e informação, a exemplo do extinto CQC (Band) e

---

<sup>4</sup> Primeiro-ministro da Hungria, assumidamente de extrema direita e defensor do que chama de “democracia não liberal”. Afinado com o discurso de Jair Bolsonaro, Orbán compareceu à posse do novo presidente do Brasil, em 1º de janeiro de 2019.



programas de auditórios como Super Pop (Rede TV), além de ter espaço garantido na programação da Jovem Pan, uma rádio que vem se configurando como uma emissora antiesquerda. Mas não apenas. Veículos de comunicação tradicionais começaram a dar atenção a Bolsonaro, já que ele passou a representar um número nas pesquisas eleitorais. Ou seja, existia espaço para o militar-candidato entre o eleitorado. O que não está claro é até que ponto a mídia corporativa contribuiu para o avanço dessa nova onda conservadora no Brasil, iniciado com as jornadas de junho em 2013, intensificada com os protestos em favor do *impeachment* de Dilma em 2015 e 2016, e cujo triunfo se deu com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República em 2018, o que nos leva aos questionamentos a seguir:

Na condição de aparelho privado de hegemonia (Gramsci), quais as estratégias discursivas utilizadas pela mídia corporativa na construção da direção ético-política da sociedade civil brasileira e como tal processo contribuiu para o avanço da hegemonia conservadora autoritária no país desde 2013? Quais os mecanismos utilizados pela mídia corporativa a fim de defender os interesses materiais da classe dominante, da qual ela é partícipe? Como o discurso anticorrupção veiculado pela mídia corporativa desde a segunda metade do século XX ocupou lugar central na estratégia discursiva utilizada na luta contra os governos de orientação trabalhista? Qual estratégia discursiva foi utilizada pelo dois maiores jornais brasileiros, O Globo e Folha de S.Paulo, no curso das eleições presidenciais de 2018 e de que forma tal estratégia contribuiu para a vitória de Jair Bolsonaro?

Para responder questões como essas, esta pesquisa lança mão da concepção teórico-metodológica de Marx, a partir de uma visão de “totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menos complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). Além dos pressupostos do materialismo histórico dialético, utiliza como base para o estudo os princípios da Economia Política da Comunicação, um subcampo da Economia Política crítica. Com abordagem qualitativa, este estudo procura interpretar a realidade social a partir da análise dos editoriais dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo. Nesse caso, tem como fontes as pesquisas bibliográfica e documental, recursos que possibilitaram fazer toda uma revisão teórica, metodológica e histórica do objeto de análise.

Além disso, recorre à análise de conteúdo (AC), uma técnica que trabalha com a construção social com base na interpretação dos dados analisados e que é capaz de deduzir

os contextos e como esse contexto influencia a vida em sociedade. Segundo Bauer (2015, p. 192), a análise de conteúdo permite “reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades”. O autor (2015, p. 191) explica que a importância dessa técnica está na “fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa”.

Inicialmente, quando participamos da seleção do doutorado no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE), em 2016, havia pouco que o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff tinha sido concretizado e a agenda econômica que o governo Temer iniciara atendia a pauta conservadora, de retirada de direitos dos trabalhadores e corte nos gastos públicos. Além disso, sob o comando de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, vários projetos de ataque aos direitos civis, políticos e sociais tramitavam no Legislativo Federal. Tal cenário foi a base para o projeto apresentado na seleção, o qual foi substituído no decorrer do doutorado.

Com o título original *Mídia, fundamentalismo religioso e Direitos Humanos – A cobertura da Folha de São Paulo e da Folha Universal dos projetos em pauta no Congresso Nacional (2015/2019)*, o projeto de tese apresentado tinha como ideia inicial verificar se a mídia brasileira – laica e confessional - viola direitos humanos, tendo como corpus seis projetos que, na ocasião da seleção, tramitavam no Congresso Nacional - três sociais (reforma trabalhista, terceirização e reforma da Previdência) e três civis (redução da maioria penal, estatuto da família e dificuldade no atendimento no SUS às vítimas de violência sexual). No entanto, diante da velocidade dos acontecimentos em relação aos tantos retrocessos vivenciados no Brasil nos últimos anos, foi necessário repensar e reformular a pesquisa.

A partir da análise de conjuntura, é preciso um aprofundamento teórico para elevar o problema real a um problema de pesquisa. Por essa razão, sentimos a necessidade de alterar o projeto inicial, adaptando-o para um fenômeno mais atual: o acelerado avanço da onda conservadora que se concretizava no Brasil, seguindo uma tendência mundial. Para Marx, é preciso uma conexão das ideias com o mundo da realidade, já que o conhecimento exige a prática social, é algo que parte do mundo real. Nesse sentido, o fenômeno é o imediato, é possível de ser percebido, é o que está dado, o conhecido. Mas, para ser elevado ao campo do conhecimento é preciso saturar e entender as mediações que estão invisíveis no

fenômeno. Ou seja, é preciso buscá-lo na realidade, no cotidiano, e transformá-lo em um problema de pesquisa, o qual deverá ser decomposto e transformado em objeto. Tal é a visão de Kosik (1976).

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer, efetivamente, um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo e, do outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais (KOSIK, 1976, p. 49).

É com base no factual que o problema real desta pesquisa tem como ponto de partida os interesses ideológicos da mídia brasileira e sua relação com o avanço do conservadorismo e a vitória de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil, em 2018. Todos os manuais de redação - o livro sagrado do jornalismo - têm como premissa a imparcialidade, a igualdade no tratamento das fontes e a veracidade dos fatos. No entanto, na prática, o que se vê é uma mídia ideologicamente comprometida com a classe dominante, da qual seus empresários são parte e utilizam o aparato midiático para ecoar suas ideias hegemônicas.

Contudo, não é possível apreender o papel ideológico da mídia na aparência. E para ser elevado a conhecimento, é preciso ultrapassar esse imediato. Para Marx, o conhecimento é sempre uma mediação que intervém na realidade para transformá-la, a partir da decomposição do fato dado. Trata-se do caminho a ser percorrido pelo pesquisador, que parte de um todo caótico e, a partir das determinações e mediações, realiza um processo de saturação do objeto analisado. Nesse percurso, depara-se com singularidades e particularidades até chegar à universalidade e alcançar totalidade. Segundo Marx (In KOSIK, 1976), conhecimento teórico é o encontro das determinações, a localização das mediações, a ultrapassagem do imediato, que parte do abstrato em busca do concreto.

Ianni (2001) também nos ensina sobre a análise das categorias, ressaltando que os objetos, os fatos e a realidade histórica são carregados de significados e interpretações. “A realidade está sempre impregnada, recoberta de interpretações que precisam ser desvendadas para que possamos explicar o real” (IANNI, 2001, p. 402). O autor cita Karl Marx, para quem a categoria apanha o concreto e recria o concreto, que é a síntese das múltiplas determinações. “Surgem com novas expressões, na medida em que a reflexão prossegue, na medida em que a reflexão está desvendando as determinações que constituem o objeto” (IANNI, 2001, p. 406).

A mídia funciona como uma das estruturas responsáveis pela transmissão, produção e reprodução de subjetividades, assumindo funções sociais da realidade, uma espécie de lubrificante geral das relações sociais de produção, de consumo e intercâmbio cultural (MIÉGE, 2000). Dessa forma, enxergamos a mídia como o principal aparelho privado de hegemonia e parte de uma engrenagem capitalista, de produção e reprodução da vida social. Os veículos de comunicação têm donos, são os proprietários dos meios de informação. E esses empresários têm lado e estão inseridos na classe social dominante. Nesse sentido, esta pesquisa busca expor a opinião dos donos da mídia, a partir da análise dos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo, os dois jornais mais importantes do Brasil e que ainda concentram várias outras empresas de comunicação.

Em dezembro de 2020, a Folha de S.Paulo contava com uma cartela de 343.522 assinantes, somando a versão impressa e digital, enquanto que O Globo estava em segundo lugar, com 341.738 assinantes. Ou seja, a justificativa de que os grandes jornais estão perdendo poder diante da redução de número de assinantes representa uma falácia, já que, ao passo que perdem assinantes da versão impressa, aumentam na versão digital. Sem falar que os jornais impressos produzem conteúdos que fluem através de outras mídias, fazendo com que estes deixem de ter a função meramente informativa para assumir um papel político e ideológico. As informações produzidas pelos veículos impressos são editorializadas e uma mostra disso é o quanto esses meios investem em colunistas renomados para valorizar seu plantel jornalístico.

[...] a mídia tem uma grande influência na política e começa a se tornar mais ideológica. [...] é surpreendente o fato de que todos os grandes jornais defendem uma mesma ideologia. Quase não há variação. Defendem as mesmas propostas programáticas, as mesmas soluções para as crises, os mesmos modelos econômicos, demonizam os mesmos líderes e movimentos sociais, apoiam outros, também os mesmos, isso em nível internacional, em todo o ocidente e particularmente no Brasil. Significa também que as elites dominantes, para usar uma expressão batida, tornaram-se um único conglomerado, não há mais conflito entre eles (KUCINSKI. *In* KUCINSKI; LIMA, 2009, p. 91).

Escolhemos o ano de 2018 para analisar os editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo, por considerar que foi nesse ano que o conservadorismo triunfou no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República. Foram quase dez meses de leituras diárias dos editoriais desses periódicos, começando em 7 de março, quando o então presidenciável se filia ao PSL, até 2 de janeiro de 2019, um dia depois da posse de Bolsonaro. A nossa hipótese inicial era de que O Globo e a Folha de S.Paulo exerciam papel de

corresponsáveis pela retomada do conservadorismo no país, contribuindo também com a vitória de Jair Bolsonaro para presidente da República.

Para tentar confirmar nossa hipótese, era necessário entender os sistemas e as relações de interesses que coadunam as empresas de comunicação, na tentativa de “apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, *apud* NETTO, 2011, p. 25). Do ponto de partida ao ponto de chegada, entre o abstrato e o concreto, percorremos um longo caminho, e, ao final, o fenômeno inicial não é o mesmo, como nos ensina Marx (2012, p. 255):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado.

Nesse percurso, observamos que a disputa de ideias passa necessariamente pelo controle ideológico e hegemônico da sociedade e a mídia é uma das principais mediações da classe dominante, da qual é partícipe. “Os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações.” (ABRAMO, 2003, p. 44). O autor reforça que os veículos de comunicação, enquanto parte da indústria cultural, estão submetidos à lógica do capitalismo.

Gramsci e alguns pesquisadores que fazem releitura de sua obra defendem a tese de que a imprensa assume o papel de partido político. O autor sardo, ao analisar a imprensa escrita - principal meio de comunicação de sua época -, a define como aparelho político-ideológico, cuja função é “organizar e difundir determinados tipos de cultura”, influenciando, “com ênfases e enfoques determinados, na formação da opinião pública e nos modos de assimilação dos acontecimentos” (GRAMSCI, *apud* MORAES, 2009, p. 42-43). Citando Jean-Paul Sartre, Moraes (2009) afirma que “a mídia desempenha os papéis de servidores da hegemonia e guardiães da tradição” (p. 17).

Sobre o conceito de mídia tomamos como referência a definição de Lima (2004, p. 50), entendida como “o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a

existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize.” Cabem no conceito emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), jornais e revistas, cinema e outras plataformas inauguradas mais recentemente como *sites*, jornais digitais, *blogs* e redes sociais, todos dependendo de “recursos tecnológicos na chamada comunicação de ‘massa’” (LIMA, 2004, p. 50)

Para analisar o papel da mídia no avanço do conservadorismo e da direita no Brasil é necessário um olhar atento sobre o atual momento do capitalismo, com base na Economia Política (EP) crítica e na Economia Política da Comunicação (EPC). A partir dos pilares da Economia Política, estudiosos da comunicação passaram a analisar a mídia sob o olhar da teoria crítica marxista, fundando o subcampo da Economia Política da Comunicação. É preciso observar também a relação entre os campos da comunicação, da política e sua relação com instâncias de poder. “Para entender o papel dos *media* na sociedade é essencial entenderem-se as relações entre o poder dos *media* e o poder do Estado, bem como as relações dos *media* com outros setores econômicos” (WASKO, 2006, p. 46).

Nessa perspectiva, as empresas de comunicação imprimem uma lógica industrial, o que nos fez recorrer à EPC como a base teórica mais adequada para compreender o funcionamento da mídia brasileira e seus interesses de classe, considerando o processo social de forma crítica, com capacidade não só de fazer reflexões teóricas, mas também vinculando a ação a uma política transformadora. Para o pesquisador Edgard Rebouças (2006), “a EPC revela-se como um importante eixo teórico-metodológico de análise das estratégias percorridas pelas indústrias culturais nesse cenário em que os bens simbólicos se tornaram essenciais para o Estado e a iniciativa privada” (p. 74). Pensamento compartilhado também por Mota e Santos (2015).

Com o avançar de diferentes perspectivas de estudo, o campo da Comunicação se firma como objeto transversal, cujas análises podem confluir métodos e pontos de vista amparados em uma visão cromossômica do grande campo das ciências sociais e humanas. Parte-se do pressuposto de a EPC ser fundamental para o entendimento do papel da informação, da comunicação e da cultura no atual estágio do modo de produção capitalista, o capitalismo financeiro. (MOTA; SANTOS, 2015, s.p).

Sobre o protagonismo da mídia no capitalismo monopolista, é importante destacar que as empresas de comunicação se tornaram alvo de grandes investimentos, tanto do Estado quanto do setor privado. “O grande capital encontra no setor um campo fértil de expansão, ocasionando a concentração e o fortalecimento dos conglomerados da comunicação, para

onde fluem capitais provenientes de setores poderosos, como as telecomunicações, ou o setor financeiro” (BOLAÑO, 2008, p. 72). Ao analisar a evolução das indústrias culturais no Brasil, Renato Ortiz (2001) ressalta que essas indústrias não passam de prolongamento das técnicas utilizadas na indústria fabril. A observação de Ortiz ganha força quando Mattelart e Mattelart (1999) apontam a crescente valorização das ramificações culturais pelo capital.

A indústria cultural não existe em si; é um conjunto composto, constituído por elementos que se diferenciam fortemente uns dos outros, por setores que apresentam suas próprias leis de padronização. Essa segmentação das formas de rentabilização da indústria cultural pelo capital traduz-se nas modalidades de organização do trabalho, na caracterização dos próprios produtos e de seu conteúdo, nos modos de institucionalização das diversas indústrias culturais [...], no grau de concentração horizontal e vertical das empresas de produção e distribuição, ou ainda na maneira pela qual os consumidores ou usuários se apropriam de produtos e serviços (MATTELART e MATTELART, 1999, p. 122-123).

O pesquisador argentino Krakowiak (2018) também contribui para essa reflexão proposta pela dupla Mattelart:

As indústrias culturais representam o capitalismo como sistema econômico e como cultura, pois valorizam o capital ao mesmo tempo em que favorecem sua reprodução ampliada. Garnham considera que a chave de dominação em uma sociedade é a classe social, que ele define como a estrutura de acesso aos meios de produção e a estrutura de distribuição da mais-valia. Seu foco de análise é colocado nas relações sociais como uma característica definidora do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, a fonte da mudança histórica (KRAKOWIAK, 2018, p. 16, tradução nossa).

Assim como o método marxista, a Economia Política da Comunicação busca ultrapassar a dicotomia entre teoria e ação, o que a torna imprescindível para compreender a comunicação e explorar as tendências sociais mais profundas. A EPC está longe de ser neutra e tem por finalidade contribuir com uma transformação na sociedade, a partir de uma compreensão totalizante. Para Netto (2011), no método de Marx,

o conhecimento teórico é conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. Pela teoria, o objeto reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p. 20-21).

Procuramos investigar qual a contribuição da mídia no avanço do conservadorismo no Brasil, uma categoria já bastante analisada pelo campo do Serviço Social, e que tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da comunicação. Em um levantamento realizado a partir das revistas científicas de comunicação, foram encontrados alguns estudos, com destaque para os textos *Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil*, de Fátima Lampreia Carvalho (2000); *A revista Claudia e a família tradicional brasileira: O feminismo de Carmen da Silva, nas páginas da imprensa conservadora*, de Ferreira (2014); *Capitães de ressentimentos: Mídia e conservadorismo no Brasil contemporâneo*, de Waltz (2017).

Depois das eleições de 2018, com a força que a indústria da desinformação assumiu em todo o mundo e com o chamado gabinete do ódio no Brasil comandado pelo filho do presidente, Carlos Bolsonaro, responsável pela disseminação em massa de notícias falsas, aumentou ainda mais o interesse dos pesquisadores da comunicação pelo tema. A revista *Elepic* – referência para a Economia Política da Comunicação – publicou, por exemplo, o texto *Em defesa de que famílias? Bolsonarismo, pânico moral e o protagonismo da categoria família nas eleições de 2018*, de Serejo e Cal (2021). A edição de dezembro de 2020 da Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense também discute a relação da mídia com o conservadorismo.

Alguns livros recentes que retratam o avanço da direita no Brasil também reservam espaço para discutir a mídia enquanto ramificação do conservadorismo. Entre essas publicações, o livro *Direita Volver – o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (2015) traz um artigo do pesquisador Lima, cujo título é *A direita e os meios de comunicação*. O pesquisador Souza também aponta o papel conservador da mídia em alguns de seus livros, como em *A radiografia do golpe* (2016). Outra obra que trata do tema e foi referência para esta pesquisa é a *Enciclopédia do Golpe*, volume 1 e 2, sendo o segundo volume voltado exclusivamente para atuação da mídia a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse sentido, nossa pesquisa vem para se somar aos estudos já existentes e lançar luz acerca da contribuição da mídia brasileira para o avanço do conservadorismo.

Dividimos nossa pesquisa em quatro capítulos. Começamos por uma análise sobre o papel ideológico e capitalista da mídia, compreendida como aparelhos privados de hegemonia e, seus ideólogos – editorialistas, colunistas, articulistas, colaboradores, editores e repórteres – como intelectuais orgânicos. Essa separação, no entanto, se dá apenas como



um mecanismo para melhor compreender o texto, mas na prática os tópicos são parte de um todo. O ideológico e o material ou o político e o econômico são o alicerce da sociedade capitalista. Dessa forma, nesse primeiro capítulo, cujo título é *A Mídia no Modo de Produção Capitalista: função ideológica e interesses materiais*, procuramos discorrer sobre a disseminação de conteúdos de cunho ideológico na sociedade e como a chamada grande imprensa faz essa mediação com o público, com o senso comum, na busca do consenso e manutenção do *status quo*.

Os escritos de Gramsci são esclarecedores para entender a mídia como parte da superestrutura ideológica, responsável pela organização material para manter, defender, desenvolver e sustentar o bloco hegemônico. Ao defini-la como aparelho privado de hegemonia, o autor italiano destaca que o objetivo dos meios de comunicação é divulgar e unificar concepções de mundo, visões e valores para disseminar determinados tipos de cultura e deter o controle do pensamento e de ação da sociedade. Nesse sentido, assumem o papel de partidos políticos, “que se articulam com determinado bloco social mais ou menos homogêneos e difundem orientações gerais para a compreensão dos fatos, numa direção predeterminada, em busca de adesões e apoios consensuais” (MORAES, 2011, p. 72).

Essa função ideológica está diretamente entrelaçada com os interesses materiais das empresas jornalísticas e de seus proprietários, que, para além do controle das ideias, têm suas bases no poder econômico. Segundo Pascual Serrano (2009, p. 560, tradução nossa), é preciso conhecer quem são os atores que estão por trás das empresas de mídia e se eles operam em outros setores capitalistas. “Mas não somente devemos conhecer os acionistas, também é interessante observar as empresas ou instituições que anunciam no caso onde há publicidade. Em alguns casos, inclusive, podemos observar a estreita relação entre um anúncio e alguma reportagem.”

No segundo capítulo, *Mídia e política no Brasil contemporâneo*, apresentamos um histórico da mídia brasileira e sua atuação ideológica na contemporaneidade. Mostramos a influência dos meios de comunicação nas decisões políticas do país, sobretudo como elas interferiram nas eleições, nos governos e nos golpes ao longo dos anos. Procuramos expor uma linha do tempo da mídia brasileira referente à cobertura jornalística desde o governo Getúlio Vargas pós-democratização (1951-1954), passando pelo golpe de 1964, governos militares, abertura política, Diretas Já!, governo Sarney, eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, além da relação dos meios de comunicações com os

governos eleitos e da cobertura das jornadas de junho, em 2013. Lima (in JOSÉ, 2015) nos lembra que

A interação constitutiva entre mídia e política ocorre em todas as fases do processo democrático: na construção da agenda, por meio do filtro das informações publicadas, do modo de editá-las, da seleção e ênfase das opiniões, na visibilidade e dramatização de temas selecionados; na ponderação e presença dos próprios atores políticos, pela superexposição de porta-vozes ou do silenciamento de outros, na apresentação positiva ou negativa com que são noticiados, influenciando assim no próprio pluralismo e nas assimetrias do processo político de participação e competição política; no grau de exposição e crítica dos governos e de suas políticas, contribuindo decisivamente para a formação da opinião e dos juízos públicos. Mais ainda, a relação entre a política e as grandes empresas de comunicação não é de exterioridade. É sim de compenetração, organicidade e até simbiose, conformando redes doutrinárias e de interesses entre o sistema político e o sistema de mídia. Assim, fenômenos de partidarização, parcialidade, ausência de pluralismo ou até censura sistemática de informações e opiniões antagonistas constituem fenômenos recorrentes e típicos. (LIMA, in JOSÉ, 2015, p. 13)

No Capítulo 3, aprofundamos o debate sobre a mídia no contexto do conservadorismo, da manipulação jornalística e da desinformação de uma forma mais ampla, fazendo ainda algumas reflexões acerca da democracia brasileira. Iniciamos o capítulo resgatando o resultado das eleições de 2014, quando o PSDB questiona a vitória da chapa Dilma/Temer e a oposição, sem reconhecer o resultado das urnas, deu início a um movimento que pedia o impeachment de Dilma, o que veio a ocorrer em 2016. Analisamos aí a atuação dos movimentos de direita que se expandiram com as jornadas de junho e foram importantes atores na articulação dos protestos de rua de 2015 e 2016, assim como o papel dos *think tanks* nas mobilizações; as ações da força-tarefa da Lava Jato e a associação da operação com os veículos de comunicação; os acordos político-jurídico-midiáticos que desaguarão na deposição da presidenta e na prisão de Lula; o discurso antipetista disseminado pela grande imprensa; e a vitória de Jair Bolsonaro para presidente da República, em 2018, o que representa o triunfo do conservadorismo no Brasil, uma particularidade de um movimento universal, que é o avanço de uma onda conservadora global.

Mostramos no decorrer do Capítulo 3 - *(Pós)Democracia, (neo)conservadorismo e (des)informação no Brasil atual* - que, em todos esses fatos, a cobertura jornalística foi direcionada, sempre na linha de criminalizar as forças progressistas, enaltecer operação Lava

Jato e setores que representavam a direita e a extrema direita, contribuindo para agravar ainda mais uma crise de hegemonia em curso desde as jornadas de junho e dando sustentação à ideologia conservadora. Com isso, aumenta o sentimento de negação da política e a violência e discriminação às minorias sociais, acentuando uma polarização política que só cresce desde então. Entendemos que a mídia tem grande responsabilidade nesse quadro.

Ao tentar desvendar a ideologia da mídia brasileira, nos deparamos com um quadro que coloca em xeque o Estado Democrático de Direito, ameaça respaldada pela nova onda conservadora. Autores como Bobbio (2017) e Casara (2018; 2019) nos lembram que não há democracia sem limites e a ausência desse limite – seja do Estado ou particulares - representa arbítrio, inviabilizando o processo democrático e dando origem ao Estado pós-democrático. “Falar em ‘crise da democracia’, hoje, é um embuste para ocultar o fato de que a democracia foi superada por um modelo autoritário a serviço dos detentores do poder econômico: a chamada ‘pós-democracia’” (CASARA, 2018, posição 97).

No Capítulo 4 - *A opinião em O Globo e na Folha de S.Paulo e o avanço do conservadorismo* -, entramos na nossa exposição, depois de percorrer o caminho da investigação. Analisamos empiricamente e criticamente o nosso *corpus*, ou seja, os editoriais dos jornais O Globo e Folha de São Paulo entre 7 de março de 2018 a 2 de janeiro de 2019. A análise é feita a partir das edições impressas, mas vale salientar que o leitor do digital também tem acesso ao material, já que os mesmos textos são postados no *site* do jornal até antes da publicação da edição impressa. Portanto, seja assinante do impresso ou do jornal digital, o público de O Globo e da Folha de S.Paulo tem acesso ao mesmo conteúdo. O Capítulo 4 começa expondo as linhas gerais sobre o gênero jornalístico do qual o editorial está inserido, o opinativo, e explicando que tais textos são utilizados estrategicamente pelos donos dessas empresas para interferir não apenas na agenda social, mas, sobretudo, influenciar e pressionar o aparato estatal em atender os interesses políticos, econômicos e culturais dos donos da mídia. Depois, apresentamos qual a opinião desses veículos de comunicação acerca de conteúdos que favoreciam a agenda conservadora.

Considerando a intensidade do que representou o ano de 2018 no campo da política, no período do nosso recorte temporal foi possível observar que os dois jornais convergiam quando o assunto era Operação Lava Jato, prisão de Lula, criminalização da política e eleições presidenciais. Ambos imprimiram uma narrativa de que a força-tarefa de Curitiba representava um divisor de águas por ter, segundo os veículos, interrompido um ciclo

histórico de corrupção no Brasil, o qual teria sido institucionalizado nos governos do PT, o que, por sua vez, alimentou um sentimento de negação da política e de antipetismo. Com esse enredo, não poderia ser diferente para esses jornais senão incentivar e pressionar o Judiciário a não somente condenar mas encarcerar o ex-presidente Lula, sob o argumento de existência de provas cabais de ele ter praticado crimes de corrupção.

Na economia, a narrativa ultraneoliberal era um mantra tanto em O Globo quanto na Folha de S.Paulo. Praticamente todos os dias havia pelo menos um editorial publicado nesses veículos defendendo propostas que cobravam mais cortes nas contas públicas, menos interferência estatal no mercado, privatizações, reformas ou, em oposição, texto criticando qualquer tentativa de promoção de novos gastos públicos ou fortalecimento do aparato estatal. No campo cultural e dos costumes, os dois jornais se mostraram apartados das pautas defendidas pelos conservadores, a exemplo da criminalização do aborto, da escola sem partido e da censura, temas contra os quais os veículos se posicionaram. Já em relação aos governos ditos progressistas da América Latina, O Globo e a Folha reproduzem a narrativa conservadora de que os líderes políticos desses países, a exemplo da Venezuela (Nicolás Maduro), Argentina (Cristina Kirchner) e Bolívia (Evo Morales), são ditadores e anacrônicos por não aderirem por completo à política neoliberal.

Nas Considerações Finais, retornamos ao ponto de partida, que, na sua subjetividade, se apresentava como um todo caótico desconhecido. Ao retornar ao fenômeno, depois de uma vasta saturação da realidade, percebemos um salto de qualidade no fato, revelando uma essência não visível no início da investigação. Com base em Marx, Kosik (1976) afirma que o ponto de chegada apresenta algo a mais do ponto de partida. “O caminho entre a ‘caótica representação do todo’ e a ‘rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações’ coincide com a compreensão da realidade” (KOSIK, 1976, p. 36). Não foi uma tarefa nada fácil o percurso que caminhamos, considerando que nosso objeto estava em constante movimento. Mesmo com um recorte temporal determinado, a análise sofria influência direta dos acontecimentos, já que o governo Bolsonaro estava em andamento.

Finalizamos nosso percurso apontando a mídia como corresponsável pelo avanço do conservadorismo no Brasil. O Globo e a Folha de S.Paulo deram grandes contribuições para potencializar o sentimento antipolítica e antipetista que elegeu Jair Bolsonaro. No campo econômico, os dois jornais também abraçaram a agenda neoliberal, a mesma que representa o conservadorismo. Para Lacerda (2019, p. 58), “O eixo da linguagem neoconservadora é a

ideia de privatização. Seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais; seja no sentido de se manter intocado o poder patriarcal.” Porém, no que diz respeito aos costumes, os periódicos, ainda que de forma superficial, sem abordar questões transversais referentes aos temas em debate, não são aliados das ideias conservadores, posicionam-se de forma mais progressista.

Para além de apresentar uma síntese acerca de nosso objeto de estudo, procuramos, nas Considerações Finais, atualizar o cenário político no tocante à difícil relação da mídia com o governo Bolsonaro e sobre a disseminação de notícias falsas que continuam crescendo particularmente no Brasil, a partir do modelo de comunicação que impera no governo. Esperamos, com nossa pesquisa, contribuir com o debate acerca de democratização da comunicação.

## **CAPÍTULO 1**

### **A Mídia no Modo de Produção Capitalista: função ideológica e interesses materiais**

#### **1.1 Mídia, aparelho privado de hegemonia e intelectuais**

A disputa de ideias é algo secular e acompanha toda a história da humanidade. Uma história que se dá lado a lado do desenvolvimento dos meios de comunicação, o que faz da informação um lugar central na batalha ideológica no mundo moderno. Desde o surgimento dos tipos móveis de Gutenberg, no século XV, até os grandes conglomerados midiáticos do século XXI, o processo comunicacional esteve enraizado a outras formas de poder - econômico, político, cultural e militar - e foi usado para atender interesses de classes, e sobremaneira a classe dominante, da qual seus proprietários são partícipes.

Muitos autores já dissertaram sobre a evolução do pensamento hegemônico e, na maioria das vezes, a mídia aparece como um aparato determinante para a reprodução das relações sociais e da manutenção do consenso. Dessa forma, para entender o atual momento histórico e a atuação dos meios de comunicação na sustentação do capitalismo, é preciso analisar o papel ideológico da mídia e seu impacto na sociedade. E isso só é possível ao superarmos o fenômeno dado, o fato empírico, e seguirmos rumo ao concreto, interpretar as determinações que norteiam a direção ideológica dos veículos de comunicação e de seus profissionais ou, em termos gramscianos, os aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais.

Nesse sentido, a mídia é apontada como a principal responsável pela disseminação do poder simbólico, poder tradicionalmente confiado às escolas, igrejas, sindicatos, meio acadêmico etc. Não que essas instituições tenham deixado de ter uma forte influência na sociedade - sobretudo a religião, um dos braços da nova onda conservadora que vem crescendo em escala global. Sem dúvida, continuam sendo aparatos ideológicos, mas perderam o protagonismo para jornais, revistas, rádio, televisão e internet, meios que se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de conteúdos que são oferecidos a uma grande massa da população. Segundo Thompson (1998), “a atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coerciva” (p. 24). No caso

da pesquisa em questão, o poder simbólico nos interessa em particular, já que engloba os meios de comunicação.

Ao analisar a construção da ideologia burguesa e seus significados no clássico *A Ideologia Alemã*<sup>5</sup>, Marx e Engels afirmam que a “produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e 'ao comércio material dos homens'; é a linguagem da vida real” (posição 98). Para os autores, o pensamento dos homens está diretamente vinculado à condição material, levando à produção intelectual, “quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo” (Ibid).

Na concepção marxista, a ideologia dominante deriva das ideias da classe dominante, a mesma que domina a sociedade no plano material, ou seja, no campo econômico, social e político.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX, 2012, p. 156).

Apoiada em Marx, Chauí (2006, p. 78-79) também discorre acerca da definição do termo ideologia. Além de concordar com o autor sobre a divisão de trabalho material e intelectual dentro da classe dominante, ela lembra que a alienação se encarrega de tornar as ideias dominantes aceitáveis pela classe dominada. “[...] Enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá”. Dentro dessa perspectiva, a autora reforça o caráter de classe e de dominação no processo ideológico e afirma que o que faz das ideias dominantes uma “força quase impossível de ser destruída” é o que está oculto. Ou seja, esse processo ideológico está cercado de determinações que não estão visíveis na aparência, são meras

---

<sup>5</sup> Versão digital, de domínio público. No texto, não consta o ano da publicação.

abstrações. Para desvendá-la é necessário entender as mediações que fazem do pensamento da classe dominante a ideologia dominante. Em seu ponto de vista,

o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. [...] a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades [...] que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetem. [...] a ideologia simplesmente cristaliza em ‘verdades’ a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. [...] é seu papel fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas [...] e representam realidades autônomas (CHAUI, 2006, p. 79).

Para melhor entender as mediações que os veículos de comunicação representam no mundo capitalista, este trabalho dialoga com as reflexões de Gramsci, autor com vasta literatura sobre o papel dos intelectuais e dos aparelhos privados de hegemonia e como esses atores se movimentam e se articulam para o controle ideológico da sociedade. Neste sentido, cabe aqui alguns conceitos gramscianos e releituras desenvolvidas por outros autores, que muito contribuem para analisar a mídia brasileira. Assim como aponta Gramsci (2007, p. 284), enxergamos os meios de comunicação como aparelhos privados de hegemonia, definidos como “iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes”.

Esses aparelhos privados de hegemonia estão ancorados na sociedade civil, espaço de disputa ideológica entre as classes dominante e dominada. Diferentemente de Marx, Gramsci vai dizer que existe uma batalha de ideias e que, em algum momento, as ideias das classes subalternas podem tornar-se dominantes. O autor defende a construção do consenso a partir dessa disputa e de ideias contra-hegemônicas. A sociedade civil seria o contraponto à sociedade política ou aparelho de Estado, apesar de as duas instâncias formarem a totalidade do Estado ampliado. Na concepção de Gramsci (2001),

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é construído para toda sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 21).



Enquanto a sociedade política detém o monopólio legal da coerção, a sociedade civil, por seus aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, trava uma disputa ideológica em busca do consenso. É possível deduzir, portanto, que a sociedade civil, com todas as suas particularidades, situa-se em uma arena de luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais lutam para conservar ou conquistar a hegemonia. Ou seja, Gramsci percebe a disputa de hegemonia como um caminho a ser trilhado também pelas classes subalternas, para que se supere a condição de dominada e assumam a direção ideológica da sociedade.

Ao analisar a luta de classes na Itália do início do século XX, o autor sardo identificou a hegemonia não como uma construção monolítica, mas como fruto da disputa entre blocos de classes, como explica Dênis de Moraes, autor brasileiro que se dedica a estudar a comunicação sob a ótica gramsciana. Segundo Moraes (2011, p. 48), a hegemonia pode “ser reelaborada e modificada, em um processo de ações concatenadas, resistências e vitórias cumulativas, tanto no âmbito da sociedade civil (através de associações e movimentos contra-hegemônicos) quanto no seio da sociedade política (ou do Estado em sentido restrito). A hegemonia está sendo permanentemente desafiada por outras pressões sociais. Por mais que seja dominante, busca-se confrontá-la e debitá-la”.

Moraes (2011) argumenta que a imprensa, assim como qualquer outro aparelho privado de hegemonia, ora trabalha para conservar ora para converter o domínio do pensamento. No entanto, se de um lado alguns setores da sociedade civil trabalham para garantir a sustentação ideológica de classes e instituições hegemônicas, de outro, entidades diretamente vinculadas às classes subalternas também atuam de forma contra-hegemônica, anticapitalista e alinhadas às lutas e reivindicações dos menos favorecidos.

A imprensa corporativa é um claro exemplo do primeiro caso, já que “defende, difunde e procura incutir visões de mundo afinadas com as de determinados segmentos sociais, credenciando-se como veículo de unificação ideológica na formação de consensos sociais” (MORAES, 2016, p. 106), enquanto a informação contra-hegemônica é praticada por veículos de comunicação viés mais progressista, como jornais alternativos, *sites* e *blogs* – no Brasil temos exemplos como *o Brasil 247*, *Rede Brasil Atual*, *Brasil de Fato*, *O Cafezinho*, *Esquerda Online*<sup>6</sup>, entre tantos outros veículos da chamada mídia ingajada. De

---

<sup>6</sup> Brasil 247 (<https://www.brasil247.com/>), Rede Brasil Atual (<https://www.redebrasilatual.com.br/>), Nocaute (<https://nocaute.blog.br/>), Brasil de Fato (<https://www.brasildefato.com.br/>), O Cafezinho (<https://www.ocafezinho.com/>), Esquerda Online (<https://esquerdaonline.com.br/>).

toda forma, a disputa de hegemonia é desigual, já que se trata de uma luta entre o capital, a classe dominante, e a classe dominada, esta muito maior em quantidade, mas minúscula quando se trata de acesso a espaço de poder.

Como se vê, a batalha de ideias não é algo estanque, está em constante movimento, de modo que qualquer possibilidade de mudança cultural se dará de forma gradual, fruto de pressões capazes de alterar as mentalidades e os sentidos de entendimento da vida social. Moraes cita Gramsci, para quem “as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante ‘explosões’ rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de ‘combinações sucessivas’, de acordo com ‘fórmula de autoridade’ variadíssimas e incontroláveis” (GRAMSCI, 2000, p. 207 *apud*, MORAES, 2016, p. 26).

Esse consenso vai se dar a partir do momento em que uma determinada classe passa a impor seu pensamento como dominante, ideias estas conferidas à classe que assume a direção ideológica da sociedade. Ao longo dos anos, principalmente a partir do século passado, os meios de comunicação passaram a ocupar uma posição central na construção da realidade e na manutenção do pensamento em voga, qual seja, o pensamento da burguesia – econômica, política e intelectual. Essa condição coloca a mídia como instrumento balizador do consenso dominante. “A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância” (RIBEIRO, 2008, p. 195).

Apoiados em meios tecnológicos, habilidades, competências e formas de conhecimentos, os veículos de comunicação empresariais e seu corpo técnico são responsáveis pela transmissão do conteúdo simbólico ou capital cultural, graças, entre outros aspectos, ao prestígio acumulado, ao reconhecimento e ao respeito tributados a alguns produtores ou instituições. Gramsci (2001) define os profissionais da mídia – editorialistas, colunistas, articulistas, editores, repórteres e colaboradores - como intelectuais orgânicos, cuja função é reproduzir a ideologia dominante para obter o consenso.

Para Moraes (2016), os meios de comunicação funcionam como “agentes históricos essenciais para modelar a opinião pública e delinear os contornos da vontade política. [...] Embora não seja o único instrumento de informação, difusão cultural, ação pedagógica e persuasão, a imprensa [...] se situa no centro nevrálgico do acirrado embate pelo consenso

numa dada sociedade” (p. 63). Dito de outra forma: é através do consenso que se constrói a hegemonia, a partir de embates pela “conquista da liderança cultural, moral e política de uma classe, ou bloco de classes sobre as outras, no contexto concreto da luta de classe.” (Ibid., p. 11). Ou seja, estamos falando da direção político-ideológica fundada no consenso, que é diversa da dominação fundada na coerção. Coutinho (in GRAMSCI, 2011, p. 27) afirma que

As funções sociais da dominação e da coerção cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso. [...] do ponto de vista material, o que desaparece são os aparelhos coercitivos, os mecanismos de dominação burocrática, de gestão da sociedade por métodos “pelo alto”. Ao contrário, os portadores materiais da sociedade civil [...], ganhando uma nova função – organizarem de “de baixo para cima” a reprodução e a direção da vida social, através do ‘autogoverno’ contraposto ao ‘governo dos funcionários’ [...] –, continuam a desempenhar um papel decisivo nas “sociedades reguladas”. (COUTINHO, *In* GRAMSCI, p. 27)

É preciso perceber a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia para além do imediato. Se na aparência, a mídia corporativa se apresenta como arauto da ética, da imparcialidade e da credibilidade, da objetividade e compromisso com a verdade, na essência, representa os interesses de uma classe social. A título de ilustração, pegamos emprestado alguns exemplos utilizados pela pesquisadora Cátia Guimarães (2015), que, na sua tese de doutorado, discorreu sobre jornalismo e luta de classes. A autora analisou quatro notícias divulgadas por jornais brasileiros, as quais deixam claras as dimensões de classe contidas.

Entre os exemplos utilizados está uma matéria, publicada pelo *O Globo* em 6 de abril de 2014, na qual o jornal relata a dificuldade de uma patroa em conviver com as novas regras que passaram a regular, a partir daquele ano, o trabalho dos empregados domésticos: “A bancária Rachel Gonçalves, 35 anos, foi uma das que se enquadraram na lei: instituiu o livro de ponto e pagava em dia as horas extras da doméstica Katia de Paiva. Um ano depois, ela conta que o livro de ponto, na prática, durou apenas um mês. Logo foi abandonado com a rotina muito intensa do trabalho de Rachel. Em razão das muitas horas extras — que resultavam num acréscimo de R\$ 600 ao salário de R\$ 1.100 mensais — ela teve de demitir Kátia três meses depois das mudanças na lei.”

A matéria se preocupa em expor a dificuldade de uma patroa em pagar hora-extra a uma trabalhadora, a partir da implantação da lei, minimizando a sobrecarga laboral da doméstica, que, possivelmente, não era remunerada pelas horas excedentes antes da lei. Outro enfoque no texto é o de que a nova regulação estava mexendo com a rotina da patroa,

que tinha que se preocupar em administrar um livro de ponto, desdenhando da carga-horária estendida da empregada, algo aparentemente antigo. Segundo análise de Guimarães (2015),

[...] a estruturação do texto leva o leitor a lamentar pela dona da casa [...] e não pela doméstica, que perdeu o seu meio de sobrevivência. Temos claramente um processo de *inversão* da realidade na notícia. Isso significa que a matéria põe de ponta a cabeça as diferenças concretas entre empregador e empregado, a relação de causa e consequência e de anterioridade dos problemas descritos e muitos outros aspectos absolutamente objetivos do fenômeno que está sendo tratado. Embora possa ser parcialmente explicada pelo público a que se destina o jornal O Globo, composto majoritariamente por frações da classe média, isso diz respeito a um critério mercadológico, portanto ao processo interno de construção do jornal e de modo algum elimina a objetividade da questão em si, que se apresenta, portanto, *invertida* (GUIMARÃES, 2015, p. 70).

Em outro exemplo, Cátia Guimarães cita uma matéria, publicada na edição de 7 de agosto do jornal O Dia, sobre um caso de violência na comunidade de Jacarezinho, Rio de Janeiro, quando quatro policiais da UPP eram acusados de estuprar três mulheres. O texto resgata uma informação divulgada dias antes sobre a suspeita de que as mulheres tinham ligação com drogas, como se fosse justificável estupro em pessoas envolvidas com entorpecentes: “(...) Ao contrário do que foi publicado na edição de quarta-feira, quando testemunhas do caso e policiais da UPP denunciaram à reportagem que as vítimas tinham envolvimento com o consumo de drogas, nenhuma das três possui passagem por este tipo de crime”, diz trecho da matéria. Conforme interpretação de Guimarães (2015),

Na medida em que, ironicamente, podemos afirmar que no Brasil não vige nenhuma lei que determine que a polícia deva aplicar a “pena” de estupro a usuários de drogas, jornalisticamente, essa informação tem tanta importância quanto a cor do sutiã das mulheres violentadas. Num modelo de jornalismo “econômico” como o nosso, em que é preciso ser objetivo, conciso, “ir direto ao ponto” e informar principalmente aquilo que responde a perguntas previamente determinadas, isso não se configura como um aleatório excesso de apuração descritiva. No jornalismo, como talvez em todas as formas mais objetivas de leitura e apresentação da realidade, informa-se também com o que se diz a mais ou a menos. Assim, ainda que de forma disfarçada, o uso ou não de drogas passa a ser um critério de avaliação e julgamento produzido pela matéria — como construção de realidade que é —, portanto, externo ao fato objetivo noticiável. Em outras palavras: implícito está que as vítimas (de estupro) seriam menos vítimas se fossem “criminosas” usuárias de drogas. Assim, *naturaliza-se*, no âmbito do discurso e das ideias, algo que não pode ser objetiva e materialmente traduzido como lei ou critério num Estado de Direito: que alguns têm menos direitos do que outros, que a presunção de inocência tem classe social, e que, dependendo da vítima e do algoz, um crime justifica outro. Essa *naturalização* está na base das incontáveis matérias jornalísticas que, ao noticiarem a morte de moradores de favela ou das periferias brasileiras, principalmente quando há envolvimento da

polícia, apressam-se em informar se a vítima tinha ou não antecedentes criminais (GUIMARÃES, 2015, p. 72).

Além do exemplo de Guimarães (2015), outro que também ilustra esse caráter de classe da mídia empresarial é uma edição da revista *Veja* (2006), em pleno processo eleitoral. Uma das capas da revista nesse período traz a foto de uma mulher negra segurando o título de eleitor e, na legenda, uma clara demonstração de estímulo à xenofobia e tentativa de dividir a sociedade a partir das diferenças regionais: “Ela pode decidir a eleição”, dizia a legenda, acompanhada do seguinte texto: “Nordestina, 27 anos, educação média, 450 reais por mês, Gilmara Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança na eleição de outubro”. Nas páginas internas, mais preconceito: “[Gilmara] não tem dinheiro para comprar um par de óculos para o filho caçula, mas está satisfeita com a vida – e com Lula. ‘Ele é um homem bom’, diz ela, que, como outros 22 milhões de nordestinos, recebe o Bolsa Família – a mais espetacular alavanca eleitoral de Lula no Nordeste” (VEJA, 2006, 10 de agosto).

“Ali estava em jogo a legitimidade do voto e, conseqüentemente, da vitória da recondução do presidente Lula, já que algumas matérias e análises estatísticas questionáveis faziam crer nesse resultado, que seria confirmado unicamente a partir do voto dos chamados ‘rincões’: as regiões Norte e Nordeste”. (MOHAMMED; ZANFORLIN, 2008, p. 305). Em outro texto da mesma edição, a *Veja* diz que “O Nordeste enfrenta uma bolha de crescimento inflada pelo aumento do consumo, que, por sua vez, é lastreado em grande parte no dinheiro que os brasileiros que trabalham e pagam impostos carregam para a região em programas assistenciais”. Em outra matéria, cujo título é “Reféns do assistencialismo”, o repórter afirma que os programas sociais do governo “distribuem dinheiro dos brasileiros que trabalham e pagam impostos a 44 milhões de outros brasileiros”, se referindo aos nordestinos. Para Borges (2006), essa edição da *Veja* “visa exatamente contaminar a madame e outros individualistas empedernidos das camadas médias”<sup>7</sup>.

Os exemplos citados são uma pequena mostra do caráter classista da mídia, de tornar normais os privilégios da classe dominante e, ao mesmo tempo, naturalizar a exploração e a violência nas camadas subalternas. Com base nos textos de Iasi, Guimarães (2015) explica que a ideologia dominante inverte, naturaliza, oculta e apresenta o particular como se fosse

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://vermelho.org.br/2006/08/13/altamiro-borges-veja-estimula-odio-e-preconceitos/>. Acesso em 29 jun. 2020.

universal. “(...) Quando se *inverte* a opressão entre ‘patroa’ e empregado doméstico, está-se também *ocultando* um conjunto de fatores que determinam essa relação; quando se *naturaliza* o crime contra usuários de drogas tratados como ‘criminosos’, está-se também *invertendo* o lugar social ocupado pela polícia e pelo infrator (ou simplesmente entre o Estado e a sociedade) e *ocultando* as condições sociais que geram o crime” (GUIMARÃES, 2015, p. 74).

Gramsci aponta duas vertentes distintas sobre ideologia, uma historicamente orgânica e outra arbitrária, racionalista, voluntarista. “Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizavam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Enquanto são ‘arbitrárias’, não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas etc (GRAMSCI, 2011, p. 147-148). Fazendo um paralelo entre a ideologia e os meios de comunicação, Morais (2009) diz que “é no domínio da comunicação que se esculpem os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras – por mais que estas continuem se manifestando e resistindo” (p.46). Portanto, cabe ao trabalho intelectual a disseminação da ideologia, como reforça Gramsci (2001):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc, etc. (GRAMSCI, 2001, p. 15)

Para o pensador italiano, os intelectuais estão presentes tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. No caso dos meios de comunicação, aparelho privado de hegemonia do qual nos propomos a analisar, quem desempenha o papel de intelectual orgânico é seu corpo técnico - editores, articulistas, colunistas, editorialistas, produtores e repórteres -, atores fundamentais na disputa de ideias, batalha que também se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individual e coletiva.

Essa premissa de que a ideologia está presente em todos os espaços das relações sociais levou Gramsci a distinguir os intelectuais orgânicos do senso comum, considerando, todavia, que tanto um quanto o outro estão inseridos no campo da Filosofia. Não por outra

razão o autor italiano considera filósofos todos os atores sociais, ainda que os diferenciem entre os simples, cuja filosofia primitiva é senso comum, e os intelectuais orgânicos, que estão na linha de frente da batalha ideológica.

Para Gramsci (2011, p. 113), se todos os homens são filósofos, com uma concepção do mundo que se expressa na linguagem, eles são também intelectuais. “Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia ‘científica’ e filosofia ‘vulgar’ e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e de opiniões” (p. 133). E acrescenta:

todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2011, p. 52).

Reconhecendo essas duas categorias de intelectuais, Gramsci (2011) propõe a filosofia da práxis para que a batalha de ideias aconteça, no sentido de conduzir os “simples” – a coletividade do senso comum - a uma concepção de vida superior. Afirmam o teórico:

Se ela [a filosofia da práxis] afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2011, p. 136).

Enquanto *locus* ideológico dos intelectuais orgânicos e de formadora de opinião, a mídia necessita do senso comum para a construção de seu público. O senso comum, diga-se de passagem, que está em constante transformação, transitando nas contradições das noções científicas e com opiniões filosóficas que se reverberam nos costumes. Tal característica, para o autor, gera um processo dialético entre intelectuais e massa.

[...] Mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. No processo, porém, repetem-se continuamente momentos nos quais entre a massa e os intelectuais (ou alguns deles, ou um grupo deles) se produz uma separação, uma perda de contato, e, portanto, a impressão de “acessório”, de complementar, subordinado (GRAMSCI, 2011, p. 138).

Além da mídia, outros aparelhos privados que disputam a hegemonia na sociedade civil são os partidos, o parlamento, a religião, a escola, cujo objetivo é modelar a opinião, de modo a desagregar qualquer movimento discordante. Bobbio (2017) também contribui com esse debate ao afirmar que,

Nas sociedades de massa, os mais diretos herdeiros da mentira útil são os sistemas ideológicos e seus derivados. Os escritores políticos sempre souberam, e hoje sabem ainda mais, que o poder político propriamente dito, cujo instrumento típico é o uso da força, não pode desprezar o poder ideológico e, portanto, os “persuasores”, estejam eles evidentes ou ocultos. O regime democrático – e aqui entendo por “regime democrático” o regime no qual o poder supremo (supremo na medida em que apenas ele está autorizado a usar em última instância a força) é exercido em nome e por conta do povo através do procedimento das eleições por sufrágio universal repetidas a prazo fixo – também não pode deixar de considerar tal poder ideológico: ao contrário, precisa dele mais que a autocrata ou o grupo dirigente oligárquico diante dos quais os súditos são uma massa inerte e privada de direitos (BOBBIO, 2017, p. 161-162).

Para tentar controlar a vida social, a mídia amplia e silencia a realidade, disseminando conteúdos que ajudam a unificar a opinião pública com o objetivo de manter a ordem dominante. Ou seja, a imprensa tem a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24). Bourdieu (2018), por sua vez, vai dizer que

o sistema de produção dos bens simbólicos ou o sistema de produção dos produtos desempenham, também – isto é, pela lógica mesma de seu funcionamento – funções ideológicas pelo fato de que se mantém escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e para a permanência das relações de dominação (BOURDIEU, 2018, p. 200).

Gramsci (2011), novamente, enriquece esse debate:

Fatos amadurecem na sombra, poucas mãos (não submetidas a nenhum controle) tecem a rede da vida coletiva – e a massa ignora, porque não está preocupada com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com pontos de vista estreitos, com finalidades imediatas, com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos – e a massa dos homens ignora, porque a ela nada disso importa. Mas os fatos que amadurecem terminam por vir à tona; e a rede tecida na sombra se conclui – e, então, parece que é a fatalidade a arrastar tudo e todos, parece que a história não passa de um enorme fenômeno natural, uma erupção, um terremoto, do qual todos são vítimas, os que quiseram e os que não quiseram, os que sabiam e os que não sabiam, quem foi ativo e quem foi indiferente (GRAMSCI, 2011, p. 60).



Esse poder que os meios comunicação têm sobre a opinião pública os colocam na mesma condição de partidos políticos, segundo a tese defendida por vários atores. Assim como os partidos, a mídia é *locus* gerador de intelectuais orgânicos, desempenhando na sociedade civil a mesma função que o Estado desenvolve na sociedade política. Ou seja, dialoga com os intelectuais tradicionais e com os “simples”, com o senso comum. Assim como na esfera partidária, na imprensa também existem graduações entre seus intelectuais, desde as funções mais básicas, como pauteiros, repórteres, até editores, colunistas, articulistas e editorialistas – só para citar essa graduação nas redações jornalísticas -, todos com função intelectual.

Sobre esse aspecto, Ianni (2001) nos apresenta o príncipe eletrônico, um ator social que deriva do príncipe de Maquiavel e do moderno príncipe de Gramsci e que hoje está representado na roupagem dos meios de comunicação. Enquanto no período medieval a hegemonia dominante era atribuída ao príncipe, ao soberano, ao governante, na época moderna quem tinha essa função era o partido político. Na atualidade, a mídia assume esse protagonismo, ressignificando mecanismos de controle ideológico através do príncipe eletrônico.

Se o príncipe maquiavélico detinha a hegemonia a partir do Estado, o moderno príncipe de Gramsci produzia um chefe político que poderia conquistar o Estado ou mesmo fundar novo tipo de Estado, não mais como um rei, mas como partido político.

[...] o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político” (GRAMSCI, 2011, p. 238).

O príncipe gramsciano recupera de Maquiavel a formatação de uma vontade coletiva nacional-popular, por meio da organização e atuação intelectual e moral. Sobre esse assunto e já reconhecendo a mídia como o príncipe dos novos tempos, Ianni (2001) vai dizer que, ao longo dos séculos, tanto do ponto de vista teórico como prático, foram surgindo muitos “príncipes”, em situações e regiões distintas, seja em regimes autoritários ou democráticos, monarquia ou na república, revoluções ou contrarrevoluções. Nas palavras do autor, muitos impunham sua liderança como caudilho, patriarca, ditador, presidente ou dirigente, tanto civil quanto militar, religioso, intelectual. A maioria era formada por homens, embora haja registro da presença feminina entre esses príncipes.

Tanto o Príncipe de Maquiavel como o Moderno Príncipe de Gramsci são tipos ideias ou arquétipos que estão referidos à capacidade de construir hegemonias, simultaneamente à organização, consolidação e desenvolvimento de soberanias. Sim, é possível encontrar ressonância do príncipe maquiavélico no moderno príncipe gramsciano. Mas é inegável que os dois ‘tipos ideais’ ou ‘arquétipos’ apanham aspectos fundamentais da Política, como teoria e prática. Respondem a diferentes desafios histórico-sociais próprios de cada época. Implicam em diferentes avaliações sobre o dirigente e as condições de sua atuação, visto em suas especificidades e em suas interpelações, tensões e acomodações e dissociações. Mas sintetizam algo da essência da Política, ao ressaltar como fundamentais as categorias *hegemonia e soberania* (IANNI, 2001, p. 5).

O avanço do capitalismo e a globalização alteram, quantitativa e qualitativamente, as relações sociais e a correlação de forças, levando a uma reconfiguração histórico-social de vida, trabalho e cultura. As tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas vão influenciar de forma global todas as esferas da sociedade e novos atores vão assumindo um papel de destaque da estrutura de poder, dando origem a novos aparelhos privados de hegemonia como os *think tanks*, as instituições que se dedicam a *lobbies* e as corporações transnacionais, incluindo aí as empresas midiáticas.

Esse pode ser o clima em que se forma, impõe e sobrepõe *O Príncipe Eletrônico*, sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da Política na época da globalização. (...) Trata-se de um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante, da mídia no âmbito de tudo o que se refere à Política (IANNI, 2001, p. 5-6).

O autor define o príncipe eletrônico como

o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Um intelectual orgânico coletivo, já que sintetiza a atividade, o descortino e as formulações de várias categorias de intelectuais: jornalistas e sociólogos, locutores e atores, escritores e animadores, âncoras e debatedores, técnicos e engenheiros, psicólogos e publicitários; todos mobilizando tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como técnicas sociais de alcance local, nacional, regional e mundial. (...) Essa é, em larga medida, a fábrica da hegemonia e da soberania, que teriam sido prerrogativas do Príncipe de Maquiavel e do Moderno príncipe de Gramsci. Agora é o Príncipe eletrônico que detém a faculdade de trabalhar a virtú e a fortuna, a hegemonia e a soberania; ou o problema e a solução, a crise e a salvação, o exorcismo e a sublimação. Assim se instaura o imenso ágora eletrônico, no qual muitos navegam, naufragam ou flutuam, buscando salvar-se (Ibid., p. 25).

Abramo (2003), no livro *Padrões de Manipulação da Grande Imprensa*, também associa a imprensa a organizações político-partidárias, tendo se transformado em novos órgãos de poder, manipulando e recriando realidades. E compara:

Os *partidos* são um ponto de referência para segmentos sociais, têm seus simpatizantes e seu *eleitorado*. Os *órgãos de comunicação* também são um ponto de referência para milhares ou milhões de leitores/espectadores, têm seus simpatizantes e seguidores, o seu *leitorado*. (...). Os *partidos* procuram conduzir partes da sociedade ou o conjunto da sociedade para alvos institucionais, para a conservação de algumas instituições e para a transformação de outras: têm enfim um projeto histórico relacionado com o poder. Os *órgãos de comunicação* também procuram conduzir a sociedade, em parte ou no todo, na direção da conservação ou da mudança das instituições sociais; têm, portanto, um projeto histórico relacionado com o poder. (...) Os *partidos* têm representatividade, em maior ou menor grau, na medida em que se exprimem interesses e valores de segmentos sociais; por isso destacam, entre seus membros, os que disputam e exercem mandatos de representação, legislativa ou executiva. Os *órgãos de comunicação* agem como se também recebessem *mandatos* de representação popular, e alguns se proclamam explicitamente como detentores de mandatos. Oscilam entre se auto-suporem demiurgos da vontade divina ou mandatários do povo, e confundem o consumo dos seus produtos ou o índice de tiragem ou audiência com o voto popular depositado em urna (ABRAMO, 2003, p. 45-46).

Exemplo explícito e já muito conhecido acerca do funcionamento do “partido da mídia” é a declaração da executiva do jornal Folha de S.Paulo, Judith Brito, que, em uma entrevista para o jornal O Globo, em 2010 - o último ano do governo Lula e da primeira eleição de Dilma Rousseff, ambos do PT-, não hesitou em declarar que a imprensa brasileira desempenha o papel de partido de oposição e que os “meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada<sup>8</sup>”. À época, a executiva era a presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), entidade de classe que representa os proprietários das empresas de comunicação imprensa. “Recriando a realidade à sua maneira e de acordo com os seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de erro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder” (ABRAMO, 2003, p. 47).

Moraes cita Lenin, que percebe os meios de comunicação como correia de transmissão na propagação de valores e pontos de vista, o que coloca a imprensa em condição privilegiada enquanto distribuidora de conteúdo. O autor também recorre a Marx, para quem esses veículos “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX, *apud* MORAES, 2016, p 30). Dessa forma,

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>. Acesso em 18 mai. 2015.

é possível afirmar que as empresas de comunicação são agentes ideológicos que buscam manter a hegemonia, na tentativa de influir na definição de juízos e valores e credenciar-se como órgãos de direção cultural, moral e política. Na maioria das vezes, esses veículos promovem ou desqualificam pontos de vista de acordo com seus alinhamentos. Segundo Moraes (2016), as empresas de comunicação

Disseminam ideias, valores e filosofias que funcionam como caixas de ressonância de posições presentes nas pelejas ideológico-culturais. Nem sempre os aparelhos de hegemonia podem ser enquadrados apenas como ‘privados’, pois, em situações concretas, orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas ideias e difusores do senso comum fixado pelo bloco de classes hegemônico e dirigente. [...] Os aparelhos de hegemonia atuam como difusores de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil. É o caso precípua dos meios de comunicação, atores políticos diferenciados, tendo em vista o seu raio de alcance massivo, a capacidade persuasiva e a interferência desmedida na conformação do imaginário coletivo (MORAES, 2016, p. 19-20).

Referindo-se à televisão – mas que estendemos a toda mídia de massa -, Ianni (2001) explica que o príncipe eletrônico “registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que poderia ser a realidade e o imaginário” (p. 11). Esse perfil manipulador da mídia também foi objeto de análise de Debord (1997), autor do clássico *Sociedade do Espetáculo*. Em seus escritos, é possível inferir que, a partir da manipulação, os fatos ideológicos se apresentam como “consciência deformada das realidades, e, como tais, fatores reais que exercem uma real ação deformante” (DEBORD, 1997, p. 137). Essa fraude cria uma confusão em torno da realidade social, oferecendo uma ideologia recortada do real. Nas palavras do autor, essa realidade surge como um espetáculo, o espetáculo é real. “Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente” (DEBORD, 1997, p. 15). E sentencia: “(...) o espetáculo é a afirmação da aparência e a *afirmação* de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência” (DEBORD, 1997, p. 16).

Essa realidade construída a partir da atuação ideológica da mídia acontece desde o momento da produção da pauta, passando pela apuração, redação, edição e exposição gráfica do material jornalístico. Estamos falando do enquadramento da notícia, quando alguns aspectos de uma realidade percebida são escolhidos, e outros não, tornando-os mais salientes, de modo a promover os interesses muitas vezes escusos. “[...] A mídia exerce um papel crucial na constituição da memória social, [a qual] ocupa um lugar central da cultura

contemporânea; é uma dimensão fundamental na constituição dos sujeitos e de suas identidades” (RIBEIRO, 2008, p. 201).

Pela manipulação ou por interesses ideológicos, a mídia, ao estabelecer uma concepção hegemônica, consegue conservar a unidade do pensamento de todo o bloco social, construído e consolidado pelas ideias dominantes (GRAMSCI, 2011). E isso é possível a partir do controle da opinião pública e graças a critérios de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. Para Ianni (2001), a mídia transforma mercadoria em ideologia, mercado em democracia e o consumismo em cidadania. “Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de ‘mentes’ e ‘corações’, em escala global” (IANNI, 2001, p. 12-13). O autor cita Enzensberger, para quem

Todo indivíduo, mesmo o que desfruta de menos autonomia, acredita-se soberano nos domínios da sua consciência. [...] A consciência foi, desde o princípio, produto da sociedade e continuará a sê-lo enquanto existam homens, segundo Marx. [...] A indústria da manipulação das consciências é uma criação dos últimos cem anos. Seu desenvolvimento tem sido tão rápido e tão diversificado, que sua existência permanece ainda hoje incompreendida e quase incompreensível... Enquanto se discute com paixão e detalhadamente acerca dos novos meios técnicos - rádio, cinema, televisão, disco, CD, fax, Internet e outros enquanto se estuda o poder da propaganda, da publicidade e das relações públicas, a indústria da manipulação das consciências continua sem ser considerada em seu conjunto, como um todo. [...] A indústria da manipulação das consciências nos vai constringer, em futuro muito próximo, a que a consideramos como uma potência radicalmente nova, em crescente desenvolvimento, impossível de ser medida com base nos parâmetros disponíveis. Estamos ante a indústria-chave do século vinte (ENZENSBERGER, *apud* IANNI, 2001, p. 10).

A exposição dos autores acima deixa claro que a mídia representa um dos aparatos ideológicos mais importantes na disseminação de conteúdos que vão organizar e a unificar a opinião pública. Daí, é possível perceber uma opinião pública “estritamente ligada à hegemonia política” (GRAMSCI, 2011). Em outras palavras, “pela comunicação, formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história (COUTINHO, 2008, p. 44-45). Lima (2007, p. 85) corrobora o debate, afirmando que “é através da mídia que a política é construída simbolicamente e que adquire significado.”

Encerrando esse tópico, onde buscamos mostrar a carga ideológica dos meios de comunicação e sua relação com a hegemonia dominante, e já antecipando o tópico seguinte, quando vamos tratar da engrenagem materialista da mídia, recorreremos ao pesquisador Serrano (2009):

Da mesma forma que os meios de comunicação gostam de se apresentar como reflexo da realidade na sua cobertura jornalística, quando opinam ou editorializam seus conteúdos tentam fazer com que os cidadãos pensem que essa opinião ou posição ideológica são apenas reflexo do que pensa a maioria das pessoas, “um clamor”, como costumam fazer com frequência. É um claro exemplo de covardia intelectual e de como enganar a audiência, uma vez que não os anunciam como ideologia própria ou proposta política, mas procuram fazer-nos crer que são os cidadãos que participam dessa posição e exigem ações, sem que existam elementos informativos rigorosos que os sustentem (SERRANO, 2009, p. 58, tradução nossa).

## **1.2 O viés econômico, que também é ideológico, dos meios de comunicação**

A função ideológica da mídia, como da burguesia de uma forma mais ampla, não está apartada dos interesses materiais dessa classe dominante. No tópico anterior nos debruçamos mais na batalha das ideias travadas na sociedade e o papel da mídia nesse processo e agora nos propomos a discorrer sobre os interesses capitalistas dos meios de comunicação. Essa divisão, no entanto, tem o caráter apenas didático, uma forma de facilitar a compreensão desta pesquisa. Assim como defendem Marx e Gramsci, entendemos que a política e a economia são uma só unidade ideológica que representa a totalidade da sociedade capitalistas.

Dito isto, a partir de agora faremos algumas reflexões acerca dos interesses capitalistas dos meios de comunicação. Os donos da mídia são parte integrante da classe dominante e, embora não assumam abertamente, agem de forma a garantir a manutenção de privilégios dessa classe. Como parte integrante do projeto de acumulação capitalista, os donos da mídia são defensores ferrenhos do atual estágio do neoliberalismo - financeirização do capital, autorregulação do mercado e aprofundamento do Estado mínimo - e imprimem, inclusive, uma forte relação de influência com o Estado, como mostraremos adiante.

Para entender essa nuance dos meios de comunicação, apoiando-nos uma vez mais em Marx, já que recorreremos à Economia Política (EP) crítica, método utilizado por estudiosos da comunicação para analisar a mídia, fundando o subcampo da Economia Política da Comunicação (EPC). Wasko (2006, p. 32) resume a preocupação dos

economistas políticos ao afirmar que esses pesquisadores documentam e analisam as relações de poder, as classes sociais e outras desigualdades estruturais. “Os economistas políticos críticos analisam as contradições e sugerem estratégias de resistência e de intervenção. [...] Incluem uma análise política e econômica, com métodos específicos da história, da economia, da sociologia e da ciência política”. Para a autora, Economia Política da Comunicação compreende

o estudo que examina as relações de poder envolvidas na produção, distribuição e consumo dos media e recursos de comunicação num contexto social mais alargado. A Economia Política da Comunicação privilegia, ainda, questões relacionadas com o poder das classes, mas não com a exclusão de outras relações, e realça a natureza complexa e contraditória de tais relações. A Economia Política da Comunicação desafia, principalmente, o desenvolvimento dos media e da comunicação, que debilita o desenvolvimento de sociedades equitativas e democráticas (WASKO, 2006, p. 53)

Consolidada como uma ramificação da Economia Política crítica, a EPC analisa os papéis desempenhados pelos meios de comunicação na sustentação e ampliação do capitalismo, priorizando a questão da publicidade e a função dos meios de comunicação de massa na acumulação do capital no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo (BOLAÑO, 2000). Uma das primeiras definições de Economia Política da Comunicação data de 1960 e tem como autor Smythe. Para ele, a EPC é “um estudo de orientações políticas e dos processos econômicos, as suas interrelações e a sua influência mútua nas instituições sociais” (SMYTHE, *apud* WASKO, 2006, p. 32). O autor, juntamente com Schiller, inaugurou os estudos da EPC nos Estados Unidos. Segundo Sousa (2008) o subcampo da EPC ganha relevância no pós-II Guerra Mundial, com os estudos desses dois autores americanos. Outros pesquisadores fundadores dessa disciplina são os britânicos Murdock, Golding e Garnham. Estes últimos se diferenciam dos americanos ao incluírem à análise econômica da EPC as relações de poder e o papel do Estado como espaço de disputa social.

Inicialmente, o objetivo de aplicar a EP à comunicação foi avaliar os efeitos das agências de comunicação em termos das políticas que as organizam e dirigem. “Os media são, acima de tudo, organizações industriais e comerciais que produzem e distribuem bens. [...] A economia política da comunicação está interessada, principalmente, no estudo da comunicação e dos media como bens produzidos por indústrias capitalistas” (MURDOCK; GOLDING, *apud* WASKO, 2006, p. 33). Para Smythe e Schiller, a publicidade era utilizada

como ferramenta central das empresas de comunicação, que transformavam a audiência em mercadoria. Já os autores britânicos,

analisaram os modelos de propriedade e controle dos meios de comunicação e seu papel na reprodução das relações de classe, mas deixando claro que não existe determinação da base material sobre a superestrutura cultural em sentido estrito, senão como o estabelecimento de limites dentro dos quais existe ampla margem para a autonomia e a inovação intelectual (KRAKOWIAK, 2018, p. 15, tradução nossa).

A partir das primeiras pesquisas dos pioneiros da EPC, surge um estudo mais sistemático da comunicação e suas relações econômicas e políticas. Outros autores que se interessaram e deram grandes contribuições para a EPC foram Guback, Mattelard, Mosco, Miège, McChesney, Wasko, Schiller, Hills, Mansell, Pendakur, Calabrese, Maxwell, entre muitos outros (SOUSA, 2008).

Mosco (1999) destaca a importância das categorias marxistas na análise científica, já que a EPC tem interesse em estudar o todo social ou a totalidade das relações sociais que formam os campos econômico, político, social e cultural. “Em sentido restrito, a economia política é o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação” (MOSCO, 1999, p. 98). Passados mais de 50 anos do início dos estudos da EPC, essa disciplina ainda mantém características da Economia Política crítica. Sousa cita Garnham, Golding e Murdock e o próprio Mosco como alguns dos teóricos contemporâneos que mantêm viva a chama da teoria crítica nos estudos da comunicação.

Bolaño (2008) lembra que, mesmo a tendência pós-moderna e o neoliberalismo tendo abalado o campo das ciências sociais, a teoria crítica tem resistido e continua influenciando os estudos da comunicação. Isso porque a matriz estruturante da EPC tem origem na crítica de Marx à Economia Política clássica e, mais recentemente, recebeu influência da Escola de Frankfurt e dos Estudos Culturais.

Consideram-se os processos midiáticos contemporâneos dialeticamente marcados pela lógica do valor por movimentos (incompletos) de subsunção do mundo da vida pelos capitais. A descoberta das leis dos fenômenos estudados é uma preocupação do pensamento marxista, o que passa pela análise das continuidades, rupturas e conexões, onde o homem e seu contexto exercem um papel central. Trata-se de um rumo distinto dos métodos quantitativos de análises, próprios do pensamento neoclássico da chamada Economia, que imperam na academia e no mercado. A partir daí, a EPC revela-se fonte inesgotável não só de respostas, mas também de questionamentos (BRITTOS *apud* BOLAÑO, 2008, p. 64-65).



No atual momento do capitalismo, a comunicação está no centro do processo político, diante do seu papel enquanto produtor e reproduzidor das relações sociais. Sobre o protagonismo da mídia no capitalismo monopolista, é importante destacar que as empresas de comunicação necessitam de grandes investimentos, tanto do Estado quanto do setor privado. “O grande capital encontra no setor um campo fértil de expansão, ocasionando a concentração e o fortalecimento dos conglomerados da comunicação, para onde fluem capitais provenientes de setores poderosos, como as telecomunicações, ou o setor financeiro” (BOLAÑO, 2008, p. 72).

Ramonet (2007; 2012) e Serrano (2009; 2010), com ampla pesquisa sobre comunicação de massa, também nos ajudam a entender sobre o projeto de acumulação capitalista reproduzido pelos donos da mídia. Segundo Ramonet (2012, p. 49), muitos grupos midiáticos estão presentes na bolsa de valores, dado que influencia diretamente no conteúdo divulgado pelos veículos de imprensa. “Sim, as mídias que pertencem a eles frequentemente seguram informações suscetíveis de prejudicar esses grupos. [...] Seu objetivo prioritário não será mais fornecer uma informação independente, mas facilitar lucros para seus acionários”. Serrano (2010) complementa o entendimento:

Os proprietários dos meios de comunicação deixaram de ser grupos de comunicação puros, e passaram a ser simplesmente grupos econômicos colossais que não têm porque ter como principal atividade a comunicação. [...] muitos meios se transformaram em meros departamentos de imagem dos centros empresariais. Assim, temos na nossa imprensa, rádio e televisão, acionistas que são bancos, financeiras, seguradoras, empresas de telecomunicações e ainda de armamento, como no caso da França (SERRANO, 2010, p. 24).

Ao perceber o viés mercadológico da comunicação, os pesquisadores da área passaram a dialogar diretamente com o método marxista, buscando respostas fincadas no historicismo e nas práticas sociais, não se limitando ao empirismo, lugar comum nas pesquisas apoiadas por autores pós-modernos, que questionam a noção de totalidade. A EPC reconhece que a realidade é composta pelas partes e pelo todo, por um concreto e suas mediações e contradições, um processo que organiza a vida social. Para Mosco (1999), a comunicação deve ser fundamentada

numa epistemologia realista, inclusiva, constitutiva e crítica. E realista no sentido em que reconhece a realidade tanto dos conceitos como das práticas sociais, evitando desse modo abordagens ideográficas e nomotéticas, atualmente em voga no pensamento pós-estruturalista, as quais defendem, respectivamente, apenas a realidade do discurso ou a rejeição das

premissas da realidade tanto do discurso como das políticas sociais (MOSCO, 1999, p. 105).

Segundo Mosco (1999), é possível analisar a mídia sob o prisma da EPC ao observar o largo crescimento das empresas de comunicação e o avanço da concentração midiática, o que pode ser percebido a partir do ativo, do lucro, da quantidade de funcionários ou do valor das ações. Em expansão no Brasil, a EPC está solidamente estabelecida nos Estados Unidos, Europa, América Latina e Oceania. Além de se voltar para os estudos das relações de poder presentes na produção, distribuição e consumo dos produtos culturais e da comunicação, a EPC se ocupa com a relação de poder na sociedade e suas consequências para a constituição do espaço público e para a democracia.

Brittos (2005) chama atenção para o caminho trilhado pela mídia corporativa, um caminho de expansão, fusões, alianças, aumentando consideravelmente seu capital e maximização do lucro.

As dinâmicas empresariais foram beneficiadas com a adoção de políticas neoliberais por parte dos diversos Estados-Nação, embora não uniformemente, o que implica a adoção de medidas institucionais desregulamentadoras e privatizantes. Esse cenário resulta na proliferação de oligopólios transnacionais e na instituição de um mercado mundial unificado em diversos setores e os capitais industriais partem para maior valorização diretamente financeira, de forma complementar ou em substituição às atividades anteriores, resultando em um sistema que privilegia o capital financeiro, presente nos principais negócios, e um mercado global oligopolizado. [...] A comunicação passa a ser alvo de investimentos pesados, gerando fusões e toda sorte de alianças corporativas, devido às possibilidades abertas para o incremento dos negócios e à midiática da sociedade atual, o que concede centralidade à mídia (BRITO, 2005, p. 133-134).

Ao estudar as empresas de comunicação, a EPC enxerga essas corporações com características similares a qualquer outra empresa capitalista, com fins lucrativos, que tratam a informação como mercadoria, de forma hierarquizada, burocratizada, compatível com a estrutura de poder na fábrica. “Como em outros campos produtivos, as indústrias da mídia são orientadas principalmente pela lógica do lucro e da acumulação de capital, e não há correlação necessária entre a lógica do lucro e o cultivo da diversidade” (THOMPSON, 1998, p. 208-209). Para Sousa (2008, p. 16), “na lógica capitalista dominante, os produtos culturais, em geral, e os produtos mediáticos, em particular, assentam num sistema de mercadorias (produtos com valor de troca) e na propriedade privada dos meios de produção, procurando a acumulação do capital”. A produção material dos meios de comunicação

também é objeto de análise de Braz (2011), autor que traz um olhar a partir do campo do Serviço Social.

É claro que nesta luta entre projetos de sociedade, em que os instrumentos de comunicação assumiram lugar de destaque, a burguesia obteve (e continua obtendo) larguíssima vantagem. Parecem óbvias as razões de supremacia: como os meios de produção e a riqueza socialmente produzida pertencem aos capitalistas, também os meios de produção que envolvem a comunicação e a propaganda estão em mãos burguesas – precisamente, os meios mais poderosos, em todos os níveis e de todos os tipos. Tal constatação permite-nos compreender uma célebre formulação de Marx e Engels, presente em *Ideologia Alemã*: “As ideias dominantes de uma época são sempre as ideias da classe dominante”. Isso sinaliza que a disputa de ideias tem o seu centro decisivo no controle (propriedade) dos meios – dentre eles os de comunicação, mas não só – através dos quais elas são difundidas na sociedade (BRAZ, 2011, p. 377-378).

Diante desse quadro e com a expansão dos estudos da comunicação como parte da engrenagem capitalista, pesquisadores ampliaram o conceito de indústria cultural inaugurado na década de 1940 por Adorno e Horkheimer, fazendo surgir a denominação indústrias culturais, com setores específicos, alguns deles contemplando os vários ramos que compreendem os meios de comunicação. A obra de Adorno e Horkheimer (1985) mostra, pela primeira vez, o conceito de indústria cultural (no singular), que, quase meio século depois, passa para o plural – indústrias culturais – pelas mãos de um grupo de pesquisadores coordenado pelo francês Miège.

Considerados os “pais” do conceito de indústria cultural, Adorno e Horkheimer (1995) analisaram a cultura de massa – na época se referiam ao cinema e ao rádio – como um sistema único, os quais compreendiam uma indústria (a cultural) que abolia desses veículos o caráter de arte, se preocupando apenas com o foco comercial. Em seus estudos, os autores afirmam que a ideologia da indústria cultural é o negócio e chegam a utilizar o termo “caos cultural” para expressar o pessimismo que enxergavam na industrialização da cultura.

O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114).

O pessimismo presente no conceito de Adorno e Horkheimer se deve à fusão da cultura à indústria, o que tornou a cultura “reduzida, vazia, incapaz do sonho e da libertação

do ser humano” (SOUSA, 2008, p. 6). Para além de ter transformado a arte em mercadoria, o conceito de indústria cultural não dava mais conta da amplitude e da evolução do campo cultural, o que impulsionou novas pesquisas, as quais deram origem à definição de indústrias culturais (no plural). Isso porque os vários setores que circundam essa indústria têm lógicas e regras diferenciadas. Não se pode colocar no mesmo nível de análise a radiodifusão (televisão e rádio), música, editora de livros, jornais e revistas, teatro, cinema, circo e, mais recentemente, a disseminação cultural na internet, embora todos esses setores estejam vinculados à lógica do capital. “Em qualquer caso, o conceito de indústrias culturais remete para os *media* e para a cultura como parte integrante da economia de mercado” (SOUSA, 2008, p. 16).

Ao analisar a evolução das indústrias culturais no Brasil, Ortiz (2001) ressalta que essas indústrias não passam de prolongamento das técnicas utilizadas na indústria fabril, o que quer dizer que elas seriam regidas pelas mesmas normas e objetivos: a venda de produtos. A observação de Ortiz ganha força quando Mattelart e Mattelart (1999) apontam a crescente valorização das ramificações culturais pelo capital.

A indústria cultural não existe em si; é um conjunto compósito, constituído por elementos que se diferenciam fortemente uns dos outros, por setores que apresentam suas próprias leis de padronização. Essa segmentação das formas de rentabilização da indústria cultural pelo capital traduz-se nas modalidades de organização do trabalho, na caracterização dos próprios produtos e de seu conteúdo, nos modos de institucionalização das diversas indústrias culturais [...], no grau de concentração horizontal e vertical das empresas de produção e distribuição, ou ainda na maneira pela qual os consumidores ou usuários se apropriam de produtos e serviços (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 122-123).

O pesquisador argentino Krakowiak (2018) também contribui para essa reflexão proposta pela dupla Mattelart:

As indústrias culturais representam o capitalismo como sistema econômico e como cultura, pois valorizam o capital ao mesmo tempo que favorecem sua reprodução ampliada. Garnham considera que a chave de denominação em uma sociedade é a classe social, a qual define como a estrutura de acesso aos meios de produção e a estrutura de distribuição da mais-valia. Seu foco de análise está posto nas relações sociais como característica definidora do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, fonte de mudança histórica (KRAKOWIAK, 2018, p. 16, tradução nossa).

Esse cenário comercial e ideológico da mídia levantou o sinal amarelo por parte dos países do terceiro mundo – sobretudo da América do Sul, África e Ásia -, que passaram a cobrar da comunidade internacional uma comunicação mais democrática, que interrompesse

o colonialismo informacional imposto pelos países hegemônicos. Esse movimento deu origem à “nova ordem mundial da informação e da comunicação” (Nomic), com forte pressão da década de 1970. Em 1977 a Unesco criou uma comissão internacional para o estudo dos problemas da comunicação e, em 1980, publicou o primeiro documento oficial do grupo: o relatório MacBride – em homenagem ao presidente da comissão, o irlandês Sean MacBride, fundador da Anistia Internacional, prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz –, intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes*. O documento mostra o desequilíbrio do fluxo de comunicação e cobra mudanças, no sentido de tornar a informação mais plural.

O relatório MacBride é considerado um marco para a luta pela democratização da comunicação no mundo e provocou uma reação imediata dos Estados Unidos e do Reino Unido, países que ainda hoje continuam hegemônicos no controle da informação, não obstante a força que a internet assumiu nesse processo ao longo dos anos. À época, os dois países chegaram a se retirar da Unesco. Mais de 30 anos depois, o documento não só continua atual, mas sua importância ganha mais força diante do avanço da desinformação, mais um elemento dificultador do caráter democrático da comunicação. Novos estudos foram publicados na tentativa de reforçar a importância do relatório, como o livro *Revisitando MacBride, Utopias e Distopias* (2021), organizado pelos pesquisadores Rothberg, Luvizotto e Carvalho.

Um dos aspectos apontados pelo documento e que representa um entrave à democracia é concentração midiática, uma realidade no mundo inteiro e o Brasil desponta como um dos países com maior índice dessa concentração. Enquanto em nível internacional a informação é apontada como unidirecional a partir do controle dos Estados Unidos e do Reino Unido, no Brasil as grandes redes de comunicação se concentram na região Sul e Sudeste, acentuando a ausência de pluralidade de vozes no controle da informação e revelando que a comunicação está nas mãos de poucos grupos empresariais, o que é constante objeto de estudo da Economia Política da Comunicação.

A EPC não se limita a uma análise meramente econômica das indústrias culturais. A intensidade e a industrialização dos processos produtivos e de difusão dos artigos e serviços culturais e comunicacionais requer uma EPC com um olhar integral que analise as condições de produção, distribuição e intercâmbio, mas que ao mesmo tempo resgate os estudos sobre as relações de poder (KRAKOWIAK, 2018, p. 10, tradução nossa).

Sobre esse aspecto, Lima (2006) se debruçou na análise da relação entre mídia e política e elegeu sete teses:

[1] a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política; [2] não há política nacional sem mídia; [3] a mídia está exercendo várias funções tradicionais dos partidos políticos; [4] a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais; [5] a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político; [6] as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político; [7] as características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral (LIMA, 2006, 54-61)

Cinco anos mais tarde, o pesquisador atualizou sua pesquisa sobre a relação entre mídia e política com o adendo da oitava tese, a qual discorre sobre a internet. [8] “A nova mídia [internet] está diluindo o poder histórico da grande mídia e substituindo os ‘formadores de opinião’ tradicionais no papel de principal construtora da opinião pública” (LIMA, 2011, p. 166).

É vasto o cabedal para pesquisa a partir do olhar da Economia Política da Comunicação, tendo em comum entre as várias subáreas desse subcampo o capitalismo e um mercado ávido por lucros. Além do mais, a EPC fundamenta e vislumbra situações de desenvolvimento democrático no âmbito das indústrias culturais, através de políticas públicas que promovam a cidadania e a inclusão social (REBOUÇAS, 2006). Ou seja, “a EPC revela-se como um importante eixo teórico-metodológico de análise das estratégias percorridas pelas indústrias culturais nesse cenário em que os bens simbólicos se tornaram essenciais para o Estado e a iniciativa privada” (REBOUÇAS, 2006, p. 74). Mota e Santos (2015) ressaltam a transversalidade desse campo:

Com o avançar de diferentes perspectivas de estudo, o campo da comunicação se firma como objeto transversal, cujas análises podem confluír métodos e pontos de vista amparados em uma visão cromossômica do grande campo das ciências sociais e humanas. Parte-se do pressuposto de a EPC ser fundamental para o entendimento do papel da informação, da comunicação e da cultura no atual estágio do modo de produção capitalista, o capitalismo financeiro (MOTA; SANTOS, 2015, s.p.).

Independente das várias áreas possíveis na Economia Política da Comunicação, outro ponto em comum em todas elas é que a disciplina visa ultrapassar a dicotomia entre teoria e prática, o que a torna imprescindível para compreender a comunicação e explorar as tendências sociais mais profundas. Assim como a EP marxista, a EPC está longe de ser neutra e tem por finalidade contribuir para uma transformação na sociedade. Do ponto de

partida ao ponto de chegada da pesquisa científica, entre o abstrato e o concreto, entre a aparência e a essência, há um longo caminho a ser seguido, e, ao final, o fenômeno inicial não será mais o mesmo.

Tanto na sua fundação como na actualidade, a Economia Política dos Media distingue-se da Economia e de outras áreas do saber pelo lugar central que dedica à análise histórica. Sem a dimensão histórica, é impossível problematizar a natureza das transformações sociais e desenvolver as ferramentas teóricas e conceptuais necessárias à compreensão simultânea dos fenómenos emergentes e das continuidades mais fundas (SOUSA, 2008, p. 11).

Sob o olhar da Economia Política da Comunicação, apresentamos alguns episódios que deixam claro o caráter capitalista da mídia brasileira. A cobertura da reforma da Previdência, aprovada em 2019 pelo Congresso Nacional, é um exemplo recente de como os meios de comunicação agem em defesa do neoliberalismo. A narrativa de que era “necessário” mexer na aposentadoria dos brasileiros como alternativa para “salvar a economia” foi a mesma em toda mídia corporativa. Cabe aqui um parêntese para informar que, assim que a proposta foi votada, os intelectuais orgânicos dos veículos de comunicação passaram a defender a tese de que aprovar a reforma da Previdência não era suficiente e que precisava de mais reformas para recuperar a economia, como a aceleração das privatizações e aprovação de outros projetos que flexibilizassem ainda mais os direitos trabalhistas.

Na pesquisa *Vozes Silenciadas – Reforma da Previdência e Mídia (2019)*, o Coletivo Intervozes mostra que Folha de S.Paulo publicou 71 editoriais defendendo a reforma da Previdência, enquanto o Estado de São Paulo veiculou 135 e, O Globo, 61. O período de análise foi o primeiro semestre de 2019, quando a matéria tramitava no Congresso Nacional. Além dos três jornais se posicionarem em seus editoriais – espaço jornalístico onde o dono do jornal expressa sua opinião -, o levantamento comprovou que a grande maioria das fontes ouvidas em reportagens distribuídas internamente nesses veículos defendia a reforma da Previdência: 64% eram favoráveis, 8,5% eram parcialmente favoráveis, 8,5% não deixavam clara sua posição e apenas 19% dos entrevistados se colocaram contra à proposta. Ou seja, as vozes contrárias à proposta foram praticamente silenciadas, enquanto as favoráveis foram supervalorizadas.

“Esta desproporcionalidade entre as partes do debate, principalmente quando mobilizados ‘especialistas’, aqueles que, junto à opinião pública, são encarados como detentores de um saber específico qualificado sobre determinado assunto, constrói

(artificialmente) a noção de ‘consenso’, quando uma grande maioria posiciona-se igualmente sobre determinado assunto” (INTERVOZES, 2019, p. 46). Sobre esse aspecto, Serrano (2008) nos ensina:

O curioso é que o profissional perdeu a percepção de que o uso de determinada linguagem implica adotar um posicionamento ideológico. Acredita, inclusive, que renegá-la e recorrer a um vocabulário próprio deixaria em evidência sua opinião quando deveria limitar-se a informar, e é exatamente o contrário, está editorializando quando a utiliza, mas ninguém considera assim porque é a linguagem generalizada entre a classe política dominante, as grandes agências e, em geral, de todo o modelo político-informativo vigente. Se chegou a uma situação em que questionar as afirmações oficiais é percebido como um trabalho ideológico inapropriado para a neutralidade informativa, enquanto a repetição das versões oficiais é considerada imparcialidade (SERRANO, 2008, p. 54, tradução nossa).

Defender a reforma da Previdência não representou nem a primeira nem a última vez que a mídia ecoa a ideologia burguesa. Só para citar um exemplo recente, esse engajamento aconteceu também no governo de Michel Temer (2016-2018), quando foram aprovadas a reforma trabalhista e a lei de terceirização - ambas retiraram direitos dos trabalhadores. Sobre a defesa do neoliberalismo por parte dos veículos de comunicação, Moraes (2011) vai dizer que

Essa expropriação de direitos sociais e trabalhistas foi sustentada por maiorias parlamentares conservadoras e teve o apoio ideológico da mídia, que tudo fez para sedimentar o convencimento social sobre a hipotética superioridade das “economias abertas”, insistindo que não há saída fora dos pressupostos do mercado. As políticas neoliberais, de acordo com Zygmunt Bauman, são “construídas e conduzidas no interesse e não contra o interesse dos mercados”. O efeito intencional, embora não abertamente declarado, é o de “avaliar/permitir/garantir a segurança e longevidade do domínio de mercado” (MORAES, 2011, p. 26)..

O pagamento do ativismo midiático na aprovação das reformas do governo Temer veio em forma de publicidade. Em maio de 2017, o blog *O Cafezinho*, – com base em informações da Secretaria de Comunicação do governo – publicou que, entre maio de 2016 e abril de 2017, o aumento de publicidade do governo federal foi de R\$ 153,9 milhões, acréscimo de 21% em relação ao ano anterior. O montante não incluía as empresas estatais, dizia respeito apenas à publicidade da Presidência e dos ministérios<sup>9</sup>. É importante observar

<sup>9</sup> Os dados podem ser conferidos no endereço eletrônico

<https://www.ocafezinho.com/2017/05/21/exclusivo-liberais-e-viciados-em-dinheiro-publico-publicidade-federal-na-veja-cresce-490/> Acesso em 19 set. 2020.



que o aumento da publicidade governamental nos órgãos de imprensa se deu na sequência do *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo como principal beneficiado nesse processo o então vice-presidente Michel Temer, que automaticamente assumiu a Presidência. O episódio deixa claro o acasalamento entre mídia, capital e Estado, uma relação que, ao longo da história, contribui para a concentração e não regulamentação do setor.

A mídia que pavimentou o golpe foi bem recompensada pelo governo instalado. Além de ter aumentado acintosamente os recursos para os grupos de mídia por meio das verbas de publicidade direta e indireta do governo federal, foram agraciados com o atendimento de várias de suas “reivindicações” junto ao Executivo. Medidas administrativas alterando os procedimentos para a concessão e renovação de outorgas foram alteradas para facilitar a vida dos barões midiáticos, como a medida provisória 747 e o decreto 9138/2017 (MIELLI, 2017, p. 171).

É bom lembrar que, ao contrário de muitos países europeus, a imprensa brasileira seguiu o modelo norte-americano e se desenvolveu como empresas privadas. Praticamente sem regulação do Estado, essas empresas se firmam como um instrumento para atender aos interesses capitalistas predominantes. Coutinho (2008), no texto *Gramsci: A comunicação como política*, afirma que “a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. [...] Ela garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital” (COUTINHO, 2008, p. 47). O autor lembra como se deu a atuação da grande imprensa durante as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Como meio privilegiado de que a burguesia dispõe para expressar sua vontade, defender seus interesses econômicos e preservar seu poder político, os jornais desempenham, segundo Gramsci, a função de “partidos”, “frações de partidos” ou “funções de determinados partidos”. Trata-se (os jornais) de um *intelectual coletivo* que se ocupa da *formulação e da elaboração sistemática* da ideologia necessária à dominação do grande capital financeiro. Mais até do que os próprios políticos, a Folha (de S.Paulo), o Estado de S. Paulo, O Globo, a Veja, enfim, a mídia como partido, modelaram a opinião, criaram o “clima” cultural indispensável às privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso. Com sua enorme capacidade de canalizar as “paixões elementares” das massas, o *partido da mídia* organiza e adapta com extrema eficácia a visão de mundo da sociedade às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e aos interesses dos grupos de poder (COUTINHO, 2008, p. 51).

E essa concentração midiática é mais um dado a se somar ao caráter capitalista da comunicação no Brasil. Muito dessa concentração teve a mão nem um pouco invisível do

Estado, ajuda que existe desde o início da industrialização no país, momento também que a imprensa brasileira deixa definitivamente para trás o perfil “amador” e se assume como indústria cultural. Essa expansão contou com o ilegal capital internacional e o exemplo mais emblemático é a sociedade Globo Time-Life. A partir daí, jornais existentes incorporam revistas, emissoras de rádio e de televisão, criam agências de notícias.

Com a crise herdada da Segunda Guerra Mundial, muitos jornais, no mundo todo, não conseguiram se manter, e os que sobreviveram aceleraram o processo de concentração. Na época, o discurso era no sentido de defender a liberdade de pensamento, mas, na prática, tal liberdade era só uma retórica: “só os grandes capitais podiam montar grandes empresas” (SODRÉ, 1999, p. 395). Sobre isso, Marx (2012, p. 188) destaca que “a necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre”. Citando dados de McChesney, Moraes (2011) diz que os grupos de mídia figuram entre as 300 maiores empresas não financeiras do mundo.

No Brasil, esses conglomerados se formaram com um perfil familiar, no qual poucos grupos nacionais controlavam – e ainda controlam - a mídia, embora haja uma vinculação global com empresas transnacionais, com interesses ideológicos similares. Através de oligopólios familiares, a concentração nos meios de comunicação de massa se tornou cada vez mais comum no país, comprometendo qualquer chance de pluralidade de vozes nesses veículos. De acordo com Azevedo (2006),

O grupo Abril, controlado pela família Civita, continua a liderar o mercado de revistas ao mesmo tempo em que opera uma das principais redes de TV a cabo do país (TVA) e uma emissora de sinal aberto (MTV). Por sua vez, a família Marinho, através das Organizações Globo produz jornais (inclusive *O Globo*, um dos líderes de circulação nacional), revistas, livros, discos, filmes e lidera amplamente o mercado de TV aberta e de assinatura (NET). E as famílias Frias e Mesquita, que editam dois dos principais jornais de circulação nacional (respectivamente a Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo) expandiram em anos recentes seus negócios para os novos meios eletrônicos (internet) (AZEVEDO, 2006, p. 35).

Uma pesquisa realizada pelo coletivo Intervezes de Comunicação, em parceria com *Media Ownership Monitor*, apresenta um rico material que comprova o altíssimo nível de concentração midiática presente no Brasil. E isso apesar de a Constituição Federal, no seu artigo 220, proibir a existência de monopólio ou oligopólio midiático. A concentração se dá no campo de propriedade horizontal (mesmo tipo de mídia) e, principalmente, na

propriedade cruzada (diferentes veículos de mídia controlados por uma única empresa). Como constata o Intervezes,

A propriedade cruzada é uma dimensão central da concentração na mídia brasileira. O Grupo Globo, por exemplo, tem veículos ou redes centrais aos mercados de TV aberta (Rede Globo, líder de audiência), TV fechada (com os conteúdos gerenciados pela subsidiária Globosat, incluindo o canal GloboNews e dezenas de outros), Internet (com o maior portal de notícias brasileiro, Globo.com), Rádio (tendo duas de suas redes, Globo AM/FM e CBN, figurando entre as dez principais). O Grupo Globo atua, ainda, em mercados como o fonográfico e o editorial. O mesmo ocorre com outros grupos como Record (RecordTV e RecordNews, na TV aberta; o impresso Correio do Povo e o portal R7 entre os principais do país) e RBS (que conta com afiliada da Globo na TV aberta, dois jornais entre os de maior circulação - Zero Hora e Diário Gaúcho - além de outros títulos impressos, duas redes de rádio, a nacional Gaúcha Sat e a regional Atlântida, o portal ClicRBS, entre diversos outros investimentos em mídias digitais)<sup>10</sup>.

A pesquisadora Cabral (2015) afirma que cinco conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos - parceiros dos nacionais - abrangem quase 100% do território brasileiro. Esses dados só reforçam o que Capparelli e Lima (2004) detectaram há mais de dez anos: as comunicações, assim como as indústrias de chocolate, bebidas e creme dental, estão entre os setores de maior concentração econômica no Brasil. Sobre a forma como os donos da mídia expandiram seus negócios, Sodré (1999, p. 419) afirma que “as empresas formaram o império econômico que hoje representam à custa de favores dos bancos oficiais, calote nas instituições de Previdência Social e no Fundo Sindical e propinas de grupos econômicos estrangeiros, para defesa de interesse antinacional em suas colunas.”

A historiografia mostra que o Estado sempre salvou a mídia de suas crises financeiras. No Estado Novo, não obstante a censura implantada no país nessa época, o presidente Getúlio Vargas financiava os veículos de comunicação através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A Constituição de 1946 proibia a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, regra muitas vezes violada e ignorada pelo poder público, que foi omissivo. Na ditadura, a mídia, sobretudo a televisão, recebeu a infraestrutura que precisava e, em troca, apoiou o regime. Com a redemocratização não foi diferente. Sempre que necessário, os governos de plantão ajudaram empresas midiáticas que estavam mergulhadas em dívidas. Eis alguns exemplos:

---

<sup>10</sup> Disponível em Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 10 mar. 2018.

Em 1985, Roberto Marinho comprou a emissora Tele Monte Carlos (TCM), na Itália, que foi ao ar pela primeira vez em 1986. O negócio incomodou o presidente italiano, Sílvio Berlusconi – empresário da comunicação -, que mandou cortar os fios de transmissão de micro-ondas que possibilitavam a programação do sinal, entre outros boicotes. No primeiro ano de funcionamento, o prejuízo da versão italiana da Globo foi de 50 milhões de dólares. O investimento inicial fora de 120 milhões de dólares. Amorim, (2015), narra a operação estatal para salvar a empresa de comunicação:

Sarney convocou o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, para lançar o bote de salvamento à Tele Monte Carlo. [...] O Banco do Brasil emprestou dólares, no câmbio oficial, a Roberto Marinho, que os trocou no câmbio paralelo, onde valiam muito mais. Dessa forma, pagou as dívidas da TMC e ainda botou dinheiro no bolso (AMORIM, 2015, p. 281-282).

A TMC foi vendida em 1993. Também no governo Sarney, outro ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, foi acionado pelo chefe para ajudar Roberto Marinho em negócios paralelos à comunicação. O dono da Globo queria investir no mercado imobiliário e disse ter conversado com o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, com a ideia de exportar casas pré-fabricadas que seriam trocadas por títulos da dívida externa brasileira, ou seja, produziria as casas e abateria na dívida. O ministro não topou e, em troca, ficou com o nome proibido de ser citado nos telejornais da Globo. Ajudar a Globo parecia ser uma das missões do governo Sarney. No início da redemocratização, uma briga envolvendo a NEC Brasil - subsidiária da japonesa Nippon Electric Company, que tinha como acionista majoritário (51%) o empresário brasileiro Mário Garnero – levou o controle da empresa para as mãos de Roberto Marinho.

Como maior fornecedora de equipamentos de telecomunicações do governo, com faturamento de até US\$ 300 milhões, a NEC dependia desses contratos.

Ao assumir o ministério [das Comunicações], Antônio Carlos Magalhães decidiu intervir em favor de seu amigo pessoal. [...] Suspendeu o pagamento de US\$ 30 milhões da Telebras à NEC. O golpe foi certo e derrubou Garnero, que não conseguiu se recuperar e aceitou vender sua parte a Roberto Marinho por apenas US\$ 1 milhão. Logo após a aquisição feita pelo Grupo Globo, os contratos da NEC foram reestabelecidos por ACM (ANJOS; CARVALHO, 2015, p. 14).

Em 1987, um ano após o episódio da NEC, como “pagamento” aos serviços prestados, Roberto Marinho cancelou o contrato que tinha com a TV Aratu, afiliada da Globo

na Bahia, e transferiu a parceria para a TV Bahia, concessionária controlada por Antônio Carlos Magalhães. É assim que as concessões de radiodifusão funcionam no Brasil.

A revista *Caros Amigos* (2015, p. 12)), em uma edição especial aos 50 anos da Globo, traz dados esclarecedores sobre o patrimônio da família Marinho. Dentre os entrevistados na publicação está o cientista político Luiz Felipe Miguel, que definiu Roberto Marinho como “um dos principais expoentes numa linhagem de empresários da comunicação que usaram o poder das suas empresas para intervir na política brasileira”. Segundo a revista, as crises financeiras do grupo Globo também tiveram o socorro dos governos FHC e Lula. Um exemplo foi a apresentação de um projeto que autorizava a participação do capital estrangeiro, até o limite de 30%, nas empresas de comunicação, aprovada em dezembro de 2002, nos últimos dias do governo de Fernando Henrique Cardoso. FHC atendia a uma reivindicação dos donos da mídia – que se encontravam com dificuldades financeira. Além da nova lei, os empresários tiveram acesso a generosos empréstimos concedidos pelo BNDES. Sobre a crise no setor, Moraes (2011) destaca que

[...] desde a regulamentação da emenda 36/2002 pela Lei 10.610, de dezembro de 2002, o capital estrangeiro está autorizado a adquirir até 30% das ações das empresas jornalísticas e de radiodifusão. As normas que regem a televisão por assinatura via satélite não estabelecem restrição ao capital estrangeiro. Já a Lei da TV a Cabo permite o ingresso do capital externo em até 49%. Porém, no caso da Net e da TVA, que pertenciam aos grupos Globo e Abril, respectivamente, as corporações transnacionais Telmex e Telefónica de Espanha conseguiram driblar a legislação brasileira para assumir o controle acionário. Na última década, Globo e Abril perderam o protagonismo no mercado de televisão por assinatura para corporações globais – enquanto a Globo diminuiu sua participação na Net e na Sky, a Abril vendeu suas ações da DirecTV e na TVA. Mesmo não estando mais em posição majoritária nas duas maiores empresas de TV por assinatura do país – Net e Sky –, a Globo mantém o monopólio do conteúdo brasileiro exibido nas duas operadoras, que, juntas, detêm 75% do mercado (MORAES, 2011, p. 41-42).

Segundo José (2015), nessa época, a *holding* das Organizações Globo acumulava uma dívida de R\$ 6,1 bilhões e os prejuízos da Globopar cresceram cerca de 140% entre janeiro e setembro de 2002, mesmo com um empréstimo de mais de R\$ 500 milhões obtidos junto ao BNDES. O pesquisador diz ainda que a crise se estendia aos jornais impressos, que tiveram uma redução de 12% entre os assinantes no primeiro semestre de 2002. “O provedor da internet *UOL* [dos grupos Abril e Folha] experimentou um prejuízo de R\$ 317 milhões em 2002” (JOSÉ, 2015, p. 100).

Crises à parte, constam entre os bens da família Marinho fazendas de gado, centros comerciais e uma das maiores coleções de arte da América Latina. Além disso, o grupo é proprietário da Fundação Roberto Marinho, Prêmio Jovem Cientista e dos museus de Arte do Rio, da Imagem e do Som e do Amanhã. Sem falar do império de comunicação, composto por

InfoGlobo (os jornais *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico*, com participação de 50%), TV Globo (cinco emissoras próprias e 117 afiliadas, nas quais os Marinheiros podem ainda ter participação acionária), Globosat (TV paga, com mais de trinta canais, incluindo GloboNews, Multishow, GNT e Viva), Globo.com, Sistema Globo de Rádio (além da Rádio Globo e CBN, Beat98-Rio, BHFM e, pela internet, Globo FM e Radiobeat (sem contar afiliadas), Editora Globo (dezesseis revistas, entre as quais *Época*, *Marie Claire*, *Casa & Jardim* e *Quem*, além da edição de livros), Som Livre (gravadora musical), Globo Internacional e Zap (portal de classificados em parceria com o Estado de S. Paulo). Entre outras mídias, ainda, a Globo Filmes, totalizando oitenta diferentes empresas e cerca de 24 mil empregados. (AGUIAR, 2015, p. 4-5)

Com todo esse patrimônio não era de se estranhar que a família Marinho fosse apontada pela revista Forbes, em 2015, como uma das mais ricas do mundo, lista que também cita o bispo Edir Macedo, dono de outro império de comunicação brasileiro, que inclui, entre outros veículos, a TV Record. “O Brasil conta com 55 bilionários, e entre eles estão figuras bem conhecidas, como Edir Macedo (US\$ 1,1 bilhão), mas chama mais atenção a fortuna acumulada pelos Marinho: Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, juntos, têm US\$ 28,9 bilhões” (AGUIAR, 2015, p. 4).

Ramonet (2007, p. 15) lembra que a mídia há muito perdeu seu caráter social, informativo, e que os empresários do setor não têm compromisso com a veracidade da informação. “Aos olhos deles, o *news business*, o mercado da informação, é antes de tudo um meio de gerar lucros”. E sentencia: “[...] Os paradigmas do progresso e da coesão social são discretamente abandonados e substituídos respectivamente pela comunicação e pelo mercado” (RAMONET, 2007, p. 110).

## CAPÍTULO 2

### Mídia e política no Brasil contemporâneo

#### 2.1 De Getúlio Vargas ao golpe de 1964

A partir da análise desenvolvida no capítulo anterior, iniciaremos agora um debate sobre a atuação ideológica da mídia brasileira, entendendo que o pensamento hegemônico que impera no país, apesar de muitas contradições e batalhas contra-hegemônicas, tem sido pautado pela ideologia da classe dominante. Ao analisarmos a história do Brasil contemporâneo, nos deparemos com muitos atores políticos que influenciaram e continuam influenciando o destino do país, mas identificamos a mídia como um agente determinante nesse processo, tendo um papel central nas disputas e resultados eleitorais.

Desde o momento em que se profissionalizaram e se industrializaram, os veículos de comunicação no Brasil assumem o caráter de empresas privadas, funcionam dentro de uma engrenagem capitalistas, e seus proprietários são parte da classe dominante, o que faz com que jornais, revistas, rádio, televisão e suas derivações informativas na internet se comportem como porta-vozes dessa classe.

Fruto de uma indústria cultural incipiente, de um capitalismo tardio e de uma burguesia industrial que se consolidava no país a partir do começo do século XX, a imprensa brasileira assume um lugar de destaque da disputa por hegemonia, seja pelo consenso, seja pelo atrelamento ao Estado e defesa da ideologia dominante, nos mesmos termos entendidos por Marx (2012). Segundo o autor,

na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles [membros da classe dominante] o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo (MARX, 2012, p. 156).

São muitos os agentes que atuam na construção ideológica dominante, atores políticos, sociais e econômicos. Os veículos de comunicação estão inseridos nesse movimento, com um papel central no jogo político brasileiro, seja intervindo nos processos eleitorais, seja nas interferências dos governos de plantão. E é esse nosso objetivo aqui, analisar o papel da mídia nas disputas políticas e ideológicas no Brasil contemporâneo. No

início dos anos 1930, por exemplo, os veículos de comunicação foram unânimes em criminalizar a ANL, Aliança Nacional Libertadora (frente de esquerda anti-imperialistas), acusando-a de organização comunista, financiada por Moscou. A narrativa associava os “comunistas” da ANL a “bandidos”. “Essa imprensa ajudara, pois, a criar o clima que tornara possível todas as violências e arbitrariedades, o estado de sítio, o estado de guerra, o Estado Novo como coroamento. (SODRÉ, 1999, p. 395).

Inspirado em Hitler - que utilizou o rádio para unificar a Alemanha em torno da ideologia nazista – Getúlio Vargas criou, em 1935, o *Hora do Brasil*, mais tarde renomeado como *Voz do Brasil*, transmitido pela Rádio Nacional. Revezando-se entre apoiar e fazer oposição durante os 15 anos do governo Vargas – entre 1930 e 1945 -, as empresas de comunicação foram, inicialmente, enquadradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que passou a censurar os jornais e as rádios e a perseguir jornalistas. Pouco a pouco, foi sendo construída uma relação bilateral entre mídia e governo: em troca de recursos liberados pelo DIP, os veículos de comunicação passaram a servir à ditadura Vargas, ao mesmo tempo que havia um grande investimento na propaganda do Estado Novo. “Jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam, o quanto era possível enriquecer-se e corromper-se” (SODRÉ, 1999, p. 382). Em nada se parece essa convivência da imprensa para com os longos anos de varguismo - ora amistosa ora de oposição – com o que aconteceu durante os governos democráticos, começando pelo de Vargas, eleito pelas urnas em 1950.

No Brasil, ao longo de pouco mais de um século de regime republicano – parte desse período não democrático -, a mídia brasileira foi determinante quando o assunto era eleger e afastar chefes de Estado e sempre estabeleceu uma relação nada transparente com o poder, inclusive, em momentos que pôs em xeque a democracia. Utilizando sempre como pano de fundo a corrupção, a imprensa brasileira não poupa ataques a governos não alinhados com seus interesses, buscando criar um cenário pessimista que facilite a queda de presidentes. No caso de Getúlio Vargas, o afastamento custou sua própria vida. Em carta escrita antes de apertar o gatilho contra o peito, Vargas afirmara que deixava a vida pública para entrar para a história, complementando o que verbalizara em vida, de que só morto sairia do Palácio do Catete (sede do governo federal, à época no Rio de Janeiro). O que a imprensa da época – basicamente jornais e rádio – tem a ver com esse trágico desfecho?

Desde que assumiu a Presidência, em 1951, Getúlio Vargas passou a ser alvo de ataques por parte da imprensa. Antes, nos 15 anos que governou o país – para além de



implantar um regime ditatorial, o Estado Novo, e sua conseqüente repressão -, Vargas priorizou uma política de concessão de direitos aos brasileiros, sobretudo direitos sociais: implantação da CLT, criação do Ministério do Trabalho, regulamentação do trabalho feminino, definição de uma jornada de trabalho de oito horas no comércio e na indústria, além da proibição do trabalho noturno para as mulheres, equidade salarial entre homens e mulheres e criação da carteira de trabalho. Regulamentou ainda o direito a férias para algumas categorias profissionais, estabeleceu um piso mínimo de salário e criou a Justiça do Trabalho e o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM).

Na campanha de 1950, Getúlio Vargas se propunha a retomar esse programa, apresentando um projeto de desenvolvimento nacionalista e de ampliação de reformas que assegurassem direitos aos trabalhadores. Esse programa não tinha a aprovação da classe empresarial, incluindo aí os proprietários dos veículos de comunicação. Nas palavras de José (2015, p. 25), tratava-se de um Getúlio “líder de massas e consolidado pelo resultado das urnas, [...] democrático e com um projeto político mais avançado, o que exasperava ainda mais a direita brasileira”, força política, segundo o autor, representada pela imprensa conservadora.

A direita brasileira, Carlos Lacerda à frente, sabia como utilizar-se da mídia para tentar atingir o coração de um projeto reformista em andamento. Lacerda era dono da *Tribuna da Imprensa*, que nascera graças à ajuda da Igreja Católica e de alguns empresários amigos, mas nunca se tornara um jornal influente. Sua voz só ganhou ressonância quando Roberto Marinho franqueou-lhe os microfones da Rádio Globo e, Chateaubriand, as telas da TV Tupi. Foi com o poderio desses aliados, sobretudo, que ele bombardeou a *Última Hora*, sem nunca se preocupar com a veracidade dos fatos, esgrimindo sua incomparável capacidade de caluniar. (JOSÉ, 2015, p. 23).

Ao assumir em 1951, Vargas impôs uma nova relação com a mídia. Diante de uma prática comum de propriedade cruzada, o presidente publicou um decreto que previa a revisão das concessões de rádio a cada três anos e ainda tornou a radiodifusão um serviço de interesse público, regulado pelo Estado e com finalidades educacionais, fatos que desagradaram os donos mídia. A partir daí, alguns jornais e rádio se uniram para combater Vargas. Vale aqui um parêntese para acrescentar uma informação importante: logo após o suicídio de Vargas, o decreto contra a concentração midiática foi revogado pelo seu vice, Café Filho, que, além disso, a pedido de Assis Chateaubriand, proprietário do Diários Associados – primeiro conglomerado de comunicação do país – nomeou Eugênio Gudin para ministro da Fazenda.

A historiografia da comunicação mostra que quase não se fazia cobertura jornalística do governo Vargas, à exceção quando se tratava de pautas negativas. Essa realidade fez com que o presidente sugerisse ao jornalista Samuel Weiner – praticamente único que cobria as ações do governo – a criar seu próprio jornal, o que aconteceu com o apoio e o financiamento estatal, dando origem ao Última Hora. “Armou-se um fogo cerrado que reuniu quase toda a imprensa da época. Essa situação persistiu durante todo o seu mandato, de 1951 a 1954. Para resistir, Vargas contava com poucas balas na agulha: a Rádio Nacional e, mais tarde, o jornal Última Hora, de Samuel Wainer” (AMORIM, 2015, p. 35).

A cobertura midiática do governo, inclusive, é apontada por alguns autores como virulenta. Falam da existência da “República do Galeão”, uma espécie de centro de investigação que tentava apontar o responsável pelo assassinato de Rubens Florentino Vaz - oficial da Aeronáutica que fazia a segurança de Carlos Lacerda - e associar o crime ao governo Vargas. Isso porque o autor do disparo contra Vaz foi o segurança do presidente, Gregório Fortunato, um dado a mais a se somar à conspiração em curso para derrubar o governo. O atentado aconteceu no dia 4 de agosto de 1954, 20 dias antes do suicídio de Vargas. Nesses 20 dias, as críticas contra o presidente foram potencializadas. Os mentores intelectuais da “República do Galeão” eram os jornalistas Pompeo de Souza e o próprio Carlos Lacerda - o primeiro, chefe de redação do Diário Carioca e, o segundo, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa e futuro governador do Rio de Janeiro. Ficava a cargo de Pompeo de Souza abastecer toda a mídia com informações sobre denúncias de corrupção no governo. O assassinato acirrava ainda mais o clima político e a mídia não hesitava em cobrar a renúncia do presidente.

Além da “República do Galeão”, seis meses antes do suicídio de Vargas, a Rádio Globo criou o programa *Parlamento em Ação*, com comentários políticos feitos por Carlos Lacerda. O jornal do mesmo grupo, O Globo, chegou a receber publicidade estrangeira para realizar uma campanha contra a nacionalização do petróleo, bandeira da gestão Vargas. A perseguição ao varguismo pelas empresas de Roberto Marinho era tão explícita que, no dia do suicídio, populares incendiaram carros da Rádio Globo e caminhões do jornal. Vargas também foi fortemente combatido pelo império de Chatô, ao ponto de o empresário perseguir o Última Hora pelo fato de o jornal apoiar o governo e ter sido financiado com verbas públicas.

Inclusive, no dia da morte de Getúlio, o único jornal que pôde circular foi a Última Hora, que bateu recordes de venda: perto de 800 mil exemplares. Os demais estavam

ameaçados, diante da fúria de populares. “No íntimo, Getúlio certamente carregava a convicção de que o sangue derramado levantaria o povo, o levaria às ruas, enfurecido, em busca de seus algozes. Como ocorreu. Conhecia o povo brasileiro” (JOSÉ, 2015, p. 162).

No clássico *História da Imprensa no Brasil*, Sodré (1999) sintetiza a relação da mídia com o governo Vargas da seguinte forma:

É possível afirmar, sem nenhum risco de erro, que as ofensivas publicitárias, de 1951-1952, contra o Clube Militar, sua Revista e a ala nacionalista das Forças Armadas; De 1953, contra a empresa Última Hora; e de 1954, contra o governo Vargas, com o seu *clímax* de agosto deste último ano, foram rigorosamente planejadas e desenvolvidas, e que a elas se devem os atentados cometidos contra a liberdade, inclusive de expressão do pensamento, e a tragédia final, que levou o presidente da República ao suicídio, para escapar à desmoralização a que vinha sendo submetido. (SODRÉ, 1999, p. 405).

Ainda sobre a relação da imprensa com o governo de Getúlio Vargas, e, na sequência, com a preparação do golpe de 1964, vale a longa citação de Azevedo (2006):

[...] a grande imprensa brasileira nas décadas de 50 e 60 tinha um alto nível de envolvimento e participação nas lutas políticas da época, marcada pela disputa entre varguistas e anti-varguistas e, do ponto de vista partidário e a partir de 1946, entre o PSD e a UDN. Em São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, cerrava fileiras contra Vargas desde os anos 1930. No Rio de Janeiro, a *Tribuna da Imprensa*, ligada a Carlos Lacerda, e *O Globo*, da família Marinho, também faziam oposição a Vargas e apoiavam a UDN, enquanto que o hoje extinto *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, endossava Vargas e seu governo e, depois, com o suicídio do presidente em 1954, apoiaria políticas nacionalistas e reformistas e (...) o governo Goulart. Todos os jornais citados - aos quais se deve ainda somar o *Jornal do Brasil* e o extinto, mas então importante, *Correio da Manhã* -, com a exceção da *Última Hora*, podem ser definidos como órgãos conservadores, ideologicamente liberais tanto do ponto de vista do ideário econômico quanto das crenças políticas. Contudo, como se sabe, os autoproclamados princípios do liberalismo político não impediram que estes jornais participassem ativamente do movimento pela deposição do governo Goulart e apoiassem a instalação do governo militar em 1964. O balanço deste período (1945-1964), que os historiadores e cientistas políticos definem como populista, mostra, portanto, que a nossa grande imprensa apresentou um alto nível de paralelismo político, seja na defesa de valores ideológicos (liberalismo versus nacionalismo e estatismo ou socialismo), seja no engajamento partidário (UDN versus PSD-PTB) e político (antivarguismo, antipopulismo, deposição de Goulart). (AZEVEDO, 2006, p. 37-38).

Não é objetivo dessa pesquisa apontar a veracidade das denúncias de corrupção no governo de Getúlio Vargas, classificadas pelos jornalistas como “mar de lama”. O que buscamos é lançar luz sobre o tratamento dado pela imprensa da época a esses episódios e

suas implicações ideológicas. Novamente, buscamos explicações em Gramsci (2011) para observar a mídia brasileira. Embora datada dos idos dos anos 1920/1930 e se refira mais especificamente à mídia impressa, a visão gramsciana dos meios de comunicação e de sua função social continua atual. Para o autor, a imprensa é “a parte mais dinâmica” da estrutura ideológica, assim como “as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (GRAMSCI, 2011, p. 342).

## **2.2 O apoio aos 21 anos de ditadura**

A morte de Getúlio Vargas estancou um movimento que vinha sendo construído, cujo objetivo era afastar qualquer chance de as forças progressistas continuarem no poder. No livro *O 4º Poder: Uma outra história*, Amorim (2015) relata essa passagem da história do Brasil, destacando que, desde 1954, o general Golbery do Couto Silva trabalhava contra João Goulart, então ministro do Trabalho de Vargas. Sete anos mais tarde, tentou-se colocar em prática esse movimento, mas foi abortado por não haver uma unidade nacional que garantisse o consenso em torno do projeto.

A tentativa aconteceu com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando se tentou impedir a posse do vice João Goulart. Para garantir o êxito do golpe, faltava preparar ideologicamente a população e a mídia faria esse papel, o que se confirmou três anos mais tarde, em 31 de março de 1964. “A preparação ideológica se processava através de 13 estações de televisão, 312 emissoras de rádio e, antes da eleição de 1962, o IPES chegou a produzir 300 programas diários de rádio, para transmissão em horário nobre” (DREIFUSS, *apud* AMORIM, 2015, p. 96).

É importante ressaltar o papel dos *thinks thanks* da época. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1961, tinham como missão fazer a articulação com a imprensa, preparar a base ideológica do golpe. Assim como fazem esses “tanques do pensamento” da atualidade – Milenius, Instituto Liberal, MBL etc -, o Ipes e o Ibad pautavam a imprensa com artigos, sugestão de reportagens, editavam livros, preparavam seus intelectuais orgânicos para entrevistas, compravam matérias em jornais, davam palestras, entre outras funções desempenhadas pelos aparelhos privados de hegemonia. Segundo Amorim (2015), esse material abastecia os jornais em três frentes: artigos para jornais e revistas, panfletos para estudantes, militares e operários e livros. Todo o material tinha como foco a criminalização

e combate do comunismo. A gráfica que imprimia o material era a Bloch, de Adolf Bloch, que nos anos 1980 fundaria a TV Manchete.

Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março [...], foram esclarecedores até nos títulos: ‘Basta!’ e ‘Fora!’, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empenhado relapso. (SODRÉ, 1999, p. 410).

Assim como o governo Vargas, João Goulart tinha um projeto considerado progressista, voltado para ampliação de direitos da população menos favorecida, que reunia desde um projeto educacional popular, até a reforma agrária, que incomodava as forças conservadoras da época, inclusive os donos da mídia. Segundo relato de José (2015), os proprietários do jornal O Estado de São Paulo participaram ativamente das articulações golpistas, tinham reuniões frequentes com os militares que se opunham ao governo Goulart. O mesmo aconteceu com Assis Chateaubriand (Diários Associados), os Marinho (Grupo Globo), os Frias (Folha da Manhã/Folha de S.Paulo), os Nascimento Brito (Jornal do Brasil). “A imprensa brasileira, como o fará em várias outras ocasiões, mandou o jornalismo liberal às favas, embora se escondesse atrás dele, e atuou como um autêntico partido político, um partido conservador, defensor dos interesses dos Estados Unidos e das classes dominantes nacionais.” (JOSÉ, 2015, p. 33).

Eis como se posicionaram alguns dos grandes jornais nos dias posteriores ao golpe, descritos por Amorim (2015, p. 104-105): Estadão, em 1º de abril: “A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Kruel, à frente do II Exército, vem, como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras”; Jornal do Brasil, 1º de abril: “Fora da Lei [título]. Desde ontem que se instalou no país a verdadeira legalidade. [...] a derrota do sr. João Goulart é inevitável [...] a legalidade está conosco – e não com o caudilho aliado do comunismo”; Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, em 3 de abril: “Querem trair a revolução. O país está dominado pela emoção da vitória, traumatizado pelo esforço quase enlouquecido de felicidade com a destruição dos agentes da traição, da corrupção”; O Globo, 2 de abril, traz na capa seu editorial: “Ressurge a democracia [título]! Vive a Nação dias gloriosos. [...] o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições”; Folha de S.Paulo, 2 de abril: “Em defesa da Lei [título]. [...] Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição

em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinaram-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”.

Inversamente ao que ocorreu posteriormente ao suicídio de Getúlio, um dia após o golpe, o Última Hora foi invadido e depredado, assim como jornais e revistas mais à esquerda foram fechados, alguns jornalistas presos, torturados e exilados. Na edição 7 de abril, O Globo publicou uma lista com os artistas de esquerda. Segundo Amorim (2015), lá existia uma assessoria militar contratada para fazer a ponte entre a empresa e os militares. Ainda de acordo com o autor, na sequência do golpe, Júlio Mesquita Filho, dono do Estadão, se ofereceu para escrever uma constituição e propôs nomes para o ministério. “O Estadão tinha entre seus articulistas um combatente nazista: Mário Busch, que escrevia aos domingos sobre a América Latina para pedir a queda do governo Torres na Bolívia e lutou nas forças de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial” (AMORIM, 2015, p. 166).

Os Mesquita também tinham uma forte ligação com os donos do jornal chileno *El Mercurio*, levando o Estadão a apoiar o golpe no Chile, que depôs Salvador Allende e pôs no lugar o ditador Augusto Pinochet. Para disfarçar sua posição golpista, o jornal chegou a publicar nas suas edições poesias e receitas de bolo, uma forma de transparecer que estava sendo censurado pelos militares. Revelando-se opositor ferrenho a ideias comunistas, Júlio Mesquita proibia a publicação de relatórios da Anistia Internacional em seu jornal.

Outro exemplo de alinhamento dos militares com os meios de comunicação é o caso do assassinato de Henning Albert Boilesen, industrial e proprietário da Ultraz, citado no livro de Kushnir (2012). Conhecido por participar de sessões de torturas a militantes de esquerda e frequentar o Doi-Codi, Boilesen era membro da Organização Bandeirantes (Oban) e um dos articuladores do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), ambas entidades que financiavam a ditadura. A autora relata que o empresário foi emboscado e assassinado por grupos da esquerda armada, uma resposta à conduta dele para com os opositores ao regime. A partir de então, toda a imprensa deu início a uma campanha aberta contra os assassinos do empresário, postura que não se via em relação às barbáries praticadas pelos militares.

Em editorial, o Jornal do Brasil (JB) diz que “nada justifica o ato selvagem que um punhado de fanáticos planejou e calculadamente executou” e lamenta “o sacrifício de uma vida humana”. O JB continua na sua saga em criminalizar os grupos de esquerda ao afirmar que “a opinião pública exprime a sua repulsa a esse jogo de violência e, conseqüentemente, apoia as autoridades que tratam de coibir a sanha homicida de fanáticos que, em nome de

uma pretensa e caricata justiça, assalta, rouba e mata.” A resposta da ditadura à morte do empresário foi imediata, sendo presos muitos suspeitos, entre eles Joaquim Alencar de Seixas e Ivan Seixas, pai e filho, respectivamente. Muitos foram torturados e mortos, crimes relativizados pela mídia.

A Folha da Tarde noticiou a morte de Joaquim Seixas antes de a mesma ser confirmada.

[O] que chama a atenção no caso da Folha da Tarde no episódio, entretanto, é que, por volta do meio-dia do dia 17, Ivan Seixas, que se encontrava dentro de uma viatura policial, leu na manchete do vespertino o anúncio da solução do caso Boilesen e o assassinato de seu pai. Ao retornar à Oban, na rua Tutoia, ainda o encontrou vivo, mas seu óbito já havia sido sentenciado. Era apenas uma questão de horas (KUSHNIR, 2012, posição 5943).

Ou seja, a Folha da Tarde já tinha a informação da morte de Joaquim Seixas antes mesma de ela acontecer. Desde o nascimento do golpe até o fim dos longos 21 anos de regime militar são inumeráveis os episódios que comprovam o envolvimento da grande imprensa brasileira com a ditadura. Não é nossa intenção aqui, nem nosso objetivo, relatar esses fatos, mas vale alguns registros, em especial os que envolvem os grupos Folha e Globo, objeto de análise desta pesquisa.

Na Folha da Tarde - jornal do Grupo Folha -, colaboraram com a ditadura tanto os donos do jornal quanto alguns jornalistas. O periódico funcionou inicialmente entre 1949 e 1959, mas, depois, voltou a circular em 1967 (quando a ditadura começava a ficar mais dura) e fechou de vez em 1999. Amorim traz depoimentos de Cláudio Abramo, que chegou a ser diretor de redação da Folha, denunciando a existência de um núcleo policial na Agência Folha de S.Paulo, que depois compôs o quadro da Folha da Tarde, “transformando-o no jornal mais sórdido do país (ABRAMO, *apud*, AMORIM, 2015, p. 162).

Logo quando retoma, em 1967, a Folha da Tarde ressurgue com um caráter progressista, uma vez que boa parte dos jornalistas tinha posições de esquerda, alguns eram, inclusive, militantes de grupos políticos que combatiam a ditadura. Porém, depois da instituição do AI-5, em dezembro de 1968, e, mais especificamente do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, 1969, e, além disso, enxergando um nicho comercial e lucrativo, o Grupo Folha da Manhã resolve servir ao regime e contrata jornalistas que também tinham fortes ligações com os militares, alguns até eram policiais.

Segundo Cláudio Abramo (*In* AMORIM, 2015), o então major da PM, Edson Corrêa, era repórter de Geral; o delegado Antônio Bim também compunha a equipe de jornalistas; o

investigador de política, Carlos Dias Torres, era o chefe de reportagem; e Carlos Antônio Guimarães Sequeira era agente do Dops e editor de Internacional. A informação era a de que os torturadores pautavam o jornalismo da Folha da Tarde. No livro *Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, a pesquisadora Kushnir (2012) apresenta uma análise contundente sobre o comprometimento da Folha da Tarde com os militares, que, além de não fazer frente ao regime e à violência praticada por eles, ainda colaborava com a barbárie.

“A distorção dos fatos e/ou o alinhamento às ideias autoritárias é que deram o tom do jornal no pós-AI-5. A Folha da Tarde, a partir de então, trancou sua porta e muitas vezes não reportava o que estava lá fora, mas criava dentro da redação uma narrativa acerca da realidade vivida” (KUSHNIR, 2012, posição 4731). Segundo a autora, com o endurecimento do regime após o AI-5, houve demissão em massa nas redações que tinham entre seus jornalistas pessoas mais à esquerda, como era o caso da Folha da Tarde.

[...] logo após a decretação do Ato Institucional, Octavio Frias de Oliveira convocou uma reunião dos diretores dos seis jornais do grupo. O militar [general Sílvio Correia de Andrade, da PF de São Paulo] diria o que poderia ser publicado. Seu informe, possivelmente, era a nota sobre os dez pontos proibidos de serem noticiados e que circulou após o AI-5. Miranda Jordão se recorda de que nesse encontro estava ele, Cláudio Abramo, responsável pela Folha de S. Paulo e Antônio Aggio, do jornal Cidade de Santos, entre outros. A pauta era o informe desse ‘decálogo’ dos pontos proibidos, recitados pelo general: ‘JK não pode, a encíclica do Papa não, confronto de grupos subversivos fica proibido, notas sobre o governo só poderiam sair o que o 2º Exército noticiar’. Por fim eram nove os itens, e Abramo questionou: ‘Mas não é um decálogo? Qual é o décimo?’. ‘cumpra-se!’, ordenou o general’. (KUSHNIR, 2012, posição 5242).

Antônio Aggio, citado como responsável do jornal Cidade de Santos, não tardou para assumir o comando da Folha da Tarde e coordenar com mão de ferro o período mais sórdido do periódico, como definira Cláudio Abramo. Concursado da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e lotado na Delegacia Geral de Polícia, se autodeclarava repórter policial, tendo um bom trânsito e muitas fontes entre os militares. Ele assumiu a Folha da Tarde com a missão de fazer vender o jornal, já que a publicação não tinha uma boa desenvoltura comercial. Assim como Aggio, também eram ligados aos policiais o secretário-geral da redação da Folha da Tarde, Horley Antônio Destro, e o chefe de reportagem, Carlos Dias Torres, este, relações-públicas do IV Comar e já tinha assinado a coluna Notícias Militares, na Folha de S. Paulo, quando criou fortes laços com os militares.

[...] os jornalistas que cobriam o setor [policial] eram tentados a comprometer-se, aceitando um emprego fantasma da Secretaria da



Segurança, podendo receber sem trabalhar, e assim contando apenas o que queriam que contasse. Quem não rezasse por essa cartilha estava automaticamente fora do esquema. Não foi por outra razão que, durante bom tempo, o Dops tinha apenas quatro setoristas para alimentar toda a grande imprensa, e todos eles eram funcionários públicos de escalões subalternos. [...] Para ser jornalista e ter trânsito livre entre os encarregados da repressão, somente sendo da casa, ou seja, da própria polícia. [...] Para os jornalistas que não seguissem o script, aplicava-se a elástica Lei de Segurança Nacional. Uma notícia fora desse roteiro significava prisão e processo (KUSHNIR, 2012, posição 6332).

Nas palavras de José (2015, p. 39), “a ditadura elaborava a farsa de que um preso político barbaramente torturado e morto tinha sido ferido por seus companheiros quando fora cobrir um ponto” e na “*Folha da Tarde*, na sua segunda fase, após o AI-5, os assassinatos eram recebidos com alegria”. Segundo Kushnir (2012), desde que passou a coordenar a redação da *Folha da Tarde*, Antônio Aggio imprimiu uma linha para criminalizar as forças contrárias à ditadura, as quais definiu como terroristas. O jornal não era apenas porta-voz dos militares, era cúmplice.

Todo ano, no dia 1º de julho, comemorava-se o aniversário da *Folha da Tarde*. Era comum a presença de militares, políticos ligados à ditadura – o governador de São Paulo, Paulo Maluf, por exemplo –, os jornalistas-policiais, todos muito bem entrosados com os proprietários do Grupo *Folha*. Outra mostra da forte ligação dos donos da *Folha* com o Estado autoritário foi a nomeação de um dos sócios do Grupo, Carlos Caldeira, para ser prefeito biônico de Santos, cidade onde a empresa tinha o jornal *Cidade de Santos*.

Os pesquisadores que analisaram a mídia nesse período histórico afirmam que o Grupo *Folha*, assim como outras empresas de comunicação, não tinha censor, optou pela autocensura. As notícias chegaram no Dics – agência de notícias do grupo *Folha* – e eram distribuídas para todos os jornais do grupo e vendidas para outros veículos. Luís Carlos Rocha Pinto era o diretor dessa central de notícias e fazia o intercâmbio com os órgãos repressores. “Era ele quem recebia também os telefonemas da censura em que eram notificadas as proibições e as passava aos editores por escrito sob o título de ‘aviso ao editor’.” (KUSHNIR, 2012, posição 6399).

Kushnir cita um texto de Aton Fon Filho, publicado pela revista *Teoria & Debate*, o qual ele afirma que a *Folha da Tarde* fazia guerra psicológica e propaganda contra a guerrilha, mesmo quando não existia qualquer ação militar desenvolvida contra ela. “Não que não houvesse vontade de realizá-la. Esta surgia de cada mentira, a cada infâmia, a cada vez que a *Folha da Tarde*, na condição de porta-voz oficioso do DOI-CODI, anunciava como

fuga ou morte em combate o que na realidade fora o assassinato de um companheiro” (FON FILHO, *apud* KUSHNIR, 2012, posição 5587). Outro exemplo de engajamento político do jornal foi a manchete do dia 26 de outubro de 1970. Ao anunciar a prisão de Joaquim Câmara Ferreira – militante da esquerda armada -, a Folha da Tarde traz uma manchete comemorativa, em letras garrafais: “LAMARCA, O LOUCO, É O ÚLTIMO CHEFE DO TERROR”.

Desse modo, o jornal arrolou a prisão e assassinato de Câmara Ferreira, o sucessor de Marighella, e seu sepultamento no dia anterior, declarando que esse episódio “[...] sentenciar uma das últimas etapas da curta e trágica história do terrorismo no Brasil. Odiados pelo povo, sofrendo seguidos reveses, separados por irremediáveis divergências, os facínoras remanescentes têm agora diante de si a dificuldade que vai precipitar seu definitivo aniquilamento: a ausência de líderes à altura de Marighella e Câmara Ferreira, capazes de aglutinar em torno de si e de comandar as desarticuladas e debilitadas facções do esquerdismo radical. Resta a esses grupos uma única e péssima alternativa: aceitar a chefia do delinquente Carlos Lamarca, que não passa – e eles bem o sabem – de um criminoso comum e psicopata” (KUSHNIR, 2012, posição 5958).

Em dezembro de 1970, o assassinato de outro militante de esquerda, Eduardo Collen Leite – cujo codinome era Bacuri -, recebeu o seguinte tratamento da Folha da Tarde: “Terror: metralhado e morto outro facínora”. Embora o crime tenha sido cometido pelo Estado, o jornal divulgou que o assassinato de Bacuri ocorreu em um tiroteio com a polícia. Esse tipo de manchete se tornou rotina no jornal, dando versões controversas dos fatos, como nos detalha Kushnir (2012):

“Honras militares para a vítima de Marighella”, de 8/11/1969, sobre o enterro da investigadora Stela Borges Morato, baleada no cerco a Carlos Marighella; “Oban desmantela quadrilhas do terror”, de 28/1/1970, acerca dos mais de 320 militantes políticos presos; “Cônsul livre: começa a caça”, de 16/3/1970, sobre a troca de presos políticos pelo cônsul japonês; “Prisão para os 140 terroristas da ALN”, de 1º/4/1970, acerca do indiciamento de 143 “criminosos”, dos quais 140 já tinham prisão preventiva decretada; “Terrorista fere e morre metralhado”, de 4/4/1970, sobre a morte de Dorival Ferreira; “Fim do sequestro: 40 bandidos na Argélia”, de 16/6/1970, sobre a troca de presos políticos pelo embaixador alemão; “Chantagem sexual é arma do terror”, de 28/7/1971, sobre a militante Solange Lourenço Gomes, que se entregou à repressão em março daquele ano e que, anos mais tarde, se suicidou; “Terror mata e rouba em hospital carioca”, de 3/9/1971, sobre o assalto à clínica Dr. Eiras por militantes de esquerda; “Amor, fê e orgulho. Para sempre Brasil”, de 8/9/1971, sobre as paradas militares do dia anterior; “Lamarca deixou 2,5 milhões de dólares”, de 20/9/1971, acerca da morte de Carlos Lamarca; “Eis os assassinos e inimigos do povo”, de 28/9/1971, com fotos dos militantes procurados; “Dops paulista desmascara infiltração comunista”, de

23/1/1975, sobre a divulgação dos 105 indiciados na Lei de Segurança Nacional (KUSHNIR, 2012, posição 6473).

Essa clareza do apoio aos militares nas páginas da Folha da Tarde se estendeu ao apoio logístico e material. O Grupo Folha da Manhã chegou a emprestar parte da sua frota automobilística aos órgãos da repressão para transportar militantes de esquerda presos. Esse posicionamento provocou uma reação entre os opositores ao regime, que chegaram a incendiar caminhonetes que distribuía os jornais. Em resposta, Otávio Frias, dono do Grupo Folha, assinou um editorial no dia 22 de setembro de 1971, cujo título era “Banditismo”, resumido por Kushnir (2012):

“a sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós. Dois carros desse jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em ‘represália’ a notícias e comentários estampados em nossas páginas. [...] Nada temos a acrescentar ou a tirar ao que publicamos. Não distinguimos terrorismo do banditismo. [...] Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. [...] Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rótulo de idealismo político. [...] Da opinião pública, o terror só recebe repúdio. [...] As ameaças e os ataques do terrorismo não alterarão a nossa linha de conduta. Como o pior cego é o que não quer ver, o pior do terrorismo é não compreender que no Brasil não há lugar para ele. Nunca houve. E de maneira especial não há hoje, quando um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social – realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama. O país, enfim, de onde a subversão – que se alimenta do ódio e cultiva a violência – está sendo definitivamente erradicada, com o decidido apoio do povo e da Imprensa, que reflete o sentimento deste. Essa mesma Imprensa que os remanescentes do terror querem golpear. Assinado por Octávio Frias de Oliveira”. (KUSHNIR, 2012, posição 6688).

Depois de 15 anos servindo à ditadura, a Folha da Tarde – com uma tiragem que girava em torno de 180 mil exemplares diárias nos anos 1970 – começa a definhar a partir da abertura política, no final da década, desaparecendo de vez em 1999. Enquanto o Grupo Folha cresceu à sombra dos anos de chumbo através dos seus jornais impressos, a televisão ganha uma dimensão avassaladora graças à ajuda militar, com destaque para as Organizações Globo, que construiu todo seu império como recompensa pelos favores que prestou à ditadura. É interessante lembrar que, no golpe de 1964, a televisão estava em ascensão, assumindo um papel importante na derrubada de Jango. Todo movimento contrário às “ideias comunistas” como as marchas “pela família e com Deus e pela liberdade” foram divulgadas à exaustão pelas telas das tevês.

Na construção do golpe de 1964, a Escola Superior de Guerra (ESG) tentou criar um canal de comunicação que chegasse em todo o território nacional. Precisava de uma comunicação que unificasse o país em torno da hegemonia golpista. Para isso, criou, já em 1965, a Embratel, mesmo ano do nascimento da TV Globo, fruto de uma transação ilegal financiada pela Time-Life<sup>11</sup>. A partir daí, sela-se uma sociedade sem precedentes: enquanto o Estado oferecia infraestrutura técnica para a TV Globo crescer, esta adocicava a ideologia militar em todo o país, garantindo o consenso em torno do pensamento dominante. Em 1969, a Globo se constitui em rede graças aos investimentos públicos em telecomunicações. “Podendo chegar a todo o país, tornando-se um império poderoso, o *Jornal Nacional* acabou por se tornar o diário oficial do regime – e tanto quanto o restante da imprensa, também tentava sempre legalizar os crimes da ditadura, dando mortes por tortura como atropelamentos e simulações assemelhadas (JOSÉ, 2015, p. 40).

Além disso, a emissora recebeu o benefício de isenção de taxas de importação de equipamentos comprados, passou a contar com um volume grande de publicidade do governo e ainda teve o congelamento de impostos e taxas que a empresa deveria pagar. Conhecido apoiador e financiador do regime militar, o proprietário da Ultragaz, Henning Albert Boilesen, também contribuiu financeiramente com a TV Globo em seu nascedouro, patrocinando o jornal Ultra-Notícias, que ficou no ar entre 1966 e 1967. Em 1972, a televisão criou o programa *Rede Globo Visita*, exibido toda quarta-feira, um espaço voltado para entrevistar ministros militares. Herz (1987) mostra o surgimento da TV Globo em integração com os poderes político e econômico:

A Globo surgiu perfeitamente integrada ao bloco de poder que instaurou o modelo econômico de desenvolvimento capitalista associado pós-64. A Rede Globo deu funcionalidade ao desenvolvimento econômico e político implementado por esse bloco de poder emergente. Do ponto de vista da economia, por um lado, constitui-se no grande instrumento de criação e estimulação de um mercado nacional unificado, gerado principalmente pela concentração da renda e, por outro lado, funcionou com o agente catalisador do importante mercado de produtos eletro-eletrônicos, cuja produção era dominada pelas indústrias multinacionais. Do ponto de vista político constituiu-se num instrumento de intervenção ideológica com

---

<sup>11</sup> O nascimento da TV Globo é fruto de uma sociedade com o grupo americano Time-Life, que estava ávido por controlar a mídia brasileira, assim como já fazia em outros setores da economia. De fevereiro a novembro de 1965, o grupo investiu 6 bi e 145 milhões de cruzeiros na Globo, numa transação ilegal, já que a legislação da época proibia investimento estrangeiro em empresas de comunicação. Antes de se associar a Roberto Marinho, a Time-Life tentou O Estado de São Paulo e a Editora Abril e, ambos, recusaram a proposta, temendo a legislação. Só em 2002, final do governo Fernando Henrique Cardoso, o Congresso aprovou uma nova legislação que possibilita empresas estrangeiras investirem nos grupos de comunicação em até 30% do capital dos mesmos.

poderes jamais experimentados na história desse país, traficando a ideologia ‘modernizante-conservadora’ do Estado e dos interesses – especialmente os comerciais – que tinham liberdade de expressar-se nesse contexto (HERZ, 1987, p. 205-206).

Um dos episódios que demonstram a relação da Globo com o regime são os vídeos exibidos pela TV com depoimentos de militantes de esquerda ditos arrependidos. Esses vídeos eram produzidos por um funcionário da Rede Globo com profundas ligações com o Estado-Maior do Exército, Edgardo Manoel Ericson. “O objetivo era apontar à população a certeza da diretriz do governo na repressão aos movimentos de guerrilha. Alguns desses depoimentos na TV foram posteriormente exibidos aos companheiros de cela do militante.” (KUSHNIR, 2012, posição 6183).

Essa forte ligação entre Roberto Marinho e a repressão fez com que seu advogado no caso Globo Time-Life, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, fosse nomeado ministro do governo Castelo Branco (1964-1967). Ele trabalhou intensamente para salvar a Globo de uma CPI instalada para investigar o contrato ilegal entre a emissora e a empresa norte-americana, utilizando o argumento de que não havia controle da Organização Globo pelo grupo Time-Life, nem ocorreu interferência intelectual ou administrativa da norte-americana sobre a brasileira. No entanto, em 1966, a CPI concluiu que o acordo entre os dois grupos era ilegal e que a Globo teria que se desfazer da sociedade.

Mostrando-se vitimizado, Roberto Marinho ameaçou vender a televisão por não ter recursos para comprar as ações da Time-Life e chantageou: dizia que a Globo poderia cair nas mãos de inimigos do regime militar. O dono da Globo recorreu ao próprio Castelo Branco, que prorrogou o caso o quanto pode, deixando a decisão para a gestão de Costa e Silva. Amorim (2015) socializa uma entrevista que fez com um alto funcionário do presidente Costa e Silva – não revela o nome da fonte, no entanto -, na qual ele explica como os militares salvaram a Globo da dívida com a Time-Life e, em 1968, legalizaram de vez o funcionamento da emissora. Vale a transcrição:

O ministro montou uma operação financeira de salvamento com o banco Morgan, dos Estados Unidos. As garantias eram garantias pessoais de Roberto Marinho – [...] a casa no Cosme Velho, no Rio, onde morou a viúva dona Lily – e receitas futuras da Globo. Marinho deu, em garantia, na verdade, uma receita com que já podia contar: a publicidade de empresas do governo federal. [...] Roberto Marinho pagou o empréstimo, comprou a parte do Time-Life e vendeu a publicidade ao governo federal por ‘preço de tabela’, sem desconto, o que, na prática, significava que Roberto Marinho vendeu espaço ao governo por um ‘sobrepço’. Deu até

para ressarcir o grupo Time-Life dos lucros atrasados que, antes, não conseguia distribuir aos sócios americanos. (AMORIM, 2015, p. 122).

No livro *A História Secreta da Rede Globo*, Herz (1987) cita uma entrevista que Roberto Marinho deu ao jornal Times, na qual teria dito: “Sim, eu sou o poder. Mas sempre de maneira patriótica, tentando corrigir as coisas, procurando caminho para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder suficiente para consertar tudo o que não funciona no Brasil. A isso dedicamos todas as nossas forças” (MARINHO, *apud* HERZ, 1987, p. 24-25). A citação deixa clara a intenção de o dono das Organizações Globo em interferir nos rumos do país, fato que buscou fazer em todos os governos, como veremos mais a diante. Essa gana dos donos da mídia de influenciar os governos de plantão é uma característica intrínseca à classe dominante, que se sente a única legitimada para assumir o poder e a direção intelectual de toda uma sociedade, tendo nos meios de comunicação um dos canais mais importantes para disseminar a ideologia dessa classe. Conforme postula Marx (2012),

A divisão do trabalho, [...] como uma das forças principais da história que já se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão ente trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios. No interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual se desfaz também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominantes e de que elas teriam uma força distinta da força dessa classe. (MARX, 2012, p. 156-157).

Ao final do regime militar, com uma clara crise de hegemonia instalada no país, a mídia brasileira precisou se remodelar aos novos tempos, a exemplo da Folha de S.Paulo - aliada fiel da ditadura -, e passa a veicular pautas favoráveis à redemocratização. “Nessa fase a velha mídia, particularmente os meios impressos, cumpre o papel de ser uma espécie de aríete do que à época se denominava abertura, a anunciadora de uma nova hegemonia que se gesta no interior do governo Figueiredo. (JOSÉ, 2015, p. 42-43).

As Organizações Globo, à exceção, estavam na contramão desse novo cenário, silenciando qualquer pauta a favor da abertura política, como foi o caso da cobertura das Diretas Já!. Fato muito comentado no meio jornalístico é o tratamento que os veículos do

grupo deram em relação a um comício, em 1984, na praça da Sé, em São Paulo, com cerca de 300 mil pessoas presentes que pediam eleições diretas para presidente da República. A reportagem da TV Globo disse que a multidão estava lá para comemorar o aniversário da cidade. Amorim (2015) cita uma entrevista de Roberto Marinho à *Veja*, em setembro de 1984, na qual o dono da Globo teria dito que a cobertura das Diretas fora tímida para não provocar uma “inquietação nacional”, precaução que não teve em 2013, nas jornadas de junho, nem nas manifestações de 2015/2016, que pediam o *impeachment* de Dilma.

Todavia, Roberto Marinho, cedo ou tarde, teve que se adaptar à nova fase política do país e soube tirar proveito dessa crise de hegemonia. Como em outros momentos históricos do Brasil, o processo de redemocratização levou a uma conciliação de classes. O movimento das Diretas Já!, associado ao radicalismo da ditadura, do PDS e do empresariado, exigiu uma revisão de estratégias, fazendo com que setores conservadores pregassem a conciliação e apoiassem a redemocratização, sem, no entanto, aceitar eleições diretas de imediato.

Esse processo aproximou Roberto Marinho de Tancredo Neves, o nome escolhido para representar esse pacto político. É importante recordar que Tancredo Neves não aderiu por completo à campanha das Diretas e, por isso, foi um nome de consenso entre as forças que comandavam a abertura política. Na opinião de Amorim (2015, 233), ele fazia encenações para demonstrar ser favor do movimento. “Combinava com o repórter Álvaro Pereira o momento exato de entrar ao vivo no JN [Jornal Nacional], e guardava para aí as frases a mais contundentes”. Segundo Herz (1987, p. 30), “[...] Roberto Marinho fechou o cerco sobre Tancredo, assegurando, inclusive, que o Ministro das Comunicações fosse uma pessoa de sua confiança. E nem causa estranheza que, no dia de sua eleição pelo Colégio Eleitoral, tenha sido com o empresário Roberto Marinho que Tancredo almoçou festivamente.”

O encontro entre o dono da Globo e o futuro presidente da República contou com a presença de Antônio Carlos Magalhães (ACM), nome sugerido pelo empresário para assumir o Ministério das Comunicações. A nomeação de ACM para a pasta não chegou a ser efetuada por Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse, mas foi garantida por seu vice, José Sarney, que cumpriu a ordem do dono da Globo. Para Herz (1987, p. 39), ACM no ministério era mesmo que Roberto Marinho mandar nas comunicações: “[...] um conservador com o passado de [Antônio Carlos] Magalhães, empresário da área de comunicação, surgiu como um nome confiável – talvez o único que despontasse tão ‘naturalmente’ – e credenciado para receber o apoio militante de Roberto Marinho.”

ACM ficou no governo os cinco anos de mandato de Sarney, liderando, entre outras aberrações, uma das maiores farras das concessões, ao liberar outorgas de radiodifusão para parlamentares que votaram de acordo com os interesses do governo. Entre os beneficiados estão os próprios ACM e Sarney, que adquiriram várias concessões de rádio e televisão em seus respectivos estados, Bahia e Maranhão, concessões que logo passaram a ser afiliadas do Grupo Globo. Amorim (2015, p. 235) cita uma passagem do livro de Pedro Bial sobre Roberto Marinho, na qual Sarney diz que Ulysses Guimarães teria ameaçado fazer com que o PMDB rompesse com ele, caso nomeasse ACM para ministro, e teve como resposta: “Olha, Ulysses, eu brigo com o papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, com todo mundo, eu só não brigo com o dr. Roberto Marinho.” (p. 235).

Sobre a influência que Roberto Marinho exerceu no governo Sarney, há o exemplo da demissão de Dílson Funaro do Ministério da Fazenda. Amorim, que à época trabalhava na TV Globo, diz ter sido orientado pelo amigo e conselheiro de Roberto Marinho, Jorge Serpa, a pedido do próprio dono da Globo, a fazer um editorial criticando Funaro no JN, para macular a imagem do ministro. No livro *Mídia – Crise política e poder no Brasil*, Lima (2006) lembra mais um episódio de interferência de Roberto Marinho no governo Sarney. Dessa vez foi para indicar para ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega. Segundo o pesquisador, antes de nomear o economista para o ministério, o presidente consultou a opinião do dono das Organizações Globo, que fez uma espécie de sabatina com o futuro ministro.

### **2.3 De Fernando Collor a Dilma Rousseff**

Passada a “abertura lenta, gradual e segura”, a mídia embarca na campanha de Fernando Collor de Mello para presidente da República, em 1989, primeira eleição direta para a Presidência após a redemocratização. A imagem do candidato foi construída pela mídia, que o fez conhecido como o “caçador de marajás”, numa referência aos servidores públicos que “não trabalhavam, mas recebiam salário”. Ex-governador de Alagoas, Collor foi apresentado à sociedade como um político moderno, em contraposição ao seu principal adversário, Luís Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista, personagem político que incomodava os donos da mídia.



Na primeira eleição direta após a ditadura, Fernando Collor de Mello parecia ser o único nome com chance de derrotar Lula, Leonel Brizola, e Ulysses Guimarães, nomes que não agradavam à classe dominante. A mídia resolveu apoiar Collor porque outras candidaturas, como a de Mário Covas e a de Orestes Quéricias, não eram competitivas. Covas era o queridinho dos veículos de comunicação. Em um editorial, publicado na capa de O Globo, no dia 29 de junho de 1989, o jornal, logo no título, diz que “Covas dará ‘choque de capitalismo’ se for eleito”. Nos bastidores, ficou provado que o editorial era praticamente uma cópia do discurso do candidato – que era senador – lido no dia anterior na tribuna do Senado. Segundo Amorim (2015), o discurso era fruto de um acordo com Roberto Marinho, que teria se comprometido a dar destaque à fala de Covas no Jornal Nacional no mesmo dia em que discursou no Senado. Além disso, o texto foi escrito a várias mãos, entre elas as de Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Jorge Serpa, que, no caso, representava Roberto Marinho.

Amorim (2015) transcreve uma entrevista em *off*<sup>12</sup> que teria feito, na qual o entrevistado diz que os tucanos mostraram o texto do discurso de Covas para Jorge Serpa dar a palavra final. O amigo de Roberto Marinho não gostou e cobrou algo mais contundente, sugerindo que o título abordasse “choque de capitalismo”, como foi publicado na capa de O Globo. Esse texto é a base do programa do PSDB, o que levou Amorim a afirmar que a legenda é filha da Globo, um produto do PIG, sigla que define como Partido da Imprensa Golpista. O empenho dessa força-tarefa, no entanto, não alavancava a candidatura de Mário Covas, que ficou em quarto lugar, atrás de Collor, Lula e Brizola, no primeiro turno. Ao perceber que o nome do tucano não decolava, a mídia investiu pesado para eleger Collor e destruir a biografia de Lula.

O exemplo mais emblemático da atuação da mídia nas eleições presidenciais de 1989 é o episódio, conhecido por muitos, da edição do debate entre Collor e Lula, às vésperas do segundo turno. O debate aconteceu na noite da sexta, 14 de dezembro, no estúdio da TV Bandeirantes, com a participação de um *pool* de emissoras de televisão. No sábado 15, o Jornal Hoje, veiculado pela TV Globo diariamente no início da tarde, exibiu uma matéria considerara equilibrada com o resumo do debate, o que irritou Collor e o núcleo duro de sua campanha. Mal terminara o noticiário, o presidente do PRN - partido de Collor –, Daniel

---

<sup>12</sup> *Off the record*: no jargão jornalístico, esse termo corresponde a uma declaração ou informação passada ao jornalista, a qual está autorizada a ser publicada, desde que não se revele a fonte.

Tourinho, foi ao estúdio da Globo no Rio e fez chegar a Roberto Marinho a informação de que Collor estava contrariado com a reportagem. Somando-se a isso, o diretor de jornalismo de rede, Albérico de Souza Cruz<sup>13</sup> – homem de confiança de Collor -, também foi até a emissora acompanhar de perto uma nova edição do debate, que passaria no Jornal Nacional, à noite. O próprio Roberto Marinho mandou refazer a edição, com a ordem de colocar “o bom de Collor e o mau de Lula”. Resultado: foram longos 3 minutos e 34 segundos de Collor batendo em Lula e 2 minutos e 22 segundos em que Lula aparecia de forma vexatória, o que somava quase 6 minutos negativos para o presidenciável do PT, enquanto Collor era 100% poupado (AMORIM, 2015).

Mas a manipulação não ficou por aí. Após a exibição da matéria do debate, o âncora, na época, do Jornal Nacional, Cid Moreira, apresentou uma pesquisa de opinião pública, feita por telefone, sobre a performance do debate dos dois candidatos, dando vantagem a Collor. Na sequência, o jornalista Alexandre Garcia leu um editorial no qual afirmava que as Organizações Globo trabalham de forma isenta na cobertura eleitoral, com o objetivo de “aperfeiçoar a democracia”. A edição do debate entre Lula e Collor se enquadra no que Abramo (2003, p. 33) chama de manipulação por indução, quando “o público é induzido a consumir uma realidade deturpada, um mundo não como ele é, mas como a mídia quer que ele veja”.

Vale aqui outros episódios que marcaram a cobertura jornalística nas eleições de 1989. O primeiro é o sequestro do empresário Abílio Diniz, que teve seu cativeiro estourado um dia antes do segundo turno. Os sequestradores – oito estrangeiros e só um brasileiro - foram apresentados vestindo camisas do PT, fato massivamente veiculado pela mídia, o que, naturalmente, relacionava os criminosos à campanha de Lula. O pensamento de Luhmann (2005) mostra que o que deve permanecer é uma decisão da mídia:

[...] os meios de comunicação dão uma coloração especial àquilo que noticiam e à forma como noticiam; assim, decidem sobre o que deve ser esquecido, o que pode ser significativo apenas no momento e o que deve permanecer na lembrança. Para a realização das recursões são utilizados esquemas conhecidos ou criados novos, cuja eficácia não depende se eles são ou não confirmados em cada caso pelas situações concretas. (LUHMANN, 2005, p. 66-67).

---

<sup>13</sup> Albérico de Souza Cruz foi responsável pela produção de um Globo Repórter especial, totalmente dedicado a Collor de Mello. Com base em uma histórica capa da Veja que apresentava Collor como o caçador de marajás, o Globo Repórter reforçava esse slogan, tornando o presidenciável mais conhecido.

Além da manipulação do debate e do sequestro de Abílio Diniz, houve também a repercussão midiática do depoimento da ex-companheira de Lula, Miriam Cordeiro, que gravou um vídeo acusando o petista de ser racista e de não querer reconhecer a paternidade da filha que tiveram. Depois, ficou provado que Collor pagou 200 mil cruzados novos a Miriam. Por fim, denúncias apócrifas – naquela época não existia a indústria de *fake news* nem redes sociais – davam conta de que, se eleito, Lula confiscaria a poupança dos brasileiros – o que, na verdade, Collor viria a fazer logo que assumiu. Essas informações foram veiculadas à exaustão por toda a mídia corporativa, que apostava as últimas fichas para eleger Collor. A estratégia funcionou: Collor obteve 53,03% dos votos e, Lula, 46,97%.

Da mesma forma que o ajudou a colocar no poder, os meios de comunicação atuaram para derrubar Fernando Collor da Presidência, fato consumado na votação do *impeachment*, na Câmara dos Deputados, no dia 29 de setembro de 1992. Mas não agiram assim por ser contra o “caçador de Marajás”, já que apoiavam a agenda neoliberal que ele começara a implantar no país desde que assumiu, em maio de 1990. O projeto de privatização iniciado pelo governo Collor e a perseguição a servidores públicos receberam um tratamento especial por parte dos meios de comunicação. Foram quase dois anos e meio defendendo o governo do primeiro presidente eleito após a redemocratização. “A velha mídia participou de modo decisivo na derrubada de Collor, mas lamentou que o *impeachment* tenha ocorrido, especialmente porque declaradamente apoiava o programa dele.” (JOSÉ, 2015, p. 66-67).

Nas duas semanas que antecederam a votação do *impeachment* na Câmara, a Folha de S.Paulo quase todos os dias publicava editorial defendendo a saída do presidente. Na edição de 15 de setembro, por exemplo, o jornal pediu a renúncia de Collor, afirmando ser a mais esperada e a menos traumática das soluções – no dia 25, o jornal volta a cobrar a renúncia do presidente. Na edição de 19 de setembro, a pressão foi sobre a Câmara, afirmando que os deputados tinham obrigação moral de autorizar o julgamento do *impeachment* pelo Senado - apelo repetido no editorial do dia 27, dois dias antes da votação do *impeachment*. No dia 20, o jornal disse que nada relacionado ao governo Collor merece mais respeito. No dia 30, um dia após a votação favorável ao *impeachment*, a Folha de S.Paulo, ao passo que comemorava o resultado, já cobrava do vice Itamar Franco – que ficou à frente da Presidência até 1994 – compromisso com o projeto neoliberal, interrompido pela crise política que levou ao afastamento de Collor.

José (2015) apresenta um panorama do tratamento dado pela mídia ao *impeachment*, um dia após a votação. O Estado de São Paulo, em editorial, também defendeu a manutenção

do projeto neoliberal, embora se colocasse favorável ao *impeachment*: “o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou à Nação em 1989 ainda é válido – talvez o único capaz de oferecer uma esperança aos que sofreram por acreditar naquele que simbolizava os jovens afastados das decisões políticas desde 1964”. O JB traz como título do editorial “A hora dos brasileiros”, também defendendo que Itamar Franco dê continuidade aos projetos modernizadores, tais como a reforma fiscal, a modernização dos portos, a privatização e a desregulamentação da economia. “Quanto a esse ponto, o do programa, parece não haver dúvidas: a imprensa hegemônica quase chega à unanimidade. Era preciso derrubar o homem, mas manter o programa que ele apresentara à Nação – e que expressava o projeto político da própria mídia.” (JOSÉ, 2015, p. 68).

O governo Itamar Franco nomeou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para ministro da Fazenda, autor do Plano Real e futuro presidente do Brasil por oito anos (1995-2002). A mídia logo enxergou em FHC seu representante e não só apoiou a mudança da moeda, como suas duas campanhas presidenciais e seus dois governos. “Tudo agora apontava para uma situação favorável ao *pai do plano*. A moeda nova, recém-nascida sob o foguetório midiático, alavancava FHC, que tendia a crescer. [...] A mídia continuaria a contribuir para isso, criando o cenário favorável ao novo príncipe neoliberal.” (JOSÉ, 2015, p. 75).

Amorim (2015) descreve uma entrevista que fez com o ex-ministro da Justiça do governo Sarney, Fernando Lyra – morto em 2013 -, em que ele conta como se deu o surgimento do PSDB e o encantamento da mídia por Fernando Henrique Cardoso. Ainda na ressaca da crise de hegemonia fruto da redemocratização e com o fim do bipartidarismo, foram surgindo novas legendas e a classe dominante precisava de algo que parecesse novo. Queria criar um partido, alegando que o PMDB estava “bichado”. Fernando Lyra, então, procurou Jorge Serpa – braço direito de Roberto Marinho -, para apresentar a proposta do PSDB. Serpa gostou e fez a ponte com o dono da Globo para que ocorresse uma reunião, onde participaram Fernando Lyra, Roberto Marinho, Jorge Serpa e FHC. Não tardou para a Globo liderar uma campanha em favor do tucanato – partido que defendeu o projeto neoliberal como nenhum outro -, começando com o apoio a Mário Covas, estendendo-o a Fernando Henrique, José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves, candidatos da legenda nas últimas eleições presidenciais anteriores a 2018. Assim como 1989, a disputa presidencial de 1994 se deu basicamente entre Lula e o candidato da classe dominante: o tucano FHC. “Em agosto, já estava claro que – munido da repercussão da nova moeda, da aliança com a

antiga elite e do apoio dos meios de comunicação de massa – Fernando Henrique era imbatível. A própria campanha foi monotemática.” (ANDERSON, 2020, p. 30).

Com mídia garantida por ter implantado o Plano Real, FHC foi beneficiado pela reforma eleitoral, que proibia imagens externas no guia eleitoral e a realização de boca de urna no dia da eleição. A determinação prejudicou a campanha do PT, que tinha um arsenal de imagens da Caravana da Cidadania – viagens realizadas por Lula em todo o país, com o objetivo de construir um projeto político para o país a partir desse contato com a população -, e sempre apostou na sua militância para influenciar o voto na boca de urna.

Essa proibição, além de quaisquer outras observações, implicará, como de fato implicou, um horário eleitoral frio, sem nenhum entusiasmo. Isso antecipou e deslocou a campanha para a cobertura entusiasmada, celebrativa, das ações do governo por parte da mídia hegemônica – e particularmente para a parafernália espetacular da nova moeda, o real [...] [...] Implicou ainda uma operação de valorização do discurso racional contra a emoção das ruas. Utilizando-se de técnicas do jornalismo, simulando cobertura, a mídia hegemônica participa decisivamente da campanha de FHC. (JOSÉ, 2015, p. 72).

José (2015) se refere ao que chama de engajamento do Judiciário e da mídia para eleger FHC. Resultado: Fernando Henrique ganhou a eleição no primeiro turno, com 55,22% dos votos válidos, enquanto Lula ficou em segundo lugar, com 39,97%, seguido de outros candidatos que obtiveram um percentual irrisório de votos válidos.

Evidente que o resultado não pode ser atribuído exclusivamente a ela [mídia]. A coligação vitoriosa conformou um bloco histórico capaz de viabilizá-la, e derrotar a alternativa Lula. Mas é inegável também que sem a participação engajada da mídia nesse bloco a vitória seria muito mais difícil, ou poderia não acontecer. [...] a mídia hegemônica sempre teve lado, e nunca é o de quaisquer projetos progressistas ou reformistas. Nossa história, como até hoje, tem provado isso. (JOSÉ, 2015, p. 76-77).

Em 1998, FHC disputa a reeleição e, novamente, tem a seu favor mais uma reforma na legislação eleitoral, que reduziu de 60 para 45 dias o período de campanha, além de alternar o horário eleitoral para as candidaturas a presidente para dia sim, dia não, diminuindo a aparição dos presidenciáveis no guia. Quem ganhou com isso foi o presidente da República, que tinha mídia gratuita e constante para divulgar as ações de seu governo. A Globo decidiu não fazer cobertura eleitoral, só “o essencial”. Somado a essa decisão, Amorim (2015) diz que, por muitos anos, a voz de Lula foi proibida de aparecer nos noticiários da Globo e, quando fosse inevitável a imagem do petista, seria por nota coberta, quando a única voz que aparece é a do jornalista descrevendo a imagem exibida na tela. “Em 1994, a tática foi a de esconder as ruas, nada de cenas externas. Aqui, 1998, diminuiu-se o

tempo do horário eleitoral. [...] Despolitizar a eleição foi a palavra de ordem.” (JOSÉ, 2015, p. 85).

Mesmo com todo esse quadro favorável a FHC, a candidatura de Lula ameaçava, chegando ao empate técnico quatro meses antes do primeiro turno: o candidato tucano tinha 35% das intenções de voto, enquanto Lula tinha 34%. Foi quando veio a primeira chantagem de FHC. Segundo Amorim (2015, p. 375), ele convocou uma reunião com personalidades da elite econômica, política e intelectual – ‘barões da elite brasileira’, nas palavras um assessor do então presidente – e teria dito: “eu não sou candidato de mim. Isso comigo não existe. Ou eu tenho o apoio ou volto para casa e deixo a farra por conta de vocês. Aí vocês elegem o candidato que quiserem.”

Em outra ocasião, FHC cobrou da família Marinho a quantidade de reportagens sobre a seca no Nordeste e sobre o desemprego, exibidas no Jornal Nacional. Ele ameaçou renunciar e deixar que a Globo “elegesse Lula”. Imediatamente, as notícias negativas sumiram do noticiário. Com esse cenário, praticamente não houve cobertura das eleições de 1998, ficando quase resumida ao guia eleitoral, o que não foi nada mal para FHC, que já garantia sua presença na mídia como presidente. Novamente, Fernando Henrique Cardoso foi eleito no primeiro turno, com 53,6% dos votos válidos, e Lula, de novo, ficou em segundo, com 31,71% da votação.

[...] Houve acordo entre o grupo midiático e Fernando Henrique, e esse era o melhor procedimento, o que beneficiava a candidatura oficial. O Jornal Nacional realizou um agendamento e um enquadramento de temas marcadamente favoráveis a Fernando Henrique Cardoso e, insista-se, sempre que pôde, guardou silêncio sobre problemas que saltavam à vista e sobre até mesmo a competição eleitoral. [...] silencia-se o que não interessa a FHC, e se potencializa ao máximo o que for contra Lula (JOSÉ, 2015, p. 84).

Assim como no primeiro governo e nas duas eleições, a mídia continuou respaldando a última gestão tucana na Presidência da República. A forte ligação de FHC com a imprensa fez Amorim (2015, p. 411) lembrar o discurso do presidente, em 1999, quando participava da inauguração do parque gráfico de O Globo. O “Príncipe da Sociologia” disse ter orgulho da Globo e do Brasil, nessa ordem. Para o autor, o discurso é um agradecimento aos barões midiáticos, já que o tucano seria uma fabricação da imprensa “golpista e da elite”, a quem deve fidelidade. “FHC sucedeu ACM no coração da Globo. ACM teve ‘o Velho’ [Roberto Marinho]; FHC, ‘o Velho’ e os filhos”.

Nas eleições de 2002, enfim, Lula sai vitorioso das urnas, derrotando o tucano e candidato da situação, José Serra. Mas, para isso, precisou se repaginar e ficar palatável à elite, na qual os donos da mídia estão incluídos. Não cabia mais ali um Lula sindicalista, apontado por muitos como analfabeto por não ter curso superior. Não tinha mais espaço para um Lula que não falava o bom português, imprimindo erros gramaticais grotescos. Era preciso um novo Lula. Um Lula que se aproximasse da mídia e acalmasse o mercado. Como parte dessa estratégia e depois de três derrotas, o ex-sindicalista impôs como condição para sair candidato pelo PT que ele indicasse o comando da campanha – a quem delegou a José Dirceu –, que tivesse liberdade para fazer alianças amplas – inclusive com partidos conservadores – e que o PT contratasse o marqueteiro Duda Mendonça – um dos mais renomados do país – para comandar a publicidade da quarta e primeira campanha vitoriosa do PT para presidente da República.

Nessa nova empreitada, Lula teve seu visual suavizado e incorporou o personagem “Lulinha Paz e Amor”, completamente diferente do conhecido “sapo barbudo”, como foi chamado alhures por Leonel Brizola. Era um Lula menos radical e mais conciliador. Tão conciliador que foi buscar para vice um representante do capital, o industrial mineiro José Alencar, que deixou o PMDB e se filiou ao conservador Partido Liberal (PL) para compor com a chapa petista. Em seu livro de memórias, Kotscho (2006) – jornalista que coordenou a assessoria de imprensa das campanhas de Lula de 1989, 1994 e 2002 e assumiu a Secretaria de Imprensa e Divulgação da primeira gestão petista – lembra que em 2002 Lula percorreu as principais redações jornalística e se reuniu com donos, dirigentes e repórteres especiais dos jornais mais importantes do país, um gesto para tentar se aproximar da classe dominante.

Era preciso ficar bem com a mídia para se manear nas tintas nas coberturas jornalísticas, um movimento em busca de uma trégua entre as duas partes. Ao que parece, foi feito, pelo menos num primeiro momento, um acordo tácito, à exceção da Folha de S.Paulo, que continuou hostil ao candidato petista. Segundo Kotscho (2006), Lula se negava a se reunir com Otávio Frias, proprietário do jornal paulista, alegando existir um mal-estar antigo entre os dois. Mas Frias insistia pelo encontro, até que Kotscho convenceu Lula a participar. Para surpresa dos presentes à reunião, o petista foi alvo de um já comum preconceito de classe por parte não do Otavio pai, mas do filho, como nos mostra o jornalista então assessor de Lula:

O clima já não pareceu muito amigável desde o momento em que ‘seu’ Frias recebeu Lula e José Alencar. Otavio Frias Filho ficou calado, enquanto Lula não parava de falar dos seus planos para o país e da importância de ter um vice como Alencar. Assim que os comensais sentaram à mesa, Frias Filho disparou a primeira pergunta: se Lula se sentia em condições de governar o país, mesmo sem ter se preparado para isso, não sabendo nem falar inglês. O candidato fez uma expressão de incredulidade, olhou para mim como quem diz: “E eu tinha que ouvir isso?”, engoliu seco e deu uma resposta até tranquila diante daquela situação constrangedora. [...] Como se tivessem sido ensaiadas, as perguntas seguiram no mesmo tom hostil (KOTSCHO, 2006, p. 225).

Ainda nesse movimento de tornar-se aceitável pela classe dominante, Lula apresentou à sociedade a *Carta ao Povo Brasileiro*, um documento cujo objetivo era acalmar o mercado, que temia uma interrupção do projeto neoliberal caso o petista se elegeisse. “[...] Lula se comprometeu a não atacar bancos e empresas e, quando sua vitória já parecia um dado concreto, eles também injetaram dinheiro em sua campanha, embora muito menos do que na de (Fernando Henrique) Cardoso” (ANDERSON, 2020, p. 101). Antes da divulgação da carta, Antonio Palocci – um dos coordenadores da campanha petista, ao lado de Dirceu, e futuro ministro da Fazenda do governo Lula – participou de uma reunião na Rede Globo para apresentar o documento à família Marinho.

Embora nunca tenha sido o candidato oficial da mídia, Lula de fato cumpriu o compromisso selado com o capital. Nos oito anos em que esteve na Presidência, não interrompeu por completo a ideologia de Estado Mínimo nem ameaçou a elite brasileira, como expõe Lacerda (2019, p. 166): “Isso significa dizer: contenção da despesa pública, elevação dos juros, manutenção do câmbio flutuante, quase congelamento da salário mínimo e reforma previdenciária com redução de benefícios.” É importante dizer também que essa boa relação com o mercado não impediu o governo de incluir à sua gestão ações sociais que melhoraram a vida de pessoas antes excluídas da agenda econômica do país, o que, de certa forma, ajudou a minimizar o impacto do neoliberalismo. “Lula, portanto, de um lado, ‘manteve linhas de conduta do receituário neoliberal e, de outro, tomou decisões no sentido contrário, isto é, próprias da plataforma progressista” (SINGER, in LACERDA, 2019, p. 166).

No livro *Diálogos da Perplexidade*, Kucinski (2009) sugere a existência de um pacto estratégico entre Lula e o capital e outro com a bênção da Globo. “Esse é o sentido das nomeações de (Henrique) Meirelles para o Banco Central e Hélio Costa para o Ministério das Comunicações. Sendo que o primeiro pacto foi sincero das duas partes, e o segundo,



pacto mais de convivência (KUCINSKI *In* KUCINSKI; LIMA, 2009, p. 111). Em seu livro, Kotscho (2006) explica que, ao contrário de eleições anteriores, em 2002 a mídia começou com uma cobertura equilibrada, sendo mais complacente com a candidatura de Lula, com exceção do Jornal da Record, comandado por Boris Casoy, jornalista conhecido por suas posições de direita.

Talvez essa postura se deu porque todas as pesquisas indicavam um crescimento constante do palanque petista, fato que parecia irreversível, e, principalmente, porque antes de atingir Lula era necessário tirar outras candidaturas do caminho para salvar José Serra (PSDB). Precisaria tirar da disputa a senadora Roseana Sarney, candidata do PFL que aparecia como segunda colocada nas pesquisas. Mesmo já tendo sido ministro da Saúde e do Planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso, o nome de Serra ainda não era popular. Sem Roseana, ele tinha chance de assumir o posto de segundo lugar e tentaria levar a eleição para o segundo turno, para, então, reverter o quadro e evitar a vitória de Lula.

Sete meses antes do primeiro turno eleitoral a Polícia Federal estourou a chamada Operação Lunus, que encontrou no escritório do marido de Roseana, Jorge Murad, a quantia de R\$ 1,3 milhão em espécie, episódio difícil de ser explicado. “O efeito foi fulminante. Roseana despençou nas intenções de voto e desistiu da candidatura” (KOTSCHO, 2006, p. 220). O escândalo foi tratado à exaustão pela grande imprensa, o que levou o ex-presidente José Sarney, pai de Roseana, a acusar a cúpula do PSDB de estar por trás da operação, que José (2015) chamou de “uma verdadeira máquina de moer inimigos”. Após a saída de Roseane de cena, tinha outro empecilho: Ciro Gomes (PDT). Mais uma vez era preciso um empurrãozinho dos meios de comunicação.

Levantamento feito pela assessoria de Lula sobre exposição nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo (realizado entre 31 de agosto e 6 de setembro) aponta 106 notícias negativas para Ciro Gomes, noventa para Lula e, anote, 43 para Serra. Positivas para Ciro Gomes, 42. Para Serra, 71. Houve uma nítida atuação da mídia destinada à desconstrução da candidatura de Ciro Gomes. Sobre a etapa de liquidação de Ciro Gomes, Jânio de Freitas, na Folha de S. Paulo (3/9/2002), afirma que “há uma diferença adicional, essa por parte da mídia: é a diferença de tratamento entre a tolerância silenciosa e o rigor” (JOSÉ, 2015, p. 102).

Toda essa investida deu certo. Serra assume a segunda colocação e leva a disputa para o segundo turno. Mas para derrotar Lula era preciso agir rápido e de forma mais agressiva. Na reta final da campanha, o tucano resgatou alguns fatos, fragilizando a candidatura petista. Um deles foi a ocupação que o MST tinha feito na fazenda de Fernando

Henrique Cardoso, em março daquele ano. A campanha de Serra associava Lula ao movimento e espalhava medo, afirmando que o petista iria permitir invasão de terras, caso fosse eleito. Outro assunto desenterrado foi a investigação sobre denúncias de corrupção na Prefeitura de Santo André, que era governada pelo PT. Fatos amplamente divulgados pela mídia.

As manchetes, fotos, chamadas de primeira página, títulos, matérias, reportagens, artigos faziam de tudo no sentido de evidenciar a ligação de Lula com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), punham o candidato oficial cobrando clareza de Lula sobre o movimento – e, que pecado, indicavam que o candidato operário não iria reprimir o MST. Criminalização dos movimentos sociais é com o PSDB mesmo, desde antanho. [...] E quanto a isso havia uma impressionante convergência – era O Globo, O Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo... E voltou Santo André, sacado da algibeira nos últimos anos a cada momento que se considere necessário (JOSÉ, 2015, p. 103).

Essa campanha, no entanto, não foi suficiente para tirar a vitória de Lula, que obteve 61,27% dos votos válidos, contra 38,73% de José Serra. Foi a primeira vez na história do Brasil que um trabalhador se elegeu presidente da República, se reelegendo quatro anos depois, e elegendo e reelegendo sua sucessora, Dilma Rousseff, que teve seu segundo mandato interrompido em 2016, depois de um questionável processo de *impeachment*.

Logo após ser oficialmente declarado presidente eleito, Lula – mesmo sem combinar com Ricardo Kotscho - concedeu sua primeira entrevista como presidente eleito, exclusiva e ao vivo à TV Globo, dentro da programação do Fantástico. Essa atitude provocou a ira dos demais meios de comunicação, como já era esperado. O petista seguiu as orientações do comando da campanha, que atendeu ao pedido dos Marinho por acreditar na conciliação de classe. Não tardou para que essa impressão fosse desfeita. Desde o início do governo, a gestão petista lidava diariamente com a hostilidade da imprensa, que não respeitou a trégua comum a todos presidentes de esperar pelo menos completar os 100 primeiros dias de gestão.

[...] Os meios de comunicação “manipulam” a opinião pública. Eles perseguem interesses que não são veiculados juntos. Eles produzem “tendências”. Pode ser que tudo o que eles escrevam ou emitam seja correto, mas isso não responde à questão: para quê? Pode ser que seja para sucesso comercial, promoção do status quo social (e isso especialmente por meio de distrações narcotizantes para novidades cada vez mais novas) ou simplesmente seu próprio sucesso comercial. Para que os meios de comunicação cuidam e ao mesmo tempo enterram sua própria credibilidade. Eles “desconstroem” a si mesmos, pois reproduzem com suas próprias operações a contínua contradição entre os componentes constatativos e performativos do texto. (LUHMANN, 2005, p. 75).

No livro de memória de Kotscho (2006), há vários registros de “má vontade” da grande imprensa ao se referir a Lula, muitas vezes, segundo o autor, criando fato quando não tinha o que criticar. De acordo com o ex-assessor do ex-presidente, escrever sobre gafes do presidente tinha virado uma pauta fixa entre alguns jornalistas, uma forma de ridicularizar o petista, considerado pela classe dominante despreparado por ter origem nas classes subalternas.

Esses veículos [de comunicação] e seus homens de confiança nas redações simplesmente não aceitavam a ideia de que Lula vencera as eleições. Qualquer motivo servia não apenas para criticá-lo, mas para tentar desqualificá-lo, numa escalada que independia dos fatos, tratamento bem diferente da cordialidade que a maior parte da imprensa revelara para com o governo anterior (KOTSCHO, 2006, p. 268).

Se a mídia procurava pautas negativas contra Lula, encontrou no início do segundo ano do governo (2004), com o escândalo envolvendo Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu – ministro mais importante do governo. Foi o primeiro caso de corrupção envolvendo a gestão petista e foi denunciado pela revista *Época*, com direito à vídeo e tudo. Diniz foi acusado de cobrar propina para arrecadar dinheiro para a campanha do PT, na eleição de 2002. Em 2005, estoura um escândalo ainda maior: o mensalão, uma rede de corrupção envolvendo petistas e outros políticos ligados ao governo. A operação consistia em pagamento de mesada a parlamentares que votassem a favor do governo no Congresso Nacional e atingia não só o PT, mas muitos outros partidos, principalmente as chamadas legendas de aluguel, as quais formam o bloco conhecido como centrão. No entanto, as manchetes eram majoritariamente direcionadas ao PT. Assim como a análise feita acerca dos escândalos envolvendo o governo de Getúlio Vargas, essa pesquisa não vai se debruçar sobre a veracidade dos crimes cometidos nos governos do PT, mas apenas tenta mostrar a cobertura midiática em relação a esses eventos.

O mensalão era a chance que a elite política e econômica do país precisava para, de forma concreta, criminalizar não apenas do PT, mas toda a esquerda. O escândalo foi o embrião do que se revelou em 2013, nas jornadas de junho, e, em 2015 e 2016, nas manifestações que pediam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, abrindo espaço para o avanço do conservadorismo, o que desaguou na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Mas até chegar lá, era preciso construir uma narrativa que garantisse o consenso na sociedade. Uma das estratégias utilizada para isso foi a criação de um novo vocabulário, inserido nos textos jornalísticos e incorporado pelo senso comum. Lima (2006) destaca

alguns desses novos termos: mensaleiros, partidos do mensalão, pós-mensalão, valerioduto, doleiro do PT, conexão cubana, operação Paraguai, conexão Lisboa, república de Ribeirão Preto, operação *pizza*, entre outras. Anos mais tarde, esse vocabulário foi ampliado ganhando termos como petrolão e lulopetismo.

O verdadeiro significado dessas novas palavras/expressões só pode ser compreendido nos contextos concretos em que surgiram e passaram a ser utilizadas, pois elas são tentativas de expressar sinteticamente, de maneira simplificada, questões complexas, ambíguas e de interpretação múltipla e polêmica. Elas buscam reduzir um variado leque de significados a apenas um único ‘significado guarda-chuva’ facilmente assimilável. Uma espécie de rótulo. (LIMA, 2006, p. 15).

Thompson (2008) complementa essa lógica, afirmando que

Apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde ele está situado no tempo e no espaço. (...) Nós estamos ativamente nos modificando *por meio* de mensagens e de conteúdo significativo oferecidos pelos produtos da mídia (entre outras coisas). Este processo de transformação pessoal não é um acontecimento súbito e singular. Ele acontece lentamente, imperceptivelmente, dia após dia, ano após ano. É um processo no qual algumas mensagens são retidas e outras são esquecidas, no qual algumas se tornam fundamento de ação e de reflexão, tópico de conversação entre amigos, enquanto outras deslizam pelo dreno da memória e se perdem no fluxo e refluxo de imagens e idéias. (THOMPSON, 2008, p. 45-46).

Associado ao neologismo criado em torno do mensalão, surge o bordão “nunca antes na história do Brasil” houve tanta corrupção, também inserido no discurso da mídia. Como lembra Gramsci (2011), as transformações que a sociedade sofre a partir dessas mediações, se dá num processo lento, mas contínuo, o que podemos associar à narrativa construída durante o governo do PT, sobretudo a partir do mensalão, o que consideramos ter se refletido nas grandes manifestações de rua em 2013 e 2015/2016.

Segundo Lima (2006), no embalo do mensalão, a Folha de S.Paulo, entre 2005 e 2006, contou com uma seção fixa sobre o tema. A revista Veja, que já vinha com uma série de denúncias contra o governo do PT<sup>14</sup>, em um período de sete meses, dedicou mais de 20 capas incriminando Lula e seu governo. Na IstoÉ, foram catorze capas sobre o escândalo e

---

<sup>14</sup> Algumas dessas denúncias jamais foram comprovadas, como a acusação de que o PT tinha vinculação com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), uma organização paramilitar que atuava nos moldes dos grupos de guerrilha; e de envolvimento dos familiares de Lula (filho e irmão) em operações ilegais.

o Jornal Nacional chegou a dedicar mais de dois terços de sua edição exclusivamente ao mensalão.

Ao analisar a cobertura jornalística desse período, José (2015, p. 115) diz que a mídia se transformou numa espécie de tribunal, julgando, acusando e condenando por antecipação. “Bastava ter qualquer indício, ou inventá-lo, para em seguida concluir que a pessoa envolvida era culpada. [...] A mídia hegemônica tornou-se um tribunal de exceção e o cidadão brasileiro restou inteiramente desamparado.” Ricardo Kotscho (2006, p. 304) traz outros elementos que acrescentam: “Parecia uma gincana. A cada semana jornais e revistas vinham com outra bomba, disputando entre si para ver quem batia mais no governo.”

A mídia na era Lula deixou de funcionar como mediadora da política, passando a atuar diretamente como um partido político de oposição. Apesar de disputarem agressivamente o mercado entre si, há mais unidade programática hoje entre os veículos da mídia oligárquica do que no interior de qualquer partido político brasileiro, até mesmo partidos ideológicos como o PT e o PSOL (KUCINSKI *in* KUCINSKI; LIMA, 2009, p. 120)

O escândalo do mensalão antecipou o que já estava previsto para 2006, quando Lula seria candidato à reeleição: uma cobertura midiática que supervalorizava pautas relacionadas à corrupção do governo petista, desconsiderando que atos ilícitos da mesma natureza eram comuns e sistêmicos na história política brasileira. Esse quadro se transformou em combustível para a opinião pública, sobretudo a chamada classe média, criar ojeriza ao governo do PT e a seus líderes, o que alguns especialistas definem como ódio de classe e indignação seletiva.

O Mensalão foi o ensaio geral para o golpismo de agora, especialmente do seu núcleo fundamental: a ação concertada entre mídia e aparato jurídico-policial do Estado. Como o combate efetivo à corrupção é o último dos objetivos da nossa mídia-partido de elite, a estratégia é novelizar a política e reduzi-la ao embate mocinho versus bandido. O bandido é o PT e as classes populares, assim como o projeto de sociedade que eles representam. O mocinho é o aparato jurídico-policial elevado à condição de paladino da higiene moral da nação. O pano de fundo da corrupção ‘apenas estatal’, para tornar invisível a corrupção da elite no mercado que domina, legal e ilegal, é a compreensão hegemônica que permite que toda a farsa funcione. O fundamental aqui é a manutenção da “fulanização da corrupção”, ou seja, manipular o discurso da corrupção tornando invisível seu núcleo real e institucional, concentrando-se apenas em pessoas sempre da esquerda ou da base de apoio da esquerda (SOUZA, 2016, posição 687)

A disputa presidencial de 2006, mais uma vez, se polarizou entre o PT e o PSDB, este último lançou o nome de Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, que disputou com Lula. Segundo Amorim (2015), de abril a outubro de 2006, em 101 edições do Jornal Nacional, Alckmin apareceu muito mais que Lula, mesmo o petista sendo presidente da

República. E, ainda assim, Lula aparecia em pautas mais negativas que positivas, ao contrário do tucano. Um dos escândalos que pautaram as eleições de 2006 foi a máfia das sanguessugas, um esquema de superfaturamento na compra de ambulâncias pelo Ministério da Saúde. O escândalo estourou no final do primeiro mandato de Lula, mas teve início na gestão FHC, quando o ministro da Saúde era José Serra, do PSDB. No entanto, com raras exceções, a mídia majoritariamente associava o escândalo à gestão do PT.

Em seu livro, Paulo Henrique Amorim (2015) cita uma cobertura atípica da revista *IstoÉ*, de setembro de 2006, na qual consta uma entrevista com os empresários Luiz Antônio Vedoin e Darci Vedoin, pai e filho, donos da Planam, empresa vendedora das ambulâncias superfaturadas. De acordo com eles, entre 2000 e 2004 – o governo FHC terminou em 31 de dezembro de 2002 -, foram vendidas ao Ministério da Saúde 891 ambulâncias, sendo que 681 negociadas na gestão de José Serra, que deixou Barjas Negri no cargo quando precisou desincompatibilizar-se do ministério, no início de 2002, para concorrer à Presidência da República.

Amorim apresenta também alguns detalhes da carta de demissão do ex-repórter da Globo, Rodrigo Viana, que deixou clara a preferência da emissora pela candidatura do PSDB e a manipulação para que a operação sanguessuga não respingasse na campanha de Geraldo Alckmin. O documento revela a existência de uma reportagem – segundo ele produzida de forma precária, já que foi por telefone, algo contestável, considerada a grande estrutura da TV Globo – com o perfil de Abel Pereira, empresário ligado a Barjas Negri. A matéria, editada e gerada para o Rio de Janeiro – sede da Globo -, mostrava Serra e outros tucanos entregando ambulâncias a governos estaduais, no entanto nunca foi ao ar. “Ao receber o vídeo de Serra na cerimônia de entrega das ambulâncias da Planam, Ali Kamel – diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo – teria dito: ‘Não nos interessa ter essa fita. Para todos os efeitos, não a temos’” (AMORIM, 2015, p. 453). Comparando a campanha à reeleição de FHC, em 1998, e de Lula, em 2006, Rubin e Colling (2006) afirmam que, com Fernando Henrique,

as denúncias apareceram, mas não houve um esforço da imprensa no sentido de investigá-las. Por conseguinte, foram logo esquecidas e deixaram rapidamente a cena pública, apesar das denúncias serem muitas: o episódio da compra de votos de congressistas para aprovar a reeleição; as denúncias de corrupção envolvendo as privatizações; a sobra do caixa dois da campanha de FHC; as denúncias de corrupção contra Cássio Taniguchi (PFL), prefeito de Curitiba e aliado do Presidente; o envio de R\$ 5 bilhões para o exterior através do Banestado, maior lavagem de dinheiro da história do Brasil etc. [...] No governo Lula, as denúncias foram exaustivamente noticiadas, sendo transformadas, desde maio de 2005, no

assunto central, senão único, da agenda da mídia. (Rubin; Colling, 2006, p. 72).

Mesmo assim, as urnas deram a vitória a Lula, que foi reeleito com 60,83% dos votos válidos, contra 39,17% para Alckmin, que obteve menos voto que no primeiro turno, quando 41,64% dos eleitores votaram nele. À essa altura, o sentimento antipetista já tinha tomado conta das principais redações e muitos jornalistas foram formados nesse ambiente, como explica José (2015):

[...] desenvolveram-se o antipetismo e o antilulismo dos repórteres jovens, características que ganharam intensidade muito maior a partir do episódio denominado *mensalão*, em 2005. Aqui, o antilulismo e o antipetismo se alastraram viroticamente. Tornou-se modismo entre jornalistas ser contra Lula e contra o PT. A ideologia neoliberal fortaleceu essa moda. Quase não eram mais necessárias ordens vindas de cima para que Lula e o PT fossem combatidos, e para tanto os critérios do jornalismo, como a apuração rigorosa dos fatos, tornaram-se uma espécie de adereço. Mais valia a pauta preestabelecida, o teste de hipóteses, mais valia a versão orientada ao combate. (JOSÉ, 2015, p. 117).

A partir daí, surgem os primeiros movimentos de massa contra o governo, mais um combustível para os meios de comunicação, que tinham pressa na desconstrução do governo e na criminalização do PT e da esquerda. Em julho de 2007, durante uma passeata para lembrar as vítimas do acidente aéreo da TAM – considerado o maior da história brasileira, com 199 mortos -, algumas pessoas carregavam cartazes com frases como “Fora Lula”, “Respeito”, “Cansei” e “Basta”, associando o desastre a um caos aéreo, segundo elas, provocado pela gestão petista. “Essa foi a primeira aparição pública do que ficaria conhecido como *Movimento Cansei*, o *Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros*, criado cinco dias após o acidente da TAM. Ao lado do ‘caos aéreo’, o ‘basta’ se estendia também às denúncias de corrupção do ‘mensalão do PT’, iniciadas em 2005” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 200). A difícil relação do governo Lula com a imprensa perdurou durante toda sua segunda gestão, mas não foi suficiente para impedir que ele chegasse ao final do mandato com quase 87% de aprovação.

Com um apoio popular recorde, o governo Lula tinha todas as condições para enfrentar os oligopólios midiáticos brasileiros e imprimir uma política de comunicação que desse a largada para democratizar a mídia. Não fez. Mesmo se dizendo perseguido pela grande imprensa. Ao final do segundo mandato, no entanto, fez um aceno: promoveu a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, coordenada pelo então ministro da Secretaria de Comunicação Social, o jornalista Franklin Martins. A Conferência teve a participação da

sociedade civil, inclusive de entidades representativas dos donos da mídia – a Abert, principal entidade patronal, se negou a participar – e contou com etapas municipais e estaduais. O resultado foi um robusto documento com propostas para democratizar a mídia que nunca saiu do papel. Em seus discursos, o ex-presidente Lula tenta se justificar, alegando que deixou pronto um projeto para regular a mídia e não sabe o porquê de ele não ter sido implantado pelo governo Dilma. Apontado em primeiro lugar nas pesquisas para presidente da República nas eleições de 2022, o petista promete regular a mídia caso seja eleito.

Primeiro ministro das Comunicações de Dilma Rousseff, Paulo Bernardo ignorou o anteprojeto e as deliberações da 1ª Conferência de Comunicação. Em entrevista ao jornal O Globo<sup>15</sup>, sugeriu fazer uma consulta pública para discutir o tema, no sentido de fazer um amplo debate sobre a regulação da mídia, algo já contemplado na Conferência. É bom lembrar que a pauta da regulação da mídia, tão cara aos movimentos sociais que defendem a comunicação como um direito humano, sempre foi polêmica dentro do PT. O partido tem uma diretriz que defende a reforma midiática, mas, nos programas de governo elaborados a cada eleição, o tema é tratado de forma tímida e já chegou a ser retirado do documento.

Outra crítica que os pesquisadores da comunicação imprimem aos governos petistas é em relação à comunicação pública. Em sua tese de doutorado, Lucena (2017) traz um rico material sobre o tratamento que o governo Lula deu a essa questão, reconhece alguns esforços no sentido de implantar uma comunicação pública, mas diz que faltou um projeto que estimulasse a consciência crítica e o empoderamento político do cidadão, aspecto apontada pela pesquisadora como essencial numa sociedade democrática.

[...] o caminho é a educação política para, através dela, desenvolver a criticidade-dialógica, sem nos contentarmos com o lugar de meros receptores de informações públicas. Consequentemente, o político ou gestor público que não oferecer esse caminho continuará mantendo o cidadão na condição de subalterno (LUCENA, 2019, p. 236).

Apesar de o governo Lula ter dado um passo importante para a comunicação pública ao criar Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e de ter colocar no ar a TV Brasil, esses esforços não alcançaram por completo o propósito da comunicação pública. Em entrevista à Ana Paula Lucena (2017), o pesquisador Murilo Ramos acusa o governo de controlar as informações veiculadas pela EBC, que deveria imprimir um jornalismo crítico em relação

---

<sup>15</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/paulo-bernardo-diz-que-projeto-sobre-regulamentacao-da-midia-nao-deve-ir-para-congresso-2841212>. Acesso em 6 out. 2021.



às políticas do governo. “[...] a EBC tem que ter uma vinculação não hierárquica com os órgãos do governo, poderia ser o Ministério da Cultura ou podia ser o Ministério das Comunicações, mas jamais o Palácio” (RAMOS, *apud* LUCENA, p. 227). Outro problema apontado pelos pesquisadores é quanto ao financiamento e ao controle social da EBC. A instituição era custeada pelo governo federal e o poder de decisão do seu Conselho Curador – com representação da sociedade civil – era limitado. O problema persistiu e até se ampliou com Dilma Rousseff, presidente eleita em 2010.

Nessa eleição de 2010, por sinal, o PT novamente derrotou o PSDB, que lançou o nome de José Serra. A campanha foi pautada por uma agenda moralista, em que temas como aborto e religião vieram à tona, mais uma vez, alimentados pelos meios de comunicação. Além disso, ora Dilma Rousseff era apresentada pelos intelectuais da mídia como “poste de Lula”, ora como uma pessoa que representava perigo, sobressaltando-se o fato de ela ter participado ativamente do combate à ditadura. Enquanto Serra era destacado como defensor de um Estado ativo, “enxuto”, com capacidade de investimento e que não iria acabar com o Bolsa Família - programa de transferência de renda para os mais pobres e um dos carros-chefes dos oito anos do governo petista.

Dilma ainda teve que enfrentar um machismo estrutural existente desde sempre no Brasil, reforçado pelos jornais. Um exemplo disso foi a manchete da Folha de S.Paulo do dia 14 de junho: “À sombra de Lula, Dilma promete ‘alma de mulher’”. Essa postura se inseria no debate moralista que se iniciava entre os candidatos. Com a ascensão de uma sociedade cada vez mais conservadora que estava adormecida e com um fundamentalismo religioso que vinha ganhando uma dimensão avassaladora com o crescimento das igrejas neopentecostais – sobretudo nas camadas mais populares -, Dilma era cobrada por suas convicções religiosas e morais. Ao ponto de ela precisar se pronunciar sobre essas questões, uma vez que seu adversário se apresentava como cristão e divulgava que ela era a favor do aborto e de que não tinha uma religião definida. Dilma, então, informou ser católica e contrária ao aborto, declaração que criou um mal-estar com representantes do movimento feminista, uma das bases da candidatura petista.

Esse debate dogmático levou a Folha de S.Paulo, em 15 de maio, a expor Dilma Rousseff pelo fato de ela ter participado de um evento com membros do candomblé: “Mães de santo abençoam católica Dilma”. Em seguida, no subtítulo: “Presidenciável do PT vai a uma missa pela manhã e ao Dia de Oxalá à noite”. Sobre o tema do aborto, a polêmica foi

puxada por José Serra e sua mulher, Mônica Serra, e corroborada pela também presidenciável Marina Silva, que é evangélica.

Mônica Serra, mulher de Serra, numa caminhada em Nova Iguaçu (RJ), quando um eleitor evangélico confessou voto em Dilma, afirmou: ‘Dilma é a favor do aborto’. Quis dar ênfase: ‘Ela é a favor de matar as criancinhas’. Isso se deu no dia 14 de setembro de 2010, divulgado no mesmo dia pela Agência Estado. [...] Mônica não contava com a verdade: uma de suas alunas na Unicamp no início dos anos 1990, Sheila Ribeiro, dia 10 de outubro, já, portanto, sob o clima do segundo turno, reagiu forte e decentemente ao hipócrita ataque: ‘Com todo o respeito que devo a essa minha professora, gostaria de revelar publicamente que muitas de nossas aulas foram regadas a discussões sobre o aborto, sobre o seu aborto traumático’. Mônica Serra fez um aborto. [...] Mônica Serra, sem saber o que dizer, sem ter o que dizer, arrumou as malas e seguiu para o Chile no dia 13 de outubro. Desmoralizada. Não pelo aborto, mas pela hipocrisia. Só voltará no dia da derrota do marido, 31 de outubro, segundo turno. (JOSÉ, 2015, p. 140-141).

Para além da agenda moralista da campanha de 2010, um episódio que marcou o papel manipulador dos meios de comunicação foi uma bolinha de papel arremessada na cabeça de José Serra. O fato se deu no Rio de Janeiro, em 20 de outubro, poucos dias antes do segundo turno. Foi durante uma manifestação dos servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que denunciavam a demissão de quase 6 mil trabalhadores, ocorrida na gestão do tucano no Ministério da Saúde (1999). Um dos manifestantes jogou uma bola de papel no candidato, que logo fez uma encenação e o fato foi transformado pela grande imprensa em uma espécie de atentado. O Jornal Nacional, por exemplo, deu um grande destaque ao episódio, informando que o objeto arremessado era um rolo de fita crepe e mostrando cenas em que José Serra dava entrada em um hospital para ser atendido. “[A] imprensa marrom e o rádio [...] possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem o alcance de objetivos determinados, como, por exemplo, nas eleições. (GRAMSCI, 2011, p. 283).

O papel político da mídia corporativa está muito embricado com a atuação de alguns *think tanks*. Em 2010, o Instituto Millenium realizou 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão e uma das pautas era definir os critérios para a cobertura eleitoral. Os anfitriões do encontro: Roberto Civita (Editora Abril), Otávio Frias Filho (Folha de S.Paulo) e Roberto Irineu Marinho (Rede Globo). O evento também contou com o apoio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap). Segundo José (2015), o colunista da Folha de S.Paulo, Demétrio

Magnoli, fez a abertura do encontro com um discurso criminalizando o PT, partido que definiu como “um aparato controlado por sindicalistas e castristas, a pretender, vejam só o perigo, a retomada e restauração de um programa remanescente dos antigos partidos comunistas”. (MAGNOLI, *apud* SILVA, 2015, p. 127).

José (2015, p. 129) acrescenta que o Fórum do Instituto Millenium deu origem à “Operação Tempestade no Cerrado”, cuja missão seria interferir no resultado das eleições presidenciais. “[...] As redações da Editora Abril, de O Globo, do Estadão e da Folha de S.Paulo, das emissoras ligadas a tais organizações, receberam ordens rigorosas e claras: oposição total ao governo Lula, combate sem tréguas à candidatura de Dilma e ao PT”. Segundo o autor, a orientação era manter nos noticiários denúncias contra o governo Lula, com manchetes e imagens de impacto, além de trazer esses temas nos editoriais dos grandes veículos impressos, não apenas para aumentar o tom da crítica, mas para provocar uma reação do governo e, por tabela, acusá-lo de praticar censura.

Mesmo com essa série de acontecimentos, Dilma Rousseff vence a eleição no segundo turno, com 56,05% dos votos, enquanto José Serra teve a preferência de 43,95% dos eleitores. Importante lembrar que, embora as candidaturas petistas não tenham recebido o apoio maciço do *establishment*, tanto os governos Lula como Dilma não ameaçavam a classe dominante, como explica Casara (2020):

as ações políticas postas em prática pelo governo do Partido dos Trabalhadores nada tinham de revolucionárias, tanto que medidas voltadas à redução da desigualdade e ao respeito da diversidade conviveram com práticas conservadoras e de conciliação de classe, bem como ações tipicamente neoliberais e até conservadoras, tais como a nomeação de ministros nos tribunais superiores ligados ao establishment conservador; o recrudescimento da legislação penal; e, em especial, o pacto com as instituições bancárias que continuaram a condicionar não só as diretrizes do Banco Central como as metas de inflação e as taxas de juros (pacto que se manteve e não impediu avanços sociais nas brechas da estrutura do poder econômico, enquanto durou o *boom* das commodities). CASARA, 2020, p. 34-35).

Depois de uma eleição marcada pelo debate dogmático, associado ao surgimento de um movimento de rua conservador ainda incipiente e à avalanche neopentecostal, pouco a pouco se solidifica um extrato social que ganha força no combate à esquerda no Brasil, seguindo uma onda conservadora que se alastrava de forma global, tema que será melhor desenvolvido no capítulo seguinte desta pesquisa. Dessa forma, Dilma enfrenta em seu primeiro mandato um ódio sem precedentes, como o que aconteceu em 2013, na abertura da

Copa das Confederações. Quando a presidenta participava da abertura do evento esportivo, ela não só foi vaiada, mas foi alvo de palavrões de baixo calão, transmitido ao vivo e reprisado nos telejornais por todos os veículos de comunicação. Como afirma Debord (1997, p. 14), “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.”

Nessa mesma época surgem as manifestações que dão origem ao que ficou conhecido como jornadas de junho. O movimento começou com um protesto dos estudantes em São Paulo contra o aumento da passagem de ônibus e, logo, se transformou em uma onda crescente de ataque não só ao PT, mas a qualquer força de esquerda. Do mensalão até 2013, são incontáveis as pautas negativas contra os governos do PT. A partir das jornadas, a criminalização da esquerda ganha mais fôlego e as manifestações passaram a ser estimuladas e convocadas pelas emissoras de televisão, representando a sociedade civil, e respaldadas pelo aparato estatal, a sociedade política.

Uma análise dos grandes jornais durante a crise do mensalão revelou que eles ‘podem ter sido ‘incendiários’ na conjuntura, mas adotaram antes a postura de “bombeiros em relação a possíveis questionamentos de longo alcance do sistema político’. O veredito permanece válido para os escândalos posteriores. Seletividade e maniqueísmo marcaram não só a mentalidade da classe média, mas também a cobertura jornalística e a ação do aparelho repressivo de Estado. Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas ou indubitavelmente falsas que estigmatizava o PT – e, por consequência, toda a esquerda – como encarnação da desonestidade e do mal. Entre os rumores mais absurdos fabricados e disseminados na internet e a cobertura tendenciosa de jornais e emissoras de televisão não há uma fronteira e sim um continuum. A maior parte da mídia convencional não dava guarida aos boatos mais risíveis, embora alguns deles pudessem aparecer em veículos marginais que abandonaram a pretensão de credibilidade (como a revista IstoÉ). Mas o noticiário enviesado fomentava a visão maniqueísta do público e, assim, consolidava o ambiente mental que permitia que mesmo as falsificações mais disparatadas ganhassem foros de verdade. (MIGUEL, 2018, posição 297-313).

Sem uma pauta clara – excetuando o movimento localizado dos estudantes em São Paulo -, as jornadas de junho foram ampliadas, incorporando críticas aos campeonatos mundiais que estavam acontecendo no Brasil (Copa das Confederações em 2013 e Copa do Mundo em 2014), e à má qualidade do serviço público, tendo como alvo a presidenta Dilma Rousseff. Estimuladas pela grande imprensa, as manifestações se espalharam rapidamente pelas principais capitais do país, ainda que sem uma bandeira muito clara. Até aí, os protestos

não tinham um caráter de direita, uma vez que a agenda posta era reivindicatória da classe trabalhadora (redução de passagem de ônibus, crítica aos investimentos nas copas e má qualidade nos serviços públicos). Foi quando a mídia colocou em destaque o debate sobre a PEC 37, que limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil e excluía o Ministério Público desse tipo de atuação, vinculando a proposta ao governo do PT, que teria interesse na matéria para se safar dos crimes de corrupção. A partir daí, a mídia passou a convocar a população para as ruas, muitas vezes interrompendo a programação televisiva para transmitir ao vivo as jornadas de junho.

Foi o início do fim da era petista, embora o partido tenha conseguido reeleger Dilma Rousseff em 2014, passando por cima de mais uma campanha midiática que visava eleger o candidato do PSDB, que nessa eleição foi o mineiro Aécio Neves. A título de exemplo de como se deu essa disputa, recordemos apenas um episódio de manipulação midiática, ocorrido às vésperas do segundo turno. Na noite da quinta-feira que antecedia a votação, a revista *Veja* se antecipa e lança na internet a edição 2397, e, na sexta, a publicação já estava nas bancas, apesar de tradicionalmente a revista só entrar em circulação no sábado. Toda essa pressa se explica com a manchete da capa: “Eles sabiam de tudo”, com fotos de Dilma e Lula. A *Veja* acusava Lula e Dilma de saberem do petrolão, um esquema de corrupção que se dava na Petrobras e era alvo de investigação da Operação Lava Jato. A reportagem citava uma eventual delação premiada do doleiro Alberto Youssef, que teria acusado os petistas de estarem cientes da operação. A informação, posteriormente, foi negada pelos advogados do doleiro.

Em pouco tempo, a capa da *Veja* já estava espalhada nos principais portais e blogs da internet e, no dia seguinte, repercutia em todos os jornais impressos e noticiários eletrônicos. Pouco adiantou os advogados da campanha de Dilma acionarem o TSE para que a *Veja* retirasse a publicação da internet, conseguindo liminarmente o direito de resposta. O estrago já estava feito. A revista descumpriu a decisão da corte eleitoral e a campanha de Aécio distribuiu milhares de cópias da capa nas atividades de rua.

A edição da Folha de S.Paulo do sábado, véspera da eleição, traz em sua manchete o título “Doleiro acusa Lula e Dilma, que fala em terror eleitoral” e, no subtítulo, “Ambos sabiam de desvios na Petrobras, diz delator; para Aécio, caso é ‘extremamente grave’”. No mesmo sábado, o *Jornal Hoje* da Globo também dá destaque ao assunto, assim como o *Jornal Nacional*, à noite.

Reproduzida amplamente – milhões de exemplares chegaram a diferentes pontos do país como resultado de uma produção centralizada –, a capa tornou-se um eficiente instrumento em mãos de militantes aecistas. [...] Tudo foi meticulosamente pensado e organizado pelo Grupo Abril, numa operação político-midiático-golpista. (JOSÉ, 2015, p. 151).

Ramonet (2007) destaca o poder que a mídia detém de determinar se uma coisa é verdadeira.

O que é verdadeiro e o que é falso? Se a imprensa, a rádio ou a televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, isto se impõe como verdade... mesmo que seja falso. O receptor não possui outros critérios de avaliação, pois, como não tem experiência concreta do acontecimento, só pode orientar-se confrontando os diferentes meios de comunicação uns com os outros. E se todos dizem a mesma coisa, é obrigado a admitir que é a versão correta dos fatos, a notícia “verdade oficial” (RAMONET, 2007, p. 62).

Sobre a forma como os meios de comunicação manipulam os fatos, Luhmann (2005, p. 20-21) diz que as pessoas, em sua grande maioria, têm dificuldade de perceber se o discurso midiático é ou não verdadeiro. “Em casos isolados, isso pode ser possível para um ou outro observador e especialmente para os sistemas dos quais se informa, mas para a massa das comunicações que diariamente são transmitidas isso é naturalmente impossível”.

Em relação à edição especial da *Veja* contra Dilma e Lula às vésperas da eleição, vale lembrar uma coluna de Merval Pereira em *O Globo* – reproduzida também no *blog* do jornalista. Na sexta-feira 24 de outubro de 2014, o colunista cita o conteúdo da reportagem da revista e diz que, caso Dilma seja eleita, “o impeachment da presidente será inevitável”. E apela para evitar a vitória da candidata: “restarão ainda dois dias até a eleição, e um debate fundamental hoje à noite na Rede Globo, que colocará os indecisos para fazerem perguntas aos candidatos. Pode ser a última chance de Aécio Neves convencê-los de que é a melhor escolha.” Mesmo com o cenário desfavorável para a candidatura do PT, e com a mídia facilitando a campanha de Aécio Neves, mais uma vez, as urnas garantiram um novo mandato à legenda, reelegendo Dilma Rousseff para presidente da República com 51,64% dos votos válidos, contra 48,36% de Aécio.

Inconformado com o resultado das eleições, o PSDB, partido de Aécio Neves, entrou com uma ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a anulação da vitória de Dilma e, conseqüentemente, que o Tribunal reconhecesse Aécio como o vitorioso no pleito. Além disso, o presidente eleito e outros líderes tucanos passaram a defender o *impeachment* da presidenta eleita, incendiando ainda mais o cenário político brasileiro e reforçando a

divisão da sociedade ao meio, dado já confirmado pelas urnas. O resultado da eleição deixou clara a dificuldade de exterminar o projeto petista pelas vias democráticas, restando o golpe como alternativa. Conforme postula Gramsci (2011, p. 318) “Assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado (GRAMSCI, 2011, p. 318). O resultado eleitoral não foi digerido pela classe dominante, que passou a trabalhar diuturnamente para derrubar a presidente eleita, como nos explica Carta (2018)

A partir da campanha da reeleição da presidenta, a mídia nativa esmerou-se em redobrada agressividade na manipulação do noticiário, a exibir inclusive talento ficcional para falsear e inventar informações, até o desfecho do enredo, o golpe de 2016. O desempenho midiático foi decisivo para o sucesso da inaudita aliança entre os próprios Poderes da República, unidos na criação do estado de exceção que sofremos desde o *impeachment* de Dilma Rousseff. (CARTA, 2018, p. 13-14).

O saldo da eleição presidencial de 2014, as manifestações de rua de 2015 e 2016 e o *impeachment* de Dilma Rousseff, e a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 serão analisados no capítulo seguinte, que também traz reflexões sobre o avanço da direita no Brasil.

### CAPÍTULO 3

#### **(Pós)Democracia, (neo)conservadorismo e (des)informação no Brasil atual**

Derrotado por uma pequena diferença nas eleições presidenciais de 2014, o candidato do PSDB, Aécio Neves, prometeu fazer uma oposição “intransigente” ao segundo governo Dilma. Tal resistência da legenda e do próprio candidato derrotado em aceitar o resultado das urnas encontrava eco nas ruas, que, mal o TSE anunciara a vitória de Dilma, um grande número de eleitores acistas se reuniu na avenida Paulista – centro econômico de São Paulo – para rechaçar a vontade popular e pedir o *impeachment* da petista. Esse inconformismo prosseguiu com outras tantas manifestações que ocorreram antes mesmo da posse presidencial, protestos que contaram com o apoio do próprio Aécio Neves e de outros políticos do PSDB, além de artistas como o cantor Lobão.

Na verdade, essa reação faz parte de um movimento que cresce a partir das jornadas de junho de 2013, quando a direita brasileira ressurgiu com força, embora não o suficiente para sair vitoriosa nas urnas de 2014. Todavia, um conjunto de fatores favoreceram setores conservadores na construção de um caminho que desaguou no *impeachment* de Dilma, em 2016, e na vitória de Jair Bolsonaro, em 2018. Ainda em 2014, meses antes das eleições, é criada a Operação Lava Jato, um aparato jurídico-policia que tinha como objetivo investigar e punir pessoas envolvidas em corrupção. Influenciadas pela atuação da Lava Jato, as urnas elegeram para o Congresso Nacional a bancada mais conservadora dos últimos 50 anos e os deputados federais escolheram para presidir a Câmara dos Deputados o fundamentalista Eduardo Cunha (à época, PMDB), responsável por acatar o pedido de *impeachment* de Dilma.

Ou seja, com uma oposição intransigente, uma direita fortalecida, a atuação da Lava Jato, um Congresso ultraconservador e parte considerável da população inconformada com o resultado das urnas nas ruas, não foi difícil para a classe dominante pavimentar um caminho para retirar do poder uma presidenta eleita democraticamente. Só precisava de um porta-voz que ecoasse tal estratégia. De pronto, alguns intelectuais midiáticos assumiram esse papel. Um exemplo é a coluna de Arnaldo Jabor no jornal O Globo, de 28 de outubro – um dia depois da vitória de Dilma -, desqualificando o voto de eleitores do Nordeste e do Norte, chamando-os de “absolutamente ignorantes sobre os reais problemas brasileiros” e que “nosso futuro será pautado pelos burros espertos, manipulando os pobres ignorantes.



Nosso futuro está sendo determinado pelos burros da elite intelectual numa fervorosa aliança com os analfabetos” (JABOR, 2014, O GLOBO, 28/10/2014).

Na mesma linha de Jabor, o jornalista Diogo Mainard, no programa Manhattan Connection, exibido à época pela Globo News, ao analisar a grande votação de Dilma no Nordeste, afirmou que

Essa eleição é a prova de que o Brasil ficou no passado. Não é nem bolsa família, não é marquetagem. O Nordeste sempre foi governista, sempre foi bovino, sempre foi subalterno ao governo. [...] É uma região atrasada, pouco educada, pouco instruída, que tem grande dificuldade para se modernizar”<sup>16</sup>.

A imprensa já tinha aderido por completo à pauta da Lava Jato, operação apontada por alguns analistas como um dos tentáculos da nova direita brasileira. O sociólogo Souza (2016), por exemplo, acusa a mídia de se associar a forças conservadoras para derrubar Dilma Rousseff e disseminar ódio na sociedade.

Depois da quarta derrota seguida, as forças conservadoras não só não aceitaram a derrota eleitoral como começaram a flertar com um caminho não eleitoral. É aqui que entra em cena de modo arrebatador o quarto elemento fundamental no esquema do golpe comandado pelos endinheirados: o complexo jurídico-policial do Estado. Instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concertado para derrubá-la. Agindo em parceria e em conluio com a mídia conservadora e servindo de fomentadora para a recém-organizada base social de extrema direita, a casta jurídica que comanda o combate à corrupção seletiva tornou-se a chave para a compreensão do “golpe branco” em abril de 2016. O combate à corrupção torna-se pornograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda, enquanto blinda a direita. Mas sem a participação do nosso verdadeiro ‘partido das elites’, a imprensa manipulada e manipuladora, não teria se formado o clima insurrecional que possibilitou o golpe. A imprensa partidária e conservadora já havia criado uma base social de extrema direita para o golpe. Faltava o discurso para direcionar e arregimentar a base social recém-construída. (SOUZA, 2016, posição 1704).

É nesse clima que Dilma é empossada em janeiro de 2015, assumindo um governo com uma base de sustentação fragilizada. Mas, foi a partir da eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara dos Deputados e da aceitação, no final de 2015, do pedido de *impeachment*, que o projeto de poder do PT ruiu de vez. As manifestações de massa - majoritariamente formadas pela classe média - se alastraram pelo país em vários momentos, com total cobertura e convocação à participação feita pela grande imprensa, que, somando-

---

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MRC-SPPSJOE>. Acesso em 25 ago. 2020.

se à atuação da Lava Jato, ajudou a desgastar a imagem da presidenta. Ademais, o Judiciário, associado à “clássica tríade de poder, que reúne partidos de direita, setores da economia e a grande imprensa, aplica sua velha fórmula de desgaste político outra vez.” (RODRIGUES, 2015, p. 26).

Entre 2015 e 2016 o Brasil parou diante do clima político de ódio ao PT e às esquerdas de forma geral. À guisa de ilustração, vamos trazer à tona apenas dois exemplos dessa ojeriza, ambos em 2015. O primeiro é referente a um adesivo com Dilma Rousseff de pernas abertas, aplicado na entrada do tanque de gasolina dos carros. Quando os carros eram abastecidos, a ideia passada era de que a bomba estaria penetrando sexualmente a presidenta. Um claro crime de ódio e misoginia. Na época, a alegação era tratar-se de um protesto contra o aumento de gasolina, algo que jamais acontecera com qualquer outro presidente que ousou inflacionar o preço do combustível.

O outro exemplo se passou no dia 24 de agosto, data que marcava os 61 anos do suicídio de Getúlio Vargas. O fato partiu de um dos intelectuais mais populares da mídia corporativa, o jornalista Ricardo Noblat, que mantinha um *blog* no Grupo Globo. “Dilma ainda tem uma chance de sair do governo p/ entrar para a História. Se não aproveitar, não terá sido por falta de aviso”<sup>17</sup>, escreveu o jornalista, que, diante da repercussão negativa da postagem, negou ter incentivado a presidenta a tirar a própria vida. Não custa lembrar que Noblat fez uma analogia à carta-testamento de Vargas, que, antes de se suicidar, deixou escrito que deixaria a vida para entrar para a história.

Nos dez anos que separam o mensalão e os protestos contra Dilma Rousseff o que se viu foi o despertar de uma onda conservadora, cuja finalidade era pôr fim à era petista, tendo como um braço forte dessa onda a mídia tradicional, sócia do aparato judicial. Destituindo Dilma Rousseff do poder, o próximo passo seria encarcerar o ex-presidente Lula, que despontava em todas as pesquisas de opinião como o franco favorito a ganhar as eleições presidenciais de 2018. A prisão de Lula, ocorrida em abril daquele ano, reacendeu a disputa ideológica que divide ainda hoje a sociedade brasileira. Com Lula fora da disputa eleitoral,

---

<sup>17</sup> O post foi apagado, mas o print do mesmo pode ser conferido no portal Brasil 247, disponível em <https://www.brasil247.com/midia/noblat-sugere-que-dilma-faca-o-mesmo-que-getulio>. Acesso 15 jan. 2021.

logo o candidato da direita, Jair Bolsonaro, assume a liderança das pesquisas de opinião, sendo confirmado nas urnas em outubro de 2018.

Na vida pública desde 1988, o capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro fez uma campanha inspirada nas eleições americanas de Donald Trump, recorrendo às mídias sociais e investindo fortemente em disparos patrocinados no aplicativo WhatsApp, com mensagens falsas e disseminando ódio contra os setores progressistas e as minorias sociais, como homossexuais, negros, indígenas, mulheres e nordestinos. O militar foi eleito presidente do Brasil com 55% dos votos válidos, derrotando Fernando Haddad, do PT, que obteve 45% da preferência dos eleitores.

Assim que ganhou a eleição, Bolsonaro confirmou como ministro da Justiça o juiz Sérgio Moro, coordenador da Lava Jato e responsável pela prisão de Lula, o único candidato que estava à frente de Bolsonaro nas pesquisas. Em entrevista à rádio Bandeirantes<sup>18</sup>, em maio de 2019, Bolsonaro revelou ter feito um acordo com Sérgio Moro para indicá-lo à primeira vaga que surgisse no Supremo Tribunal Federal (STF). “Eu fiz um compromisso com ele, ele abriu mão de 22 anos de magistratura. A primeira vaga que tiver lá estará à disposição. [...] Eu tenho esse compromisso e, se Deus quiser, nós cumpriremos”, admitiu Bolsonaro. A promessa, no entanto, não deu tempo de ser cumprida, já que em abril de 2020 Sérgio Moro pediu exoneração do cargo, depois de ter sua imagem desgastada e ter sido inúmeras vezes desprestigiado pelo governo.

### **3.1 O avanço do conservadorismo e a ascensão da extrema direita**

A vitória de Jair Bolsonaro em 2018 é apenas um capítulo do estado de coisas que vem acontecendo no Brasil a partir de 2013, com as jornadas de junho, quando a direita se fortalece e o discurso antipetista e a atuação da Lava Jato são massificados pela mídia. Esses fatores são decisivos para atrair a classe média a aderir ao “Fora Dilma! Fora PT!”, *slogan* impresso em 2013, utilizado nos protestos de 2015, no *impeachment* em 2016, nas eleições de 2018 e que encontra eco nas eleições de 2020, mesmo o PT fora do poder há alguns anos.

A ojeriza ao PT é fruto de uma série de erros que recaem sobre a legenda, acusada de ter aderido à corrupção sistêmica que sempre existiu no país, assim como teria acontecido

---

<sup>18</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fNWEZu7sBbl>, acesso em 4 jun. 2019.

com todos os demais partidos da história do Brasil. Setores da classe média – que se diziam decepcionados pelo fato de o PT ser igual às outras agremiações políticas -, resolveram dar às costas aos petistas, se somando à elite política e econômica, que, embora nunca tenha sido preterida pelos governos do PT, financiou a derrubada do governo Dilma. A filósofa Marilena Chaui vai dizer que o sonho da classe média é tornar-se parte da classe dominante e seu pesadelo é tornar-se proletária. “Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante” (CHAUI, 2016, posição 269).

Da negação do resultado das urnas em 2014 até a concretização do afastamento de Dilma em 2016; das práticas questionáveis adotadas pela Lava Jato até a prisão de Lula; da atuação do poder Judiciário desde o mensalão em 2005 até o julgamento em 2012; somados ao avanço da defesa de pautas conservadoras, à intensificação da perseguição às minorias sociais e ao aumento da violência, criou-se uma rede de discussão acerca da democracia no país, levando juristas e pesquisadores a defenderem a tese de que o estado democrático de direito está sob ameaça, como explica Casara (2018), ao afirmar que o Brasil vive um momento pós-democrático:

O significativo “democracia” tornou-se vazio. Em nome de uma democracia de fachada praticam-se atos de violação aos valores democráticos. Em países, como o Brasil, lançados em uma tradição autoritária, onde mais da metade da população sempre foi vítima de arbítrios enquanto o restante da população naturalizou a violação dos limites democráticos, a pós-democracia instalou-se docilmente. Em um país construído a partir da escravidão e da correlata naturalização da hierarquização das pessoas, com alguns indivíduos desde sempre percebidos como descartáveis, a pós-democracia, a mercantilização das relações sociais e o egocentrismo do homem econômico adentraram sem dificuldade na sociedade. (CASARA, 2018, posição 127).

No livro *Como as Democracias Morrem*, Levitsky e Ziblatt (2018) explicam que é possível abater a democracia mesmo dentro de um aparente regime democrático. Nesse caso, a democracia se corrói gradativamente e envolta em um verniz de legalidade, com iniciativas consideradas constitucionais e, muitas vezes, com o discurso de aperfeiçoamento da própria democracia. Segundo os autores, desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos se deu sob a justificativa de defesa da democracia. “Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos [...] que subvertem o próprio

processo que os levou ao poder. [...] porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis.” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, posição 151).

A quebra de contrato com a vida democrática brasileira ficou mais evidente a partir da atuação da Operação Lava Jato e do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, acontecimentos que se complementam. Além disso, antes mesmo da vitória de Dilma, em 2014, o mercado financeiro e a mídia já flertavam com o golpismo. Exemplo disso foi a declaração da economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, em uma reportagem publicada no jornal O Globo, retratada no livro *Sobre Lutas e Lágrimas, uma biografia de 2018*, do jornalista e escritor Magalhães (2019).

Zeina teria condicionado o cumprimento do mandato da presidenta eleita à aprovação de reformas que atendessem o capital. “Sem a reforma, podemos ter uma reviravolta no ambiente macroeconômico, com mais rebaixamentos por agências de risco, descumprimento de amarras constitucionais que, no limite, podem comprometer o próprio mandato.” (ZEINA, *apud* MAGALHÃES, p. 84). O jornal O Globo, em reportagem publicada em fevereiro de 2014, ao pressionar a presidenta Dilma a aprovar a reforma da Previdência naquele ano, sinalizou que o próximo governo poderia ser interrompido se não aderisse de imediato a essa agenda. “[...] se não viabilizá-la rapidamente, verá sob risco a continuidade de seu mandato”, explicou o texto do jornal, ressaltando que essa era a opinião de seis economistas entrevistados pelo O Globo.

É nesse clima que Dilma se reelege em outubro de 2014, toma posse em janeiro de 2015 e implanta de imediato um projeto de austeridade fiscal incompatível ao que defendeu em campanha. Como resposta, os movimentos sociais e sindical dão início a uma série de protestos contrários à medida, ganhando ainda mais força a articulação contra Dilma já encampado por setores conservadores que defendiam o *impeachment* da presidenta. Esse movimento é potencializado com uma campanha digital disseminada por entidades que nasceram a partir de 2013, como o Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre (MBL). Em 15 março de 2015 acontece o primeiro grande ato pedindo o *impeachment* de Dilma, com manifestações em todo o país que reuniram, segundo a Polícia Militar, mais de 2 milhões de pessoas. Os protestos se repetiram em 12 de abril (com aproximadamente 700 mil pessoas) e em 16 de agosto (com quase 900 mil pessoas).

O fracasso da estratégia presidencial de recomposição da “governabilidade” e a insatisfação das bases tradicionais do PT e da esquerda em geral com essa política de conciliação, que levou, entre outras coisas, à adoção de políticas de austeridade econômica que contrariavam

os compromissos assumidos por Dilma durante a campanha, acabaram levando a presidenta para um crescente isolamento. A continuidade e o aprofundamento da chamada Operação Lava Jato, com novas denúncias sobre pagamento de propinas e outras irregularidades na Petrobras, a clara postura oposicionista dos principais meios de comunicação do país, a piora da crise econômica e os inúmeros equívocos da articulação política do governo Dilma agravariam ainda mais esse quadro. (FREIXO; MACHADO, 2019, posição 132).

Com o volume que os atos anti-Dilma tomaram, as entidades do campo progressista recuam dos protestos contra a política econômica do governo e passam a promover atos contra o *impeachment*. Assim como aconteceu com as jornadas de junho de 2013, nas manifestações pró-*impeachment* os grandes grupos de comunicação, com destaque para as Organizações Globo, alteraram sua programação para transmitir ao vivo os protestos e convocar a população a participar. O governo de São Paulo, à época comandado pelo PSDB – assim como hoje –, liberou a catraca do metrô de uma das estações que dava acesso diretamente ao local do protesto para que as pessoas participassem dos atos sem pagar bilhete. A Fiesp - que instalou na Avenida Paulista um pato amarelo, insinuando que os empresários e industriais pagavam o pato da crise econômica – financiou lanche e liberou acesso a banheiros em suas instalações para os manifestantes da Avenida Paulista.

Paralelamente aos sucessivos protestos, a Operação Lava Jato se consolidava como símbolo de combate à corrupção e, numa aliança com a mídia corporativa, ganhava a simpatia da população. Ao ponto de o juiz Sérgio Moro fazer declarações em apoio às manifestações contra Dilma, colocando os protestos como um termômetro para saber de que lado a sociedade estava: se do lado da Lava Jato ou do governo petista. É importante destacar que parte dessa disputa tem como campo de batalha a internet. Os atos foram organizados por *think tanks* que utilizam plataformas digitais, como Facebook e Google, para materializar as manifestações.

Com o governo afundado numa crise econômica, sem apoio popular nem parlamentar e com um Judiciário desfavorável à gestão petista, Dilma Rousseff virou presa fácil do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que, para se vingar do PT, aceitou, no dia 2 de dezembro de 2015, o pedido de *impeachment*. Cunha estava sendo ameaçado de perder o mandato por envolvimento em uma série de casos de corrupção e a bancada do PT na Câmara anunciou que votaria a favor da cassação do deputado na Comissão de Ética. Duas horas após o anúncio, o pedido de *impeachment* já estava consumado. O parlamentar comandou todo o processo de derrubada de Dilma até a histórica votação na Câmara, em

abril de 2016. Dias depois da votação, o Supremo Tribunal Federal (STF) afastou o deputado da Presidência e, em setembro, ele foi cassado pelos colegas e preso por determinação do STF. Mas, antes, ele precisava tirar Dilma do poder.

Um mês antes da votação do *impeachment* na Câmara, um novo grande protesto dominical aconteceu em todo o país para pedir a saída da presidenta. E, para inflamar ainda mais o clima no país, dias antes da votação, o juiz Sérgio Moro determinou a condução coercitiva de Lula, para que o ex-presidente fosse interrogado pela Polícia Federal no Aeroporto de São Paulo. O depoimento se transformou em um evento midiático digno de Hollywood: toda a imprensa, avisada com antecedência pela Lava Jato, estava a postos para registrar os detalhes da operação, desde a chegada do ex-presidente, antes das 7h – a PF chegou na casa do petista, na Grande São Paulo, às 6h -, até a saída dele do local. A justificativa para a espetacularização era de que o ex-presidente – que tem endereço fixo – poderia tentar fugir, caso fosse convocado a depor. Nunca é demais lembrar que nesse horário, início da manhã, as principais redes de televisão estão com seus jornais ao vivo e as rádios têm grande audiência e puderam transmitir a condução coercitiva em tempo real para todo o país.

No âmbito da "democracia eletrônica", dissolvem-se as fronteiras entre o público e o privado, o mercado e a cultura, o cidadão e o consumidor, o povo e a multidão. Aí o programa televisivo de debate e informação política tende a organizar-se nos moldes do programa de entretenimento. Aos poucos, o político, o partido, a opinião pública, o debate sobre problemas da realidade nacional e mundial, as possibilidades de opções dos eleitores e a controvérsia sobre planos alternativos de governo, tudo isso tende a basear-se nas linguagens, recursos técnicos, teatralidade e encenação desenvolvidos pelos programas de entretenimento. São programas multimídia, coloridos, sonoros, recheados de surpresas, movimentados, combinando assuntos diversos e díspares, alternando locução, diálogo, depoimento, comportamento, auto-ajuda, conjuntos musicais, cantores etc. Esse é o clima no qual a política tem sido levada a inserir-se, como espetáculo semelhante a espetáculo dentro do espetáculo. Modificam-se signos e significados, figuras e figurações, de tal maneira que ocorre a dissolução da política na cultura eletrônica de massa, na qual dissolvem-se ou deslocam-se territórios e fronteiras envolvendo os espaços público e privado, o consumismo e a cidadania, a corrente de opinião pública e o comportamento de auto-ajuda, a realidade e a virtualidade. (IANNI, 2001,p. 13-14).

O clima nada favorável a Dilma se complica ainda mais quando a presidenta tentou nomear Lula como ministro-chefe da Casa Civil, o que garantiria ao ex-presidente imunidade contra as acusações feitas pela Lava Jato e ele passaria a ser julgado pelo STF, saindo da mira da força-tarefa de Curitiba. Na tarde do anúncio da nomeação, Sérgio Moro

divulgou o grampo de uma conversa telefônica entre Lula e Dilma, na qual ela dizia que mandaria o termo de posse para Lula assinar, fato imediatamente divulgado pela mídia, o que provocou revolta popular. Muita gente saiu às ruas para protestar contra a nomeação de Lula. Mais uma vez, as redes de televisão pararam a programação para transmitir ao vivo os protestos contra a nomeação de Lula e divulgar, repetidas vezes, os áudios dos petistas. “[...] Moro se revelou um excepcional produtor de shows. As sucessivas operações – batidas policiais, prisões em massa, uso de algemas, confissões – ganhavam enorme publicidade, com direito a alertas antecipados para a mídia impressa e a televisão (ANDERSON, 2020, p. 126).

A decisão de Sérgio Moro em divulgar para a imprensa o áudio dos petistas causou muita polêmica, já que, para alguns juristas, a prática é ilegal, uma vez que o grampo não foi autorizado pela Justiça e por ter violado o princípio de confidencialidade, que deveria proteger as comunicações da chefe do Executivo. Ou seja, Sérgio Moro violou duplamente a legislação. Em menos de 24 horas da divulgação do áudio, um juiz em Brasília suspendeu a nomeação de Lula, decisão confirmada por Gilmar Mendes, ministro do STF. Dias depois, em 17 de abril, a Câmara aprova, por 367 votos a favor e 137 contra, a instauração do processo de *impeachment* contra Dilma, encaminhando o caso para análise do Senado. Em maio, os senadores, sob o comando do então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, acatou a decisão e abriu o processo contra Dilma, afastando-a do cargo por 180 dias até o julgamento final, que ocorreu em agosto, quando a presidenta foi afastada em definitivo da Presidência<sup>19</sup>.

Enquanto tudo isso acontecia no âmbito da sociedade política, na sociedade civil a

---

<sup>19</sup> A acusação que recaía sobre Dilma Rousseff era a de que ela teria praticado as chamadas pedaladas fiscais, que se resumiriam no atraso, em 2015, do pagamento ao Banco do Brasil das subvenções ao Plano Safra. Além disso, a petista era acusada de editar, entre 27 de julho e 20 de agosto de 2015, seis decretos não numerados responsáveis pela abertura de créditos suplementares, supostamente sem a autorização legal para isso (TONELLI, 2017). Embora esse tipo de transação já ocorrera em governos passados e nunca nenhum mandatário chegou a perder o cargo por esse motivo, do ponto de vista legal, é essa prática comum que consta nos anais da história que resultou no impeachment de Dilma. No Entanto, na votação nominal, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, ao justificar os votos, os parlamentares votaram SIM “por Deus, pela família, contra a corrupção”. Nenhum deles, salvo raríssimas exceções, disse querer afastar Dilma pelas manobras fiscais que constavam na acusação. Todo esse teatro foi acompanhado de perto pelo STF, que presidiu a tramitação do processo de impeachment. Nas ruas, a grita era de que Dilma precisava ser deposta para “acabar com a corrupção” no país. A mídia, por sua vez, dizia tratar-se do “conjunto da obra”: defendia que o impeachment estava dentro da legalidade pelo fato de Dilma ter praticado as pedaladas fiscais e por ela e o PT serem o símbolo de uma corrupção “nunca antes vista na história do país.”



pressão só crescia, sob o comando de entidades conservadoras e do mercado. Havia uma tentativa por parte tanto do parlamento quanto do Judiciário e da mídia empresarial de passar uma aparência de legalidade e institucionalidade, apesar de o discurso do campo progressista defender a tese de que o *impeachment* tratava-se de um golpe jurídico-parlamentar-midiático que contava com o apoio da maior parte da elite empresarial e dos principais grupos de comunicação.

Conforme o dia D do *impeachment* se aproximava, fanáticos eram informados onde moravam os deputados considerados mais recalcitrantes e, em todo o país, acampavam frente às suas casas para intimidá-los. A bolsa manteve um ritmo meticuloso, subindo quando Lula foi detido, caindo quando foi nomeado chefe de gabinete, subindo novamente quando sua nomeação foi bloqueada. (ANDERSON, 2020, p. 117).

Em maio, quando o *impeachment* tramitava no Senado, a Folha de S.Paulo publicou uma reportagem que trazia a gravação de uma conversa, ocorrida em fevereiro – ou seja, antes da votação na Câmara -, entre o então ministro do Planejamento do governo Dilma, Romero Jucá, com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, ambos do PMDB (atual MDB). O diálogo se dava em torno do trabalho da Lava Jato, no qual Machado se mostrava temeroso em ser um dos alvos do juiz Sérgio Moro, que mirava principalmente o PT, mas também acertava outros integrantes do governo, ou seja, podia acontecer com os dois envolvidos na conversa.

No diálogo, eles concordavam que era preciso parar a Lava Jato para “entancar a sangria”. Machado sugeriu que a solução seria tirar Dilma e botar Michel Temer, “num grande acordo nacional”. Jucá completou: “com o Supremo, com tudo”, acrescentando, noutro trecho da gravação, que tinha conversado com alguns ministros do STF – não citou nomes – e que eles concordavam que a única forma de frear a atuação da Lava Jato seria tirando Dilma. Segundo Jucá, esses representantes da suprema corte teriam dito: “ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca.” E mais: Romero Jucá ainda disse que estava “conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar”, numa clara

demonstração de que estava tudo pronto para a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República<sup>20</sup>.

Todo esse conjunto de fatos tinha cobertura praticamente 24 horas por parte da mídia brasileira. Mas não só. A imprensa de todo o mundo estava voltada para o que acontecia no Brasil. Enquanto os veículos de comunicação locais davam um tratamento de legalidade e normalidade institucional, a mídia internacional – sobretudo a partir da cobertura jornalística de veículos como o The Intercept Brasil, El País, BBC Brasil – questionava o desenrolar dos acontecimentos e falava até em golpe. O trabalho desses veículos globais, curiosamente, foi alvo de uma ação ajuizada junto ao STF pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), que representa os proprietários de jornais impressos, para impedir que esses veículos continuassem operando no Brasil.

É interessante destacar que, desde 2013, a mídia convencional vem perdendo o papel de *locus* privilegiado de produtora de informação. Durante o processo de *impeachment* de Dilma, a internet e as redes sociais assumem um lugar de destaque e são determinantes como canais eficientes de comunicação, com uma disseminação rápida de conteúdo e, não raras vezes, de propagação de informações falsas. “A base do novo populismo de direita foi se construindo nas manifestações pró-*impeachment* e em apoio à Operação Lava Jato, mas também fora das ruas, na rede social e fundamentalmente no Facebook” (GALLEGO, 2017, p. 201). Moraes (2016) comenta a descentralização dos fluxos da informação com o surgimento da internet.

As formas de apropriação das tecnologias para usos sociais são um avanço significativo, na medida em que permitem diversificar os modos de expressão, de criação, de sociabilidade, de participação, de informação e de entretenimento. A convergência da internet com a comunicação móvel descentraliza os fluxos informativos e intensifica intercâmbios entre pessoas, grupos e comunidades. Novas práticas de organização comunitária e ativismo sociopolítico se desenvolvem a partir da utilização de ferramentas e espaços digitais (MORAES, 2016, p 129).

Autores como Bobbio (2017) e Casara (2018, 2020) falam da necessidade de regras e limites para a consolidação de um regime democrático, requisitos que têm sido ignorados

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em 19 dez. 2020 , 13h30.

no Brasil pós-2013. Segundo Bobbio (2017, p. 117), o “deslocamento dos limites numa direção ou em outra determina o grau de democraticidade de um sistema. Onde os limites aumentam, o sistema democrático é alterado, onde as suas liberdades são suprimidas, a democracia deixa de existir”. Para Casara (2020), é típico da pós-democracia não reconhecer os limites democráticos, dando lugar a um modelo autoritário a serviço dos detentores do poder econômico.

O Brasil, que sempre conviveu com uma democracia de baixa intensidade, passou docilmente à pós-democracia. Se no Estado Democrático de Direito havia a pretensão de limitar o poder, a principal característica do Estado Pós-Democrático é a ilimitação. Em razão da reaproximação neoliberal entre o poder político e o poder econômico, da mercantilização do mundo, da adoção do mercado como modelo para todas as relações sociais, do aprofundamento da sociedade do espetáculo (espetáculo como mercadoria), do despotismo do mercado, do narcisismo extremo, da hegemonia da lógica da concorrência entre as pessoas, do crescimento do pensamento autoritário, dentre outras transformações no Estado, na Sociedade e nos indivíduos, perdeu-se qualquer pretensão de concretizar a democracia ou fazer valer os limites democráticos ao exercício do poder. (CASARA, 2020, p. 18)

Rancière (2014, p. 117) fala da intensidade da vida democrática que, paradoxalmente, representa uma ameaça à democracia, ou seja, a democracia só interessa até o ponto em que não incomoda a classe dominante. “O bom governo democrático é aquele capaz de controlar um mal que se chama simplesmente vida democrática”. A partir da análise do autor, é possível fazer uma analogia com o que vem acontecendo no Brasil desde o início do século XXI, mais especificamente pós-governos petistas, quando uma grande parcela da sociedade – os mais pobres - até então à margem da vida política e econômica do país, passa a ter visibilidade e a incomodar.

Não que a elite dominante tenha sido preterida pelas administrações do PT – pelo contrário, foi muito bem tratada -, mas algumas ações afirmativas – como o bolsa família, cotas nas universidades, política de aumento do salário mínimo, acesso dos mais pobres às universidades, acesso a bens materiais e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores domésticos, entre outras iniciativas – passaram a incomodar esses setores mais abastados, sobretudo a classe média, já que a população mais pobre começou a ocupar lugares comuns a ela, como universidades públicas e aeroportos, só para citar os dois exemplos mais conhecidos. Se por um lado esse novo quadro democratizou o acesso à vida material de uma parcela da população marginalizada - ainda que de forma mínima - provocou reações que corroboraram os ataques à democracia.

Esta é a forma comum com que os especialistas enunciam o paradoxo democrático: a democracia, como forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele. Essa quadratura do círculo estimulou no passado a engenhosidade dos artistas das constituições. Mas esse tipo de arte é pouco apreciado hoje em dia. Os governantes passam bastante bem sem ele. O fato de as democracias serem “ingovernáveis” prova superabundantemente a necessidade de serem governadas e, para eles, é legitimação suficiente do cuidado que tomam justamente em governá-las. (RANCIÈRE, 2014, posição 136).

Sobre a crise da democracia, Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 107) diz que vários países, inclusive o Brasil, vivem uma democracia de baixa intensidade, dando lugar a um fascismo social. Segundo o autor, a democracia representativa foi minada por “forças antidemocráticas, velhas e novas oligarquias com poder econômico para capturar o sistema político e o Estado e os pôr a serviço de seus interesses. Ou seja, para o autor, vivemos numa sociedade politicamente democrática, mas socialmente fascista.

No Brasil, esse distanciamento entre ricos e pobres aumentou a partir do *impeachment* e depois que Michel Temer assumiu a Presidência. Isso porque o emedebista, de pronto, colocou na agenda política todas as demandas do mercado, a começar pela PEC 241 que, depois de aprovada, recebeu a nomenclatura de Emenda Constitucional 95. Conhecida como teto dos gatos, a Emenda 95 congela investimentos públicos por 20 anos. A PEC foi apresentada, votada e aprovada ainda no primeiro ano em que Temer estava à frente da Presidência, em 2016.

Em 2017, o governo conseguiu aprovar no Congresso outras medidas que atingiram diretamente a classe trabalhadora, como a Lei da Terceirização – que regulamenta o trabalho temporário e autoriza contratação de terceirizados para atividade-fim – e a reforma trabalhista, que retira direitos históricos dos trabalhadores. Com chegada de Temer ao poder, as forças conservadoras voltaram a dominar as decisões políticas nacionais e impuseram sua pauta econômica, caracterizada pela precarização dos direitos e garantias fundamentais.

Com a queda do governo do Partido dos Trabalhadores intensificou-se a reaproximação entre o poder político e poder econômico, bem como o aprofundamento da relativização dos direitos e garantias fundamentais (a precarização do trabalho é apenas um dos exemplos) e o desmantelamento da rede de proteção trabalhista. Também foi perceptível o aumento da manipulação da informação pelos meios de comunicação de massa tradicionais, o crescimento da divulgação de notícias falsas (*fake news*) e a demonização dos inimigos políticos (CASARA, 2020, p. 35).

O governo Temer ainda tentou aprovar uma reforma da Previdência, até encaminhou proposta para o Congresso. Mas, depois de várias denúncias de corrupção envolvendo o próprio presidente, a matéria ficou parada até o final do mandato, restando ao governo Jair Bolsonaro mudar as regras da aposentadoria, fato que aconteceu no primeiro ano do mandato do militar, em 2019. O discurso “primeiro a gente tira Dilma, depois tira o resto”, tão aclamado pelas ruas durante o processo de *impeachment* de Dilma, foi abandonado. Nada foi feito contra Michel Temer, alvo de várias denúncias de corrupção, como a delação dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos dos frigoríficos JBS, que gravaram Temer dando aval para comprar o silêncio do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, depois que ele foi preso. O mesmo silêncio ocorreu em relação a Aécio Neves, acusado pelos mesmos irmãos Batista de receber da JBS R\$ 2 bilhões em propina.

Enquanto as ruas se calavam diante da corrupção dos mais diversos partidos e políticos, a Operação Lava Jato continuava contribuindo para a massificar a criminalização do PT. O ápice desse intento foi a prisão de Lula, em abril de 2018, seis meses antes das eleições presidenciais. Da condução coercitiva, em 2016, ao encarceramento, vários processos contra o ex-presidente corriam a passos largos na Justiça Federal de Curitiba, sede da Lava Jato. Um deles era o da reforma de um triplex na praia do Guarujá, no litoral paulista, imóvel atribuído a Lula, embora não estivesse no nome dele nem de seus familiares. O petista era acusado de receber propina da construtora OAS, que pagaria a reforma do apartamento.

Pelo processo do triplex, Lula foi condenado, em 2017, na primeira instância, em Curitiba, a 9 anos e seis meses de prisão. No início de 2018, ele sofreu mais um revés no mesmo processo, tendo sua pena aumentada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre: 12 anos e um mês de reclusão. A decisão gerou alguns recursos, um deles foi o pedido de *Habeas Corpus* (HC) no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a garantia de liberdade do ex-presidente até o trânsito em julgado. A votação no STF estava marcada para o dia 4 de abril e, na véspera do julgamento, antes do habitual boa noite de encerramento do Jornal Nacional da Rede Globo – uma das maiores audiência da televisão aberta do Brasil –, o apresentador William Bonner leu uma publicação feita pelo então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas.

Em tom de ameaça e numa referência à votação do dia seguinte, o militar declarou nas redes sociais: "Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz

social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais"<sup>21</sup>. Assim como a Globo, toda a mídia corporativa deu destaque à nota do militar. Em fevereiro de 2021, a declaração de Villar Bôas volta a ser destaque na mídia, na ocasião do lançamento do livro *General Villas Bôas: Conversa com o comandante*, lançado pela Editora FGV. Na obra, o militar confessa que a declaração em tom de ameaça ao STF representava o sentimento do alto comando do Exército, que teria apoiado a publicação de abril de 2018.

Por seis votos a cinco, o STF negou o habeas corpus a Lula. A ministra Cármen Lúcia, à época presidenta do Supremo, disse não se curvar à pressão. No entanto, segundo Magalhães (2018, p. 80), ela se limitava a dar entrevistas sobre o HC a “veículos de comunicação cujas opiniões coincidem com as dela”. E mais: “Um dia antes da sessão sobre o habeas corpus, recebeu em seu gabinete representantes do Vem Pra Rua, movimento direitista contrário ao pedido de Lula.” No dia seguinte da negativa do Supremo, o juiz Sérgio Moro assinou o pedido de prisão do ex-presidente, dando a ele um prazo de 24 horas para se apresentar à Justiça, o que só veio de fato acontecer no dia 7 de abril. Tanto a atuação da Lava Jato quanto o comportamento do STF, seja no *impeachment* de Dilma, na prisão de Lula, acentuou o debate em torno da judicialização da política, o que alguns especialistas definem como *lawfare*.

Que a *lawfare* é um instrumento de perseguição ilegítimo e antidemocrático, é evidente. *Lawfare* transforma o Direito em um jogo de cartas marcadas. Faz com que, por exemplo, a teoria da prova no processo penal regrida às ordálias. *Lawfare* é antiacusatório. O ponto menos óbvio que deve ser frisado, repetido, pois, é que a *lawfare* é uma consequência sintomática de um Direito que cede aos seus predadores, não só aos (...) predadores externos, mas também os internos, e não exerce o elevado grau de autonomia que exige. Aqui, cabe uma explicação: Entre os predadores externos (porque exógenos), temos, como já dito, especialmente, a moral, a política e a economia. Já os predadores internos (porque endógenos), por sua vez, logicamente, são aqueles que já estão dentro do próprio Direito: os decisionismos, o livre convencimento do julgador, a fragilização da coisa julgada, o desprezo aos limites semânticos do texto constitucional, etc. É mais que evidente que todos atuam de forma a favorecer a *lawfare*, uma vez que uma instituição que admita que se (i) decida com base na moral e/ou na política, (ii) aceite o livre convencimento do julgador, e (iii) ignore as amarras da lei, estará invariavelmente permitindo que o Direito sirva como arma política. *Lawfare*, portanto, é a antítese de se decidir por princípio. Nada mais do que (mais) um subproduto de teorias não-cognitivistas éticas (STRECK, 2017, p. 123).

---

<sup>21</sup> Disponível em [https://twitter.com/gen\\_villasboas/status/981315180226318336?lang=pt](https://twitter.com/gen_villasboas/status/981315180226318336?lang=pt). Acesso em 18 nov. 2020.

Tonelli (2017) complementa a definição acima, acrescentando que o *lawfare* é mais um elemento a contribuir com o colapso da democracia.

Quando o poder judiciário se ergue como poder político a democracia está interdita. Reduzir a democracia ao estado de direito é a melhor forma de legitimar a supremacia do Direito sobre a política. Vale ressaltar que a legitimidade do Direito em uma democracia, cujo fundamento é a soberania popular, decorre do poder político, não do poder dos juizes. Quando uma sociedade se convence de que a solução para todos os problemas sociais e políticos está nos tribunais e não na política, significa que a soberania popular é colocada em segundo plano; mais do que isso: a soberania popular é mitigada. A judicialização da política favorece o afastamento da política nas democracias. É a soberania popular desapossada de seu lugar de protagonista na democracia. A hegemonia do Direito dá lugar à supremacia judicial. É a despolíticação da democracia cedendo lugar à juristocracia (TONELLI, 2017, p. 87-88).

Com a decisão de Sérgio Moro de encarcerar Lula, o caminho ficou livre para Jair Bolsonaro (à época filiado ao PSL) na corrida presidencial. Lula fora da disputa, depois de várias tentativas na Justiça fracassadas para ser candidato mesmo preso, o PT lança Fernando Haddad como o nome do partido. Além de Bolsonaro e Haddad disputaram o pleito Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede), Henrique Meirelles (MDB), Álvaro Dias (Podemos), João Amoêdo (Novo), Guilherme Boulos (Psol), José Maria Eymael (Democracia Cristã), Cabo Daciolo (Patriota), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU).

Bolsonaro não era bem o nome preferencial da classe dominante nem da mídia corporativa. No primeiro turno, esses setores se dividiram entre Geraldo Alckmin – a opção número um -, Henrique Meireles e João Amoêdo. No segundo turno migraram em peso para o palanque de Bolsonaro, somando forças aos fiéis escudeiros bolsonaristas que financiavam a guerra da desinformação. “[...] boa parte dos donos do dinheiro, temerosos de uma volta do PT e sua política econômica, cerrou fileiras a favor de Bolsonaro, apostando na promessa da adoção de medidas pró-mercado.” (MELLO, 2020, posição 435). Entre os endinheirados estavam os donos da mídia, que historicamente também são pró-mercado.

Mas a eleição de 2018 foi atípica. A mídia corporativa perdeu o protagonismo para as redes sociais, que pautaram a disputa ideológica do pleito, e o tempo de horário eleitoral – tão precioso em eleições anteriores e moeda de barganhas nas coligações eleitorais – não influenciou o resultado. A estratégia da pós-verdade que marcou as eleições nos Estados Unidos e o referendo do *Brexit* na Europa, em 2016, se repetiu na disputa para presidente do

Brasil. Motivo de CPI no Congresso e de ações no STF e TSE, a indústria de desinformação que existiu na campanha e continua existindo no governo Bolsonaro é apontada como responsável pelo resultado das urnas de 2018. Houve um compartilhamento em massa pelo WhatsApp, às vésperas das eleições, com notícias falsas contra Fernando Haddad, a vice na chapa, Manuela D'Ávila, e outros apoiadores do palanque petista.

O esquema mostrava quão fácil era influenciar uma eleição. Bastava uma conexão de internet e um cartão de crédito ou conta no PayPal, e se enviavam milhares de mensagens de WhatsApp em benefício — ou em detrimento — de algum candidato. Qualquer agência em qualquer lugar do mundo poderia ser acionada (MELLO, 2020, posição 583).

Inclusive, um ano após a eleição, em outubro de 2019, o WhatsApp reconheceu o uso irregular da plataforma no pleito de 2018. É bom lembrar que a maioria maciça dos brasileiros utiliza esse canal de comunicação<sup>22</sup>, o qual é o mais eficiente como estratégia para a disseminação de pós-verdade, já que as notícias compartilhadas pela plataforma, geralmente, partem de alguém conhecido, despertando sentimentos, crenças pessoais e prevalecendo a emoção em detrimento da razão. “[...] as pessoas acham que a mídia tradicional mente e tendem a acreditar em conteúdo enviado por WhatsApp pela família e por amigos desde que tais conteúdos confirmem suas crenças” (MELLO, 2020, posição 367).

A vitória de Jair Bolsonaro pode ser considerada um *case* do conceito pós-verdade, verbete que foi apontado em 2016 como a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. O termo é definido como "relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal"<sup>23</sup> e, como já exposto acima, teve todo esse destaque a partir da disseminação de informações falsas na eleições americanas no referendo do *Brexit*.

A pós-verdade é uma variação do conceito de *misinformation* (desinformação), termo este que também mereceu, sendo que em 2018, o título de palavra do ano pelo dicionário digital Dictionary.com. *Misinformation* foi definido como "informações falsas que se

---

<sup>22</sup> Uma pesquisa do Instituto Datafolha, publicada em outubro de 2018, mostra que o WhatsApp é a rede social mais popular entre os brasileiros, o que representa dois terços dos eleitores. Entre essas pessoas, 44% se informavam sobre política pela plataforma e 24% delas compartilham essas informações (MELLO, 2018).

<sup>23</sup> Definição traduzida pelo jornal O Globo, em reportagem publicada no dia 16 de novembro de 2016. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>. Acesso em 18 set. 2020.



espalham, independentemente de haver intenção de enganar"<sup>24</sup>. Ou seja, a desinformação pode ter ou não o objetivo deliberado de falsear a realidade. Nesses termos, a desinformação abarca desde a pós-verdade – que tenta convencer seu público a partir da narrativa construída com base em emoções e crenças -, passando pela manipulação – enquadramento da notícia que atende interesses não explícitos –, até as *fake news*, estas, sim, construídas com a intenção deliberada de falsear a realidade e enganar o público.

A manipulação é apontada como uma das características históricas da mídia corporativa e ela é possível porque “a hábil combinação de casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de compreender a realidade real e a induz a consumir outra realidade, artificialmente inventada” (ABRAMO, 2003, p. 33). Sobre as *fake news*, Bucci (2020, posição 466) vai dizer que elas “simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e os cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto, mas são outra coisa”, constituindo uma modalidade de mentira com o objetivo deliberado de enganar.

Essas reflexões serão melhor expostas no tópico 3.3 deste capítulo. Antes, porém, vamos discorrer um pouco sobre a nova onda conservadora brasileira e a formação e atuação dos *think tanks* nesse processo.

### **3.2 O conservadorismo e a atuação dos *think tanks***

Jair Bolsonaro se elegeu presidente do Brasil surfando na onda conservadora que se (re)instalou no Brasil nos últimos anos. Embora se apresentasse como *outsider*, candidato anti-*establishment*, o militar entrou na vida pública há mais de 30 anos, quando se elegeu, em 1988, vereador do Rio de Janeiro e, em 1990, ganhando para deputado federal. Ou seja, quando disputou a Presidência, ele já era veterano, com 28 anos de Câmara dos Deputados, com atuação considerada pífia, tendo praticamente como pauta a defesa dos interesses dos militares e ataques aos direitos humanos. Em 2016, ele disputou a Presidência da Câmara

---

<sup>24</sup> Disponível em

[https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/81318/misinformatio+e+escolhida+a+palavra+d+o+ano+por+dicionario+digital](https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/81318/misinformatio+e+escolhida+a+palavra+d+o+ano+por+dicionario+digital). Acesso em 29 jun. 2021.

dos Deputados, mas só conseguiu dois votos, sendo eleito para o cargo Rodrigo Maia (DEM).

Como se o exposto não fosse suficiente para desconstruir a pecha de *outsider*, nessas três décadas de vida pública, Bolsonaro elegeu vereadora sua esposa naquela época (1992) para substituí-lo na Câmara do Rio e introduziu na política seus três filhos mais velhos, Flávio [Zero Um], Carlos [Zero Dois] e Eduardo Bolsonaro [Zero Três], respectivamente senador, vereador carioca e deputado federal. Mesmo assim, ele se autodenominava como “o novo” na política, narrativa, muitas vezes, reproduzida por parte da mídia.

Para se eleger presidente, Bolsonaro se associou aos setores mais conservadores da sociedade brasileira, qual seja, o fundamentalismo religioso - sobretudo os neopentecostais -, os saudosos da ditadura militar, o agronegócio, os adeptos da Lava Jato e antipetistas – com destaque para a classe média - e teve o apoio decisivo de uma juventude assumidamente de direita formada por *think tanks*, que teve um importante papel no *impeachment* de Dilma Rousseff e foi responsável por uma guerra de (des)informação na implantação da chamada revolução colorida no Brasil. “O cerne das revoluções coloridas é sintetizado na dominação social. O movimento é capaz de canalizar um volume de indivíduos grande o bastante para confrontar publicamente o Estado e tentar derrubá-lo. A fim de conquistar adeptos, utilizam-se técnicas ideológicas, psicológicas e de informação” (KORYBKO, 2018, p. 40). Sobre a aliança de Bolsonaro com o novo conservadorismo, é preciso conhecer esse movimento, para entender melhor a ascensão da extrema direita no país, uma onda que é crescente em nível global.

Lacerda (2019), o novo ou neoconservadorismo brasileiro é filho da nova direita, que carrega em seu cerne o legado histórico escravista e patriarcal, somado à aversão às minorias sociais e aos direitos humanos, defesa da família tradicional, do fundamentalismo religioso e do ultraneoliberalismo, além de ser uma reprodução do neoconservadorismo norte-americano. Segundo a autora, essa nova direita cobra do Estado um papel repressor e punitivo, penalizando sobretudo os mais pobres, flerta com o militarismo e o autoritarismo e, ao defender a família tradicional, centra-se em questões relacionadas à sexualidade e à reprodução das mulheres e aos valores cristãos. Além disso, representa uma reação ao avanço da luta feminista e LGBTQIA+.

[...] a direita cristã ter se tornado um ator político – elemento essencial ao neoconservadorismo – se deu em grande medida em reação ao avanço

feminista e LGBT [...]. O neoconservadorismo, de fato, atua “reprimindo e regulando o desejo”; “cultiva a masculinidade e a estrutura de família tradicional” [...]. O neoconservadorismo busca a dominação masculina e a submissão feminina dentro do casamento; busca ainda “restaurar ou até mesmo aumentar a discriminação legal contra os cidadãos gays e lésbicas”. [...] O objetivo do movimento seria “restabelecer o patriarcado heterossexual”. (LACERDA, 2019, p. 39).

De acordo com Souza (2016, p. 218), a força política que toca o conservadorismo à brasileira se inspira em pensadores americanos e britânicos, seguindo “cânones da concepção liberal (especificamente) para a economia e, de outro, realiza uma cruzada antihistoricista no campo das ciências sociais e do debate político, defendendo uma concepção ‘presentista’ de mundo — exceto, em alguma medida, o pensamento sociológico de Giddens e Beck”. Para o autor, “[...] o ‘conservadorismo à brasileira’ se constitui como uma particularidade, no interior do conservadorismo contemporâneo, que é, por sua vez, uma das expressões das ideologias conservadoras nas sociedades de classes, coexistindo com muitas outras e assumindo papel de maior destaque nos momentos de crise de hegemonia” (SOUZA, 2016, p. 218).

A crise global do capital instalada desde 2008 e o peso político de setores progressistas nos governos da América Latina levaram a direita a se reinventar. No Brasil, nos últimos anos, surgiram novos partidos conservadores, como o PSD (Partido Social Democrático), liderado por Gilberto Kassab e dissidente do DEM; o PSC (Partido Social Cristão), representando a comunidade evangélica e sua agenda moralizante; o SD (Solidariedade), capitaneado por Paulinho da Força Sindical; além da nova roupagem do PFL – antigo Arena, que deu sustentação à ditadura militar -, que se transformou em DEM. Tem também o Partido Novo, criado como resultado das jornadas de junho de 2013, com um perfil ultraneoliberal e formado, sobretudo, por empresários.

Em 2019, depois de uma briga com o presidente do PSL pelo comando do partido, Jair Bolsonaro deixou a legenda e tenta criar um novo partido, o qual ainda não foi reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas especula utilizar como número de identidade 38, numa referência à arma de fogo – uma fixação de Bolsonaro e seus seguidores - que leva esse nome. No momento que finalizamos esta tese, um novo partido está sendo modulado, o União Brasil, fruto da fusão do PSL com o DEM, o qual se transformará no maior partido do Brasil - com perfil de direita conservadora -, o qual passará a contar com quase 90 deputados federais, dos 513 da Câmara dos Deputados.

Sobre o atual momento do conservadorismo e como ele se apresenta no Brasil, Souza (2016) vai dizer que

o “conservadorismo à brasileira”, como discurso ideológico que reproduziu (na origem) e reproduz (atualmente) a consciência de classe imediata das classes dominantes (autoritarismo, desprezo pelas camadas populares, hierarquia, meritocracia, anticomunismo, "elitismo", aristocratism, entre outros), consciência essa que emerge como uma espécie de "espelhamento" ideológico das condições objetivas nas quais decorrem a dominação de classe *tupiniquim*, mas sobretudo como prática política unificadora, emerge em condições socioeconômicas muito diversas daquelas que deram origem ao conservadorismo clássico. [...] Ao invés de representar uma classe social em declínio, com valores, tradições e também riquezas em decadência; ao invés de se estruturar como uma ideologia "reacionária", isto é, que defende a volta de um passado elogiado como idílico e prodigioso; o "conservadorismo à brasileira" surge em condições históricas de profunda desigualdade social, nas quais as tarefas das classes dominantes não são as da restauração de um passado longínquo, mas a manutenção e ampliação das condições que permitem seu domínio e hegemonia de classe sobre os trabalhadores (p. 230).

A reflexão acima converge com o que escreveu Caliu (2016)<sup>25</sup>:

[...] há um avanço ideológico de posições socialmente conservadoras, culturalmente obscurantistas e economicamente liberais e antipopulares, aliado a uma expressiva popularização de intelectuais e lideranças políticas que podem ser caracterizadas como de extrema-direita, defendendo posições fascizantes e um discurso violentamente antipopular. É igualmente inegável que a virulenta oposição aos governos petistas e em especial de Dilma Rousseff é combustível decisivo para este avanço. (CALIL, 2016, s.p.).

Outro forte braço do conservadorismo são os *think tanks*, entidades que reúnem especialistas de várias áreas com o objetivo produzir e difundir ideias – em geral conservadoras -, de modo a influenciar a opinião pública. O mais famoso *think tank* em escala global é o Atlas Network, com forte influência na política estadunidense e presente em mais de 80 países, com aproximadamente 400 instituições filiadas, dentre as quais nove são brasileiras. Entre os *think tanks* brasileiros filiados ao Atlas estão o Movimento Brasil Livre (MBL), Instituto Milenium e o Instituto Liberal, todos defensores e disseminadores do pensamento conservador. Alguns integrantes dessas três instituições brasileiras já participaram do projeto de formação política do Atlas. Geralmente, esses *think tanks* têm ligação e são mantidos por grupos de mídia, empresariais e ligados à intelectualidade

---

<sup>25</sup> Disponível em <http://blogjunho.com.br/reflexoes-sobre-a-ascensao-da-direita/>. Acesso em 15 dez. 2018, 15h25

acadêmica. Esses aparelhos privados de hegemonia, assim como as várias plataformas midiáticas, cumprem o papel ideológico de um partido político, como sugere Gramsci.

Será necessária ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em partido político? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também partidos. (GRAMSCI, *apud* MELO, 2016, p. 74).

O mais conhecido *think tank* que surge a partir das jornadas de junho e foi decisivo na mobilização a favor do *impeachment* de Dilma é o Movimento Brasil Livre (MBL), criado pelo Estudantes pela Liberdade (EPL). Como o EPL recebe financiamento de organizações americanas e não pode participar de atos políticos de rua porque fere a legislação dos Estados Unidos, a entidade, então, criou a marca MBL para que seus membros liderassem, a partir de convocação pelas redes sociais, a juventude nos protestos a favor da pauta conservadora, como explicou Juliano Torres, diretor executivo do EPL, em entrevista à Agência Pública, a qual foi reproduzida por Gallego, em artigo na *Enciclopédia do Golpe*.

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança (TORRES, *apud* GALLEGO, 2017, p. 202-203)

A maioria dos *think tanks* brasileiros é financiada por instituições americanas, como o Atlas Network, que dá o suporte necessário para que eles defendam os pressupostos do

livre mercado, da propriedade privada e da desregulamentação da economia, além de formar quadros para agirem politicamente nos países periféricos, principalmente na América Latina e Europa oriental. Essa atuação está em total sintonia com a definição de guerra híbrida, defendida por Korybko (2018), como a união das revoluções coloridas e das guerras não convencionais.

O autor defende a tese de que existe um movimento de desestabilização de governos, capitaneado pelo imperialismo americano, dando origem à guerra híbrida, iniciando com as revoluções coloridas e avançando para a guerra não convencional. Esse movimento utiliza como *modus operandi* verdadeiras guerras de informação e psicológica.

Neste novo modelo de guerra, as revoluções coloridas – largamente planejadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massa em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade etc.; [...] A revolução colorida é o golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio da guerra não convencional, aquelas combatidas por forças não regulares, sejam guerrilhas, milícias ou insurgências. Este é o momento do golpe rígido. (KORYBKO, 2018, p. 8).

A guerra híbrida foi utilizada estrategicamente na Primavera Árabe, ocorrida a partir de 2010, quando o uso das redes e tecnologias digitais tiveram um papel importante no engajamento da juventude nos protestos. Plataformas como *Google Maps*, *YouTube*, *Facebook* e *Twitter* são partes integrantes desse “arsenal”. Esse mesmo método foi implantado no Brasil nas jornadas de junho, no *impeachment* de Dilma e foi aperfeiçoado nas eleições de 2018, com a disseminação de conteúdos falsos pelas redes sociais.

Sobre a desestabilização de governos, na América Latina as forças conservadoras investiram contra presidentes do campo progressistas que vinham ganhando eleições na região. Além de Dilma Rousseff no Brasil, sofreram *impeachment* Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Raúl Cubas Grau (Paraguai), Abdalá Bucaram (Equador), Lucio Gutiérrez (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) e Otto Pérez Molina (Guatemala) (BIANCHI, 2019), sem falar das várias tentativas de afastar Hugo Chaves e seu sucessor, Nicolás Maduro, da Presidência da Venezuela. Os *think tanks* atuaram diretamente nesse processo.

Embora não seja objeto de estudo deste trabalho, vale o registro acerca do papel dos *think tanks* no Brasil, algo nada recente. Um dos mais respeitados centros de estudos do país, a Fundação Getúlio Vargas, é uma dessas instituições, assim como o Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), estes dois últimos financiados pelos EUA, a partir do final dos anos 1950, e que atuaram como intelectuais coletivos na articulação do golpe de 1964. De lá para cá, uma infinidade de entidades de cunho ideológico foi criada para disseminar o pensamento liberal e, mais recentemente, para construir um ambiente de proliferação das ideias conservadoras no seio da sociedade brasileira.

Dentre os mais influentes *think tanks* estão o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberdade, o Instituto Von Mises Brasil e, o mais midiático de todos, o Instituto Millenium, além dos já citados EPL e o MBL. Em 2013, o Instituto de Estudos Empresariais foi destacado pela revista Forbes como o *think tank* que realiza o maior evento de discussão de ideias da América Latina, o Fórum da Liberdade, evento que acontece anualmente e reúne representantes de organizações liberais de todo o mundo. Também em 2013, o *Global Go to Think Tanks* classificou o Instituto de Estudos Empresariais como uma das 150 organizações que mais influenciam transformações políticas, sociais e econômicas do mundo.

O Fórum da Liberdade pode ser compreendido como um evento catalizador da ideologia neoliberal e, para além da difusão dos valores da sua concepção de mundo, apresenta propostas de políticas públicas, cobra e exerce pressão sobre a sociedade política pela aprovação de projetos e reformas, articula distintas frações da burguesia brasileira, agrega e condiciona novos quadros de intelectuais orgânicos. (CASIMIRO, 2018, p. 318).

Não obstante a existência do Instituto de Estudos Empresariais, outro *think tank* representante do capital no Brasil é Grupo de Líderes Empresariais (Lide), comandado pelo governador de São Paulo – que também é empresário – João Dória. O Lide reúne os maiores grupos econômicos brasileiros e de outros 11 países, com o objetivo de reformular o Estado e defender a economia de mercado, assim como a internacionalização dessa fração da burguesia brasileira. Sobre a estratégia do Lide, Casimiro (2018) vai dizer que

A organização apresenta um quadro de dirigentes pertencentes a grandes grupos econômicos, muitos deles inseridos politicamente na estrutura estatal ou com forte influência política, engajados em outras fontes de atuação empresarial. Além disso, muitos desses membros dirigentes atuam nos meios acadêmicos e midiáticos [...]. O Lide, portanto, representa os interesses da grande burguesia e, ao contrário de muitos outros aparelhos privados de hegemonia, faz questão de demonstrar seus vínculos de classe. Mais do que isso, o Lide e seus intelectuais orgânicos – principalmente seu fundador e dirigente, o performático João Dória Jr. – busca fortalecer e evidenciar os seus signos de distinção de classe (CASSIMIRO, p. 216-217).

Outro *think tank* de grande influência é o Instituto Millenium (IMIL), criado em 2006, um ano depois do escândalo do mensalão e ano da reeleição do presidente Lula. A entidade é apontada como um dos mais importantes intelectuais coletivos brasileiros da atualidade, exatamente por ter um *link* muito forte com a mídia corporativa. Em sua pesquisa sobre a nova direita brasileira, Casimiro (2018) apresenta uma relação de pessoas vinculadas à imprensa com ligação ao Millenium. Entre seus fundadores estão Antônio Carlos Pereira (editor de opinião do jornal O Estado de S. Paulo), o jornalista Guilherme Fiuza (colunista da revista Época e mantém o *blog* NoMínimo), Luiz Eduardo Vasconcelos (diretor-geral de mídia impressa e rádio das Organizações Globo), Rodrigo Constantino (conhecido colunista de direita que já trabalhou nos mais diversos veículos de mídia, como revista Veja, jornal Valor Econômico e Jovem Pan), além de Giancarlo Civita (Grupo Abril) e João Roberto Marinho (filho de Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo).

Ainda constam nos quadros do Millenium José Carlos de Salles Gomes Neto (presidente do grupo Meio & Mensagem), Nelson Sirotsky (Grupo RBS, afiliada da TV Globo em Santa Catarina) e figuras conhecidas como Paulo Guedes (ministro da Economia de Bolsonaro), Gustavo Franco (ex-presidente do Banco do Brasil) e Henrique Meirelles (ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do Banco Central, atual secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo). Entre os colaboradores, alguns nomes influentes, como Carlos Alberto Sademberg, Pedro Bial, Denis Rosenfeld, Luiz Felipe Pondé, Pedro Malan, Merval Pereira, Fernando Gabeira, Nelson Motta, Ali Kamel, José Padilha e o escritor peruano Mário Vargas Llosa.

Não raro, alguns articulistas midiáticos de destaque, como Demétrio Magnoli (colunista da Folha de São Paulo e de O Globo e comentarista da Globo News), são convidados para contribuir com a plataforma do Millenium. Assim como a maioria dos *think tanks*, o IMIL é mantido por grandes grupos empresariais, os quais definem a plataforma ideológica da entidade, as estratégias e a linha editorial do instituto.

Dessa forma, o instituto dispõe, além do poder econômico das frações da burguesia a que representa, de um forte capital cultural e simbólico para a produção de consenso, ao articular-se com expressivos segmentos da mídia, desde a composição de seu núcleo definidor de pressupostos e diretrizes de orientação institucional, assim como do vasto contingente de membros *especialistas* e colunistas convidados, que também atuam nos meios acadêmicos e midiáticos, transbordando e capilarizando os valores



comungados pelo instituto para muito além da sua própria atuação institucional (CASIMIRO, 2018, p. 356).

O IMIL tem como prioridade a defesa da democracia, da economia de mercado, do Estado de Direito e da liberdade de expressão, o que fez do instituto um produtor de consenso a partir das ideias neoliberais. São ainda bandeiras da entidade a garantia da propriedade privada e a reconfiguração do papel do Estado, a partir de valores pautados em concepções que valem para a iniciativa privada, como “eficiência” e “meritocracia”, em oposição à suposta “ineficiência” e “patrimonialismo” que seriam marcas do setor público.

Sua estrutura é formada por dirigentes, convidados e especialistas. Estes últimos são autorizados a falar oficialmente em nome do IMIL, tendo entre seus nomes pessoas que escrevem para jornais e revistas como Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo, Diário de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, O Dia, Jornal da Tarde, A Tribuna, Zero Hora, Hoje em Dia, Última Hora, Brasil Econômico, Digesto Econômico, Jornal Imprensa, Jornal da Cultura, Jornal do Comércio, Jornal da Orla, Jornal Brazilian Administration Review, Veja, Isto É, Época, Exame, Valor Econômico, Revista Brasileira de Economia, Realidade, Forbes Brasil, Voto (CASIMIRO, 2018). Além disso, muitos desses nomes ocupam espaço nas principais redes de televisão aberta e fechada, como Globo, Record e Bandeirantes, seguindo uma tendência mundial.

Os think tanks mais importantes participam massivamente e a toda hora dos meios de comunicação, como, por exemplo, rádio e televisão. Entre 80% a 100% das fontes entrevistadas que aparecem na televisão dos Estados Unidos são conservadores, muitos pertencentes a esses think tanks. Todos passam por um grande treinamento para aprender a lidar com a mídia, assim como atualizar a linguagem a ser utilizada. Há casos em que a metade do orçamento desses institutos pode ser gasto para fazer com que suas ideias apareçam na mídia. Há também agentes contratados para colocar os representantes desse ou daquele instituto em programas de rádio e televisão, assim como para publicar livros (SERRANO, 2009, p. 70, tradução nossa).

Considerado o mais bem estruturado entre os *think tanks* brasileiros, o Instituto Millenium tem forte influência entre os demais tanques de pensamento. Grande parte do material produzido pelo IMIL é utilizada pelo Instituto Liberal, Instituto Von Mises Brasil, Instituto Liberdade e Estudantes Pela Liberdade, por exemplo. Dentre esses, o Von Mises - com tradição doutrinária na Escola Austríaca de Economia - se destaca por ser o mais ortodoxo do pensamento ultraliberal e ultraconservador, que enxerga na estrutura do Estado e nos direitos por ele garantidos o grande entrave à sua prosperidade material e à sua

concepção de liberdade. A supremacia do mercado defendida pelo Instituto Mises – nome dado em homenagem a um dos pais do neoliberalismo, Ludwig von Mises - cobra a redução de direitos dos trabalhadores e a privatização em todas as áreas, inclusive os setores de educação e saúde.

Toda essa organização dos *think tanks* brasileiros segue uma tendência global, em que esses intelectuais coletivos atuam para interferir diretamente na vida em sociedade, atendendo os interesses da classe a qual eles representam. Casimiro (2018) lembra que essas entidades atuam dentro do Estado, desenvolvendo propostas de políticas públicas afinadas com suas plataformas ideológicas. Essas ideias são defendidas em múltiplos espaços, seja em entrevistas concedidas por seus intelectuais orgânicos a veículos de mídia de massa, seja por lobby nos poderes constituídos - Executivo, Legislativo e Judiciário -, seja nas universidades ou na produção de material ideológico e formação de novos quadros. Toda essa estrutura tem sido essencial na disseminação das ideias neoconservadoras.

[...] a nova direita atua de forma institucionalizada no interior do Estado, reconfigurando sua estrutura dialeticamente como veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa em sua expressão capital-imperialista. Exerce e cobra a coerção, assim como busca “educar” a sociedade para a construção/naturalização da sociabilidade do capital. Critica o Estado, ao mesmo tempo em que está visceralmente intrincada no mesmo, enquanto classe dominante. E a partir de sua relação íntima com o Estado (por dentro), aciona diversificadas estratégias de ação, para o aprofundamento das formas de expropriação e rapinagem dos recursos e direitos sociais historicamente constituídos, no âmbito das lutas de classes (CASIMIRO, 2018, p. 465).

Além de uma forte vinculação com a mídia convencional, muitos dos integrantes dos *think tanks* são também influenciadores digitais, com grande penetração entre os mais jovens. E uma das referências nesse aspecto é o escritor Olavo de Carvalho, igualmente muito atuante nas redes sociais, plataformas por ele utilizadas para promover cursos de cunho conservador, que já formou muitos nomes que estão em destaque na era Bolsonaro, como os ex-ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Abraham Weintraub e Ricardo Véliz (Educação) e o filho Zero Três do presidente, Eduardo Bolsonaro.

Autodefinindo-se filósofo, Olavo de Carvalho mora no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, onde mantém vínculos de financiamento com o Independent Republican Institute, vinculado ao Partido Republicano norte-americano, e com o Atlas Network. (CASIMIRO, 2018). Já se tornou comum a página na internet de Carvalho atacar a

intelectualidade crítica e defender ideias reacionárias, moralistas e conservadoras. Ele é apontado como guru dessa nova direita brasileira e conselheiro de Jair Bolsonaro e filhos.

Entre os intelectuais orgânicos da direita brasileira estão também empresários, a Fiesp e a CNA - representante do agronegócio -, cujo objetivo é construir um consenso em torno dos ideais neoliberais, financiando projetos de interesse da classe dominante. Durante o processo de *impeachment* de Dilma, por exemplo, a Fiesp gastou mais de US\$ 1 bilhão em anúncios em jornais e revisas, os quais pediam o afastamento da então presidenta, sem falar no grande volume de dinheiro investido em publicidade em sites de direita e veículos digitais.

Outro braço forte do novo conservadorismo no mundo é o fundamentalismo religioso, que, no caso do Brasil, cumpre o papel de levar a pauta conservadora aos fiéis evangélicos – alguns católicos também. A maioria é formada pela camada mais pobre da sociedade, a qual é influenciada por líderes religiosos geralmente das classes mais abastadas, que exercem atividade política e, quase sempre, estão vinculados a partidos comandados por grupos fundamentalistas. Miguel (2018), no texto *A reemergência da direita brasileira*, explica que a força política do fundamentalismo religioso no Brasil se dá a partir dos anos 1990, quando as igrejas neopentecostais passaram a se organizar enquanto grupo político e escolheram como meta a eleição de seus pastores<sup>26</sup>. Para isso, criaram associações estaduais e federações nacionais com o objetivo de traçar um projeto para se chegar ao poder.

É interessante colocar em relevo o controle ideológico que os evangélicos exercem sobre a sociedade brasileira, não apenas através de seus templos, mas, e também, pelas suas redes de comunicação. Um dos impérios midiáticos do país está nas mãos de Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Ele é proprietário da TV Record, do portal R7, do jornal Folha Universal – que tem uma tiragem de 1,8 milhão de exemplares por semana, distribuídos gratuitamente -, rádios e outros veículos de comunicação. Nas eleições presidenciais de 2018, o bispo apoiou abertamente a campanha de Jair Bolsonaro, transformando a TV Record em um espaço privilegiado para o presidente eleito, que se negou a participar dos debates eleitorais, mas concedia longas entrevistas para a emissora.

---

<sup>26</sup> Essa prática já existia no interior do catolicismo, mas não tão explícito quanto entre os evangélicos.

O papel ideológico dos fundamentalistas é ambicioso, com um claro projeto de poder. Muitas candidaturas políticas exitosas nascem dentro de seus próprios templos, tendo em vista o grande número de seguidores. De acordo com o IBGE (2010), a Assembleia de Deus controla 12,3 milhões; a Batista, 3,7 milhões; a Congregação Cristã do Brasil 2,2 milhões; e a Universal 1,87 milhão. Segundo o Coletivo Intervezes, o interesse dos evangélicos pela aquisição de veículos de comunicação coincide com a entrada dos líderes desses segmentos na vida política. “Em 1986, os evangélicos elegeram 18 candidatos e, já na Constituinte de 1988, a chamada ‘bancada evangélica’ teve papel importante, assim como na concessão de emissoras de rádio e de televisão para igrejas e suas lideranças, um papel que é exercido pelo Congresso Nacional”<sup>27</sup>.

Dentro dessa nova onda conservadora e de avanço das pautas de cunho religioso, Bolsonaro resolve se batizar evangélico, pelas mãos do Pastor Everaldo, no Rio Jordão, em Israel. A partir daí ele passa a usar o slogan *Brasil acima de Tudo e Deus acima de todos!*. Em seu programa de governo, o militar cita a palavra Deus 82 vezes (MAGALHÃES, 2018). E, na primeira cena pública após a vitória, em suas redes sociais, o presidente eleito aparece fazendo uma oração ao lado de apoiadores, familiares e líderes evangélicos.

Mas a campanha vitoriosa e o avanço do conservadorismo não aconteceram sem uma reação das forças contrárias. Alguns dias antes do primeiro turno eleitoral, um movimento organizado pelas redes sociais contra o candidato militar tomou as ruas para dizer #EleNão! Milhares de mulheres em todos os grandes centros do país, e até no exterior, foram às ruas contra a candidatura de Bolsonaro. De pronto, o #EleNão provocou uma contrarreação conservadora, sobretudo dos evangélicos, associando os protestos a movimentos feministas, já bastante criminalizados por esses setores. A partir daí, também, se intensifica uma campanha de informações falsas nas redes sociais a favor de Bolsonaro, o que foi decisivo para a vitória do candidato, como mostraremos adiante.

Outro episódio que mexeu com o clímax eleitoral foi um atentado contra Bolsonaro, um mês antes do primeiro turno. Numa atividade de campanha em Minas Geral, o candidato levou uma facada no abdômen, precisando passar por uma cirurgia de emergência. O atentado provocou outra reação das forças conservadoras que apoiavam Bolsonaro e atçou

---

<sup>27</sup> Conforme pesquisa desenvolvida pelo Coletivo Intervezes, em parceria com MOM-0Brasil, disponível em <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/universal-church-of-the-kingdom-of-god/>. Acesso em 28 dez. 2018. 13h.

ainda mais a rede de *fake news*, além de estimular a violência, como descreve Magalhães (2018), em seu livro: “‘Agora é guerra’, declarou Gustavo Bebianno; o presidente do PSL não informou contra quem. ‘Se querem usar a violência, os profissionais da violência somos nós’, atemorizou o general Mourão” (MAGALHÃES, 2018, p. 207).

A apologia à violência veio acompanhada de muitas notícias falsas. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, associou o autor do atentado, Adélio Bispo, à campanha de Dilma Rousseff para o Senado por Minas Gerais. Na mesma linha, o senador Magno Malta compartilhou uma imagem adulterada em que o criminoso aparece próximo a Lula em um evento. O general Augusto Heleno, que iria se tornar ministro, descreveu Adélio Bispo como um radical marxista.

Com o atentado, Bolsonaro aproveitou para confirmar uma tendência que já se desenhava antes do ataque: a de não participar dos debates. Mas a ausência dos debates não prejudicou em nada a candidatura do militar, até porque ele já implantara uma comunicação com o eleitoral sem intermediários, pelas redes sociais, e duas grandes redes de televisão, SBT e Record, declararam apoio à candidatura de Bolsonaro e lhe garantiram espaços privilegiados nos noticiários e em horário nobre, assim como fez a Band, a RedeTV e a Jovem Pan. Na semana do primeiro turno, enquanto acontecia o último debate eleitoral, realizado pela TV Globo, com a presença dos demais candidatos, Bolsonaro estava ao vivo na TV Record, em uma entrevista exclusiva, alcançando 11 pontos de audiência, metade do debate da Globo. E não parou por aí:

Na semana anterior, entrevistas de Bolsonaro ocuparam 46 minutos, na Band, e 24 minutos, na RedeTV!. Esta foi dada a Boris Casoy, apresentador que num telejornal se referiu ao deputado como “o nosso capitão”. O candidato também falou sozinho à rádio Jovem Pan. (MAGALHÃES, 2018, p. 229).

E tudo isso aconteceu sob os olhos da Justiça Eleitoral, que foi conivente com a irregularidade. Magalhães (2018) lembra que a lei eleitoral proíbe “emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário, dar tratamento privilegiado a candidato. As que, sob o pretexto de interesse jornalístico, ofereceram palanque a Bolsonaro não entrevistaram seus concorrentes. Coligações reclamaram ao TSE, que não identificou privilégio” (MAGALHÃES, 2018, p. 229-230).

Ainda na campanha eleitoral, Bolsonaro demonstrou uma obsessão em ser presidente, dizia que não reconheceria o resultado caso as urnas lhe dessem a derrota e, em vários momentos, defendeu exterminar seu inimigo: o PT. Chegou a dizer que iria “fuzilar a

petralhada” e que os “marginais vermelhos serão banidos da pátria.” “Políticos autoritários descrevem seus rivais como criminosos, subversivos, impatrióticos ou como uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida existente.” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, posição 1152).

Desde 2014, após a reeleição de Dilma, que o militar sinalizava que seria candidato a presidente. Pegou carona com o avanço do conservadorismo e do sentimento antipetista e passou a se dedicar diuturnamente a achincalhar a presidenta e seu partido, se credenciando como o antipetista-mor. Na votação do *impeachment* de Dilma, Bolsonaro dedicou seu voto a Brilhante Ustra, o mais famoso torturador da ditadura civil-militar, a quem o classificou como “o pavor de Dilma Rousseff”.

Esse simbolismo antipetista vinha sendo construído desde a primeira eleição de Dilma, em 2010, quando a atuação de Bolsonaro na Câmara passou a focar principalmente em três eixos: militarismo/segurança pública, antipetismo/corrupção, ataque aos direitos humanos, temas que ganharam as ruas entre 2013 e 2018. Nesse período, alguns programas de televisão passaram a dar espaço ao ex-militar, sempre com o carimbo de deputado exótico, o que estimulou o parlamentar a se lançar candidato a presidente.

O sucesso midiático por conta de suas declarações e entrevistas televisivas – com destaque para os programas CQC da TV Bandeirantes e o Pânico na Rede TV que o alçaram à figura de celebridade política bizarra –, atraíram para ele parte das forças que desejavam, a todo custo, alijar o PT do comando do governo federal. E ele soube utilizar a valorização de sua imagem que, de político caricato e bizarro, lentamente forjara-se em liderança para salvar o Brasil da política petista (BENTIVOGLIO; BRITO, 2020, posição 3449).

A popularização de Bolsonaro com a ajuda desses programas de entretenimento deu origem a um movimento que o acompanhou durante toda a campanha de 2018 e continuou no seu governo: o bolsonarismo. Para Musse (2021, p. 63), o bolsonarismo “frutificou-se no solo adubado pelo movimento cultural dito pós-modernista e pela reconfiguração da subjetividade, e da identidade individual promovida pela sociabilidade neoliberal”. É igualmente interessante como o pesquisador Christian Lynch define a onda bolsonarista, perfil que transcrevemos a seguir:

O bolsonarismo é um movimento cujo núcleo dominante se orienta por uma ideologia reacionária, baseada na negação dos valores modernos de liberdade e igualdade. Irradiado pelas redes digitais e ramificado nos aparatos repressivos oficiais ou clandestinos, este “negacionismo estrutural” incentiva a adoção de comportamentos antissociais baseados na

confrontação violenta dos críticos e adversários. Trata-se, em resumo, de um neofascismo high-tech<sup>28</sup>.

Leonardo Avritzer (2021) também nos ajuda a entender a ascensão de Bolsonaro, apresentado pela direita brasileira como o terceiro *outsider* a pleitear a Presidência da República, depois de Jânio Quadros e Fernando Collor. O autor diz que os três utilizaram o discurso de que representavam o antissistema e a anticorrupção e defendiam uma agenda liberal na economia. Porém, Bolsonaro acrescenta alguns elementos nessa nova roupagem de “fora do sistema”, se mostrando contra o poder Judiciário e o Congresso Nacional e enfrentando, inclusive, parte da opinião pública, como se viu no negacionismo que seu governo imprimiu durante a pandemia da Covid-19. “Jair Bolsonaro chega à presidência não como um líder político, e, sim, como um líder de um movimento capaz de destruir políticas e políticos”. (AVRITZER, 2021, p. 13-14). Analisando os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, o autor diz que a antipolítica bolsonarista implica três tipos de ações conjugadas, as quais descrevemos a seguir:

Em um primeiro campo, destroem-se as estruturas existentes no Estado brasileiro nas áreas de educação, meio ambiente e direitos humanos, sob o argumento de que elas incentivam uma política progressista de esquerda; em segundo âmbito, desmantela-se a política pública de saúde durante a pandemia, que, se exitosa, corria o risco de reabilitar a política e um centro político; e, em uma terceira linha, intimidam-se os demais poderes de modo que a antipolítica não seja interrompida por decisões legislativas ou judiciais quando buscam impor limites à política de destruição. (AVRITZER, 2021, p. 16).

Para Avritzer (2021), o bolsonarismo representa o triunfo do conservadorismo no Brasil como mais uma tentativa de defesa do *status quo*.

O bolsonarismo é, ao mesmo tempo, um projeto situado fora dos parâmetros não só do liberalismo, mas também do conservadorismo da modernidade. [...] Bolsonaro sobrevive à destruição que ele mesmo patrocina enquanto as forças de mercado e seus aliados no sistema político não se retirarem da aliança antigoverno e antipolítica que se instaurou no Brasil em 2018. (AVRITZER, 2021, p. 20).

---

<sup>28</sup> Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/06/o-dever-dos-democratas.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/06/o-dever-dos-democratas.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acesso em 27 jun. 2021.

Como nos mostram os autores acima, para Bolsonaro ganhar a eleição, não bastava ser conservador nos costumes e defender a pauta fundamentalista. Era preciso transitar bem no mercado. Antes, o militar se apresentava como um político nacionalista, contrário à privatização, por exemplo. Todavia, para ficar palatável ao capital, necessitava aderir à agenda neoliberal. Por isso, votou a favor da mudança do regime de exploração do pré-sal e do teto do gasto (Emenda Constitucional 95). Além disso, convidou um dos representantes da ortodoxia neoliberal para compor sua equipe, o economista Paulo Guedes, PhD pela Universidade de Chicago, com uma larga experiência em regimes neoliberais. Guedes participou da equipe que implantou o neoliberalismo no Chile, no governo militar de Pinochet, considerada a primeira experiência neoliberal no mundo, um laboratório que antecedeu a implantação da proposta nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Somente a partir da indicação de Guedes é que Bolsonaro adota um receituário enfático para agradar ao mercado e ao empresariado. No campo da economia, o então candidato verbalizou a posição da classe empregadora, segundo a qual os trabalhadores terão de escolher entre direitos ou emprego. Eleito, informou que a economia deve focar em “buscar maneiras que os investidores, os empreendedores, os patrões, os empresários, os comerciantes tenham meios de empregar sem tanta burocracia”. Defendeu a desoneração da folha, a redução de impostos, a desburocratização, a desregulamentação – ideias repetidas como um mantra. Sobre esse último ponto, propôs a carteira de trabalho verde e amarela, mediante a qual o contrato de trabalho individual se sobreporia às normas da CLT. (LACERDA, 2019, p. 188).

Com esse discurso, não tardou para o grande empresariado passar a flertar com a candidatura de Bolsonaro, começando pelos ruralistas, que, desde o primeiro momento, já aderiram ao palanque do militar. Paulo Guedes também abriu caminho para o candidato dialogar com os demais setores da classe dominante, promovendo encontros entre o militar e representantes do capital, como uma reunião a convite do bilionário Abílio Diniz e audiências com executivos de grupos como Itaú Unibanco, Votorantim, Cosan, Suzano e Ultra. (MAGALHÃES, 2018). Na reta final da campanha, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil e a Frente Parlamentar da Agropecuária declararam apoio a Bolsonaro.

A polarização simétrica entre a esquerda socialdemocrata do PT e a centro-direita liberal do PSDB deu lugar a uma polarização assimétrica, entre o mesmo PT – estigmatizado não só como inescapavelmente corrupto, mas também radical, bolivariano, comunista etc – e a extrema direita representada por Bolsonaro – que, espantosamente, foi normalizada por boa parte do *establishment* liberal conservador e, em especial, pela imprensa tradicional. Grandes veículos de mídia relutaram em denominar Bolsonaro como o extremista que sempre foi, Da mesma maneira que



persistiram em tratar como simétrico o antagonismo entre ele e o PT. Especialmente por seu aceno às ideias liberais de mercado (e somente de mercado), com a convocação do *Chicago boy* Paulo Guedes para liderar sua política econômica, o ex-capitão do Exército pareceu, para boa parte dos setores que se opuseram ao petismo, como um mal menor a ser tolerado em nome de reformas estruturais e do banimento do PT da vida pública. (COUTO, 2021, p. 35).

Além da adesão do mercado – que migrou do palanque de Geraldo Alckmin para o do candidato do PSL -, do apoio do fundamentalismo religioso e das forças conservadoras da sociedade brasileira - com destaque para a classe média, lavajatistas e os que se identificavam com a pauta da segurança pública -, um elemento decisivo para a vitória de Jair Bolsonaro para presidente da República foi a rede de *fake news* construída para dar sustentação à candidatura do militar, tema que será tratado no tópico que segue.

### **3.3 Desinformação e crise de credibilidade da mídia tradicional**

Fincada na desinformação, a campanha de Jair Bolsonaro encontrou nas redes sociais uma alternativa à mídia tradicional e ao pouco tempo de rádio e televisão que seu partido, o PSL, tinha no guia eleitoral. A comunicação se dava diretamente com o eleitor, sem intermediário, através de *lives* na internet e mensagens enviadas via WhatsApp. Foi criada uma rede, financiada por empresários e, não raro, com a ajuda de robôs, para disseminar notícias segmentadas aos eleitores, a maioria delas de origem duvidosa.

Vítima frequente de *fake news*, ataques homofóbicos e ameaças de morte quando era deputado federal pelo Psol, o jornalista e pesquisador Jean Wyllys se afastou da política para estudar sobre a indústria de desinformação. Segundo o pesquisador, *fake news* pode ser definida como um fenômeno programado de desinformação, que perde o compromisso a verdade dos fatos para mobilizar as emoções do público, e é construída tendo como base um elemento verdadeiro. “É justamente esse elemento de verdade em torno do qual se constrói uma narrativa mentirosa, que torna a *fake news* um todo coerente, capaz de convencer os cidadãos, eleitores e usuários de plataformas digitais”. (WYLLYS, 2021)<sup>29</sup>.

Essa junção de notícias falsas e redes sociais deu origem a um método de fazer política que vem afetando a democracia, um modelo que, notadamente, recorre ao emocional

---

<sup>29</sup> Disponível em <https://americalatina.global/fake-news/>. Acesso em 29 jun.2021.

e às crenças pessoais e que muito contribui para a disseminação do ódio e promoção de assassinato de reputações a partir da produção de informações inverídicas.

As redes sociais acrescentam à paisagem globalitária um pacote inédito de perversidades. Agora, as notícias circulam segundo os ditames do entretenimento, que se orientam exclusivamente por fontes pulsionais, sem as mediações da razão. Bem sabemos que a indústria do entretenimento nunca apreciou a razão, e isso desde suas origens, que remontam às revistas de amenidades e *fait divers*, que fincam raízes no século XVII. Agora, o quadro é pior. Nas redes sociais, diferentemente do que acontecia na televisão ou no cinema, a propagação das mensagens depende diretamente da ação das audiências, nas quais o desejo leva vantagem sobre o pensamento. Uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) só se difunde à medida que corresponda a emoções, quaisquer emoções, “positivas” ou “negativas”. Sobre o factual, predomina o sensacional – daí o sensacionalismo. Sobre o argumento, o sentimento ou o sentimentalismo. Esses registros da percepção e do sensível, que passam pelo desejo, pelo sensacional, pelo sentimental, proporcionam conforto psíquico aos indivíduos enredados em suas fantasias narcisistas. A receita se revelou infalível. (BUCCI, 2019, posição 701).

É em meio à crise da informação e ao aumento da desinformação - inclusive com a crescente perda de credibilidade da mídia tradicional -, que Bolsonaro se elege presidente do Brasil. Enquanto nas eleições americanas e no *Brexit* o canal para os disparos em massa de conteúdo falso foi o Facebook, no Brasil foi o WhatsApp. As duas redes fazem parte do mesmo grupo empresarial, que também é dono do Instagram, o que representa um gigante do setor, já que a empresa controla as três maiores redes sociais do mundo e tem sido usada como instrumento para uma guerra de informações inverídicas, deturpadas, manipuladas, uma estratégia que faz parte do mundo da desinformação.

Há indícios de que, às vésperas do primeiro turno eleitoral, a campanha bolsonarista tenha disparado, de forma ilegal, milhares de notícias falsas contra seu principal adversário, o petista Fernando Haddad. As mais conhecidas são de que Haddad, quando ministro da Educação, teria criado o *kit gay* e a *mamadeira de piroca*. O primeiro seria distribuído nas escolas para crianças de 6 anos, enquanto a segunda - cujo bico teria formato de pênis - entregue nas creches Brasil afora. As duas acusações são falsas. Também estavam no rol de mentiras a acusação de que Haddad defendia o incesto e que Manuela D'Ávila (PCdoB), candidata a vice na chapa, estaria usando uma camiseta com os dizeres “Jesus é travesti”. Na imagem verdadeira, a camiseta tinha a frase “rebele-se”. A mentira circulou maciçamente nas redes sociais, acompanhada de mensagens moralistas e condenando o voto na chapa PT/PCdoB.

No dia 18 de outubro de 2018, dez dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, a jornalista Patrícia Campos Mello publicou, no jornal Folha de S.Paulo, uma reportagem que revelava um esquema de compartilhamento em massa de notícias falsas por aliados de Bolsonaro e financiado por empresários<sup>30</sup>. A prática é ilegal, já que a legislação proíbe doação de empresas às campanhas políticas e, além disso, a doação não foi declarada à Justiça Eleitoral. Outra ilegalidade apontada na matéria é o fato de as empresas terem comprado base de usuários a agências de estratégia digital. “Quando usam bases de terceiros, essas agências oferecem segmentação por região geográfica e, às vezes, por renda. Enviam ao cliente relatórios de entrega contendo data, hora e conteúdo disparado”, destaca trecho da matéria.

As empresas responsáveis pelos disparos das *fake news* dispõem de cadastros com nomes, CPFs, idade, localização geográfica, faixa de renda e outras informações, o que facilitava a segmentação da notícia, no sentido de a mensagem ter maior impacto em cada um dos públicos. Dessa forma, é possível fazer o monitoramento e distribuição do conteúdo por grupos de interesses. Por exemplo, uma mensagem homofóbica é enviada a pessoas e grupos contrários à comunidade LGBTQIA+. Para Casara (2020), a prática de disseminação de notícias falsas reforça preconceitos e tornou-se um nicho de mercado em expansão no campo político, cujo objetivo é manipular resultados eleitorais.

Mais do que mera desinformação, são o resultado de um trabalho de engenharia comunicativa, social e ideológica que visa reforçar certezas delirantes, em especial para aqueles que estão predispostos a confirmar seus preconceitos, medos e visões distorcidas da realidade. (CASARA, 2020, p. 70-71).

O uso de robôs é outro recurso utilizado para ampliar o alcance das notícias falsas. Quase um mês antes do primeiro turno eleitoral, um dos empresários que apoiaram Bolsonaro, Luciano Hang, foi multado pelo Tribunal Superior Eleitoral, por contratação irregular de impulsionamento de propaganda eleitoral para disseminar conteúdo favorável ao candidato do PSL. Sem citar nome, Patrícia Campos Mello relata que, durante a campanha, o dono de uma agência de *marketing* confessou estar abarrotado de serviço porque tinha sido contratado por empresários, os quais teriam comprado pacotes de disparos

---

<sup>30</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em 18 set. 2020.

com mensagens contra o PT. O material seria disparado pelo WhatsApp na semana anterior ao segundo turno.

Na versão moderna do autoritarismo — em que governantes não rasgam a Constituição nem dão golpes de Estado clássicos, mas corroem as instituições por dentro —, não é necessário censurar a internet. Nas “democracias iliberais”, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade — e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais. (MELLO, 2020, posição 177).

No seu livro, Mello (2020) cita alguns sites e páginas no Facebook produtores de *fake news* como Imprensa Viva, Folha Política, Plantão Brasil, Intervenção das Forças Armadas, Jair Bolsonaro 2018 ou Burguesia Fede. Eles se utilizavam do artifício de adaptar notícias à sua visão de mundo, fazendo distorções ideológicas no conteúdo, as quais eram disparadas em massa por um comitê liderado por Carlos Bolsonaro – filho Zero Dois do militar -, comitê que depois passou a ser conhecido como gabinete do ódio. Segundo a autora, nenhum outro candidato explorou tanto as redes sociais como Jair Bolsonaro, transformando-se numa espécie de influenciador digital. De acordo com Mello, no período da campanha, o militar tinha 6,9 milhões de seguidores no Facebook, contra 689 mil de Fernando Haddad e 3,8 milhões e Lula. A mesma desproporção se repetia no Instagram, rede em que Bolsonaro reunia 3,8 milhões de seguidores, Haddad 418 mil, e, Lula, 524 mil<sup>31</sup>.

Ao longo dos anos, Carluxo, à frente da estratégia digital do pai, estimulou a criação de uma infinidade de grupos no WhatsApp e no Facebook e identificou influenciadores, as pessoas mais ativas na difusão e criação de mensagens. Jair Bolsonaro e os três filhos políticos também se transformaram em influenciadores digitais, documentando pelo YouTube e pelas mídias sociais suas vidas e se comunicando diretamente com seus apoiadores. (MELLO, 2020, posição 269).

Com essa estratégia, a família Bolsonaro angariou cada vez mais simpatizantes, construindo uma espécie de exército digital. Para ganhar a eleição, foram formados grupos de apoiadores no WhatsApp, os quais funcionavam como listas de transmissão, listas essas capazes de alcançar, em cada disparo, até 256 integrantes e esses integrantes passavam a ser multiplicadores das mensagens, encaminhando-as para amigos e familiares. Em seu livro, Magalhães (2019) apresenta um estudo realizado pela organização não governamental

---

<sup>31</sup> Em junho de 2021, Bolsonaro já tinha no Facebook 14,1 milhões de seguidores, Haddad 1,8 milhão, e, Lula, 4,6 milhões. Nesse mesmo período, no Instagram, Bolsonaro tinha 18,5 milhões de seguidores, Haddad 1,7 milhão e, Lula, 2,8 milhões.

Avaaz, o qual mostrar que “98,2% dos eleitores de Bolsonaro ‘foram expostos a uma ou mais notícias falsas’ e 89,8% acharam que eram verdadeiras” (MAGALHÃES, 2019, p. 258). Quase 84% (83,7%) acreditaram no *kit gay* e 74,6% na falsa informação de que Haddad defende pedofilia e incesto.

Pesquisadores como Bucci (2019) explicam que a expressão *fake news* não é simplesmente sinônimo de informação falsa, apesar de tratar-se de informação falsa. O termo vai além dessa adjetivação. Mais que falsa, a informação fruto de *fake news* é produzida conscientemente com essa intenção e com o objetivo de prejudicar terceiros, ou seja, seu autor se utiliza da má-fé com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política. Inspirado na jornalista Claire Wardle, da Universidade de Harvard, Bucci (2019) considera a expressão vaga e imprecisa e a classifica dentro da categoria geral de desinformação.

Ela prefere falar no ecossistema da desinformação, que compreenderia categorias mais específicas, como as três seguintes: Falsa conexão: quando manchetes, legendas ou ilustração não confirmam o conteúdo da reportagem, do artigo ou da notícia. Falso contexto: quando o conteúdo é compartilhado com contextos adulterados ou alterados. Manipulação do contexto: quando a imagem é propositalmente modificada com o intento de enganar o público. (BUCCI, 2019, posição 164).

Bucci acrescenta ainda que nem sempre a manipulação comum à mídia corporativa pode ser classificada como *fake news*, que, para ele, está em outra esfera de inverdades, uma vez que a fraude faz parte da natureza das notícias falsas. Em geral, as *fake news* simulam o estilo e linguagem jornalística, na tentativa de se passar como uma notícia verídica, atraindo um mínimo de confiança do público alvo. “Por mais que tenhamos problemas sérios com a credibilidade do jornalismo, as *fake news* são uma prova em negativo de que algum crédito o jornalismo ainda merece na sociedade.” (BUCCI, 2020, posição 474).

As *fake news* têm colocado em xeque a confiança em instituições tradicionalmente portadoras da verdade, como a ciência, a intelectualidade e a própria imprensa. Isso porque o autor que repassa as mensagens via WhatsApp, por exemplo, tem uma relação sentimental e uma afinidade com quem as recebe, gerando confiabilidade e fazendo com que a propagação da mensagem seja mais efetiva. Essa troca de mensagens se dá, geralmente, entre pessoas ou grupos que se identificam – aparentemente sem segundas intenções – e porque o conteúdo do material reforça o modo de enxergar as coisas da pessoa que o recebe, tornando a (des)informação mais familiar e propensa a ser aceita.

Mensagens que suscitam emoções fortes são particularmente persuasivas: asco, medo ou raiva são sensações que levam uma pessoa a repassar imediatamente uma mensagem. Isso só confirma que o engajamento no repasse da mensagem pode estar menos vinculado à veracidade de seu conteúdo do que à sua pertinência a um conjunto de convicções coletivas. A repetição de mensagens em grupos de afinidade leva à familiaridade, que, por sua vez, leva à aceitação. Ou seja: mensagens falsas têm apelo quando relacionadas a identidades de grupo, pois as pessoas são mais suscetíveis a aceitar uma informação consistente com outras mensagens nas quais elas já acreditam e que compartilham com seu meio. (BRUNO; ROQUE, 2020, posição 213).

Serrano (2008) é outro autor que contribui com esse debate acerca da desinformação. Segundo o pesquisador,

a mensagem pode despertar ódio, drama, indignação, rejeição ou compaixão diante de uma suposta notícia sem que nenhum mecanismo intelectual que nos permita entender o que está acontecendo na tela seja acionado. Certas imagens com som podem fazer um líder político passar por estúpido ou carismático sem ter tido a oportunidade de ouvir uma reflexão dele de forma profunda e extensa o suficiente para avaliá-lo adequadamente. Uma cena dramática pode despertar em nós ódio em relação a um determinado lado em conflito, sem ter a mínima ideia de qual é a disputa que enfrentamos. (SERRANO, 2008, p. 49-50, tradução nossa).

Bruno e Roque (2020), no texto *A Ponta de um Iceberg de Desconfiança*, ao analisarem o uso de *fake news* nos dias que antecederam o primeiro turno das eleições de 2018, constaram que as oito imagens falsas mais compartilhadas em quase 350 grupos públicos de WhatsApp não faziam referência direta a candidato, mas traziam conteúdos carregados de ideias e valores compatíveis com o discurso de Bolsonaro, como o antipetismo e anticomunismo, discurso de ódio às minorias sociais, defesa da família tradicional e tabus relacionados à defesa de direitos no âmbito da diversidade sexual e do feminismo.

Para além das *fake news*, a desinformação acontece, desde sempre, a partir da manipulação e do enquadramento de informações. Sobre esse assunto, Serrano (2008) cita o historiador Michael Parenti, para quem

A propaganda mais efetiva se baseia mais no enquadramento que na falsidade. Ao distorcer a verdade mais que violá-la, utilizando a ênfase e outros adereços auxiliares, os comunicadores podem criar uma impressão desejada sem recorrer ao pronunciamento explícito e sem se afastar demais da aparente objetividade. O enquadramento se dá a partir da forma como se moldam as notícias, o tempo de sua exposição, a localização (primeiro plano ou escondida no interior, se é o principal ou o último texto), o tom da apresentação (atitude aberta e/ou desdenhosa), os títulos e fotografias e, no caso dos meios audiovisuais, os efeitos de imagem e som. (PARENTI, *apud* SERRANO, 2008, p. 37, tradução nossa).

Abramo (2003) também muito nos ensina sobre a manipulação da chamada grande imprensa. Ele nos apresenta um livro pequeno no tamanho, mas grande na importância, por nos fazer compreender que nem todo conteúdo divulgado pela mídia tradicional reflete a realidade dos fatos. Muitas vezes, esses conteúdos até têm relação com a realidade, no entanto, se apresentam de forma distorcida. “É uma realidade artificial, não-real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real” (ABRAMO, 2003, p. 23-24). É assim que a informação se transforma em manipulação da realidade, um tema de estudo também de Luhmann (2005).

No discurso clássico de verdade, mas também no entendimento cotidiano de verdade, as pessoas iriam se interessar em saber, se aquilo que os meios de comunicação informam é ou não verdadeiro. Ou se é meio verdade, meio não-verdade, pois “manipula-se”. Mas como se pode constatar isso? Em casos isolados, isso pode ser possível para um ou outro observador e especialmente para os sistemas dos quais se informa, mas para a massa das comunicações que diariamente são transmitidas isso é naturalmente impossível (LUHAMANN, 2005, p. 20-21)

Abramo (2003, p. 26) aponta pelo menos quatro padrões de manipulação presentes no trabalho de toda a grande mídia e um quinto específico para rádio e televisão. O primeiro é o *padrão de ocultação*, o qual tem a ver com a ausência e a presença dos fatos reais na produção da notícia, algo corriqueiro no dia a dia das redações e acontece sem que o leitor perceba. “[...] o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu ‘projeto’”. Nesse caso, o fato real é substituído por algo ficcional, dando origem a uma realidade artificial criada pelo veículo de comunicação.

O segundo método é o *padrão de fragmentação*, quando o fato é dissolvido em partes desconectadas entre si, perdendo o seu valor de verdade e tornando-se também numa ficção. Esse tipo de manipulação implica duas operações: seleção dos aspectos do fato e na descontextualização. Abramo (2003, p. 28) também cita o *padrão da inversão*, o qual opera em conjunto com a fragmentação e descontextualização. Segundo o autor, isso acontece a partir do “reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras, destruindo a realidade original e criando outra artificial, outra realidade”.

Tem também o *padrão de indução*, quando o público é levado a consumir uma realidade deturpada, um mundo não como ele é, mas como a mídia quer que ele o veja. Nesse

método, podemos encontrar os demais padrões de manipulação, já que nele é possível reordenar e recontextualizar os fragmentos da realidade, subestimar e/ou supervalorizar um fato. Aspectos como a disposição gráfica da notícia também definem a indução, a partir da diagramação, dos destaques que o fato tem no jornal, no rádio e na TV, nas manchetes etc. Por fim, o quinto padrão de manipulação apontado por Abramo (2003) é o *padrão global*, específico para o jornalismo da radiodifusão. Esse tipo de manipulação consta na exposição dos fatos, que pode se utilizar de recursos como o espetáculo e/ou o sensacionalismo, apelando para o sentimentalismo do público, o peso que é dado aos personagens, as fontes utilizadas e os lados envolvidos na notícia que são ouvidos, além da relevância da autoridade exposta no fato, transferindo para esse personagem a responsabilidade de tomada de decisão quando a notícia não consegue fazê-la.

Outro autor que traz grandes contribuições sobre a categoria desinformação é Serrano (2003). Ele reforça que os mecanismos de desinformação a partir da manipulação são ainda mais complexos que a simples produção de *fake news*, uma vez que o enquadramento utilizado numa notícia pode ser tão devastador – ou até mais - que um conteúdo falso. O autor também lembra que a mídia é parte da estrutura capitalista e que seus proprietários impõem uma autocensura nas redações, que funciona ao bel-prazer de seus interesses. No livro *Desinformación – Cómo los medios ocultan el mundo* (2008) - o qual teve versão resumida e traduzida para o Brasil em cartilha publicada pela editora Espalhafato/Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (2010) -, Serrano expõe como as informações são silenciadas pelos meios de comunicação. “Os jornais começaram a existir para dizer a verdade e hoje existem para impedir que a verdade seja dita” (SERRANO, 2010, p. 13). Ele cita quatro filtros utilizados pela imprensa que deturpam os fatos.

O primeiro é o da *magnitude, propriedade e orientação dos benefícios dos meios de comunicação*, quando os donos da mídia são grandes grupos econômicos que não têm como principal atividade a informação e, por isso, a tratam como uma mercadoria e não como um bem de interesse público. “Nos conselhos de administração dessas empresas de comunicação sentam-se banqueiros e executivos empresariais que não têm qualquer relação com a informação (SERRANO, 2010, p. 24). O segundo filtro sugerido pelo autor é o da *publicidade como fonte principal de receitas*. Tema muito discutido entre pesquisadores da comunicação, esse filtro nos permite entender que não apenas a informação é uma mercadoria, mas a audiência também é negociável. Os meios vendem seu público às agências de publicidade e, conseqüentemente, não hesitarão em omitir informações desfavoráveis a



seus anunciantes, assim como publicar conteúdos que interessam a eles. “Acreditamos que nos oferecem conteúdo, mas, na verdade, oferecem espectadores às empresas anunciantes; o objeto somos nós”. (SERRANO, 2010, p. 26).

Serrano também ressalta como se dá o *fornecimento de notícias aos meios de comunicação*, o que seria o terceiro filtro. Ele lembra que quase 80% das informações publicadas pela imprensa são fruto de atos declaratórios, o que, na maioria das vezes, não trazem em si as várias versões dos fatos e não condizem com a verdade factual. Acrescentamos a esse dado mais um elemento: a maior parte das informações chega às redações por órgãos oficiais, as quais são recepcionadas como reais e, muitas vezes, não são checadas com rigor, o que compromete a totalidade da veracidade da notícia.

Por fim, Serrano (2010) fala das “*contramedidas*” e *corretivos diversos como método para disciplinar os meios de comunicação*. Trata-se de *lobbies* de grupos políticos e econômicos para que determinado assunto seja excluído do noticiário, uma forma de não macular a imagem de setores que estão por trás dos lobistas. Acrescentamos a esse filtro, a atuação dos *think tanks*, entidades que, cada vez mais, atuam para pautar a mídia com temas gerais que atendem o interesse da classe dominante, tema já abordado no tópico anterior. Com base nesses filtros, o autor afirma que a manipulação midiática é a nova forma de censura.

Por hábito ou por preguiça intelectual, seguimos pensando que a censura só é exercida nos governos autoritários, as ditaduras que a praticam de forma ostensiva, muito visível, amputam, proíbem, cortam, suprimem, trancam, cerceiam. Em suma, mutilam e deixam uma obra ou uma informação castrada e desmembrada. Nos negamos a questionar sobre como funciona o problema da censura na democracia. [...] na realidade, é preciso partir do princípio de que a censura é algo próprio do poder, de todo poder. (SERRANO, 2008, p. 12, tradução nossa).

Um dado a considerar também acerca do novo formato de censura nos regimes ditos democráticos é um excessivo fluxo informacional, o que, no entanto, não se reverbera na pluralidade e diversidade da informação. Segundo Ramonet (2008), esse excesso de conteúdos deixa a impressão de que estamos bem informados e de que há mais liberdade, quando, na realidade, o que acontece é o contrário: há um esvaziando de sentido da democracia.

O que ocorre é que existe muita informação que não circula, porque há superinformação. Há tanta, que a mesma informação nos impede – como um biombo ou uma barreira – acessar a informação que nos interessa. Nas ditaduras é o poder que nos impede acessar a informação. Na democracia

o que nos impede é a própria informação, devido à saturação. Ou seja, na democracia, a censura funciona por asfixia, por sufocamento, por atraso. Nos oferecem tanta informação e consumimos tanta informação, que já não nos damos conta de que alguma (precisamente a que mais me faria falta) está faltando. A ocultação e a dissimulação, nessa massa de informação que se consome, são as formas de censura de hoje. E essa “censura invisível” é a que praticam os grandes grupos midiáticos e os governos. Em total impunidade. Estamos, portanto, numa situação que acreditamos que, pelo fato de ter mais informação, temos mais liberdade; quando na realidade, se analisarmos bem, temos tão escassa informação quanto em outros momentos. (RAMONET *in* SERRANO, 2008, p. 12-13, tradução nossa).

Uma prática cada vez mais comum em escala global, o recurso da pós-verdade, fake news, manipulação e de outros métodos de desinformação tem sido naturalizado, afetando direta e indiretamente o sistema democrático, tema já tratado no tópico anterior, mas que vale alguns registros mais. No caso do Brasil, a democracia é algo ainda muito frágil, já que a história do país está arraigada em mais 400 anos de escravidão, golpes de Estado, repressão e violação de direitos humanos e ainda no privilégio de uma elite política e econômica e da exclusão social.

Um dos termômetros possíveis de medir a intensidade da democracia é uma imprensa livre, comprometida com a verdade factual. Como já revelaram acima Serrano (2008) e Ramonet (2008), não é apenas em regimes autoritários que podemos nos deparar com a censura. Numa democracia de baixa intensidade, a censura é imposta pelo poder econômico, onde estão situados os donos da mídia.

Em escala crescente, predominam as novas tecnologias da comunicação, informação e propaganda, às vezes com objetivos democráticos, mas em outras e muitas vezes com objetivos autoritários. Sim, porque as novas tecnologias estão organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, como empreendimentos capitalistas articulados com grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial. (IANNI, 2001, p. 18).

Segundo Bucci (2019, posição 642) há um entendimento interno da Declaração da Unesco que afirma que “a qualidade da comunicação e da informação é diretamente proporcional à qualidade da democracia e à densidade da cultura de paz”. O autor ressalta que a democracia depende da verdade factual, um termo que ele pegou emprestado de Hannah Arendt, sintetizado por Bucci (2019) como a verdade extraída da verificação honesta e do relato fidedigno dos fatos e dos acontecimentos. “Hannah Arendt não se furtou a apontar o poder como inimigo da verdade factual. Quanto mais se afasta da democracia, diz ela, mais o poder tende a rechaçar relatos sobre os acontecimentos”. (BUCCI, 2019, posição 783).

Sobre o papel da comunicação numa democracia, Ramonet (2012, p. 53) diz que a imprensa atua como “contrapoder”. Para o autor, “as mídias dominantes não contribuem mais para ampliar o campo democrático; trabalham, ao contrário, para restringi-lo, atacar suas bases e miná-lo”.

Entre verdade e pós-verdade, *fake news* e desinformação, a candidatura de Jair Bolsonaro contou com a complacência da mídia tradicional. Os veículos de comunicação tradicionais, assim como em disputas passadas, não hesitaram em tentar favorecer seu candidato preferencial – inicialmente não era Bolsonaro - e atrapalhar a campanha adversária, neste caso candidatura do PT. Um exemplo foi a polêmica em torno da delação premiada do ex-ministro das gestões petistas, Antonio Palocci, que teve o sigilo suspenso pelo juiz Sérgio Moro a menos de uma semana do primeiro turno eleitoral. A delação foi divulgada para a imprensa, que transformou a informação no grande acontecimento da disputa.

Sem uma apuração rigorosa e dando sequência à parceria que já vinha com a Lava Jato há alguns anos, a mídia veiculou exaustivamente a delação de Palocci. Vale um adendo aqui para lembrar que, em agosto de 2020, a Segunda Turma do STF reconheceu que Sergio Moro agiu politicamente ao divulgar a delação e que a decisão interferiu nas eleições de 2018. Além da ampla divulgação por parte da mídia da delação de Palocci, outros episódios mostram como os veículos de comunicação contribuíram para a vitória de Jair Bolsonaro. Exemplos disso foi a publicação de um editorial de O Estado de S. Paulo, na semana seguinte à vitória do candidato do PSL, considerando bem-vinda a disposição do governo eleito em ter se comprometido em fazer a tão esperada reforma previdenciária.

A boa vontade da mídia com o candidato do PSL também se deu na cobertura do #EleNão. É bem verdade que o protesto não chegou a passar despercebido pelos veículos de comunicação, mas recebeu um tratamento longe da magnitude do evento, considerado o mais numeroso da história recente nas eleições brasileiras. Segundo Magalhães (2019), na mesma edição, o Jornal Nacional dedicou aos protestos 4 minutos e 13 segundos, contra 9 minutos e 50 segundo à campanha de Bolsonaro, incluindo entrevistas com o candidato e matéria com uma de suas ex-mulheres elogiando-o. “Naquele sábado, ele deixara o hospital, 23 dias depois da facada. Ainda assim, o tempo pareceu desproporcional. A cobertura generosa coincidiu com sua arrancada.” (MAGALHÃES, 2019, p. 230). Para Ramonet (2012), a mídia “traí a sua origem e passa a operar como um ‘partido da globalização neoliberal’. Com isso,

informações de relevância pública passam por filtros movidos por interesses particulares dos conglomerados midiático culturais.” (RAMONET, 2012, p. 10).

Enquanto corre o fluxo da campanha eleitoral, o PT também é atropelado pelo Judiciário. Preso e impedido de ser candidato, Lula foi proibido de conceder uma entrevista à jornalista Mônica Bérghamo da Folha de S.Paulo. O ministro do STF, Ricardo Lewandowski, autorizou a entrevista, mas, seu colega no Supremo, Luiz Fux, revogou a permissão, decisão que foi mantida pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli. Os apoiadores da campanha petista achavam que, se Lula falasse, a candidatura de Fernando Haddad poderia decolar e, a de Bolsonaro, sofrer uma queda.

## CAPÍTULO 4

### A opinião em O Globo e na Folha de S.Paulo e o avanço do conservadorismo

#### 4.1 – O que defendem os donos da mídia?

Após as reflexões teóricas e históricas sobre a mídia, faremos neste Capítulo 4 a investigação empírica da nossa pesquisa, analisando a opinião dos dois principais jornais impressos do Brasil: O Globo e Folha de S.Paulo – o primeiro com sede no Rio de Janeiro e o segundo, em São Paulo, dois dos mais importantes estados brasileiros. Definimos como período para a investigação o ano de 2018, considerando que é lá que o conservadorismo triunfa no país, com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República. São quase dez meses de leituras diárias dos editoriais desses periódicos, começando em 7 de março, quando o então presidenciável se filia ao PSL, até 2 de janeiro de 2019, um dia depois da posse de Bolsonaro.

Como já exposto na introdução, a pesquisa tem abordagem qualitativa, a partir de uma leitura interpretativa da realidade e utiliza não critérios estatísticos ou de probabilidades, mas analisa o objeto de estudo a partir de uma leitura subjetiva e interpretativa. “O rigor da pesquisa qualitativa é garantido pela atenção de quem pesquisa em conseguir informações, comparando, analisando e selecionando ainda na fase da coleta de dados para verificar a qualidade do que tem em mãos”. (MARTINO, 2018, p. 102). Recorremos também à Análise de Conteúdo (AC), método que procura mostrar significados despercebidos em um primeiro contato com o objeto em questão e se concentra em saber *qual* é o significado da mensagem.

Conforme orienta Martino (2018), a partir do livro *Métodos de Pesquisa em Comunicação – Projetos, ideias, práticas*, primeiro delimitamos quais mensagens seriam analisadas, no caso os editoriais, o que corresponde à opinião dos donos de O Globo e da Folha de S.Paulo, que tratavam de temas presentes na agenda conservadora. Depois de selecionados os textos, fizemos a análise formal, a partir da descrição detalhada, considerando a data da publicação e a relação que o tema em questão tinha com o debate que ocorria naquele momento na sociedade e identificando as unidades de análise (título, texto, olho, subtítulo/linha fina etc.) e a ênfase dada à mensagem. Por fim, dividimos as unidades analisadas a partir da relação que elas tinham com o conservadorismo, seja no âmbito

político, econômico e cultural. “(...) esse tipo de análise oferece estratégia para leituras críticas da mensagem, identificando ecos da História e da sociedade na qual está inserida.” (MARTINO, 2018, p. 161).

Como forma de sistematizar e ilustrar graficamente a análise, optamos por nuvens de palavras, cujo objetivo é ressaltar a intensidade dos assuntos que dialogam com o conservadorismo nos editoriais. Alternamos as cores e o tamanho das fontes para diferenciar a quantidade de vezes que os temas são explorados. O tamanho das fontes são proporcionais ao número de vezes que os temas aparecem nos textos, ou seja, quanto menor a fonte menos o assunto aparece e, inversamente proporcional, quanto maior a fonte, mais vezes o tema é exposto. As cores foram escolhidas aleatoriamente, apenas como forma de diferenciar as frases. Com exceção dos temas que aparecem muitas vezes – usamos várias cores nesse caso -, mantivemos cor e tamanho de fonte iguais em todas a nuvens. O tamanho começa com a fonte 12 e vai aumentando gradativamente de 2 em 2. Por exemplo, quando o assunto é citado uma só vez, usamos a fonte 12 e as cores vermelho, cinza e azul. Daí em diante, foram fontes 14, 16, 18, 20 e assim sucessivamente e as cores fixas em cada tamanho de fonte, conforme ilustração abaixo:

	<i>Tamanho fonte</i>	<i>Cor</i>
<b>1 vez</b>	<b>12</b>	
<b>2 vezes</b>	<b>14</b>	
<b>3 vezes</b>	<b>16</b>	
<b>4 vezes</b>	<b>18</b>	
<b>5 vezes</b>	<b>20</b>	
<b>6 vezes</b>	<b>22</b>	
<b>7 vezes</b>	<b>24</b>	
<b>8 vezes</b>	<b>26</b>	
<b>10 vezes</b>	<b>28</b>	
<b>11 vezes</b>	<b>30</b>	

Essa regra de tamanho e cor de fontes vale para as nuvens mês a mês de ambos os jornais e para a ilustração final que sintetiza a opinião dos donos desses periódicos. Todavia, nas nuvens sobre o que cada jornal isoladamente defende, critica e de como se posiciona em relação ao PT, utilizamos o mesmo tamanho de fonte e as cores são usadas aleatoriamente, porque aí não faz diferença em relação a intensidade, já que elencamos os temas que foram destacados demasiadamente no período analisado. Ou seja, nesse caso, tem o mesmo peso.

Quando decidimos analisar os editoriais, tínhamos como objetivo saber o que pensam e reivindicam os donos dos jornais, proprietários dos meios de produção da informação, no que se refere à pauta conservadora em ascensão nos últimos tempos. A literatura mostra que o “conservadorismo à brasileira” (SOUZA, 2016) está entrelaçado na própria construção história do Brasil, fincada no escravismo, machismo, autoritarismo, intolerância religiosa e desigualdade social. Para Souza (2016, p. 217) estão na base social da ideologia conservadora brasileira “o desprezo pela institucionalidade democrática; o ‘aristocratismo’ ou ‘elitismo’, que se expressa no cotidiano como pré-conceito e ódio de classe; o elogio da desigualdade social e da concentração de poder político e econômico, entre outros.” Além disso, o Brasil se vale das bases do conservadorismo norte-americano, cujo auge coincide com o pós-Segunda Guerra Mundial. Ou seja, no plano político, a aversão ao comunismo; no plano econômico se apresenta contra as políticas de bem-estar social; e no plano social está entranhado no dogma religioso e na defesa dos valores tradicionais.

Mas os aspectos que aproximam o neoconservadorismo norte-americano e o novo conservadorismo brasileiro residem no cerne do argumento neoconservador: a união dos princípios de autoridade militar e religiosa, associados ao estímulo à livre competição e ao enriquecimento individual; os valores morais rígidos em um mundo de inseguranças; a família como um projeto de boa sociedade (LACERDA, 2019, p. 204).

Sem assinatura explícita, os editoriais expressam a opinião do veículo de comunicação e defendem os interesses de seus acionistas e financiadores. Ou seja, os textos são elaborados por intelectuais orgânicos de extrema confiança da direção do jornal e só são publicados se tiverem o aval de seus acionistas. É uma maneira de interferir nos rumos do país a partir do prestígio que esses veículos de comunicação possuem, considerando, inclusive, que “(...) o aprofundamento está no uso ideológico que os jornais fazem de si mesmos, em detrimento do uso informativo. Porque este está superado. Então, como eles

estão compensando a perda da função informativa? Eles estão ampliando a função ideológica.” (KUCINSKI 2009, p. 81).

Citando Raúl Rivadeneira Prada, Melo (2003, p. 103-104) diz que o editorial é a caracterização das “relações de propriedade” da empresa jornalística e que, além de contemplar seus próprios interesses e de seus financiadores, é utilizado como instrumento de poder para pressionar o Estado. O autor ratifica que o editorial expressa o “consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização”, ou seja, acionistas majoritários, anunciantes e braços do aparelho burocrático do Estado, que expõem suas concepções ideológicas a partir desses textos. Do ponto de vista conceitual, a função do editorial é abrir um diálogo entre as empresas jornalísticas e a opinião pública. Na prática, sobretudo no Brasil, não funciona exatamente dessa forma.

Melo (2003, p. 105) lembra que os editorialistas brasileiros se dirigem, prioritariamente, à sociedade política, ou seja, ao Estado e suas ramificações, com o objetivo de deixar claro como gostariam que assuntos públicos fossem resolvidos. “Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam.” Por isso, o texto recebe uma atenção especial e é geralmente escrito por redatores experientes capazes de fazer a mediação entre a opinião institucional e a mensagem que é repassada ao público, texto esse que deve estar integrado com as concepções políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem.

[...] cada editorial, numa grande empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contacto com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial. (MELO, 2003, p. 107).

Ao fazer a leitura dos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo, foi possível perceber que a visão dos proprietários reverbera na linha editorial de todo o jornal, não se limitando ao caderno de opinião. Não raro, os editoriais antecipam, opinam e reforçam pautas desenvolvidas pelas editorias internas, ou vice-versa, quanto o editorial faz referência a alguma grande reportagem já veiculada pelo jornal – na verdade, as duas partes se retroalimentam. Vale um parêntese aqui para lembrar que os jornais impressos, pioneiros na arte de fazer jornalismo profissional, vêm, ao longo dos anos, caindo no seu número de



impressão e circulação. Essa realidade não os torna menos importante, até porque, além de os textos neles publicados atenderem uma parcela importante da sociedade formada por uma elite intelectual, os periódicos exercem a função de influenciar os mecanismos de poder – incluindo aí os demais veículos de imprensa, que muitas vezes se pautam pelos jornalões.

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes “AB” (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta. (AZEVEDO, 2006, p. 29).

Além disso, tem um dado que faz toda a diferença: o mesmo jornal que é impresso está disponível na internet na versão digital, além de que, enquanto o número de assinatura de jornal impresso despenca, a digital só cresce. Sobre essa questão, o portal Poder 360°, no dia 25 de janeiro de 2021, publicou uma reportagem, com base em uma pesquisa do Instituto Verificador de Informação (IVC), mostrando os seguintes dados: entre 2018 e 2020, O Globo teve uma redução de quase 35% no número de assinaturas impressas e cresceu na digital em 35,3%. Já a Folha perdeu quase 37% dos assinantes do impresso e ganhou 34,3% do digital<sup>32</sup>.

A mesma reportagem mostra que a Folha de S.Paulo conta com 343.522 assinantes (65.385 impresso e 278.137 digital), um pouco acima do total de O Globo, que dispõe de uma cartela de 341.738 pessoas (78.167 impresso e 263.571 digital), dados que consolidam os dois periódicos como os maiores do Brasil em número de assinantes. Ou seja, mesmo com queda na impressão, os jornais continuam influentes, até porque alguns dos seus intelectuais mais importantes estão em programas jornalísticos de rádio, televisão e muitos deles ainda assinam *blogs* com grandes audiências que ficam hospedados nos sites dos jornalões.

É o caso de Merval Pereira, Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg, colunistas de O Globo e comentaristas da Globo News e da Rádio CBN – Miriam Leitão ainda é comentarista da TV Globo. Tem ainda Vera Magalhães, colunista de O Globo, apresentadora do programa Roda Viva, da TV Cultura, e comentarista da CBN. No Estadão, podemos citar

---

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.poder360.com.br/midia/grandes-jornais-mantem-circulacao-nos-2-primeiros-anos-de-bolsonaro/>. Acesso em 9 abr. 2021.

Eliane Cantanhêde, colunista política que atua como comentarista da Globo News e da pernambucana Rádio Jornal. Articulista da Folha de S.Paulo e de O Globo, o jornalista e sociólogo Demétrio Magnoli também é comentarista da Globo News. Todos esses intelectuais orgânicos têm total sintonia com os donos da mídia. Ou seja, a ideologia contida nos textos assinados nos jornais é levada para o rádio, televisão, blogs e até redes sociais pessoais desses articulistas, além de influenciarem na pauta geral do dia a dia jornalístico de muitos veículos de comunicação.

Os componentes ideológicos estão na base do que Gramsci denomina de “jornalismo integral”, isto é, o jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, “mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área [de influência]. [...] O jornalismo integral sobressai como aparelho privado de hegemonia, na medida em que procura intervir no plano político-cultural para organizar e disseminar informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas visões de mundo (MORAES, 2016, p. 101).

Muitas colunas de opinião complementam e ratificam os editoriais, não havendo choque de interesse, como, por exemplo, a coluna de Merval Pereira e os editoriais de O Globo. Faltando pouco menos de 15 dias do primeiro turno das eleições presidenciais, em 25 de setembro de 2018, tanto o editorial de O Globo quanto a coluna de Merval Pereira compararam Jair Bolsonaro a Fernando Haddad, apontando os dois como antidemocráticos e que ambos tentam banalizar a possibilidade de golpes. Sobre o primeiro, cita declarações dele e do vice Mourão de um possível golpe militar. A acusação que recai sobre o PT é a regulação da mídia, que o jornal entende como censura. A mesma associação foi feita no dia 10 de outubro, quando os textos analisavam as entrevistas de Haddad e de Bolsonaro concedidas ao Jornal Nacional, da TV Globo.

No dia 4 de outubro, Merval e o texto do editorial também falam a mesma língua. A três dias das eleições, os dois textos reforçam a onda antipetista que paira no país e justificam o crescimento de Bolsonaro e a queda de Haddad nas pesquisas. “Há pesados passivos sobre o PT, devido à corrupção e a responsabilidade pelo desastre econômico iniciado em 2014. Pode ser que tenha chegado a hora de o partido pagar essa conta nas urnas”, diz o editorial, coincidindo com a coluna de Merval Pereira, que ainda responsabiliza Lula por angariar voto para Haddad, mas, sobretudo, por contribuir com a rejeição do presidenciável petista.

Tanto o editorial quanto os artigos e colunas são gêneros jornalísticos opinativos, o que não anula o caráter informativo do texto. Em seus Princípios Editoriais<sup>33</sup>, o Grupo Globo define jornalismo como “uma forma de apreensão da realidade”, que “produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”. O documento, no entanto, parece contraditório por afirmar que os veículos que, ao invés de produzirem conhecimento e informação, buscam convencer e atrair adeptos não estão fazendo jornalismo, mas propaganda. Segundo o documento, o jornalismo “está na órbita do conhecimento” enquanto a propaganda na órbita da “luta político-ideológica”. A partir dessa lógica, podemos afirmar que O Globo faz propaganda em seus editoriais, já que os textos se aproximam muito mais da propaganda que do jornalismo.

Na análise a seguir, tentaremos mostrar o quão parcial são os editoriais de O Globo, apesar de os Princípios Editoriais do grupo afirmarem que os “textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma” em todo o conteúdo jornalístico produzido pelo jornal. O documento segue defendendo que o Grupo Globo “será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade. [...] Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos”. Tais princípios não refletem a realidade, pelo menos em alguns dos temas publicados dentro do recorte temporal desta pesquisa.

Mas antes de entrar na análise em si, vamos passear um pouco pela história do jornal O Globo, primeiro veículo do conglomerado Globo, que hoje conta com mais de 120 emissoras de televisão aberta – cinco delas concessões próprias e as demais afiliadas -, rádios, mais de 30 canais de televisão fechada, jornal Extra, revistas, portais, blogs, Globo Filmes, entre tantas outras empresas. O império do Grupo Globo, embora tenha início da década de 1920, se consolida a partir do golpe de 1964, assim como aconteceu com outros grupos de mídia em muitos países da América Latina - Clarín (Argentina), Cisneros (Venezuela) e Televisa (México).

Foi nesse período que “os grandes grupos familiares de mídia obtiveram favores, incluindo incentivos fiscais, para desenvolver melhor e expandir suas atividades no rádio,

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>. Acesso em 10 abr. 2021.

na televisão e na imprensa cotidiana como moeda de troca de apoio às ditaduras” (REBOUÇAS, 2005, p. 159). Segundo uma edição especial da revista Caros Amigos sobre os 50 anos da TV Globo, a família Marinho é hoje uma das mais ricas do país, apontada em 2014 pela Revista Forbes como a mais rica do Brasil, com uma fortuna, na época, de US\$ 28,9 bilhões.

O jornal O Globo surge em 1925, tendo como proprietário Irineu Marinho, que faleceu dias depois, assumindo o comando da empresa, aos 21 anos, o jornalista Roberto Marinho, responsável pela consolidação do império midiático, só deixando o comando do grupo ao morrer, em 2003. No livro *A História Secreta da Rede Globo*, Daniel Herz (1987, p. 24-25) cita uma entrevista que Roberto Marinho teria dado ao jornal Times, na qual ele teria dito: “Sim, eu sou o poder. Mas sempre de maneira patriótica, tentando corrigir as coisas, procurando caminho para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder suficiente para consertar tudo o que não funciona no Brasil. A isso dedicamos todas as nossas forças.”

Na década de 1940, no auge da Era do Rádio, o Grupo ganha uma concessão e funda a Rádio Globo, que logo se transforma em rede. Já iniciado na radiodifusão, o grupo consegue uma concessão de televisão, em 1950, a qual foi revogada por Getúlio Vargas em 1953 – incentivo para Roberto Marinho começar a empreender, em seu jornal e rádio, uma perseguição ao governo Vargas (ANJOS; CARVALHO, 2015). Somente em 1965, após o grupo ter ajudado a derrubar o governo de João Goulart e de ter recebido mais de US\$ 6 milhões ilegalmente da americana Time-Life, a TV Globo é, enfim, inaugurada. A operação foi ilegal porque a Constituição da época proibia capital estrangeiro nas empresas de comunicação, o que motivou uma CPI para apurar o caso.

O final do parecer do consultor-geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa, incluiu a defesa de que não havia controle do capital ou da Organização Globo pelo grupo Time-Life, nem ocorreu interferência intelectual ou administrativa da empresa norte-americana sobre a brasileira. E conclui propondo ao presidente da República o atendimento do pedido de reconsideração formulada pela Globo contra a decisão do CONTEL, que havia determinado uma simples reformulação dos contratos firmados entre Globo e Time-Life. Foi então que o marechal Castelo Branco pediu diligências complementares e transferiu a decisão para o marechal Costa e Silva. (HERZ, 1987, p. 189).

Em 23 de setembro de 1968, Costa e Silva legalizou definitivamente a Rede Globo, menos de três meses antes da decretação do AI-5.

A Globo teve a felicidade histórica de capitanear a indústria no seu período áureo, com todo o apoio que o Estado brasileiro pôde lhe oferecer, acabando por constituir barreiras à entrada sólidas, especialmente se comparadas com as de suas concorrentes mais antigas, que se mostraram completamente incapazes de fazer frente ao seu ingresso avassalador. O mercado brasileiro de televisão se oligopoliza, assim, sob o comando da Globo, ao longo dos anos 1970. (BOLAÑO, 2005, p. 23).

Amorim (2015, p. 78), no livro *O Quarto Poder*, lembra algumas histórias envolvendo Roberto Marinho e a influência que ele exercia a partir de suas empresas de mídia. Cita, por exemplo, a frase que ele teria dito que a TV Globo é “uma fábrica de poder” ou a fixação que ele tinha pelas ações da Petrobras ao afirmar que “Aqui n’O Globo, só quem dá notícia sobre a Petrobras sou eu!”. “Roberto Marinho usava a televisão como Roberto Civita usava a Veja. Como gazua para abrir outras portas. Tantas quantas pudesse. (...) Dr. Roberto era apaixonado pela Petrobras. [...] Mas pelas ações da Petrobras.”

O jornal O Globo apoiou o golpe de 1964 desde a primeira hora. No dia 2 de abril daquele ano, publicou um editorial se posicionando ao lado dos militares, decisão que reconheceu como um “erro” quase 50 anos depois.

O Globo não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. [...] À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma<sup>34</sup>.

Com a Folha de S.Paulo a história se repete. No aniversário de 50 anos do golpe, o jornal pede desculpa por ter apoiado a deposição de João Goulart. Foi na edição de 30 de março de 2014, quando o jornal publicou um editorial fazendo a *mea culpa*: “Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”<sup>35</sup>, diz trecho do texto.

<sup>34</sup> Editorial publicado no Jornal O Globo, no dia 31 de agosto de 2013, reproduzido também nos demais veículos de comunicação do grupo Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 15 jan. 2019.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/158906-1964.shtml>. Acesso em 12 jan. 2019, 16h.

O embrião da Folha de S.Paulo data de 1921, com o surgimento da Folha da Noite, com circulação à tarde, e, em 1925, com a edição matutina Folha da Manhã. Em 1931, os dois jornais são vendidos e os novos proprietários – Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida – criam a empresa Folha da Manhã Ltda., que agregava as duas Folhas. Na sua origem, os diários tinham como público-alvo a classe média urbana e os trabalhadores de São Paulo. Com a mudança na década de 1930, a linha editorial passou a ser a defesa dos interesses dos produtores rurais paulistas. Em 1949, o grupo lança mais um jornal, a Folha da Tarde. Só em 1960 que a Folha de S.Paulo surge, fundindo os três jornais do grupo, tendo como público prioritário a classe média urbana do Estado.

Com dificuldades financeira, em 1962 o Grupo Folha da Manhã é vendido para os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, fase em que, segundo Kushnir (2012), a Folha tornou-se antijanguista. “Como outros jornais, os do grupo também apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1º de abril de 1964.” (posição 4491). O Grupo também acumulava outros jornais menores, como o Última Hora (de São Paulo) e Notícias Populares, ambos fundados em 1965; o Cidade de Santos, de 1967; e a Folha da Tarde, que ressurgiu em 1967 e passa a ter um grande protagonismo nos anos mais duros do regime militar, a partir do AI-5, sendo extinto no final dos anos 1990.

Sobre a era Frias e Caldeira Filho, Kushnir (2012) afirma que a primeira fase da sociedade (1962/1981) pode ser dividida em três momentos: de 1962 a 1967 a meta era uma reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; de 1968 a 1974 houve investimento tecnológico - com a implantação da impressão *offset*, a Folha da Tarde foi o primeiro jornal paulistano a publicar fotos coloridas na primeira página; e entre 1974 e 1981, quando o jornal define um projeto político-cultural. No primeiro ano da refundação da Folha da Tarde (1967), a redação tinha um perfil mais progressista, comandada pelo jornalista Cláudio Abramo. Com o endurecimento do golpe a partir do AI-5, a redação da Folha da Tarde muda e passa a colaborar com a ditadura, contando, inclusive, com militares e funcionários públicos ligados à polícia nas chefias das reportagens. A migração ideológica é apontada como uma jogada de *marketing* para vender o jornal.

No discurso interno, o Grupo Folha teria se ideologizado, de forma mais disfarçada, sob o comando de Otavio Frias Filho, já que com o pai havia uma forma mais pragmática de compreender e conduzir as situações. Assim, na concepção do patriarca, interessava ter uma Folha da Tarde de direita para vender jornal, como interessou, um pouco antes, ter uma Folha da Tarde de esquerda, que foi dissolvida não apenas porque a polícia a

perseguiu mas também porque não vendia jornal. (KUSHNIR, 2012, posição 6780).

Apesar de a Folha da Tarde, nesse período, ser o jornal mais vendido do grupo, a Folha de S.Paulo se mantinha ativa. Em 1972, alguns anos após ter deixado a Folha da Tarde, Cláudio Abramo assume a direção de redação a Folha de S.Paulo e inicia a reforma do jornal. No entanto, pressionado por militares, Octavio Frias troca Abramo por Bóris Casoy, jornalista notadamente de direita. Em meados de 1975, Abramo retorna à Folha de S.Paulo para dar continuidade à reformulação do jornal, o que mais tarde ficou conhecido como Projeto Folha, consolidando a nova linha editorial do periódico paulista.

Os jornais do grupo deveriam alinhar-se ao “Projeto Folha”, criando um periódico “moderno, crítico, pluralista e imparcial”. E, definitivamente, as baías da Folha da Tarde, seus “dez mandamentos” e seu ar de delegacia estavam fora de esquadro. Essa nova imagem para o grupo sintonizava-se com os alicerces lançados no início de 1984. Em 12 de janeiro, cerca de 60 mil pessoas se reuniram em Curitiba pedindo por Diretas Já. Manifestações cada vez maiores potencializaram 1 milhão de pessoas na Candelária, no Rio, tomando toda a avenida Presidente Vargas, em 10 de abril. Dezesesseis dias depois, o vale do Anhangabaú recebeu 1 milhão e 300 mil pessoas. Definitivamente, a direção da Folha de S.Paulo apostou em reformas para entrar em sintonia com esse novo público leitor que ganhava as ruas. Nem mesmo a Folha da Tarde pôde ficar de fora dessas reportagens e noticiou, em letras garrafais, o “MAIOR COMÍCIO DE NOSSA HISTÓRIA” (KUSHNIR, 2012, posição 6820).

A Folha de S.Paulo - embora faça parte de um conglomerado midiático com um passado atrelado à ditadura, tendo, inclusive, cedido automóveis para transportar militantes de esquerda presos - foi um dos primeiros veículos da imprensa brasileira a defender a abertura política, se posicionando a favor da redemocratização e da campanha Diretas Já! No site da empresa consta como princípios do Projeto Folha pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência, o que se soma aos valores do grupo: independência econômica e editorial, compromisso com o leitor, ética, defesa da liberdade de expressão, defesa da livre iniciativa, pioneirismo e respeito à diversidade<sup>36</sup>. A diversidade que o jornal diz defender também é fruto do Projeto Folha, quando, em 1976, foi criada a seção *Tendências/Debates*, que permite a publicação de artigos de distintos matizes ideológicos. De fato, é possível encontrar nas edições da Folha articulistas tanto com viés conservador e liberal quanto progressista – ainda que esses numa quantidade menor.

---

<sup>36</sup> Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o\\_grupo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml). Acesso em 11 abr. 2021.

Sobre as empresas que fazem parte do conglomerado, de acordo com o site do grupo, além da Folha de S.Paulo estão entre o patrimônio do grupo o jornal Agora, o site Folha.com, o instituto de pesquisa Datafolha, a agência de notícias Folhapress, o parque gráfico CTG-F, a empresa de logística Transfolha, a gráfica FolhaGráfica e a SPDL, empresa de distribuição e logística estabelecida em associação com o jornal O Estado de S. Paulo. Sem falar na participação minoritária, indireta e em ações sem direito a voto no provedor UOL. Em 2000, a Folha também lançou, juntamente com o Grupo Globo, o jornal Valor Econômico, mas se desvincilhou da sociedade em 2016.

Desde 1992, o controle do Grupo está totalmente nas mãos da família Frias, quando Caldeira Filho deixou a sociedade. Quanto ao estilo de seus editoriais, a Folha de S.Paulo afirma ser “enfático e equilibrado”. Assim como O Globo, em regra, na Folha são publicados dois editoriais diariamente – há alguma excepcionalidade de se publicar apenas um texto ou, ainda mais raro, publicar um terceiro editorial na capa do jornal. Editoriais estes que serão analisados a seguir.

## **4.2. Os editoriais de O Globo**

### **4.2.1 O viés político**

Considerando o recorte temporal de nosso trabalho, em março de 2018 o assunto preferencial dos editoriais de O Globo foi a situação do ex-presidente Lula e a possibilidade de ele ter a prisão decretada a partir do julgamento de um pedido de *Habeas Corpus* (HC) que seria julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início de abril. Antes da votação no STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já tinha negado igual HC ao petista, assunto de um dos editoriais do dia 7 de março, primeiro dia de nossa análise. O jornal cita o resultado do STJ como forma de pressionar o Supremo a fazer o mesmo: negar o pedido dos advogados de Lula.

O jornal afirma que se o Supremo derrubar o entendimento em vigor que permite a prisão a partir da condenação em segunda instância – o caso de Lula -, seria “impossível não ficar um arranhão na Corte, pela percepção de que apenas por estar em questão Lula, um poderoso com amigos no Judiciário, decidiu-se rever aquele veredito de 2016”. O texto diz ainda que, caso acate o HC de Lula, o STF estaria dando um golpe na Operação Lava Jato.



Com o título “Cresce o risco para o combate à corrupção”, o editorial do dia 8 de março volta a defender a prisão de Lula e pressionar o STF a negar o HC ao ex-presidente. Fala que a então presidente do Supremo, Carmem Lúcia, está recebendo pressão por parte dos próprios ministros da Corte para colocar na pauta o pedido de HC da defesa de Lula. Num destaque – o que no jargão jornalísticos conhecemos como olho – o texto diz: “A condenação de Lula deve exigir dos ministros do Supremo que se definam diante do mais sério enfrentamento de corruptos ocorridos no estado brasileiro.” No texto, mais pressão: “[...] cada um dos ministros não dará apenas um voto nesse julgamento, mas, na verdade, marcará sua posição contra ou a favor do mais sério enfrentamento da corrupção que o Estado brasileiro fez na República.”

Na medida que o calendário se aproxima do final do mês, o jornal aumenta a pressão em torno do julgamento. Dia 20 de março, O Globo lembra da condenação de Lula nas duas instâncias e que a segunda - TRF-4, em Porto Alegre - aumentou a pena, que era de 9 anos e seis meses, para 12 anos e um mês. Para o periódico, se o STF concedesse o HC estaria “se apequenando”. Diz ainda que os argumentos dos petistas em defender a inocência do ex-presidente não passam de palavras vazias e que “sem acesso aos cofres públicos, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, o PT passou a demonstrar grande dificuldade em mobilizar as massas.”

O texto também demonstra apoio à presidenta do STF, ministra Carmem Lúcia, que, segundo o jornal, estaria sofrendo pressão para colocar em análise a alteração de jurisprudência de 2016, que determina prisão a partir da condenação em segunda instância. Segundo o texto, a ministra resiste em discutir o tema, considerando o pouco tempo em que a legislação tinha sido alterada, apenas um ano e meio. Além disso, ao defender a prisão em segunda instância, O Globo alega que as etapas judiciais seguintes não têm função de avaliar as provas, etapa já superada nas primeira e segunda instâncias. O texto termina afirmando que “rever agora esta jurisprudência será demonstração cabal de que o Supremo se apequenou diante de Lula”.

No dia 23, O Globo volta a falar do caso, resgatando o julgamento do mensalão para dizer que, na época (2012), o Supremo tinha se comportado com independência. Também elogia a Lava Jato, que, segundo o jornal, teve uma atuação que iluminou “fortemente o escândalo de repercussão mundial de assalto à Petrobras, com ramificações no setor de energia, causado pelo PT, PMDB, PP, principalmente, e de que emerge o ex-presidente Lula

como personagem chave do esquema.” Uma semana antes da votação no STF, o editorial de 27 de março trata da condição do ex-presidente, dessa vez questionando a possível candidatura do petista a presidente da República. O jornal diz que ele não pode ser candidato por ser ficha suja.

No dia seguinte, Lula, mais uma vez, é tema de editorial. Com o título “Do futuro de Lula depende a impunidade de muitos”, o jornal diz que, se o STF conceder HC ao ex-presidente, outros políticos envolvidos em corrupção serão beneficiados e que a decisão pode levar o país a um retrocesso anterior a 2014, quando foi criada a operação Lava Jato. Em 29 de março, o periódico usou como pano de fundo o atentado ao ônibus da caravana de Lula, no Sul do país, para, mais uma vez, pressionar o STF. No meio do texto, o jornal lembrou que “as paixões políticas usuais em eleições têm sido amplificadas pela confluência da campanha com o andamento desse processo da Lava-Jato, em que o ex-presidente Lula está condenado a 12 anos e um mês de prisão”. Diz ainda que o petista pode ser preso a qualquer momento, já que foi condenado na segunda instância.

Na véspera do julgamento do HC no STF, 3 de abril, O Globo fez uma comparação entre as denúncias de corrupção que pairam sobre o então presidente Michel Temer, e as prisões de pessoas ligadas a ele, com a condenação de Lula e as implicações de o Supremo conceder o HC ao petista. O jornal diz que a condenação de Lula é “insofismável” e que, se a decisão do Supremo for favorável a ele, vai beneficiar outros políticos acusados de corrupção como o próprio Temer, senadores, deputados e ministros, todos na torcida pelo petista, uma vez que poderão ser beneficiados em um efeito cascata.

No dia do julgamento, 4 de abril, o editorial faz referência às consequências caso o STF resolva atender a defesa de Lula. Logo no título, diz que “Lula no STF representa a impunidade”. O texto ressalta que o julgamento daquele dia representa um marco no enfrentamento à corrupção pela Justiça brasileira, assim como ocorreu no mensalão, em 2012. Em destaque, O Globo afirma que “o julgamento pode representar a volta de um tratamento não republicano a poderosos e ainda estender a falta de punição a criminosos de todo tipo”, comparando com a situação de “homicidas, assaltantes, pedófilos etc.”

“Rosa Weber dá fôlego ao combate à corrupção” foi o título do editorial de O Globo da edição do dia seguinte ao julgamento. O texto traz uma análise da divisão entre os ministros do Supremo, considerando que o placar final foi de 6 votos favoráveis à prisão de

condenados em segunda instância – como Lula – e cinco contrários. O placar já era previsto, mas existia uma expectativa em torno do voto de Rosa Weber, que tinha posição contrária à jurisprudência em vigor, embora nos julgamentos acerca desse tema votava favorável apenas para seguir a decisão do colegiado, alterada em 2016. No final do texto, O Globo diz que o voto de Rosa Weber “salvou, por enquanto, a imagem do Supremo”.

Conhecendo bem o funcionamento das redações de jornais impressos – pautado pelo tempo e *deadline* de fechamento das páginas -, era previsto que o primeiro editorial depois do julgamento no STF, no caso a edição do dia 5 de abril, fosse mais generalista – tratou da divisão existente entre os ministros do Supremo. Com mais tempo para ser produzido, o editorial do dia 6 ganhou mais espaço que o comum, ocupando meia página da edição impressa e excluindo o tradicional segundo editorial. Outra exceção gráfica foi no título, que recebeu um chapéu ou ante-título: “A JUSTIÇA VALE PARA TODOS”, seguido de “Prisão de Lula reforça o estado de direito.”

No texto, o jornal ovaciona o trabalho da Lava Jato, com destaque para o juiz Sérgio Moro, que, àquela altura, já tinha decretado a prisão de Lula. Na opinião do jornal, a ordem de prisão representa “o ponto mais alto de um processo de limpeza ética por que passa a vida pública do país” e que o “país deve se orgulhar de suas instituições quando a Justiça condena um ex-presidente”. O texto também tenta justificar a condenação de Lula, enumerando outros processos que o petista responde, concluindo que o ex-presidente é uma “história típica de ascensão e queda, por responsabilidade própria.”

Vale aqui um registro sobre o (não) posicionamento de O Globo acerca da ameaça feita pelo então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, que, na noite anterior ao julgamento, publicou no *twitter*: “Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?” Minutos depois, complementou: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Disponível em

[https://twitter.com/Gen\\_VillasBoas/status/981315180226318336?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwterm%5E981315180226318336%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1 &ref\\_url=https%3A%2F%2F](https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwterm%5E981315180226318336%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1 &ref_url=https%3A%2F%2F)

Nem em editorial nem na capa do jornal impresso do dia 4 O Globo se posiciona sobre o episódio. Só no dia 5, depois da grande repercussão que o caso tomou, o periódico publicou uma chamada de capa, antecipando uma matéria contida na parte interna (página 10). Mas, no espaço dedicado a externar a opinião da empresa, os donos de O Globo se calaram. Nem uma linha sobre o assunto nos editoriais.

No dia 7 de abril, o jornal volta a falar da sessão no Supremo, analisando os discursos dos ministros durante o julgamento, criticando aqueles favoráveis ao HC e elogiando os contrários. Além disso, se coloca a favor do cumprimento de pena a partir de condenação em segunda instância e rechaça a tese de o acusado aguardar a pena em liberdade até o trânsito em julgado.

No dia 10, o jornal trata da prisão de Lula, ocorrida no sábado 7. Tendo como gancho o estado de “normalidade” que envolveu o encarceramento do ex-presidente, o texto começa afirmando que nas administrações petistas não faltaram ameaças à estabilidade institucional e até tentativas de golpe. Dá como exemplo de autoritarismo petista a proposta de uma constituinte exclusiva para discutir a reforma política e a tentativa de regulação da mídia. Fala também que o PT – partido de vertente antidemocrática, segundo O Globo -, através de sua militância, esboçou ações violentas como forma de “emparedar as instituições” no caso do julgamento de Lula. Toda essa narrativa para analisar os dois dias que o ex-presidente passou no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, antes de se entregar à Justiça. Para o jornal, Lula “deu um show para a militância, que continua a ouvi-lo como é característico em lideranças carismáticas e de seitas”, numa espécie de plágio de Martin Luther King Jr e Getúlio Vargas.

No dia 12, O Globo relativiza a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) que tramita no STF, de autoria do Partido Ecológico Nacional (PEN). Trata-se de uma ação que pede a alteração da jurisprudência de 2016, que determina a prisão de condenado após julgamento em segunda instância. Depois da prisão de Lula, o partido decidiu solicitar a retirada do processo, algo não mais possível. O PEN, inclusive, trocou o advogado – que era favorável a ADC -, na tentativa de convencer a Corte a não julgar mais a ação. Por conta

dessa peleja partidária, O Globo diz que a ADC perde credibilidade, opinando favorável à prisão a partir de condenação em segunda instância.

Em 14 de abril, o editorial de O Globo comemora o fato de o STF ter negado HC a Antônio Palocci, assim como fez com Lula. O texto diz que a decisão reforça a esperança e traz otimismo para o combate à corrupção. Na semana seguinte, dia 20, o periódico sai em defesa da Lei da Ficha Limpa para dizer que Lula não pode ser candidato por já ter sido condenado em segunda instância. Quatro dias depois, a empresa jornalística trata de duas votações que estavam para entrar na pauta do STF: uma é a ADC de autoria do PCdoB, que pede o fim de prisão após condenação em segunda instância, e a outra que iria estabelecer um novo conceito acerca do foro privilegiado. Sobre esses dois assuntos, o jornal diz que o STF está dividido entre os progressistas e republicanos de um lado e, do outro, os conservadores, cultores da velha ordem de que a lei não é igual para todos. Segundo o jornal, os conservadores são os ministros derrotados no processo que negou o HC a Lula, “para o bem da república”.

O Globo, em 26 de abril, discorda da decisão da Segunda Turma do STF, que resolveu retirar da 13ª Vara Federal de Curitiba trechos de delações da Odebrecht que prejudicam Lula, referentes à reforma do Sítio de Atibaia e à compra de um terreno para o Instituto Lula. O jornal sugere que o caso seja discutido e revertido no plenário da Corte. No dia 27, o jornal também aborda as delações que podem dificultar ainda mais a situação de Lula, ao afirmar que a Polícia Federal tem legitimidade para acordar delação premiada, a exemplo da de Antônio Palocci, que a corporação tinha acordado e que tinha criado um mal-estar com o Ministério Público. O Globo sugere que a Justiça homologue a delação de Palocci, a quem o jornal diz fazer parte do “triunvirato que chegou ao poder em janeiro de 2003: ele, Lula e José Dirceu”.

No caderno de Opinião de O Globo, pelo menos uma vez na semana – geralmente nas segundas-feiras –, o editorial é substituído pela sessão *Tema em discussão*, quando são debatidos assuntos polêmicos que estão em pauta na sociedade, onde o jornal se posiciona, mas publica também uma opinião contrária à sua, assinada por algum especialista no assunto. Nos limitaremos a analisar o nosso objeto de estudo, que é a opinião do jornal. Portanto, a visão do especialista não será destacada aqui. Fechando o mês de abril, na segunda-feira 30, no *Tema em Discussão*, o periódico volta a defender a jurisprudência em vigor que permite que o acusado seja preso a partir do julgamento em segunda instância. O assunto retoma ao

*Tema em Discussão* de 21 de maio e a opinião foi a mesma: a empresa jornalística defendeu a jurisprudência, acrescentando que, associada às novas regras do foro privilegiado, a legislação fica mais robusta no combate à corrupção.

Superada a prisão de Lula, o tema ia saindo dos editoriais, ao passo que outros relacionados ao petista iam substituí-lo. Foi o caso da possibilidade de o petista voltar a concorrer à Presidência. O editorial de 28 de junho diz que o clima no STF está tenso, devido às tentativas de os advogados de Lula pleitearem a liberdade do petista, o que viabilizaria a candidatura. O assunto é reforçado em 3 de julho, a três meses para o primeiro turno eleitoral, quando o Globo trata da inelegibilidade de Lula, por ele ter sido alcançado pela Lei da Ficha Limpa. Em alguns trechos do texto, o jornal não poupa termos pejorativos, como “nada é simples com Lula” ou “como é da natureza petista, tudo é usado com fins políticos”. O jornal cobra do STF uma decisão que negue a pretensão do petista em disputar a Presidência.

Na terça-feira 10 de julho, O Globo dedicou um de seus editoriais à peleja que ocorrera no domingo anterior sobre a libertação de Lula, a partir de um HC concedido pelo desembargador de plantão do TRF-4, em Porto Alegre, Rogério Favreto. Atendendo um pedido da defesa do ex-presidente, o desembargador ordenou a soltura de Lula, causando um grande rebuliço no Judiciário, na imprensa e na opinião pública. De férias, Sérgio Moro deu ordem à Polícia Federal, em Curitiba – onde Lula estava preso –, para não liberar o petista, e outro desembargador do TRF-4, João Pedro Gebram Neto, manteve a prisão. Favreto insistiu na liberação, até que o presidente do TRF-4, Carlos Thompson Flores, decidiu pela continuidade do encarceramento de Lula. O jornal apoiou a decisão final, tentou justificar a intromissão de Moro no caso, mesmo estando de férias, e desqualificar Favreto, que teria ligação com o PT.

O editorial de 12 de julho reconta a peleja no TRF-4 quanto ao HC do desembargador Rogério Favreto, ressaltando haver o risco de insegurança jurídica e defende um projeto que tramita no Congresso Nacional que veta a concessão de medida cautelar em ação de inconstitucionalidade. No dia seguinte, o jornal segue no tema, acusa do PT de tentar manipular o Judiciário e diz ter falhado a “manobra” de Favreto. Diz ainda que o PT usou de má-fé ao tentar produzir HCs em série, padronizados, para beneficiar Lula.

A prisão de Lula e a impossibilidade de ele disputar a Presidência foram dois de muitos outros temas referentes ao PT que pautaram os editoriais de O Globo em 2018. A

aquele neologismo assumido pela imprensa brasileira, apontado pelo pesquisador Venício Lima e citado no capítulo 2, acrescentamos o termo lulopetismo, tão repetido pelo O Globo. Num esforço de interpretação a partir da forma que o verbete é utilizado, podemos definir lulopetismo como um substantivo pejorativo de culto à figura de Lula e aos governos do PT, sempre associando o termo a algo negativo. A palavra foi utilizada em muitas publicações, principalmente quando a intenção era fazer a vinculação das gestões petistas à corrupção.

Foi o caso da edição de 1º de abril de 2018, quando O Globo traz o debate – na sessão *Tema em Discussão* – sobre as condições “precárias” dos Correios. Sem defender abertamente a privatização do órgão, o jornal afirma que os Correios foram, historicamente, aparelhados por governos de plantão, sendo balcão de negócios do fisiologismo político e da corrupção, além de enfrentarem ações do movimento sindical, o que teria tornado a empresa inviável. Na sequência, cita a Petrobras como exemplo de estatal quebrada pelo lulopetismo, “que a saqueou, pela corrupção, e forçou a seguir um modelo nacional-populista, tecnicamente inconsistente”.

Um mês depois, em 1º de maio, o jornal comemorou a possibilidade de o ex-diretor da Petrobras, Renato Duque, assinar um acordo de delação premiada, o que, para o periódico, confirma que Lula era chefe da quadrilha do chamado petrolão. Dois dias depois, O Globo relaciona o não crescimento econômico do Brasil à questão política, acrescentando que o governo Temer teve um relativo êxito no campo econômico por conseguir debelar “o novo ‘marco macroeconômico’ lulopetista, aplicado com eficiência por Dilma Rousseff (déficit público nas nuvens, inflação de volta aos dois dígitos, PIB em queda recorde de quase 8% em dois anos)”, mas que não foi suficiente para recuperar a economia.

Em 6 de maio, pegando como gancho as denúncias de corrupção envolvendo Michel Temer, a filha e amigos do então presidente, o jornal diz ser esperado tal envolvimento, considerando que Temer foi vice-presidente de Dilma, “governante do ciclo lulopetista de corrupção”. Ou seja, questões relacionadas ao governo Temer que são de interesse do jornal – mudanças na agenda econômica, reformas, cortes nos gastos públicos – recebem um juízo positivo e os textos que fazem referência à corrupção da gestão, o jornal vincula Temer ao PT.

O editorial do dia 8 de maio faz duras críticas à diplomacia dos governos petistas, uma política que priorizou o eixo Sul-Sul. O jornal acusa Lula de ter feito acordos com

“caudilhos” como Hugo Chávez, na Venezuela, e “ditadores africanos”, além de fechar negócios em troca de propinas envolvendo a Odebrecht e outros países como Peru, Colômbia e Moçambique. “Essa coreografia diplomática abriu espaço para muitos negócios patrocinados pelo lulopetismo em empreiteiras com as quais Lula e aliados do PMDB, PP etc. saquearam a Petrobras.”

Ainda em maio, dia 17, o lulopetismo é associado a uma fraude no INSS na compra de *software* numa distribuidora de bebidas, mas que aparecia com o nome de RSX Informática Ltda. O jornal comprara o caso ao que chama de “assalto feito na Petrobras” pelo “lulopetismo”. Um mês depois, em 17 de junho, mais uma referência ao termo, ligando-o à corrupção na Petrobras, que teria atingido o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Apontado como um “esquema de corrupção sem precedentes”, o petrolão, além de ter servido ao projeto de poder do PT, segundo o jornal, beneficiou pessoalmente líderes petistas como Lula e José Dirceu. Para o periódico, a Comperj nasce a partir desse esquema e, na pressa para que as propinas fossem geradas, muitos equipamentos foram comprados com antecedência e, alguns deles, chegaram antes mesmo da conclusão do projeto. “Uma escancarada janela de oportunidades para roubalheiras, com a conivência de diretores da estatal, profissionais de carreira que aceitaram, em troca de propinas, receber ordens do PT, MDB e PP.”

A popularização desse termo foi mais uma ação a contribuir com o sentimento antipetista na sociedade brasileira. Não foram poucos os editoriais que O Globo publicou em 2018 desfavoráveis ao PT, o que, de forma direta e indireta, favorecia as forças políticas contrárias à legenda de Lula. Antes mesmo da prisão do ex-presidente, no dia 15 de março, um editorial que tratava do combate à corrupção defendeu a tese de que o Brasil tem avançado nesse tema. Deu como exemplo o julgamento do mensalão do PT, iniciado em 2012 e concluído em 2013, o que levou à prisão várias lideranças petistas, como José Dirceu e José Genoino. Para avançar nessa mesma linha, o jornal pediu a prisão de Lula: “Não tem sido fácil o fortalecimento de instituições para o combate ao roubo do dinheiro do contribuinte, mas o risco da prisão de Lula é um sinal positivo”.

O jornal voltou a justificar a prisão de Lula no editorial de 18 de abril, afirmando não existir conspiração jurídica contra o PT – como afirma a defesa do ex-presidente -, e dá como exemplo da imparcialidade do Judiciário o fato de o STF ter aceitado a denúncia de corrupção contra o senador do PSDB, Aécio Neves, que passa a ser réu perante a Corte. No



dia 12 de junho, ao falar dos royalties do pré-sal destinados ao Estado do Rio de Janeiro, O Globo diz que o repasse não resolve problemas estruturais, mas vem em boa hora, “quando as finanças públicas estão bastantes desequilibradas, devido à crise fiscal provocada por Lula e Dilma, a partir de 2009, com a construção da política da ‘nova matriz macroeconômica’”, baseada em “intervencionismo estatal e em gastos irresponsáveis”.

No dia 16 de junho, um dos editoriais critica a decisão do STF de proibir a condução coercitiva, acusando a corte de tentar tolher o combate à corrupção por parte da Lava Jato. O texto sugere que as ações coercitivas possam ser substituídas por prisões temporárias, as quais também podem ser convertidas em prisões preventivas. Lembremos que esse debate todo se deu por conta da condução coercitiva de Lula, que virou um evento midiático em março de 2016.

O Globo se superou no dia 19 de junho. Em um de seus editoriais, a empresa jornalística sai em defesa dos empresários que fazem acordo de leniência para delatar acusados em escândalo da Petrobras, que tem como principais envolvidos e punidos as maiores lideranças do PT. Textualmente, o jornal afirma que “não ajudam ao combate à corrupção punições pesadas, na esfera administrativa, de quem já colaborou com as investigações no campo criminal.” Isso porque, naquele momento, há uma queda de braço entre o então juiz Sérgio Moro e o Ministério Público (MP) com o ministro do TCU, Bruno Dantas. Moro e o MP tentam impedir que os empresários que assinam acordo de leniência sejam julgados pelo TCU e pela Corregedoria Geral da União (CGU), alegando que eles já são punidos com multas e impedimento de contraírem empréstimos em bancos oficiais e participação em concorrência pública.

Nessa peleja, a Lava Jato restringiu o uso de provas contra os delatores que colaboraram com a operação, impedindo o trabalho do TCU e da CGU. O texto diz que Moro e o MP “entenderam, com razão, que os demais organismos de Estado que atuam nesse circuito devem dar prioridade a ações contra pessoas e empresas que não colaboraram. Preservando ao máximo as que colaboraram.” E a complacência segue:

Não faz mesmo sentido estrangular a empresa, já punida por multas. Destroem-se empregos e perdem-se técnicos, pela desmobilização de equipes técnicas. Além de se impedir que a companhia funcione, fature e tenha lucro para pagar as multas. [...] punir de forma desmedida delatores é uma maneira eficiente de se inviabilizarem as próprias delações premiadas, no âmbito empresarial ou não.

O tema voltou à tona em dezembro, dia 25, quando O Globo novamente defendeu quem assina acordo de leniência, afirmando serem duras as punições dadas às empresas, como sanções financeiras e proibição de assinar contrato com o poder público, que resulta, segundo o jornal, “num processo de gradativa asfixia econômico-financeira para as empresas.”

À medida que as eleições se aproximavam, os textos antipetistas aumentam, mesmo quando a pauta não era o PT. No dia 25 de julho, por exemplo, um dos editoriais trata da barganha por cargos nas agências reguladoras por parte das siglas do centrão em troca de apoio nas eleições presidenciais. Na ocasião, o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, estava em conversas com tais legendas. O jornal diz que quem criou esse tipo de negociata foi o PT em 2002 e que Alckmin “precisa saber em que terreno está pisando.”

O Globo, assim como a mídia em geral, imprimiu nas eleições de 2018 uma narrativa de que o PT é um partido antidemocrático. Em alguns momentos, inclusive, O jornal comparava o candidato da legenda, Fernando Haddad, a Jair Bolsonaro, com uma trajetória militar e política marcadamente autoritária. Essa vinculação pode ser percebida nos editoriais dos dias 25 de setembro, 2, 7 e 19 de outubro. Ao justificar o estilo “antidemocrático” do PT, a empresa jornalística cita uma entrevista que José Dirceu concedeu ao El País, na qual ele diz que o PT está pronto para “tomar o poder”. Aponta também a luta jurídica do partido com a Lava Jato e o discurso de que a legenda é perseguida pelo Judiciário. Por fim, afirma ser inconstitucional a proposta de Haddad de chamar uma constituinte.

Na mesma linha, desqualifica o partido por tentar formar uma frente democrática no segundo turno para derrotar Bolsonaro, alegando que a legenda não tem legitimidade para tal feito, devido seu perfil antidemocrático. Sobre essa tentativa – que foi frustrada –, o jornal responsabiliza o próprio partido por não ter conseguido avançar na proposta, destacando que “o PT disseminou desde sempre fundadas desconfianças de que seja de fato um partido democrático”, com dificuldade de diálogo quando era governo, além de ter se envolvido em “grossa corrupção [...] de dimensões que chamaram a atenção do mundo”. Conclui afirmando que o fracasso da frente deveria levar o PT a fazer autocrítica.

Recai contra o estilo antidemocrático de Bolsonaro nesses editoriais declarações do próprio candidato de colocar sob suspeita as urnas eletrônicas e de Hamilton Mourão,

candidato a vice na chapa, que defendeu o autogolpe. A crítica à chapa Bolsonaro-Mourão também aconteceu no dia 11 de setembro, quando O Globo atacou Mourão por defender uma intervenção militar para “retirar da vida pública ‘indivíduos envolvidos em todos os ilícitos’, caso as instituições não façam” - numa referência à guerra jurídica em torno da candidatura de Lula - e ainda por ele ter sinalizado para um autogolpe, num possível governo de Bolsonaro, “caso haja uma situação de anarquia, de anomia, de ausência de Estado.”

Embora o texto tenha sido dedicado às ameaças de Mourão, o jornal deu um jeito de bater nos governos do PT, ressaltando que as dificuldades pelas quais vive o país é “devido à crise fiscal, instalada pelo voluntarismo da dupla Lula-Dilma, ao aproveitar a crise mundial deflagrada nos Estados Unidos, no fim de 2008, para executar a velha política econômica do PT, assentada no intervencionismo estatal e em gastos públicos sem limites.” No final do texto, o jornal cobra do próximo presidente a reforma da Previdência, como alternativa para reduzir o problema.

Em agosto, dia 3, a crítica ao PT foi direcionada ao acordo que Lula, mesmo preso, fez com o PSB para que os socialistas se mantivessem neutros nas eleições presidenciais - fato que isolaria a candidatura de Ciro Gomes, que vinha negociando com o PSB. Já no editorial do dia 6, O Globo chama atenção para o desinteresse dos eleitores em relação ao voto, dado indicado nas pesquisas eleitorais. O jornal diz que “a ausência de confiança do eleitorado foi potencializada por razões objetivas, como o desencanto com os governos do PT e MDB” e que “as eleições gerais representam uma oportunidade para o resgate da confiança”, o que leva a entender que o jornal está indicando que o eleitor não vote nessas duas legendas.

No dia 8, um dos editoriais analisou o programa de governo do PT, que acabara de ser lançado, segundo o qual “traz de volta Lula e PT da década de (19)80”. O jornal critica o documento, alegando que há recuos na área econômica, por se colocar contra privatizações, defender o monopólio na exploração do pré-sal e por não defender a reforma da Previdência, e, no campo internacional, “o Lula presidiário quer um regime bolivariano” com base no governo de Hugo Chaves, na Venezuela. Finaliza destacando a proposta de regulação da mídia eletrônica, o que para o jornal representa censura.

No dia 16 de agosto, o periódico tratou da estratégia do PT de manter a candidatura de Lula, mesmo ele estando inelegível pela Lei da Ficha Limpa. O texto chama Lula de “uma

liderança política caudilhesca, com ares de divindade” e acusa o PT de tentar garantir a foto do ex-presidente na urna eletrônica e de “contrabandeá-la para o programa eleitoral”, cuja tentativa é confundir o eleitor. “Para turbinar ainda mais esta manobra, o partido e o ex-presidente procuram usar ao máximo o clássico ingrediente da vitimização – truque sempre utilizado pelo PT. Militantes nas ruas, versões distorcidas espalhadas nas redes e artigos na imprensa estrangeira servem para criar uma falsa ideia de um mártir do povo, um injustiçado. De nada valem os robustos autos do processo.”

No dia seguinte, o título de um dos editoriais de O Globo era defendendo o diálogo entre as forças políticas após a eleição. No entanto, com exceção dos três últimos parágrafos – que dialoga diretamente com o título – a narrativa foi toda no sentido de mostrar como o PSDB foi cortês com o PT na transição entre FHC e Lula e nos primeiros anos do governo petista, amistosidade que só foi quebrada com o primeiro escândalo do governo do PT, o mensalão, em 2005. O texto fala de uma simpatia de FHC por Lula, que o PSDB ajudara na primeira gestão petista, mas que, nas eleições seguintes, com campanhas agressivas do PT, associadas aos escândalos, a ferida entre os dois partidos foi se aprofundando. Passa a impressão de uma correção por parte dos tucanos, o que não encontra reciprocidade por parte do PT.

Como título “Ativismo e má gestão prejudicam vacinação no país”, no dia 22 de agosto o jornal publica mais um o editorial contrário ao PT, acusando as gestões petistas de serem responsáveis pela volta de algumas doenças como poliomielite e sarampo. Detalhe: já havia mais de dois anos que o PT tinha sido afastado do governo e as doenças voltaram a se proliferar na gestão Temer.

No dia 4 de setembro, ao comentar a decisão do TSE de enquadrar Lula na Lei da Ficha Limpa, um dos editoriais chama de patranha a orientação do Comitê de Direitos Humanos da ONU de conferir legitimidade à candidatura do petista. Para o jornal, a decisão garante a segurança jurídica da “mais importante eleição geral dos últimos tempos.” Quatro dias depois, em meio às acusações de que a eleição de 2018 estava sendo pautada pela indústria de *fake news*, o jornal acusa o PT de se utilizar de influenciadores digitais para fazer campanha. Cita o caso do então candidato a senador por Minas Gerais, Miguel Corrêa, que teria pago esses influenciadores. “Pessoas de carne e osso passam a agir na rede como internautas desinteressados que defendem o que pensam e elogiam candidatos. Mas em troca

de dinheiro. Quanto mais seguidores tiverem, maior a remuneração.” Para o jornal, “a conhecida agressividade do PT” agora conta com a tecnologia a seu favor.

Sobre a temática de *fake news*, inclusive, o jornal acusa, sem apresentar provas, o PT de ter inaugurado tal procedimento nas campanhas eleitorais. Ao citar reportagem publicada pela Folha de S.Paulo denunciando a indústria de disseminação de mensagens falsas da campanha de Bolsonaro contra a candidatura de Haddad, em editorial de 24 de outubro, o jornal diz que o PT foi pioneiro no “manejo agressivo de robôs e outras ferramentas na internet, para caluniar adversários e promover candidatos.”

No dia 10 de setembro, O Globo faz uma análise da violência na política, pegando como gancho a facada a Bolsonaro, ocorrida dias antes. Para o jornal, o acirramento que teve início com as jornadas de junho foi potencializado pelo PT, a partir de falas de alguns dirigentes da legenda. Cita os discursos de Vagner Freitas, presidente da CUT, que, durante o *impeachment* de Dilma, chegou a dizer que a militância iria defender a presidenta “com armas nas mãos”, e de Gleise Hoffman, presidente do PT, por ter afirmado que, se Lula fosse preso, “iria morrer gente”.

No dia 12 de setembro, o Globo dedicou um de seus editoriais a analisar a substituição que o PT precisou fazer na chapa encabeçada por Lula, já que a mesma fora impugnada pela Justiça. Ao falar sobre Fernando Haddad ter assumido a cabeça de chapa, o jornal coloca algumas alcunhas ao nome de Lula – conduz o PT com “mão de ferro, de maneira cesarista e vertical” -, para quem continua decidindo os rumos do partido de dentro da prisão. No dia seguinte, cobra de Haddad propostas sobre a crise fiscal. Com base em uma entrevista dada pelo candidato à Globo News, o periódico diz que, caso seja eleito, Haddad “deve insistir em ortodoxias, como as que levaram o Brasil à maior recessão da história”. E completa: “O erro do lulopetismo na manutenção da ganância foi tão grande que, uma década depois, o Brasil ainda patina”. Um dia depois, continua no mesmo assunto e faz as mesmas críticas.

Em 19 de setembro, O Globo ataca Haddad e Ciro Gomes, dois nomes que disputam a segunda vaga para o segundo turno com Geraldo Alckmin – candidato simpático ao jornal -, além de criticar Bolsonaro e seu vice, Mourão, que se consolidam como certos no segundo turno. O jornal chama Haddad de fantoche e preposto de Lula e indaga: “Se Haddad ganhar, quem governará? Um presidiário?” se referindo a Lula. O texto critica o fato de Haddad ter

iniciado uma entrevista no Jornal Nacional com um “boa noite, presidente Lula”, o que o jornal considerou “patético”. As provocações continuaram: “Como o PT vai enfrentar a crise fiscal que Lula e Dilma causaram? Responder ‘pelo crescimento’ é balela”. Sobre Ciro Gomes, O Globo o classificou de estilo explosivo, o que engrossa o clima de tensão da eleição.

Os dois editoriais do dia 20 de setembro são críticos aos governos petistas, um deles tendo como pano de fundo a candidatura de Haddad e o outro a exploração do pré-sal. No primeiro caso, O Globo resgata a eleição de 2002, quando, no âmbito da economia, o PT se afastou do radicalismo que trazia desde a origem e lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*, um compromisso com a agenda do mercado. Diz que, em 2018, Haddad tenta se aproximar desse perfil em busca do apoio do centrão - que estava, até então, apoiando Alckmin -, o mesmo centrão que ajudou Lula a vencer em 2002. “Mas tudo terminou em escândalos, cadeia e *impeachment*. Não por culpa do instrumento das coalizões, mas por desvio ideológico (‘os fins justificam os meios’) e falta de ética mesmo”.

No segundo editorial, o jornal diz que o Brasil tirou na loteria ao descobrir o pré-sal e dá o crédito ao governo Lula. Na sequência, diz que o país ganhou o prêmio, mas não levou, porque o “cacoete nacional-populista e a decisão de usar os gigantescos investimentos no setor para gerar propinas a fim de financiar o projeto de poder do PT e aliados fizeram o país e a empresa perder aquela oportunidade”. No final do texto, o jornal comemora o fato de a exploração do pré-sal estar liberada para a iniciativa privada, elogiando os leilões marcados para 2019, onde investidores do mercado vão poder participar, quebrando o monopólio da Petrobras na exploração do produto, sem a “mão pesada do Estado”.

Em 3 de outubro, um dos editoriais critica tanto Sergio Moro quanto Ricardo Lewandowski de tentarem interferir na disputa eleitoral. O primeiro por ter liberado a divulgação da delação premiada de Atonio Palocci, acusando o PT de caixa dois nas eleições de 2010 e 2014. O segundo por autorizar Lula, preso, a conceder entrevista à Folha de S.Paulo. Mesmo criticando a liberação da delação de Palocci, o jornal não hesita em atacar o PT, afirmando ser incontestável o “dolo dos envolvidos” na denúncia. “Nenhuma pessoa equilibrada, distante de interesses ideológicos, duvida das más intenções da dupla Dilma-Lula, nem dos grandes assaltos lulopetista à Petrobras”. Três dias antes do primeiro turno, 4 de outubro, o jornal culpa o PT pela onda antipetista que só cresce, fruto de práticas corruptas da legenda e do desastre econômico iniciado em 2014.

No dia 8 de outubro, o título do editorial de O Globo cobra propostas a Bolsonaro e a Haddad, os dois que garantiram vaga no segundo turno. Mas, na verdade, o texto trata praticamente sobre as derrotas que o PT teve no primeiro turno e o perfil antipetista dos eleitores. Cita os principais nomes derrotados do PT, com destaque para Dilma Rousseff, candidata a senadora por Minas Gerais. Lembrou da votação do *impeachment* da ex-presidenta, sem que fosse cassado o direito político dela, o que representou naquela época, segundo o jornal, um golpe para favorecer a petista, o qual teria sido corrigido pelas urnas de 2018. Para o jornal, a votação do *impeachment* não passou de uma “manobra urdida no Senado, pelo ainda presidente da Casa, Renan Calheiros, junto ao ministro do Supremo, Ricardo Lewandowski, para, de forma exótica, não cassar os direitos políticos de alguém condenado num processo de *impeachment*. Pois os eleitores mineiros corrigiram em parte aquele golpe de esperteza contra a lei”.

Em editorial de 11 de outubro, O Globo repercute o resultado do primeiro turno eleitoral e as articulações para o segundo turno e comemora a fato de cerca de 50% dos investigados pela Lava Jato não se elegerem. No dia 13 de outubro, ao cobrar debates e propostas de Bolsonaro e Haddad, o jornal, no fundo, critica o programa de governo de Haddad e justifica o fato de Bolsonaro não participar dos debates por orientação médica, devido à facada que levou. Critica a proposta do PT de chamar uma nova constituinte, de utilizar recursos públicos para recuperar a economia – o que para o jornal indica o mesmo erro cometido por Dilma -, e cobra do petista uma proposta para reforma da Previdência.

Um dos editoriais do dia 16 de outubro volta a falar da onda antipetista e cobra do PT não mais uma autocrítica – cobrança constante por parte de mídia desde o mensalão – e sim que o partido faça “um cuidadoso inventário de erros”, como forma de justificar ter perdido parte significativa dos votos da classe “C”, que, segundo o jornal, migrou para Bolsonaro e se revelou adepta ao conservadorismo defendido pelo candidato, em que se destaca o rigor no combate à criminalidade.

Em um texto vago sobre defesa da democracia, um dos editoriais do dia 17 de outubro defende a rotatividade no poder entre grupos políticos, fala sobre a estabilidade econômica e os riscos nessa área, a depender de como o próximo presidente da República vai conduzir o país, e volta a acusar Haddad e Bolsonaro de autoritários. No entanto, ataca apenas o “lulopetismo”, que, segundo o jornal, pressionou o Judiciário, Ministério Público e Legislativo “a fim de permitir a um condenado em segunda instância [Lula] por corrupção e

lavagem de dinheiro disputar as eleições. Lula continua preso em Curitiba, e o Estado de Direito se mantém de pé.”

No dia 24 de outubro, O Globo afirma que Jair Bolsonaro está praticamente eleito, critica por ele não ser claro sobre o que pretende fazer na área econômica, mas aponta como positivo “a alta possibilidade da derrota do candidato do PT, que, em nenhum momento [...] conseguiu passar confiança ao eleitorado de que não tentaria repetir a heterodoxia de Lula e Dilma responsáveis a levar o país [...] a mergulhar em profunda recessão”, uma crise, segundo o jornal, que foi minimizada pelo governo Temer.

Em novembro, no dia 2, O Globo comemorou a derrota do PT em Minas Gerais, sendo eleito um empresário que se propõe a modernizar a máquina estatal nos moldes que o jornal defende. No dia seguinte, volta a cobrar autocrítica do PT. Em 5 de novembro, o periódico fez uma análise da eleição presidencial e diz que a democracia saiu fortalecida do processo. Para justificar a tese, utilizou mais da metade do texto para falar do ex-presidente Lula e o impedimento de ele ser candidato, o que, para o jornal, estava dentro dos trâmites democráticos. Criticou a tentativa do PT de brigar na Justiça, inclusive recorrendo à ONU, para que a candidatura do petista fosse legitimada e fez um apanhado das acusações que recaem sobre o ex-presidente. “Toda tramitação do caso Lula, durante meses, foi um teste duro para as instituições. Elas demonstraram resistência. O Brasil correu perigo de se equiparar a ‘repúblicas de bananas’, o que aconteceria se o Judiciário fraquejasse diante do lulopetismo e suas máquinas.”

No dia 17 de novembro, O Globo dedica um de seus editoriais à indicação de Ernesto Araújo para ministro das Relações Exteriores, um diplomata de posições ultraconservadoras, contra o globalismo e seguidor de Trump. O jornal critica a indicação, alegando que Araújo desempenha um papel ideológico e não diplomático, e compara o fato ao governo Lula, que, assim como sinaliza Bolsonaro, teria colocado a “diplomacia a serviço da ideologia do presidente.” No dia 19, mais um editorial comparando a gestão Lula aos primeiros sinais do que seria o governo Bolsonaro. A pauta girou em torno da lei Rouanet. O jornal afirmou que Bolsonaro ideologiza o debate em tono do incentivo cultural, repetindo o que aconteceu no lulopetismo.

Fechando o ano de 2018, em 30 de dezembro, quando O Globo fazia uma retrospectiva da gestão Temer e apontava expectativas para o governo Bolsonaro, o jornal



não hesitou em atacar os governos do PT. Enxerga avanços no governo Temer e afirma que Bolsonaro vai pegar uma economia estabilizada, “essencial para o país começar a digerir a pesada herança do lulopetismo, tão pesada na enorme capacidade de deteriorar as contas públicas que a dívida interna não para de crescer em relação ao PIB. A desarrumação provocada no país pelo segundo governo Lula e pelo período Dilma, de pouco mais de um mandato, entra na história do Brasil como um manual do que não se deve fazer na economia e na política.”

A partir do exposto, percebe-se o quanto o PT foi pauta – sempre negativa - dos editoriais de O Globo em 2018, um ano em que Lula foi preso e, conseqüentemente, impedido de disputar a eleição para presidente. Líder em todas as pesquisas, fora da disputa Lula abriu caminho para Bolsonaro, segundo colocado, vencer a eleição. Foi um ano também em que o acirramento ideológico e o sentimento antipetista foi potencializado, reforçando o avanço do conservadorismo e impactando diretamente no resultado das urnas, favorecendo diretamente Bolsonaro.

O resultado das urnas de 2018 confirma a tese de muitos pesquisadores de que o conservadorismo é uma ideologia da crise, de momentos de instabilidade, como nos ensina Souza (2016, p. 14):

[...] tanto em momentos agudos da crise estrutural do capital, quanto em momentos de crise econômica de menores proporções, ou crises específicas, de natureza institucional, política, ou crises em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, ou nos momentos históricos em que convergem várias dessas crises, o conservadorismo avança ideológica e politicamente.

Apesar de todo o arsenal contra Lula e o PT – que reverbera para todo o campo da esquerda -, O Globo não deixa muito claro, ainda que dê alguns sinais, qual candidato a presidente apoia. Se coloca de forma simpática quando se refere à candidatura de Geraldo Alckmin e trata os demais nomes com indiferença, com exceção de Bolsonaro, alvo de críticas, embora elogie assessores mais próximos do militar, como Paulo Guedes e Sérgio Moro. Na nossa visão, mesmo sem apoiar abertamente Bolsonaro, o jornal dá uma grande contribuição à sua candidatura na medida em que lidera e incentiva – assim como toda a grande imprensa - o movimento antipetista.

A partir deste ponto, vamos analisar alguns editoriais mais direcionados à campanha presidencial, começando com um texto sobre a desistência de Joaquim Barbosa, ex-ministro

do STF, de concorrer à Presidência. Barbosa era mais um nome simpático ao jornal que, no dia 10 de maio, publicou editorial afirmando que o Brasil vinha apostando num *outsider* e ficou sem opção com a saída do páreo do magistrado. Diz ainda que o centro precisa apresentar uma alternativa ideológica, “o ponto médio entre (Jair) Bolsonaro e (Guilherme) Boulos.”

Em 19 de maio, ao cobrar propostas aos presidencializáveis, o jornal cita Geraldo Alckmin como o único que já sinalizou suas intenções no tocante à economia. Para o jornal, o tucano “acertou ao divulgar nomes da sua hipotética equipe econômica, com destaque para Pécio Arida e Edmar Bacha – egressos dos planos Cruzado e Real”. Diz ainda que o anúncio “reduz o nevoeiro” e ajuda “os agentes econômicos a projetarem a gestão do ex-governador de São Paulo.” Em julho, no dia 19, O Globo ataca o presidencializável Ciro Gomes por ter feito críticas acerca da associação entre a Boeing e a Embraer. Diz que o candidato não tem foco e não apresenta com transparência suas propostas na área econômica, como por exemplo quanto à reforma da Previdência.

Com um texto polido e sem agressões, em 21 de julho O Globo faz uma análise das negociações que o Alckmin está tendo com os partidos do centrão. Posicionando o tucano como um eficiente político à antiga, da “conversa ao pé do ouvido”, o jornal justifica que tal aliança faz parte do *modus operandi* da política brasileira e que “não há outra maneira de se chegar ao poder”, mas, “o último que aceitou sujar as mãos nessas barganhas está preso em Curitiba”, se referindo a Lula. O jornal aconselha candidato tucano: “Se Alckmin seguir a trilha dessas barganhas, será necessário que o eleitor saiba o que foi negociado. Tanto quanto isso, suas propostas de governo precisarão ser claras, e terá de recusar ideias de aliados que não façam sentido no seu programa. E sem transgredir na ética.”

No dia 7 de agosto, O Globo trata das convenções partidárias que confirmaram os nomes dos candidatos à Presidência. No meio do texto, no entanto, cita uma série de entrevistas feita pela Globo News e ensaia um elogio a Alckmin, alegando que foi o único que apresentou proposta para o ajuste fiscal: “Alckmin, com uma longa experiência no governo de São Paulo, levou esta bagagem para a entrevista de duas horas”. O texto critica Bolsonaro e, sobre os demais candidatos, apenas comentários óbvios.

Os editoriais dedicados a Bolsonaro só aparecem com a aproximação da eleição e depois do resultado das urnas. Dentro do período que estamos analisando, um dos primeiros

editoriais realmente dedicado a Bolsonaro foi o do dia 7 de setembro, um dia depois da facada sofrida pelo candidato em Minas Geral. Em todo texto, O Globo critica o atentado, elogia a classe política por ter repudiado o episódio, fala do perfil do autor do crime, sem apontar culpados, até que, no último parágrafo, insinua que a radicalização na política está diretamente associada a insistência da candidatura de Lula. “O ambiente político-eleitoral tornou-se particularmente tenso devido à inevitável impugnação legal da candidatura do ex-presidente Lula, com base na Ficha Limpa. Mas tudo transcorre como deve ser, nos tribunais. Não é assunto a ser resolvido nas ruas. Nem, por óbvio, rejeição a candidatos.”

Em 25 de agosto, um dos editoriais apresenta dados de uma pesquisa do Ibope sobre o avanço do conservadorismo na sociedade brasileira, trazendo a questão para o debate eleitoral. Segundo o levantamento, a proporção da população aderente a fundamentos conservadores sobre a vida em sociedade no Brasil aumentou de 49%, em 2010, para 54%, em 2016, se aproximando a 55% no início de 2018. Para o jornal, essa adesão à onda conservadora é fruto de “um longo processo de crispação política, protagonizado pelo PT e partidos satélites durante a última década e meia.” No fim do texto, O Globo diz que a disputa eleitoral conta tanto com candidatos conservadores quanto liberais e que esse quadro faz parte da democracia. “O confronto de ideia conduz ao reconhecimento da legitimidade dos porta-vozes.”

No domingo do segundo turno, 28 de outubro, apostando na vitória de Bolsonaro, O Globo faz uma análise da disputa entre os partidos mais tradicionais e o avanço da direita, que, na opinião do jornal, ocupa o espaço um *outsider* que a sociedade busca. Lembra que essa quebra da polarização entre os partidos tradicionais, principalmente PSDB e PT, se deu a partir da Lava Jato. Conclui dizendo que a eleição pode representar “um processo de melhoria do sistema de representação política. Afinal, uma direita que se assume como tal passa a ser representada no Congresso, e talvez no Executivo, em nome de amplas parcelas do eleitorado que se tornaram sufocadas pelo longo ciclo de ‘progressismo’ do PT e do PSDB.”

Após a confirmação da vitória de Bolsonaro, em editorial do dia 1º de novembro, O Globo critica a proposta – depois recuada – do presidente eleito de fundir os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. O jornal diz que agredir o meio ambiente é ruim para os negócios. Assim como a coluna de Merval Pereira, um dos editoriais de 2 de novembro é só elogio a Bolsonaro por ter indicado Sérgio Moro para ministro da Justiça. No dia seguinte,

O Globo voltou a defender o nome do ex-juiz da Lava Jato, destacando que a indicação é mais um passo a favor da segurança no país.

E os elogios à equipe de Bolsonaro seguem. Em 14 de novembro, O Globo comemora a indicação de Joaquim Levy para a Presidência do BNDES. Ressalta que Levy é pós-graduado na Universidade de Chicago, referência no pensamento liberal, o que, para o jornal, é garantia de que o banco não será usado para projetos nacionalistas. No meio do texto, ataca o governo Dilma, o qual injetou, “de forma irresponsável”, uma dívida pública de meio trilhão de reais no BNDES. “Constitui-se uma das manobras decisivas para o país mergulhar na crise fiscal. [...] Parcela daquela dinheirama destinava-se a subsidiar empréstimos gigantescos a ‘campeões nacionais’, num programa também usado pelo lulopetismo para ordenhar dinheiro abundante de financiamento de campanha por caixa 2. Terminou em prisões.” O jornal encerra o texto destacando que o BNDES com Joaquim Levy reativará seu papel de promotor de privatizações, assim como foi com Collor e FHC.

Ainda sobre a montagem do ministério de Bolsonaro, no dia 23 de novembro, O Globo afirmou que o novo presidente não se utiliza do “toma-la-dá-cá” e do “fisiologismo” praticado pelo lulopetismo, e, de quebra, ainda elogia FHC por, segundo o jornal, ter feito a coalização sem precisar lançar mão desse artifício. Destacou como boas escolhas os nomes de Paulo Guedes (Economia), Sérgio Moro (Justiça) e Onix Lonrenzoni (Casa Civil). Cinco dias depois, coloca em relevo a atuação de Moro na Lava Jato e cobra dele não apenas o combate à corrupção, mas também um projeto robusto de segurança pública. Em um dos editoriais do dia 11 de dezembro, ao cobrar a aprovação de reformas, O Globo volta a elogiar alguns nomes que vão compor o ministério de Bolsonaro (Moro e Guedes) e criticar outros, como Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Vélez (Educação). Segundo o jornal, estes foram escolhas ideológicas, assim como teria feito Lula.

Ao passo que dá demonstrações de apoio ao governo eleito, O Globo faz críticas à figura de Bolsonaro e de algumas das propostas que ele defende. Foi o que aconteceu no dia 7 de novembro, quando o jornal se colocou contrário à flexibilização do porte de arma para autodefesa, o que para o periódico terá um grande custo social. Antes mesmo da vitória de Bolsonaro, o jornal já defendia um plano nacional de segurança pública, como propôs em editorial na edição de 10 de agosto. Outra pauta defendida por Bolsonaro e contra a qual a empresa jornalística se posiciona é a escola sem partido. Em 18 de novembro, um dos editoriais defendeu a pluralidade de debates na educação. No editorial de 8 de dezembro, o

jornal rechaçou os planos do governo eleito na área de meio ambiente, entre eles o de afirmar que o Brasil não iria sediar a Conferência do Clima, prevista para 2019, e de que iria afrouxar as multas aplicadas pelo Ibama.

Estratégia comum dos jornais mais tradicionais - citado no início deste capítulo com base nas pesquisas de Melo (2003) -, O Globo soube utilizar a influência de seus editoriais para pressionar o governo Bolsonaro, assim como fez com seus antecessores. No dia 4 de novembro, o jornal chama atenção do presidente eleito quanto à relação comercial com a China e com Mercosul, a qual chegou a ser ameaçada pelo próprio Bolsonaro e por assessores próximos. O periódico defendeu a manutenção da parceria nos dois casos. No dia 20 de novembro, saiu em defesa da abertura do mercado para o comércio externo, como forma de estimular a competição interna, e cobrou do Estado um programa de desburocratização e redução da alta da taxaço na compra de máquinas e *softwares* para o país entrar na era industrial 4.0. Em 19 de dezembro, o periódico publica um texto elogiando Paulo Guedes e pedindo ao futuro ministro da Economia para diminuir o repasse do Estado para o Sistema S.

O episódio da rachadinha envolvendo Flávio Bolsonaro<sup>38</sup> foi tema de um editorial no dia 13 de dezembro. O Globo tenta isentar o pai, Jair Bolsonaro, reforçando a narrativa presente na coluna de Merval Pereira, e afirma ser plausível a justificativa de que o valor de R\$ 24 mil que Fabrício Queiroz depositou na conta da mulher do presidente eleito, Michelle Bolsonaro, era referente a um pagamento de um empréstimo. Para o jornal, a responsabilidade recai apenas sobre Flávio Bolsonaro e Queiroz. O Globo afirma que a Operação Furna da Onça não deve arranhar a imagem do presidente, o qual precisará de credibilidade para aprovar as reformas neoliberais.

O assunto volta à tona em editorial de 28 de dezembro, quando O Globo cobrou explicações sobre as rachadinhas. Cita o desaparecimento de Fabrício Queiroz e uma entrevista que ele concedeu ao STB assumindo toda a responsabilidade sobre o caso e poupando a família Bolsonaro. Mais uma vez o jornal afirmou ser verossímil que os R\$ 24

---

<sup>38</sup> Denúncia revelada por uma reportagem publicada pelo Jornal Estado de São Paulo, a partir da Operação Furna da Onça, envolvendo vários deputados estaduais do Rio de Janeiro. Flávio Bolsonaro, então deputado estadual carioca, foi acusado de pegar de volta parte do salário de servidores ligados a seu gabinete, prática conhecida como rachadinha. Quem operava tudo era o motorista do deputado na época, o policial Fabrício Queiroz.

mil que Queiroz depositou na conta de Michelle Bolsonaro eram para pagar empréstimo ao presidente eleito.

Faltando menos de dez dias para a posse de Bolsonaro, num dos editoriais do dia 22 de dezembro, o jornal afirma ser positivo um presidente assumidamente de direita ser o próximo mandatário do Brasil, alegando fazer parte da democracia representativa. No texto, o jornal critica o que chama de manobra para prejudicar os ajustes fiscais que o próximo governo pretende fazer, como a liminar do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, autorizando reajuste dos servidores em 2019.

Esse sentimento se repete no editorial de 2 de janeiro de 2019, quando a pauta foi o discurso de posse de Bolsonaro. O texto começa afirmando que a democracia se fortalece com a chegada de um presidente de direita ao poder e que “cumpre-se o saudável princípio democrático de alternância de poder”. Na sequência, critica os governos petistas – afirma que nesse período o país “serviu de laboratório para terapias estatistas de nacional-populismo de esquerda que desmontou o equilíbrio fiscal.” Diz que Temer conteve a crise e que Bolsonaro “poderá fazer uma gestão histórica se reformar o Estado”, começando pela da Previdência.

Antes mesmo do triunfo do conservadorismo no Brasil em 2018, Calil (2016) já discorria sobre o avanço da direita no país. Dá alguns sinais do que acarretou esse movimento, apontando, inclusive, a atuação do PT e de seus governos:

[...] não se trata de um movimento espontâneo, mas uma ofensiva ideológica alicerçada em vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, que inclui desde páginas do Facebook até organizações inter-empresariais, envolvendo vultuosos recursos e que conta com sólida estrutura organizativa. São as trincheiras da guerra de posição de que fala Gramsci, sistemática e meticulosamente constituídas pelos grupos dominantes, cujo avanço é facilitado pela inexistência no campo das classes trabalhadoras de estruturas organizativas de semelhante dimensão – especialmente porque muitas das trincheiras construídas pelas classes trabalhadoras na década de 1980 (como a Central Única dos Trabalhadores) fragilizaram-se e deixaram de ser instrumentos de luta em virtude do processo transformista que atravessou o Partido dos Trabalhadores e incidiu nas estruturas por ele comandadas. (CALIL, 2015, s.p.).

#### 4.2.2 Agenda econômica

Para além da agenda política, a economia é outro tema preferencial de O Globo. De março a dezembro, foram muitos os editoriais defendendo privatizações, reformas – principalmente a administrativa e da Previdência –, ataques ao funcionalismo público, corte no orçamento e redução de direitos trabalhistas, uma agenda ultraneoliberal do Estado Mínimo, cerne do conservadorismo econômico.

No dia 15 de abril, por exemplo, no *Tema em Discussão*, o Globo cobra um programa de privatizações “pra valer”, argumentando que as empresas públicas têm respondido “ao controle de corporações de funcionários e às rédeas do partido político no poder”, destacando que “os 12 anos do lulopetismo no Planalto” é um exemplo disso, “uma forma tentacular de o grupo no poder controlar a máquina burocrática e estatais, fonte estratégica de recursos infundáveis.” Na edição do dia 21, o jornal criticou a dificuldade do governo Temer em aprovar, no Legislativo, a proposta de privatização da Eletrobras. Para o periódico, “vender o controle da Eletrobras é um projeto certo em um governo errado, esvaziado de poder”, se referindo às acusações de corrupção que recaem sobre Temer. O assunto volta ao debate no dia 1º de junho, no *Tema em discussão*. O texto descreve a Eletrobras como uma empresa decadente, “incapaz de arcar com os pesados investimentos exigidos pelo setor elétrico.”

Em 16 de junho o alvo foi o SUS. O Globo começa falando da necessidade da saúde pública como forma de diminuir a desigualdade no país, mas fala do mau gerenciamento do dinheiro pública destinado ao sistema. Aponta como alternativa a “inclusão de organizações sociais e mesmo da iniciativa privada na gestão compartilhada, com descentralização, transparência e foco na gestão de dinheiro público”. Ou seja, sinaliza para a privatização da saúde no Brasil.

No final de junho, dia 29, o periódico faz críticas ao ministro do STF, Ricardo Lewandowski, por ter concedido uma limitação que condiciona a privatização de estatais à autorização do Congresso Nacional. O jornal apela para que no julgamento do mérito a decisão seja revertida, sob o risco de causar “mais dificuldade ao governo Temer, e aos próximos, para ajustar as contas.” Diz ainda que a decisão de Lewandowski inviabiliza as privatizações e que as estatais “são exploradas por corporações sindicais, com apoio de partidos, para obter privilégios, pagos, mais à frente, pelo contribuinte, no aumento de capital

dessas empresas”. No dia 18 de julho, o jornal volta a criticar a liminar de Lewandowski e a defender a venda das distribuidoras da Eletrobras.

No início desse mesmo mês, dia 6, O Globo já tinha comemorado a fusão da Embraer com a americana Boeing, classificando a associação como um modelo industrial moderno e que passa pela internacionalização e integração a cadeias globais de produção. Em dezembro, dia 2, o jornal retoma o tema da fusão das duas empresas, ao criticar uma ação judicial, de autoria de deputados petistas, contra a operação. Aproveita para defender a abertura da economia brasileira para o mercado externo. Em 9 de julho, no *Tema em discussão*, o jornal defende uma política ampla de privatização, alegando o esgotamento de um modelo de “Estado gigantesco caro para o contribuinte.” No final do mês, dia 27, o periódico sugere a concessão do saneamento básico em algumas áreas do Rio de Janeiro para a iniciativa privada.

No dia 27 de agosto, O Globo volta a defender a privatização e cobra um posicionamento em relação à questão dos candidatos a presidente e governadores. Diz que as estatais se transformaram em “núcleos de interesses patrimonialistas – desde empreguismos de cabos eleitorais às mais variadas formas de corrupção” e que o discurso em defesa dessas empresas foi desmontado “nas revelações da operação Lava Jato e nos prejuízos bilionários da Petrobras e da Caixa Econômica”. Em 29 de setembro, o jornal defendeu a exploração do pré-sal por parte da iniciativa privada, criticando os candidatos Ciro Gomes e Fernando Haddad por defenderem o monopólio da Petrobras na exploração do produto.

Em novembro, dia 4, O Globo volta a defender privatizações e critica o Senado Federal por rejeitar um projeto de lei que autorizava a privatização de distribuidoras de energia da Eletrobras. Cinco dias depois, afirma: “Privatização, liquidação, extinção, formação de ‘joint ventures’ e abertura de capital deveriam estar no cardápio de opções para acabar com a leniência e reduzir esse acervo de quase 400 estatais da União, estados e municípios.” Volta ao tema no dia 21 e cobra não só privatizações, mas extinção de estatais e reformas neoliberais, como forma de segurar a “incontrolável dívida pública.” Diz ser “inevitável que o rol das empresas a serem vendidas, em todo ou em parte – sem esquecer o necessário fechamento das inviáveis, que vivem silenciosamente nas tetas do Tesouro – constem joias da coroa do Estado, como a Petrobras e bancos públicos. Afinal, são as mais atraentes para potenciais compradores.”



As universidades também estão na mira de O Globo. No dia 6 de setembro, ao abordar o incêndio no Museu Nacional – vinculado à UFRJ -, defendeu um projeto para que os museus sejam administrados pela iniciativa privada e não por universidades públicas. Em 25 de novembro, propôs que as universidades públicas cobrassem mensalidade das pessoas que têm condições de pagar e sugere que a proposta seja implementada pelo governo Bolsonaro.

Em dezembro, dia 2, um dos editoriais trata da possibilidade de privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. O jornal defendeu enxugamento nos dois bancos, alegando que ao longo dos anos foram utilizados politicamente por vários governos, com destaque aos “13 anos de poder do lulopetismo [...] ruinosos para as instituições financeiras públicas.” O editorial conclui afirmando que os dois bancos foram “usados de forma irresponsável para baixar juros de mercado, pelo voluntarismo de Dilma Rousseff, e entrar em negócios insustentáveis na área de petróleo, por determinação de Lula, cujo objetivo, mostram os autos da Lava-Jato, era financiar o projeto de poder do PT. Sem considerar desvios personalizados.”

Um dos editoriais do dia 16 de dezembro trata de um esquema de propina dentro da Petrobras, envolvendo servidores do órgão e partidos políticos. Na verdade, as denúncias serviram de argumento para o jornal voltar a defender uma privatização ampla de empresas estatais. “Fosse eficiente, o capitalismo de Estado seria virtuoso. A realidade mostra que, no Brasil, o modelo pouco ou nada tem de capitalista nem de virtude pública.” A privatização tão defendida não apenas pelo O Globo, mas por toda a mídia hegemônica está na base do conservadorismo, assim como toda agenda neoliberal. “O eixo da linguagem neoconservadora é a ideia de privatização. Seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais; seja no sentido de se manter intocado o poder patriarcal.” (LACERDA, 2019, p. 58).

O tema reformas também foi outro mantra nos editoriais de O Globo, em 2018. A reforma da Previdência, então, era assunto recorrente. O assunto foi pauta dos editoriais dos dias 18, 19 e 25 de março. Além de cobrar a aprovação dessa reforma - que já tinha uma proposta em tramitação no Congresso Nacional -, o periódico classificou como ilusória a ideia de que a Previdência é superavitária. Associava esse déficit aos governos do PT, alegando que as contas públicas foram desestruturadas a partir do segundo governo Lula, algo que foi acentuado na administração Dilma, o que lhe rendeu o *impeachment*.

Em 29 de abril, o jornal diz que as reformas devem começar com a previdenciária e cobra do Estado uma alternativa para melhorar a qualidade das despesas públicas. Quatro dias antes, com o título “Candidatos têm que se posicionar quanto à Previdência”, O Globo pressiona os presidenciáveis a apresentarem propostas sobre o tema. A cobrança se repete durante todo o ano, tanto antes das eleições quanto depois, cobrando do governo eleito, que assumiria em janeiro de 2019. No dia 3 de maio, por exemplo, o jornal faz referência às incertezas eleitorais para exigir do próximo mandatário a aprovação de reformas, a começar pela da Previdência, “a locomotiva que puxa o déficit das contas públicas.” A pressão se repete em 23 de junho.

No dia 24 de julho, O Globo pega como base a crise econômica para dizer que a margem de erro do próximo governo precisa ser mínima. Depois fala em nome do empresariado: “É compreensível, portanto, que os mercados se tornem cada vez mais sensíveis a opiniões de candidatos sobre a crise fiscal e as diversas medidas que precisam ser tomadas, pelo Executivo, e aprovadas no Legislativo, a fim de que os problemas sejam equacionados, para o Brasil entrar numa trajetória de recuperação, em bases sólidas, sem ilusionismo. No primeiro lugar da lista está a reforma da Previdência.”

A cobrança se repete nos dias 30 de julho e 14 e 20 de agosto. Segundo O Globo, o próximo governante ficará 75% do mandato “gerenciando contas públicas no vermelho” e, por isso, a necessidade da reforma da Previdência. O jornal destacou ainda que os estados também enfrentam problemas previdenciários e pressionou os governadores a cobrarem a aprovação da reforma. Defendeu a união das forças políticas para ajudar o próximo governo a superar uma crise econômica, segundo o jornal, agravada pela “dupla Lula-Dilma”. Para isso, era preciso a aprovação das reformas estruturais: previdenciária, política, tributária e administrativa. No dia 27 de setembro, O Globo cobra reformas ao próximo presidente e, mais uma vez, defende a “urgência” da previdenciária, que deve ser seguida pela administrativa, com revisão nos salários e carreiras do funcionalismo.

Passado o primeiro turno eleitoral, a pressão foi direcionada a Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, que disputavam o segundo turno. Nos dias 14 e 15 de outubro, O Globo cobrou propostas na área econômica, com destaque para a aprovação das reformas, sugerindo que as negociações com o Congresso acerca dessa agenda começassem antes mesmo do novo presidente assumir. Na véspera do segundo turno, sábado 27 de outubro, um

dos editoriais fala sobre a necessidade de pacificação pós-eleição e que o novo presidente precisa aprovar a reforma da Previdência.

No dia 30, ao analisar o discurso de vitória de Bolsonaro e elogiar a confirmação de Paulo Guedes para ministro da Economia, O Globo destaca o compromisso do governo eleito em aprovar as reformas da Previdência e do Estado, além de defender uma política de privatizações. Nos dois últimos editoriais de outubro, no dia 31, O Globo trata de propostas em debate para o novo governo. Num deles, pede urgência na aprovação das reformas, principalmente a da Previdência. Aproveita o tema para criticar o PT, por, segundo o jornal, ter cedido à pressão da CUT e sindicalistas e não ter feito uma reforma robusta. O jornal se referia à reforma da Previdência realizada no início do primeiro governo de Lula.

Em editoriais de 13 e 26 de novembro e 5 de dezembro, O Globo pede pressa ao governo eleito para aprovar a reforma da Previdência, de preferência, antes mesmo de tomar posse, aproveitando a proposta enviada ao Congresso pelo governo Temer. Chama atenção de Bolsonaro para aproveitar o capital político lhe foi conferido pelas urnas para aprovar uma reforma ampla e não fatiada. Dentre os pontos defendidos pelo jornal está o da idade mínima para aposentaria: 62 mulheres e 65 homens, proposta que, em 2019, foi aprovada. Fala da compreensão que a equipe econômica de Bolsonaro precisa ter sobre “o esgotamento da capacidade de transferência de renda da sociedade para o setor público”, criticando a sinalização de Bolsonaro em recriar a CPMF. Esse tema já tinha sido rechaçado em editorial no dia 21 de setembro.

No dia 6 de agosto, depois de tentar convencer a opinião pública de que a reforma da Previdência iria resolver a crise econômica, O Globo resolve acrescentar a essa narrativa o discurso de que a tal reforma não será suficiente para reduzir a dívida pública. Para o jornal, é preciso manter o teto de gastos e desindexar rubricas carimbadas, como nas áreas de saúde e educação, desengessando o orçamento. O jornal também critica a dificuldade de demitir servidor público. No dia 12, mais um editorial defendendo a reforma da Previdência e, no dia 23, um texto que conclama os governadores eleitos a se juntarem à União para aprovar reformas neoliberais, começando pela previdenciária. A três dias do novo governo assumir, em 29 de dezembro, O Globo volta a defender a urgência da reforma da Previdência e a desvinculação do orçamento, retirando a obrigatoriedade de repasse em áreas como saúde e educação para estados e municípios.

A reforma da Previdência também é mencionada em editoriais de O Globo quando a pauta é a área social. Foi o que aconteceu no dia 24 de junho, quando o jornal aborda o tema da desigualdade e concentração de renda, vinculando as duas coisas à ineficiência do Estado brasileiro. Critica a política de isenções “a perder de vistas” concedida a empresas e diz que a política previdenciária em vigor no país é causa da concentração de renda, já que coloca em patamares distintos o aposentado do INSS e do serviço público, sendo este último apontado como privilegiado por conseguir uma aposentadoria muito superior ao trabalhador da iniciativa privada. “Praticar justiça social no Brasil requer um enorme trabalho que passa por uma reforma da Previdência para reduzir as disparidades entre servidor público e trabalhador privado, pela revisão de isenções, mas não só. É imperioso reformar o próprio Estado.”

Mudar o sistema previdenciário também foi citado no dia 26 de julho, como alternativa ao desperdício de recursos públicos em programas “dito” sociais, alvos de possíveis fraudes, como o bolsa-família, seguro defeso, BPC, Fies etc. No dia 11 de agosto, o jornal também propõe mexer na Previdência Social como forma de coibir o efeito cascata do aumento dos ministros do STF, assim como promover uma redução na folha de pagamento dos demais servidores públicos e a revisão de toda legislação que rege o funcionalismo.

Faltando ainda quatro meses para completar 30 anos de promulgação da Constituição Federal, no dia 3 de junho, O Globo diz que a Carta Magna não suporta o tamanho do Estado brasileiro. Segundo o jornal, esses 30 anos “reforçaram a cultura varguista, nacional-populista, quando o Estado foi capturado por forças políticas de mesmo pedigree, que tentaram fazer a distribuição de renda em favor dos supostamente pobres, e não se preocuparam com a geração da própria renda. É um modelo fadado à ruína”. Segundo o jornal, esse modelo ajudou a quebrar o Estado. Na mesma linha, no dia 11 de julho, o periódico criticou o governo Temer por não aprovar a reforma da Previdência. Alega que, por estar fragilizado, Temer cede às pressões de parlamentares em troca de apoio e, com isso, emperra a aprovação das reformas.

O tema reformas aparece até mesmo quando o assunto é a economia dos Estados Unidos. Um dos dois editoriais do dia 14 de junho fala sobre um anúncio do Federal Reserve (FED) – o banco central americano – de que os Estados Unidos superaram a crise iniciada em 2008 e que o país aponta crescimento econômico. O jornal viu no anúncio um recado

para outras nações e, no caso do Brasil, uma cobrança para que o país ajuste as contas internas, começando pelas “reformas estruturais”. Em 30 de setembro, o periódico traz um balanço da crise fiscal pela qual passa o Brasil e aproveita para cobrar reformas.

O que O Globo chama de reformas estruturais é a agenda econômica neoliberal, de redução de gastos públicos, diminuição do Estado e implantação das reformas previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa. É reduzir direitos trabalhistas e rever os incentivos fiscais concedidos a empresas. Uma agenda que sempre esteve no radar dos governos brasileiros, inclusive na era petista, mas que foi potencializada a partir do *impeachment*, quando Michel Temer, logo nos primeiros meses de gestão, aprovou o teto dos gastos, congelando investimentos públicos por um período de 20 anos.

Em maio, no dia 7, na sessão *Tema em Discussão*, O Globo saiu em defesa do teto dos gastos e reafirmou a importância de aprovar reformas que mantenham as despesas dentro daquilo que a sociedade pode pagar em impostos. Temer também emplacou a reforma trabalhista e a lei da terceirização, as quais flexibilizam os direitos dos trabalhadores. Essas pautas tiveram total apoio da mídia e, no caso dos jornais impressos, esse apoio foi expresso explicitamente nos seus editoriais. Assim como na ocasião do período de análise dessa pesquisa os jornais fazem lobby para aprovar a reforma da Previdência, a pressão em torno da reforma trabalhista foi enorme. No caso de O Globo, foram vários textos publicados na sessão *Tema em Discussão*, como nos dias 2 de abril, 11 de junho, 23 de julho, sem falar na publicação de vários editoriais no modelo tradicional defendendo a reforma da CLT.

Em todos, a narrativa era sempre na linha de elogiar a reforma trabalhista e a lei de terceirização, classificando a legislação anterior como retrógrada e engessada, “um sistema herdado do sistema getulista autoritário do Estado Novo e ainda inspirado na visão unitária, inflexível, do fascismo italiano de Benito Mussolini, admirado por Vargas.” Para O Globo, o ponto forte da reforma trabalhista foi a prevalência do negociado sobre o legislado, modelo que enfraquece a organização da classe trabalhadora; e o fim do imposto sindical, diminuindo a força do movimento sindical. Para o jornal, o Brasil apenas “atualiza sua legislação”, classificada como “esclerosada”.

A reforma trabalhista entrou em vigor em novembro de 2017 e, periodicamente, os jornais publicavam textos avaliando seu impacto na sociedade. Foi o que aconteceu no dia 22 de abril, quando o Globo volta a elogiar os efeitos da reforma, que já estava em vigor há

cinco meses e, segundo o jornal, ajudou a criar quase 14 mil vagas de trabalho intermitente. O texto desqualifica a CLT, definida como rígida e anacrônica, e critica o movimento sindical por combater a nova legislação trabalhista, acusando “as cúpulas sindicais” de serem “os grandes beneficiários da estrutura de representação sindical de inspiração fascista, edificada por Getúlio Vargas, na ditadura do Estado Novo.” Para o jornal, antes da reforma, muitos trabalhadores, ao recorrerem à Justiça do Trabalho para reivindicar seus direitos, estavam, na verdade, em busca de complementar a renda. “Virou um cassino com grandes chances de acertos nas apostas”, uma “indústria de causa trabalhista”, a qual deixou de existir com a nova regra do negociado sobrepor ao legislado.

No editorial do dia 26 de setembro, amparado numa pesquisa do Datafolha, o jornal afirmou que o levantamento provou que as pessoas preferem ter emprego sem direitos trabalhistas a ficarem desempregadas. Dois meses antes, no dia 27 de junho - véspera de um julgamento no STF de ações contra o fim do imposto sindical -, o editorial de O Globo defende a suspensão da cobrança e pressiona o relator das ações, ministro Edson Fachin, a manter o fim do imposto. No dia 30, o jornal comemorou a decisão do STF, que manteve o fim da cobrança - e, conseqüentemente, do repasse para os sindicatos - e afirmou que, com a decisão, haverá “menos um canal de desvio de dinheiro do cidadão.”

O funcionalismo público é mais um alvo preferencial da mídia brasileira. Seja na questão salarial, estabilidade ou modelo de aposentadoria, os servidores públicos sempre são tratados como privilegiados pelas empresas de comunicação, que mantêm em circulação uma campanha permanente contra a categoria. Na segunda-feira, 23 de abril, por exemplo, o *Tema em Discussão* trata do adiamento do reajuste do funcionalismo federal, medida tomada pelo governo Temer e que recebeu o apoio de O Globo. No texto, o jornal cobra cortes e reformas, começando pela previdenciária.

Um dos editoriais de 13 de agosto fala sobre o salário do funcionalismo, cobrando dos candidatos a governadores e a presidente a apresentarem propostas de como resolver o custo com os servidores, parte da causa, segundo o jornal, do déficit público iniciado em 2014, na “gestão rudimentar de Dilma Rousseff”. Tal cobrança reaparece a poucos dias dos governadores eleitos assumirem. Em 6 de outubro, O Globo aproveita o aniversário de 30 anos da Constituição Federal para cobrar uma modernização da carta magna a partir de emendas constitucionais. Entre os ajustes, propõe alterar a legislação para diminuir pensões, aposentadorias e salários dos servidores públicos, além de cobrar a reforma da Previdência

e mexer no “engessamento” em algumas rubricas que são destinadas para áreas como educação e saúde.

No dia 20 de dezembro, O Globo volta a bater no servidor público, a quem chama de casta. O texto cobra do próximo governo uma reforma específica para cortar direitos do funcionalismo, apontando o problema como o que deveria ser a segunda providência do novo governo, ficando atrás apenas da Previdência. Dentre as críticas estão a estabilidade e o salário do servidor. O jornal diz que a estabilidade contribui para a baixa produtividade do servidor, que tem “absoluta blindagem salarial, além de receber geralmente uma remuneração bem acima da praticada no setor privado para a mesma função”.

O interessante em estudar de forma continuada publicações jornalísticas como os editoriais de O Globo é perceber como os fatos são tratados com dois pesos e duas medidas. Igualmente importante é ler o texto completo, uma vez que a narrativa começa relativamente moderada e lá pelo meio ou fim é possível perceber de forma mais transparente o posicionamento do jornal. Essas duas situações estão presentes nos editoriais do dia 10 de agosto. No primeiro, O Globo analisa a proposta de reajuste de mais de 16% dos ministros do STF. Em textos anteriores, ante qualquer menção a gastos com funcionalismo público, o jornal se manifestava contrariamente e tratava a categoria como privilegiada. Mas sobre o aumento dos ministros do STF, O Globo justifica que os magistrados estão sem reajuste desde 2015.

“A pauta de discussão sobre salários do funcionalismo deve ser outra, partindo-se do princípio que autoridades, nos três poderes, precisam ser remuneradas condignamente e sem subterfúgios.” Mesmo defendendo o reajuste dos ministros do Supremo, o jornal critica a indexação, uma vez que esse reajuste teria o efeito cascata, aumentando também salários de outros setores do Judiciário, inclusive nas esferas estaduais e municipais. Três semanas depois, no entanto, o editorial de 31 de agosto critica o reajuste dos magistrados, colocando em relevo contradições características da sociedade capitalista.

A agenda econômica que derrubou Dilma Rousseff e levou Michel Temer a ocupar a Presidência teve o apoio da mídia desde a primeira hora. Mas, com as denúncias de corrupção contra Temer, os editoriais dos jornais não raro eram hostis ao presidente, em alguns deles chegando a pedir a renúncia do presidente, como no dia 16 de maio. Depois de rasgados elogios a seu governo e à agenda econômica que implantou – austeridade fiscal,

reforma trabalhista, teto dos gastos -, o jornal diz que as denúncias de corrupção envolvendo o presidente paralisaram o governo e ele deveria renunciar. Em 2 de junho, definindo o governo Temer como fraco, o jornal elogia a gestão do emedebista por “enfrentar a pesada herança maldita de Dilma e do lulopetismo” e, com uma “competente equipe econômica”, aprovar projetos como a reforma trabalhista e a lei do teto dos gastos.

Mas, a perda de credibilidade do governo Temer incomodava O Globo, que não via força no governo para aprovar a reforma da Previdência. Com o título “Frágil na ética, Temer consegue debelar crise”, o editorial do dia 30 de dezembro elogia o governo Temer, que se encerra no dia seguinte, afirmando que seu governo garantiu avanços e deixa uma economia estabilizada para Bolsonaro, concluindo o texto com sérias críticas às gestões petistas.

A greve dos caminhoneiros foi outro problema no governo Temer na opinião do jornal. No dia 14 de julho, O Globo critica o Executivo por ceder a pressões em troca de apoio, citando como exemplo a concessão feita aos caminhoneiros (congelamento do diesel e tabelamento do frete), e aos parlamentares, que vincularam a aprovação do orçamento 2019 a benesses e que essas medidas iriam comprometer o próximo governo. A greve dos caminhoneiros muito incomodou o setor empresarial. Os jornais dedicaram vários editoriais para criticar o movimento, como o do dia 25 de maio, quando O Globo rechaçou os altos impostos dos combustíveis, o que encareceria os derivados do petróleo. No dia seguinte, o jornal diz que a greve dos caminhoneiros “sequestrou a sociedade para trocá-la por um resgate constituído por benefícios financiados pelo tesouro.”

No dia 30 de maio, o tema é tratado novamente em editorial, dessa vez para criticar a negociação que o governo fez com os grevistas, com incentivos aos caminhoneiros que são repassados para o consumidor arcar. Um dia depois, o periódico acusa a greve de ter sido manipulada por corporações e setores políticos, interessados em ter vantagens e aproveita para atacar as greves comandadas pela CUT, segundo o jornal, braço do PT. O assunto é requeitado no editorial do dia 23 de junho.

A greve dos caminhoneiros foi pano de fundo para o jornal criticar a demissão de Pedro Parente da Presidência da Petrobras, pauta do *Tema em discussão* do dia 4 de junho. O movimento paredista continuou no editorial do dia seguinte, que diz que o congelamento dos combustíveis por pressão dos caminhoneiros afastou investidores. O periódico defende a tese de que é preciso estimular a concorrência, em favor do mercado. No dia 23 de maio,



O Globo defende a política de preço da Petrobras, que sofre críticas por conta do aumento dos combustíveis. O jornal prega como essencial tal política, como forma de atrair interessados na BR Distribuidora e em refinarias. O assunto volta em editorial do dia 6 de junho, quando O Globo associa o aumento dos preços à pressão dos caminhoneiros.

Em alguns momentos, O Globo também pauta o debate sobre livre mercado, incentivos fiscais e a burocracia estatal. Em 24 de maio, o periódico diz que a burocracia prejudica investimentos privados e critica a alta carga tributária. No dia 10 de junho, trata do comércio externo e de importações de produtos e serviços, criticando a política protecionista e nacionalista, a qual define como arcaica e que põe obstáculo à importação. Em 9 de dezembro, o jornal se coloca contrário ao programa de incentivos fiscais concedidos a empresas e entidades que se dizem filantrópicas. Temas que o jornal associa diretamente ao aumento da dívida pública. Citando Harvey, Marina Lacerda (2019, p. 172) diz que “a resposta neoliberal à dívida pública é corte de despesas em programas de assistência social, flexibilização de leis trabalhistas e privatização.”

#### **4.2.3 Política internacional e pautas culturais/costumes**

Além da agenda política e econômica, nos interessa examinar aqui outros assuntos que tenham relação com pautas conservadoras e como O Globo se posiciona. Temas recorrentes na agenda eleitoral em 2018, o jornal se colocou contra o projeto escola sem partido, à flexibilização de armas e excludente de ilicitude – mas defendia a intervenção no Rio de Janeiro. Mostrou-se incomodado com a proposta de revisão da Lei de Anistia – possibilidade ventilada na época -, alegando que a anistia no Brasil se deu com a participação do Congresso Nacional e da oposição. “A Lei de Anistia, além da legitimidade que tem, está lastreada em sólida institucionalidade”, afirmou em editorial de 2 de agosto.

O jornal também se colocou contrário às cotas raciais, sob a alegação de que a disparidade social entre negros e brancos se dá “não por serem negros, mas por serem pobres”, e para resolver o problema defendeu uma educação pública de qualidade. Criticou qualquer possibilidade de censura - como o movimento contra a mostra *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* e a exclusão, por parte do Facebook, de páginas e contas ligadas ao Movimento Brasil Livre, notadamente disseminadoras de notícias falsas. Defendeu a exploração de terras e de áreas de recursos naturais - alegando que devem ser

vistas como estratégica para o desenvolvimento do país – e apoiou o uso de agrotóxico no agronegócio.

Tema caro ao movimento feminista, a questão do aborto é tratada pelo O Globo como uma questão de saúde pública, defendendo a sua descriminalização. O jornal, no entanto, se mostra contraditório, já que defende a participação do setor privado na saúde pública. Ou seja, está defendendo o aborto para quem? Para quem pode pagar em uma clínica privada? São questionamentos que precisamos fazer para entender até onde vai o empenho do jornal de defender o aborto como saúde pública. A agenda do aborto perpassa uma série de questões transversais que não serão analisadas nesta pesquisa, podendo ser objeto de estudo em pesquisas futuras, onde podemos mostrar as contradições da mídia ao se posicionar em relação a determinado tema e se silenciar ou se opor a pautas que perpassam o mesmo debate.

Quando faz referência ao avanço da direita no mundo, a leitura que O Globo faz é sempre no sentido de associar os regimes autoritários à nova onda conservadora, a qual é criticada. Foi o que aconteceu na edição de 25 de março, quando tratou do avanço do conservadorismo e citou a China, Rússia, Hungria e Estados Unidos. Classificou esse cenário como uma onda autoritária que ameaça a ordem democrática. O tema é requeitado no dia 9 de junho. Em 29 de junho e 1º de agosto, O Globo volta a analisar o movimento de direita que cresce no mundo, citando a participação da Rússia, Estados Unidos e líderes europeus, numa estratégia nacionalista de extrema direita. Em 17 de agosto e 13 de setembro faz críticas ao primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, quem o jornal acusa de tentar introduzir o que chama de economia iliberal na União Europeia - “uma mescla moralista de valores religiosos e o nacional-populismo”.

Quando se reporta à América Latina, onde as forças progressistas se expandiram a partir do início deste século, o que alguns pesquisadores definem como “maré rosa”, a narrativa de O Globo é mais agressiva. No dia 26 de julho, o jornal fala da relação do PT com governos apontados pelo jornal como autoritários, como Cuba, Venezuela - alguns da África também - e, principalmente, Nicarágua, do presidente Daniel Ortega – apontado como um algoz, seguindo a linha de Fidel Castro. O jornal defende que essa ligação dos petistas com “ditadores mundo afora” deve ser explorada na campanha eleitoral, no sentido de carimbar o partido como autoritário. “Quando era poder, o partido tinha esse comportamento, mas era contido pelo Congresso.”

Os dois alvos preferenciais de O Globo – além do Brasil, claro – são os governos da Venezuela e da Argentina. O Globo classifica as eleições presidenciais na Venezuela como fraude, define o presidente Nicolás Maduro como ditador e o regime venezuelano de cleptocracia (governo de ladrões). Quase sempre, o jornal vincula Maduro - e outros chefes de Estado da América Latina apontados como autoritários - ao PT e a Lula<sup>39</sup>. Embora na edição de 12 de setembro O Globo critique a estratégia de os EUA negociarem um golpe para derrubar o governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, em 25 de novembro o periódico defende uma ação conjunta dos EUA e Brasil para pôr fim ao governo Maduro, colocando como preocupação apenas poupar o povo venezuelano.

Sobre a Argentina, a ex-presidenta Cristina Kirchner é sempre comparada a Lula, já que ela também é alvo de investigação, em uma operação semelhante à Lava Jato. No dia 18 de junho, *O Tema em discussão* foi sobre a política na América Latina. Com o título “O nacional-populismo na América Latina”, o texto já começa com um forte ataque a governos de centro-esquerda na região, se referindo sobretudo ao Brasil (Lula e Dilma) e à Argentina (era Kirchner). O jornal sugere o fim desse ciclo, o qual chama de praga ideológica. Eis o *lead* (termo que se refere ao primeiro parágrafo, que deve resumir a ideia central do texto):

O ciclo de nacional-populismo por que passa a América Latina está no fim, e países da região que foram contaminados por essa praga ideológica tratam, sob novos governos, de reparar danos, para recuperar empregos e renda perdidos devidos a clássicas políticas demagógicas – subsídios sem critérios técnicos rígidos, aumentos salariais concedidos acima do avanço da produtividade, tudo resultando em inflação, entre outros males. Brasil e Argentina são os maiores exemplos, passados o lulopetismo e o kirchnerismo.

Na sequência, o texto inclui o “bolivarianismo chavista” para dizer que, junto com o Brasil e Argentina, ajudou a implantar um projeto retrógrado na América Latina, o qual se mostra enfraquecido a partir exclusão da Venezuela do Mercosul. O jornal diz que “o fracasso do populismo no continente abre espaço para outras alianças na região e fora dela<sup>40</sup>.”

Além do governo da Venezuela e de Cristina Kirchner, na Argentina, O Globo faz questão de associar o PT aos governos de Cuba, Nicarágua, alguns da África, entre outros,

---

<sup>39</sup> Essa narrativa esteve presente nos editoriais de 19 e 22 de maio, 7 e 26 de agosto, 12 de outubro, 15 e 25 de dezembro.

<sup>40</sup> Essa temática volta a ser explorada nos editoriais de 12, 15 e 28 de agosto e 24 de setembro.

sempre apontados como autoritários. Em editorial de 27 de setembro, traça um paralelo entre a crise financeira argentina e a realidade brasileira. Critica o fato de o então presidente Maurício Macri não ter aprovado as reformas necessárias e compara o caso ao Brasil, lembrando que o próximo presidente precisa implementar as reformas necessárias para que no país não aconteça o mesmo.

Na edição de 19 de junho, o jornal comemorou a vitória de Iván Duque, na Colômbia, candidato conservador que disputou a eleição contra Gustavo Petro, nome apoiado pela esquerda. Para o periódico, a vitória de Iván representa um passo na consolidação democrática do país. Em um dos dois editoriais do dia 30 de junho, a pauta são as eleições no México, que iriam acontecer no dia seguinte, apontando o favorito, Andrés Manuel López Obrador, como o candidato nacional-populista de centro-esquerda. Para o jornal, caso a vitória se confirme – e se confirmou – o México poderia entrar na mesma rota “da combatida Venezuela bolivariana.”

Em 20 de novembro, o jornal coloca em relevo a relação do PT com o governo cubano, quando trata da saída do programa Mais Médicos do Brasil e aproveita para atacar os governos petistas. “A vinda dos cubanos pelo Mais Médicos foi uma ideia matreira: de alguma forma, preenchia o vazio na saúde pública em áreas carentes, servia de propaganda lulopetista e ainda desviava dinheiro do contribuinte brasileiro para ajudar a debilitada ditadura companheira.” Na mesma linha, no dia 24, O Globo faz duras críticas aos governos petista e cubano, citando o Mais Médicos. O jornal acusa a administração Dilma Rousseff de ter favorecido o governo amigo através do programa de saúde, como uma forma de Cuba pagar ao Brasil “dívidas que a Ilha contraíra junto ao grande aliado sul-americano”.

A seguir uma representação gráfica e formato de nuvens de palavras, mês a mês, dos editoriais de O Globo, dentro do recorte temporal desta pesquisa:

## Março

### Apoia Lava Jato

Critica avanço de governos conservadores no mundo/Europa/Ásia e EUA

## Defende prisão de Lula/pressão no STF

Defende ilegalidade da candidatura de Lula Associa PT à corrupção

### Defende reforma da Previdência

Apoia exploração de terras e recursos naturais

Critica política econômica dos governos do PT

Critica atentado ao ônibus da caravana de Lula

## Abril

Acusa PT de ser antidemocrático

Critica política econômica dos governos do PT

Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas

Apoia Lava Jato Cita corrupção no PSDB

## Defende prisão de Lula/pressão no STF

Critica HC de Antonio Palocci Defende reforma da Previdência

Critica funcionalismo público Defende reforma trabalhista

Explora termo Lulopetismo

Defende ilegalidade na candidatura de Lula

Defende privatizações

Critica corrupção do governo Temer

## Mai

Critica política econômica dos governos do PT

Elogia candidatura de Geraldo Alckmin

Elogia governo Temer Defende reforma da Previdência

Critica greve dos caminhoneiros

Critica relação do PT com outros países/diplomacia

Acusa corrupção nos governos do PT

Explora termo Lulopetismo

Defende teto dos gastos Defende reformas neoliberais

Critica corrupção do governo Temer

É contra a revisão da Lei de Anistia Defende livre concorrência

Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT

Defende Petrobras/aumento de gasolina

Defende um candidato outsider

Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas

## Junho

Comemora vitória de Iván Duque, na Colômbia, candidato conservador  
**Critica política econômica dos governos do PT**  
 É contra tentativa de soltar Lula **Defende privatizações** **Critica isenção fiscal**  
**Critica funcionalismo público** **Critica greve dos caminhoneiros**  
**Defende reforma trabalhista** **Defende reformas neoliberais**  
**Apoia Lava Jato** **Defende reforma da Previdência**  
**Critica candidatura de Ciro Gomes** **Explora termo Lulopetismo**  
**Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas**  
 Defende ilegalidade candidatura de Lula **É a favor do aborto**  
**Critica avanço de governos conservadores no mundo/Europa/Ásia e EUA**  
**Elogia governo Temer** **Critica tamanho do Estado** **Cita corrupção nos governos do PT**  
 Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT

## Julho

**Defende ilegalidade candidatura de Lula**  
 Defende reformas neoliberais **Associa Corrupção aos governos do PT**  
**Critica greve dos caminhoneiros** **Cita corrupção no governo Temer**  
**Defende privatizações** **Explora termo Lulopetismo**  
**É contra cotas raciais** **É contra tentativa de soltar Lula**  
 Defende reforma trabalhista/terceirização **Defende reforma da Previdência**  
**Apoia Lava Jato**  
 Defende fusão entre Embraer e Boeing **Apoia candidatura de Geraldo Alckmin**  
**Critica programas sociais/possíveis fraudes** **Defende uso de agrotóxico no agronegócio**  
**Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas**  
 Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT

## Agosto

É contra a flexibilização de armas **Critica Viktor Orbán/Hungria**  
**Elogia PSDB Associa volta de doenças aos governos do PT/vacinação**  
 Defende manutenção do teto dos gastos e desindexação de rubricas carimbadas no orçamento  
**Apoia Lava Jato Critica regulação da mídia defendida pelo PT**  
 Critica programa de governo do PT **Associa corrupção aos governos do PT**  
**Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT**  
**Critica política econômica dos governos do PT** É contra a censura  
 É a favor do aborto **Critica Lula por negociar acordo com PSB na cadeia Elogia Geraldo Alckmin**  
**Defende reforma da Previdência**  
 Associa corrupção ao governo PT/MDB e sugere eleitor a votar contra essas legendas  
**Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas Relaciona PT a Hugo Chávez**  
**Defende Plano de Segurança Nacional Critica funcionalismo público**  
 Defende ilegalidade candidatura de Lula **Defende privatizações**  
**É contra a revisão da Lei de Anistia Defende reajuste para ministros do STF**

## Setembro

**Associa PT à violência na política**  
**Defende reforma trabalhista Critica Viktor Orbán/Hungria**  
**É Contra a volta da CPMF Associa PT a disseminação de fake news**  
 É contra censura **Defende reforma da Previdência**  
**Critica Fernando Haddad Critica Ciro Gomes**  
**Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT**  
**Critica Bolsonaro Defende exploração do pré-sal pela iniciativa privada**  
**Acusa Lula de comandar o PT de dentro da cadeia Explora termo Lulopetismo**  
**Critica atentado contra Bolsonaro Compara Haddad a Bolsonaro**  
**Defende reformas neoliberais Defende privatizações**  
 Critica política econômica dos governos do PT  
**Defende ilegalidade candidatura Lula**  
**Critica funcionalismo público**

## Outubro

*Classifica Bolsonaro como outsider*  
*Defende diminuição de pensão e aposentadorias*  
*Defende Bolsonaro por não participar de debates devido à facada*  
*Associa corrupção ao governo do PT*  
**Cobra propostas dos candidatos agenda econômica/reformas**  
*Cobra autocrítica do PT Critica política econômica dos governos do PT*  
**Defende reforma da Previdência**  
*Comemora derrota do PT na votação do primeiro turno É contra flexibilização de armas*  
*Critica funcionalismo público Compara Haddad a Bolsonaro*  
*Defende alternância de poder Elogia Paulo Guedes Apoia Lava Jato*  
*Defende reformas neoliberais Critica programa de governo de Fernando Haddad*  
*Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT*  
*Associa PT à disseminação de fake news*  
*Explora termo Lulopetismo*  
*Critica juiz Sérgio Moro*

## Novembro

*Elogia ministros indicados para o próximo governo e diz que Bolsonaro não se utiliza do fisiologismo*  
**Explora termo Lulopetismo** *Cobra autocrítica do PT*  
*Comemora derrota do PT em Minas Gerais*  
*Apoia Lava Jato* **Defende privatizações** *Elogia governo Temer*  
*É contra o projeto Escola sem Partido*  
**Critica política econômica dos governos do PT**  
*Critica governo da Venezuela Defende mercado externo Ataca Lula*  
*Elogia indicação de Sérgio Moro para ser ministro da Justiça*  
*Afirma que a democracia se fortalece com vitória de Bolsonaro*  
*É contra a flexibilização das armas Associa corrupção aos governos do PT*  
*Elogia governo eleito, mas critica Bolsonaro Defende reforma neoliberais*  
*Critica indicações ideológicas para o ministério de Bolsonaro/compara a Lula*



## Dezembro

*Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT*

*É contra o repasse de recursos para o Sistema S* *Defende abertura do mercado externo*

*Elogia governo Temer* *Afirma que vitória de Bolsonaro é positiva para a democracia*

*Defende privatizações* *Elogia ministeriáveis do governo Bolsonaro*

*Critica política econômica dos governos do PT* *Cobra reformas a Bolsonaro*

*Defende reforma da Previdência*

*É contra as propostas de Bolsonaro para o meio ambiente* *Critica funcionalismo público*

*Isenta Bolsonaro da rachadinha de Flávio Bolsonaro*

*Critica Ricardo Lewandowski por autorizar reajuste para o funcionalismo em 2019*

*Critica indicações ideológicas entre os ministeriáveis de Bolsonaro/compara a Lula*

*Elogia fusão da Embraer com a Boeing* *Elogia governo eleito, mas critica Bolsonaro*

*Defende desindexação do orçamento*

## Janeiro/2019\*

*Ataca governos do PT*

*Afirma que democracia está fortalecida com a posse de Bolsonaro*

*Elogia o governo Temer*

*\*A pesquisa só analisa os dois primeiros dias de janeiro, que correspondem à data da posse de Bolsonaro e à cobertura do evento por parte dos dois jornais analisados neste estudo.*

Depois de tudo o que está exposto dá para ter uma noção do que representa a atuação ideológica de O Globo. Os editoriais do jornal dizem muito sobre a empresa jornalística, o que é ratificado pela longa, mas importante, citação de Gramsci (2011), que bem resume o papel dos intelectuais na nossa sociedade.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. [...] Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria etc). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o

seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (GRAMSCI, 2011, p. 203).

### **4.3. Os editoriais da Folha de S.Paulo**

#### **4.3.1 O viés político**

Assim como em O Globo, boa parte dos editoriais da Folha de S.Paulo em março de 2018 foi dedicada ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prisão após a condenação em segunda instância, previsto para acontecer em abril. Naquele momento, já havia ocorrido um julgamento igual no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no qual o Tribunal negou um *Habeas Corpus* (HC) a Lula, condenado em segunda instância. A decisão do SJT foi tema de um editorial da Folha no dia 8, quando o jornal afirmou existir uma pressão contra o Judiciário, tanto por partidários de Lula quanto por oponentes do petista. O texto defendeu penas alternativas para condenados que não cometeram crimes violentos. No entanto, diz que o caso de Lula não pode ser enquadrado nessa lógica, sob o argumento de o tema necessitar de “debate e aperfeiçoamento legislativo, não de decisões oportunistas e casuístas. [...] As leis que estão aí valem para todos, incluindo um político popular e líder nas pesquisas de intenção de votos para presidente.”

Em 22 de março, um dos editoriais defende a prisão a partir da condenação em segunda instância e diz que seria desmoralizante se o STF revertesse a legislação em voga. “Mais constrangedor seria fazê-lo de modo oblíquo, no julgamento de um caso em particular. [...] O STF estará sob suspeita de casuísmo e ligeireza se agora modificar seu entendimento.” Dois dias depois, a Folha afirma que o Judiciário passa por desgaste, elencando entre os motivos o debate em torno da prisão em segunda instância – com destaque para a prisão ou não de Lula – e do auxílio moradia de juízes.

No dia do julgamento no STF, 4 de abril, a Folha, novamente, sai em defesa da prisão em segunda instância. Lembra do pouco tempo em que a legislação fora alterada – entre 2009 e 2016 só era possível prender um condenado após o trânsito em julgado e, em 2016,

passou a valer a prisão a partir da condenação em segunda instância – e diz que “[...] os magistrados farão melhor em não rever uma decisão tão recente – e não só por ela ser virtuosa. Importa, também, preservar estabilidade jurídica institucional do país.” No dia seguinte, a Folha publica um editorial rechaçando o *twitter* do general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, pressionando o STF a negar o HC a Lula, publicado na noite do dia 3, véspera do julgamento na Corte. Classificou a manifestação de desastrosa e um desserviço prestado por “alguém a quem cabe zelar pela obediência do Exército ao comando civil.”

Ainda sobre o julgamento do HC de Lula, a Folha seguiu com o assunto no dia 6 de abril, quando tratou do placar apertado no STF (6 a 5), evitando, por pouco, uma “decisão que abalaria sua credibilidade.” O jornal elogiou o voto de Rosa Weber contra o HC e criticou o de Gilmar Mendes, que votou a favor. No sábado 7, a empresa jornalística defende a prisão de Lula, decretada dois dias antes por Sérgio Moro, sob o argumento de que “se inscreve na plena normalidade republicana.” Diz ainda que a condenação do petista está “fundamentada em provas consistentes de corrupção, condenações em duas instâncias e *habeas corpus* negados nos tribunais superiores.” Conclui afirmando que, com a prisão, o “progresso se confirma”. Dois dias após a prisão de Lula, em 9 de abril, o periódico publicou um texto cogitando sobre quem assumiria o que chamou de herança política deixada por Lula e lançou dúvidas acerca da coesão no PT e na esquerda e diz não enxergar “liderança em condição de renovar o debate programático.”

Em maio, dia 5, a Folha comentou sobre os processos envolvendo Lula, afirmando que o ex-presidente está tendo acesso a todos os mecanismos de defesa, os quais vêm sendo apreciados em detalhe. Analisou duas decisões de Dias Toffoli, uma que tirou parte do processo do petista da Lava Jato - referente à delação de executivos da Odebrecht sem ligação com a Petrobras - e outra que negou aos advogados de Lula que todas as investigações fossem encaminhadas para São Paulo. Aproveitou para citar alguns detalhes da delação, como a denúncia de que a construtora teria destinado R\$ 35 milhões ao Instituto Lula, “em troca de simpatias do ex-presidente.”

No dia 16 de junho, um dos editoriais coloca em xeque a legislação brasileira por conta da decisão apertada (6 a 5) do STF em suspender o procedimento de condução coercitiva. A polêmica se deu pela associação feita à condução coercitiva de Lula, em março de 2016. A Folha opina que “tais exageros precisam de fato ser coibidos. Entretanto, a

abolição das conduções coercitivas em toda e qualquer situação deixa uma lacuna que corre o risco de ser preenchida por outras providências discutíveis”, se referindo à prisão temporária.

Lula também pautou um dos editoriais de 10 de julho, quando a Folha atacou o desembargador Rogério Fraveto por ter autorizado a liberação do petista da cadeia, gerando uma grande celeuma jurídica, sendo acionados outros três magistrados para manter Lula preso - um deles foi Sérgio Moro, que, de férias, agiu para impedir que Lula saísse da prisão. O jornal criticou a confusão e comemorou a decisão final, alertando que, se Lula fosse solto, teria ganhos políticos e eleitorais. “Tivesse a libertação sido consumada, mesmo que por pouco tempo, haveria a chance de promover imagens e declarações para o eleitorado cativo ou simpatizante.”

Os textos referentes à prisão de Lula se somam a outros tantos negativos para o PT que foram publicados pela Folha de S.Paulo ao longo de 2018 e que reforçam a narrativa antipetista perante a opinião pública. “Para continuar exercendo a hegemonia cultural, a mídia precisa preservar margens de consentimento e consenso sociais ao duplo papel de que se investe: o de principal fonte de informação e conhecimento da realidade e o de suposta intérprete de aspirações de seus leitores, ouvintes, telespectadores e usuários.” (MORAES, 2016, p. 125).

Em 19 de março, ao se referir à Petrobras, o jornal afirma existir uma “dívida monstruosa acumulada durante o governo Dilma Rousseff”. Dez dias depois, com o título “Na Idade da Pedra”, um dos editoriais rechaça o atentado a tiro contra o ônibus da caravana de Lula no Paraná, mas pondera: “o PT, por seu papel central nos escândalos recentes de corrupção, não teria como escapar ileso da indignação geral”, meio que justificando o crime. Critica Geraldo Alckmin por dizer que Lula está colhendo o que plantou, mas aponta alguns motivos para a radicalização e a violência na política, associando o problema ao PT e à disseminação de *fake news*. Vincula a violência no campo ao MST – que associa ao PT -, por praticar com frequência “deploráveis atos de vandalismo”, e afirma que os petistas saem como vítimas do atentado à caravana “para livrar-se das sólidas acusações que os colocam no estado de prestar contas à Justiça.”

Em 2 de abril, a Folha sai em defesa do documentário *O Mecanismo*, do diretor José Padilha, que tem como enredo a atuação da Operação Lava Jato. No filme, há uma cena em

que o personagem Lula reproduz uma frase que na vida real é de autoria do então senador Romero Jucá, o que provocou revolta de muitas pessoas. A frase é “estancar a sangria”, a qual foi dita por Jucá ao ex-diretor da Petrobrás, Sérgio Machado, como forma de interromper o ritmo das investigações da Lava Jato. Para o jornal, a cobrança é desnecessária, já que a película é ficção e que é preciso respeitar a liberdade artística.

Com o título “Truculentos e pueris” e subtítulo “Com motivos que beiram o ridículo, invasões promovidas pelo MST e MTST nos últimos dias só revelam a ausência de ideias e o vazio de lideranças”, a Folha de S.Paulo dá uma grande contribuição à criminalização dos movimentos sociais e ainda associa a atuação deles ao PT, Lula e Dilma. Assim foi um dos editoriais de 18 de abril. O texto, nada sutil, começa afirmando que “Desde os estertores do governo Dilma Rousseff, dirigentes do PT, entidades e movimentos que gravitam em torno do partido falam da iminência de grandes e talvez sangrentas manifestações populares”, complementando que o *impeachment* de Dilma e a prisão de Lula tiveram apoio da maioria da população e que, se há rejeição ao governo Temer, há um apoio generalizado à Lava Jato.

O texto segue no ataque aos movimentos sociais: “atos violentos, como de costume, partem de militantes exaltados e agremiações organizadas como [...] MST e [...] MTST – cujos propósitos, nesses momentos, guardam escassa relação com o significado das siglas.” A eloquência do texto foi para se referir à ocupação do MST, na fazenda do empresário paulista Oscar Maroni – que distribuiu gratuitamente cerveja na sua casa noturna em São Paulo para comemorar a prisão de Lula – e à ocupação pelo MTST ao triplex do Guarujá, motivo da prisão de Lula, já que ele foi acusado de receber o imóvel como propina da OAS. O jornal também reclamou da ocupação de sem terra à afiliada da Rede Globo em Salvador. Para a Folha, tais atos são “demonstrações de truculência e intolerância que nada têm a ver com o exercício democrático do direito ao protesto.” Em outros três editoriais – dias 2, 6 e 31 de maio – a Folha também tenta criminalizar os movimentos sociais<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> No dia 2, o texto é sobre o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo, ocupado por 150 famílias sem-teto, com um saldo de vários mortos. Dentre os culpados pelo acidente, o jornal aponta os movimentos que defendem as pessoas que não têm onde morar, os quais “incentivam irresponsavelmente a invasão de áreas inabitáveis.” No dia 6, a Folha volta ao tema e chama de irresponsável a gestão Dilma Rousseff, a quem acusa de utilizar o Minha Casa Minha Vida como bandeira. Cobra do Estado eficiência nos programas habitacionais e termina o texto atacando os movimentos sociais: “À sombra desse estado prospera a indústria das invasões, em que alguns movimentos chegam a ser instrumentalizados por grupos ligados à criminalidade, e especial o tráfico de droga.” No dia 31, ataca a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação Única dos Petroleiros, segundo o jornal, braços do PT, se colocando contrário à paralisação dos petroleiros. “Filiada à CUT, a Federação Única dos Petroleiros é

A tentativa de desqualificar o PT segue em editorial de 26 de abril, quando a empresa jornalística procura desfazer a tese de que o PT é perseguido pela Lava Jato, utilizando como o exemplo o andamento do processo contra o ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, que já caminha para a condenação do tucano, responsável pelo mensalão do PSDB. Diz que o caso é menor que a prisão de Lula, mas que tem um valor simbólico por desconstruir o discurso do PT. “Nunca foram convincentes, diga-se, as alegações petistas de um viés contra Lula por parte da Lava Jato.”

No editorial do dia 21 de junho, a Folha não poupou a Segunda Turma do STF por ter absolvido a então senadora Gleisi Hoffman e seu marido e ex-ministro, Paulo Bernardo, ambos do PT. Questionou a justificativa da corte de que as acusações contra os dois eram fruto de delações premiadas e diz que outros processos continham evidência claras contra os dois. Em 16 de julho, o periódico critica o PT por insistir na candidatura de Lula, mesmo preso e atingido pela Lei da Ficha Limpa, e diz que a tese de que o petista é inocente não encontra acolhida no Judiciário.

A menos de três meses das eleições presidenciais, em 20 de julho, a Folha publica um editorial sobre a aceitação da candidatura de Jair Bolsonaro por parte do empresariado, atrelando o apoio ao fato de ele se apresentar como o principal nome antipetista na disputa. “É normal esperar, das chamadas elites empresariais, que manifestem sentimentos de aversão à aventura econômica e à turbulência política”, diz o texto, acrescentando que Bolsonaro foi o mais aplaudido entre todos os presidenciáveis que participaram de eventos com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e que o presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, teria dito não ter receio de um governo Bolsonaro. No meio do texto reforça o discurso antipetista, o que favorece Bolsonaro: “A saturação com os discursos e os métodos da esquerda populista, depois da catástrofe do governo Dilma Rousseff e da derrocada ética do PT, naturalmente favorecem quem se apresentar como seu adversário mais radical e intransigente.”

Cinco dias depois, a Folha ataca Fernando Haddad, acusando-o de não apresentar propostas para o país. Critica a ideia do PT em regular a mídia, a qual define como censura, diz que o petista é evasivo ao fugir do tema da reforma da Previdência e rechaça a proposta

---

companheira de viagem do desastre político, econômico e moral dos anos finais da administração política. [...] Nesse período a Petrobras foi saqueada e endividada até quase a ruína por investimentos incompetentes, corrupção e tabelamento de preços, sem que se ouvissem protestos da CUT e da FUP.”

do candidato de retomar os investimentos na Petrobras, o que faz o texto concluir que o PT tenta “fugir do acerto de contas com o passado. Em vez de assumir sua responsabilidade pela crise que o país atravessa e apontar saídas, o PT parece apostar na nostalgia e no proselitismo.”

Em 3 de agosto, o jornal pressionou o Judiciário a pôr fim à novela da candidatura de Lula, que se enquadrava na Lei da Filha Limpa. Afirma existir um farto material que comprova o envolvimento de Lula em corrupção e cobra autocrítica do PT. Cinco dias depois, um dos editoriais critica o PT por insistir na candidatura. No segundo editorial do dia 8, a Folha acusa o MDB e os partidos do centrão de fazerem coligação no “toma-lá-dá-cá”, associando a prática aos governos petistas. Diz que o eleitor não tolera mais esse tipo de acordo, ressalta o trabalho desenvolvido pela Lava Jato e lembra os casos de corrupção que envolvem esses partidos.

Sobre a Lava Jato, ora a Folha apoia, ora trata com desconfiança. Em 18 de março, por exemplo, o jornal imprime críticas à operação, embora se coloque favorável à mesma. Ao lembrar os quatro anos de atuação da força tarefa de Curitiba, diz que a Lava Jato foi capaz de abalar “a ideia de que ricos e políticos sempre se safam da Justiça”, mas reclama que isso tenha alimentado “mitos e presunções”, promovendo membros do Ministério Público e do Judiciário, que “ganham uma perigosa aura de messianismo e infalibilidade”, ao que parece, se referindo ao procurador Dalton Dallagnol e ao então juiz Sérgio Moro. Em 27 de abril, a Folha saiu em defesa da Lava Jato e se posicionou contrária ao STF, que decidiu retirar de Curitiba o processo do sítio de Atibaia, no qual Lula é acusado de receber como propina da Odebrecht a reforma da residência, e a compra de um terreno para o Instituto Lula. O processo foi transferido para a Justiça Federal de São Paulo.

Em 15 de julho, a Folha volta a lançar dúvidas ao trabalho da Lava Jato. Criticou o recurso da delação premiada, sem que venha acompanhada de provas concretas, utilizando como exemplo processos que envolviam o banqueiro André Esteves (BTG), o ex-senador Delcídio do Amaral e Lula, que tinham sido absolvidos da acusação de obstrução da Justiça. “O anseio compreensivo pelo fim da impunidade não pode levar a atalhos que contornem as exigências dos processos corretos.” Oito dias depois, o jornal publica um texto sobre acusações de recebimento de propina por um conselheiro do TCE de São Paulo. Depois de elogiar a Lava Jato, o jornal faz algumas ponderações, diz que a celeridade da operação traz esperança para a população, mas suscita dúvida de imparcialidade.

Em 18 de agosto a empresa jornalística concordou com o STF em colocar limites nas delações premiadas. Todavia, ressaltou que a colaboração de criminosos tem ajudado nas investigações e que vai caber ao Supremo o equilíbrio nas delações. Em 14 de setembro, questiona o Ministério Público por encaminhar denúncias contra Haddad, Alckmin e Beto Richa em pleno período eleitoral. Depois de elogiar a Lava Jato por “extraordinários feitos”, o jornal cobra do MP mecanismos de autocontrole, colocando em dúvida o tempo entre fatos investigados, depoimentos colhidos e apresentação das denúncias e chama atenção para os limites no exercício da autoridade dos procuradores.

Num dos editoriais do dia 16 de agosto, o jornal ataca o PT em insistir na candidatura de Lula e no discurso de que “eleição sem Lula é fraude”, tratado como mais uma falácia fabricada pelo partido. Depois de defender o Judiciário - que, segundo o jornal, o PT e Lula tentam deslegitimar -, o texto classifica como um risco eleger um petista como presidente, uma vez que ele iria facilitar a liberação de Lula, endossando o clímax antiPT. “Não é difícil cogitar a hipótese de um representante do PT eleger-se presidente da República e colocar-se diante da oportunidade de conceder perdão aos companheiros do partido condenados na Lava Jato, incluindo Lula. Ou de solapar a autonomia das instituições de controle de exercício do poder.” Ao final, o periódico lembra que não apoiou o *impeachment* de Dilma, mas sim a renúncia da chapa e a realização de novas eleições. Sobre a dicotomia PT e antiPT, no dia 22 de agosto a Folha repudia as duas opções. Lamenta o PT ter trocado “a necessária autocrítica pelo messianismo de Lula”, que, ao se defender, ataca o Judiciário, e define como “triste fenômeno” a força de Bolsonaro, que seduz o eleitorado conservador por um candidato “de discurso demagógico, não raro autoritário, e flagrante despreparo para o cargo que almeja.”

Com o título “Verborragia perigosa”, o editorial do dia 3 de setembro é um daqueles que valeria a pena sua reprodução na íntegra. É um exemplo de tentativa de extirpar da disputa política o PT e Bolsonaro, o que abriria caminho para o candidato do jornal, leia-se Geraldo Alckmin. Coloca no mesmo nível Bolsonaro e o PT, destacando que, enquanto Bolsonaro afirma que se não ganhar as eleições o pleito será fraudado por violações nas urnas eletrônicas, o PT utiliza o discurso de que “eleição sem Lula é fraude”, depois que o TSE considerou Lula inelegível. Diz que tal verborragia contamina o debate político e “envenena o ambiente democrático”. Colocando os dois candidatos no mesmo patamar de radicalismo, afirma que, dessa forma, “oponentes tornam-se inimigos a serem eliminados da



vida política e hostilizados nas ruas” e diz que tal polarização incita a violência: “Afinal, se a eleição é fraudada, como afirmam de uma maneira ou outra, por que aceitar seus resultados?” E insinua que Bolsonaro e o PT podem dar um golpe: “Deixa-se no ar, de modo insidioso, que haveria outros meios de alcançar o poder ou de tomá-lo.”

Em 13 de setembro, ao falar da oficialização da candidatura de Haddad em substituição ao nome de Lula, o periódico tenta desqualificar o ex-ministro da Educação, primeiro ao defini-lo como poste e preposto de Lula e ainda fazendo analogia à campanha de 2010, quanto Lula endossou outro poste, no caso Dilma Rousseff, o que, segundo o jornal, foi um desastre – e, portanto, o desastre se repetiria com Haddad. “Se tal imagem (a de poste) já não convém a um presidencial, há o agravante da experiência vivida com o desfecho desastroso do governo Dilma Rousseff, outra criação de Lula.” Conclui afirmando que uma possível vitória de Haddad representa um risco para o país. “Dado que o candidato tem chances reais de vitória, a tentativa de associá-lo à memória dos anos Lula, somada a uma discussão programática rasa, eleva o risco de novo estelionato eleitoral.”

Dois dias depois, a empresa jornalística traz um texto com números de pesquisa eleitoral em que se credenciam para o segundo turno Bolsonaro e Haddad, ou seja, o antipetismo e o PT. Considerando uma diferença não tão grande entre os outros três candidatos que aparecem em melhores condições na pesquisa (Ciro, Alckmin e Marina), o jornal sugere o voto útil e aponta Alckmin como o que disputa o antipetismo com Bolsonaro. A Folha volta a defender o voto útil no dia 20 de setembro – cerca de 15 dias antes do primeiro turno. Recorre aos números da última pesquisa Datafolha, que mostram a polarização entre Bolsonaro e Haddad. Segundo a Folha, se os números não mudarem, “caminha-se para um segundo turno radicalizado – a opor o antipetismo, representado com laivos autoritários por Bolsonaro, e o lulismo em sua versão mais messiânica e revanchista.”

Mais um editorial voltado a defender o voto útil e falar da dicotomia Bolsonaro *versus* Haddad (antiPT e PT). Foi no dia 29 de setembro, uma semana antes das eleições. Citou dados de mais uma pesquisa Datafolha, mostrando que grande parcela do eleitoral não vota nem em um nem no outro por conta da polarização, ambos com altos índices de rejeição. Incentiva o voto útil e diz que resta a Alckmin utilizar a estratégia de que, como antipetista, ele tem mais chance de derrotar Haddad que Bolsonaro no segundo turno. Conclui falando da ameaça que é resumir o pleito ao PT e ao antiPT, o que “suscita apreensões quanto às perspectivas de o país encontrar alguma pacificação do cenário político.”

A última aposta no voto útil foi uma semana antes do primeiro turno, quando a Folha de S.Paulo publicou na capa do jornal um editorial com esse propósito - além dos dois editoriais internos -, criticando abertamente os dois candidatos mais cotados para o segundo turno. Foi no domingo 30 de setembro, uma tentativa de fazer o eleitor mudar o voto nos 45 minutos do segundo tempo. Começou falando de Bolsonaro, a quem chamou de “nanico inconsequente”. Disse não tolerar um presidente que flerta com os torturadores e com a pistolagem, que debocha das mulheres e despreza as minorias. Criticou ainda o candidato do PSL por colocar sob suspeita as urnas eletrônicas.

A Folha acusou Haddad de antidemocrático por utilizar o bordão “eleição sem Lula é fraude” e por questionar as “decisões legítimas da Justiça e do Congresso”. Disse que as acusações de corrupção envolvendo as gestões petistas ainda não foram “objeto de autocrítica da legenda nem de seu candidato” e ainda criticou o PT por apoiar “incondicionalmente” o governo da Venezuela, que definiu como “atroz ditadura”. E continua na crítica: “A atitude de Haddad e de seus companheiros leva boa parte do eleitorado a desconfiar da profundidade de seu compromisso como Estado democrático de direito”. Conclui afirmando que tanto Bolsonaro quanto Haddad têm o desejo de intimidar a imprensa, reduzir o poder do Congresso e de alterar o funcionamento do STF.

Em setembro, mês que antecede o primeiro turno, os editoriais da Folha foram ainda mais direcionados para a disputa presidencial. Dia 18, expõe a candidatura de Haddad e cita um dos economistas de maior destaque no PT, Márcio Pochmann - um crítico ao neoliberalismo -, como uma maneira de deslegitimar a estratégia do palanque petista em se aproximar do centro, com alinhamento a propostas reformistas. Compara a estratégia ao que ocorreu em 2002, quando Lula publicou a *Carta ao Povo Brasileiro* para ficar mais palatável ao mercado financeiro, e diz que o candidato petista defende ideias demagógicas, como a isenção do imposto de renda a ganhos até cinco salários mínimos.

Quatro dias depois, o periódico comenta a movimentação de FHC de convocar as forças do centro para apoiarem Alckmin como forma de evitar a vitória de Bolsonaro ou de Haddad, candidaturas apontadas sempre de forma analógica, embora em polos extremos. Faz leve crítica à iniciativa de FHC, lembrando que Alckmin está desgastado porque seu partido já não representa o antipetismo e critica tanto Haddad quanto Bolsonaro: vincula o militar ao autoritarismo e diz que ele é despreparado, enquanto desacredita o candidato petista por

utilizar acusações “farsescas” de golpe contra Dilma e perseguição política-judicial a Lula e ainda prometer “um retorno mágico à bonança social da década passada.”

Em um dos editoriais de 27 de setembro, a Folha começa falando da intervenção militar no Rio de Janeiro para, na sequência, entrar no tema da reforma Previdência. Fala que as candidaturas de Bolsonaro e Haddad representam um risco para a aprovação da reforma. Segundo o texto, seja um ou o outro o novo presidente, “um acordo de votação em curto prazo soa improvável.”

Além do editorial de capa já citado aqui, no domingo anterior à eleição, 30 de setembro, no tradicional editorial da página A-2, a Folha criticou as propostas dos presidenciáveis apresentadas na campanha, as quais chamou de besteiro e planos mirabolantes. Afirmou que os candidatos não trataram com rigor os problemas reais do país, sobretudo na área econômica, destacando como exemplo Fernando Haddad, que propôs a isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos. Aproveitou para defender, mais uma vez, a aprovação das reformas, redução com gastos com o funcionalismo, aposentadorias e programas sociais.

Na semana do primeiro turno, a Folha segue na campanha antiPT. Em 3 de outubro, num texto sobre a crescente rejeição de Haddad nas pesquisas, o jornal cobra autocrítica por parte do PT, cita a declaração de Dirceu de que o partido iria tomar o poder e afirma que Haddad esquiva-se, “tanto quanto possível de questões referentes aos desvios bilionários descobertos na Petrobras e à catástrofe recessiva produzida por Dilma Rousseff.” Cita também o ato que considerou duvidoso de Sérgio Moro, que decidiu divulgar a delação de Antonio Palocci na semana da eleição, mas relembra as denúncias de corrupção que recaem sobre no PT. Conclui afirmando ser “difícil convencer que seu mentor (Lula) não sabia sobre o estupendo volume de negócios escusos nas administrações de seu partido.”

No dia 4 de outubro, ao comemorar os 30 anos da Constituição Federal, a Folha criticou as propostas de Fernando Haddad, de convocação de uma constituinte exclusiva, e de Hamilton Mourão, que propôs uma constituinte formada por “notáveis”, propostas classificadas pela Folha como “soluções pirotécnicas.” Conclui defendendo reformas através de emendas constitucionais. “A urgência de reformas não justifica atalhos capazes de envenenar ainda mais o ambiente político ou comprometer a qualidade da nossa democracia.”

Em um editorial apresentando dados da pesquisa Datafolha dois dias antes do primeiro turno, em 5 de outubro a Folha, mais uma vez, coloca no mesmo nível Haddad e Bolsonaro e ainda aposta a última ficha em Alckmin, apontado pelo jornal como “a opção mais segura para o eleitorado antipetista.” Diz que Bolsonaro não tem experiência no Executivo nem conhece seu próprio programa de governo, está em uma legenda inexpressiva e “cultiva uma retórica de intolerância, quando não de autoritarismo”. Iguala o militar a Haddad, por chamar seus opositores de golpistas e por não assumir “a corrupção e a ruína econômica em seus governos. Seu líder máximo (Lula) conduz a campanha na prisão, em Curitiba.” Na véspera da eleição, sábado 6 de outubro, a Folha critica o programa de governo dos dois candidatos, que, segundo o jornal, não apresentam propostas palpáveis para enfrentar a grave crise econômica. Aproveita para defender as reformas e atacar o que chama de “salários exagerados, aposentadorias precoces, subsídios e benefícios tributários.”

O resultado das eleições foi tema de um dos editoriais da Folha, no dia 8 de outubro, tendo como foco o avanço da direita demonstrado nas urnas. Apontou defeitos nas candidaturas de Bolsonaro e de Haddad, com mais ênfase para Haddad, de quem cobrou autocrítica. Finalizou acusando os dois palanques de radicalizarem a disputa. No dia seguinte, destacou o desenho político do Congresso Nacional a partir da próxima legislatura, fruto das eleições de outubro. No meio do texto, fala dos arranjos fisiológicos que são feitos para se ter a coalizão e cita os governos Lula como exemplo. Dois dias depois, o periódico voltou a comparar Haddad a Bolsonaro, destacando que a militância de ambos é, não raro, radical e sectária.

No dia 11 de outubro, a Folha destaca o resultado da primeira pesquisa Datafolha, em que Bolsonaro dispara na frente de Haddad. No texto, ataca o PT. Diz que as boas práticas econômicas do primeiro governo Lula não oxigenaram as ideias do partido e o maior exemplo foi a “desastrada” gestão de Dilma. Além disso, diz que depois do *impeachment* a legenda “regrediu a um radicalismo de fachada.” Por fim, coloca em relevo o caráter antipetista de Bolsonaro. Em 15 de outubro, a Folha condenou a violência provocada por preferências ideológicas, afirmando que ela está presente nos dois palanques, tanto no de Bolsonaro quanto no de Haddad. Cita o assassinato de um capoeirista em Salvador – eleitor de Haddad - e a agressão a um antilulista que comemorava a prisão de Lula e um petista o empurrou em direção a um caminhão – este fato aconteceu em abril.

No dia 18 de outubro, mais um editorial cobrando autocrítica do PT, destacando a dificuldade de o partido conseguir adesão para a criação de uma frente ampla contra Bolsonaro, com o intuito de agregar legendas de diferentes colorações que defendem a democracia. Seis dias depois, a empresa jornalística se debruçou sobre o programa de governo de Haddad, afirmando que o documento não é realista e que mantém o jogo do faz de conta do desespero eleitoral. Insiste na cobrança pela autocrítica e afirma que Haddad não se inspira “na gravidade do momento para virar a própria mesa, fazer uma autocrítica corajosa e tentar ser o eixo de uma alternativa democrática verdadeira.” Critica o fato de o PT alterar o programa de governo no segundo turno, com o intuito de dar uma suavizada em relação ao anterior, classificado pela Folha como um texto “rancoroso”. Cita, por exemplo, a desistência de propor uma nova constituinte e defender a autonomia do Banco Central. Insinua que o PT não tem moral para tachar Bolsonaro de antidemocrático, já que “tacha críticos e os adversários de golpistas e inimigos do povo.”

Praticamente dando como certa a vitória de Bolsonaro, a Folha, em editorial no dia 27 de outubro, cobra do candidato e sua equipe propostas claras no ramo energético e condena o governo Dilma, classificado como desastroso. No dia do segundo turno, 28 de outubro, o periódico quase que reproduziu o mesmo editorial de capa do dia 30 de setembro. Em texto único, fez duras críticas a Bolsonaro e Haddad, segundo o jornal, igualmente antidemocráticos. Repetiu o de sempre: as bravatas de Bolsonaro, a falta de autocrítica do PT e a insistência de que Dilma sofreu golpe e Lula é perseguido pelo Judiciário. Repetiu também que Bolsonaro parece mais um candidato nanico inconsequente, parecendo “mais chefe de facção que postulante à Presidência, a destilar seu ódio vil.”

Em um dos editoriais do dia 30 de outubro, a Folha bate forte no PT. Criticou o discurso de Haddad por voltar a defender a tese de que houve um golpe contra Dilma e que a prisão de Lula é injusta, o que para a Folha é uma farsa, e também pelo fato de o petista não ter ligado para cumprimentar Bolsonaro pela vitória – só fez no dia seguinte pelas redes sociais. Diz que o discurso de Haddad não passa de um “autoengano” dirigido à militância, o qual tem contribuído “para envenenar o ambiente político, enquanto a sigla mantém o culto a líderes flagrados em desmandos e se esquiva de reconhecer seus erros econômicos.” Diz ainda que o PT mantém um discurso enganoso de “mitologia dos anos de bonança sob Lula” e, desdenhando da derrota petista, afirma que “nem mesmo a impopularidade devastadora

de Michel Temer (MDB) – para nem mencionar os temores despertados pela candidatura do capitão reformado – bastou para reconduzir os petistas ao planalto.”

No dia 27 de novembro, a Folha publicou um texto típico de ódio e preconceito contra o PT, ao comentar uma entrevista dada por Fernando Haddad à própria Folha. Bateu na tecla da falta de autocrítica e rechaçou o argumento dado por Haddad de que a elite brasileira teria sido responsável pela vitória de Bolsonaro. Ironiza: “Haja elite para operar a façanha de conquistar 57,8 milhões de votos [...]”. E segue com os ataques: “O eleitor brasileiro disse não ao partido associado ao maior escândalo de corrupção já descoberto no país. Negou apoio à legenda que não soube preservar a vida partidária das tribulações penais enfrentadas por seus maiores quadros e aceitou bovinamente ser comandada da cela de uma carceragem.”

Claramente contrária às candidaturas de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, a Folha de S.Paulo deu várias demonstrações de preferência ao nome de Geraldo Alckmin (PSDB) e de simpatia ao de Henrique Meirelles (MDB). Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes, inicialmente, são alvos de críticas do jornal, mas, no desenrolar da campanha, com a candidatura de Alckmin sem decolar – e menos ainda a de Meirelles -, o periódico chega a defender, em alguns momentos, Ciro e Marina como opções para o eleitor do centro.

Na data em que Meirelles desincompatibilizou-se do Ministério da Fazenda para disputar a Presidência, 1º de abril, o jornal elogiou o trabalho desenvolvido por ele na pasta, e demonstrou preocupação em relação ao substituto do ministro. Meirelles foi apontado como “competente” e responsável por “reparar os estragos produzidos pela gestão Dilma Rousseff”, que, “afinal, era na prática a razão de ser do governo que se seguiu ao impeachment.” O texto diz que Temer e Meirelles comandaram uma agenda econômica coerente e cita como exemplo a aprovação do teto dos gastos. Em maio, dia 26, mais um texto simpático à campanha Meirelles, lembrando que ele foi chamado para trabalhar em governos de direita e de esquerda, mote que o próprio candidato iria utilizar na campanha: “Chama o Meirelles”. Lembra que Meirelles, como presidente do Banco Central de Lula, ajudou a vencer “a desconfiança que a chegada do PT ao poder despertou.” Com Temer, ajudou a “restaurar o equilíbrio das contas do governo e tirar a economia da recessão.”

Em relação à Marina, no dia 20 de abril, a Folha, embora afirme que o currículo da candidata sempre esteve longe de corrupção, diz que ela não apresenta propostas programáticas e “não se compromete com nada palpável, repetindo rigidamente fórmulas

vazias” por se dizer não “estar à esquerda nem à direita, mas à frente”, procurando “agradar a todos os lados. Pede voto pelo que é, foi ou será, e não pelo que pretende fazer.” Em 25 de maio, volta a criticar Marina Silva por ser reticente em relação às reformas trabalhista e da Previdência e ao teto de gastos. Disse que o ativismo ambiental dela não se coloca contra o agronegócio e insinua que a candidata não tem um programa nem apoios consolidados. “À Rede Sustentabilidade, ironicamente, falta uma rede de sustentação: talvez nisso a candidatura Marina se mostre ainda ‘sonhática’, apesar dos cuidados que permeiam todo o seu discurso.”

Também em maio, dia 22, a Folha comentou sobre Ciro Gomes, descrito como inteligente, carismático, mas com inconstância programática e incontinência verbal. O perfil do candidato volta à tona no editorial de 27 de julho, quando o periódico criticou o temperamento explosivo dele por ter chamado o vereador Fernando Holiday (DEM-SP) de “capitão do mato”, por ele ser contra as cotas raciais, mesmo o parlamentar sendo negro. O jornal chamou Ciro de racista e aproveitou para citar outros arroubos de pedetista, como ter dito, em 2002, que o papel de sua mulher na campanha era dormir com ele, manifestação que corrobora as críticas ao seu pensamento machista. Além disso, reprovou a afirmação dele de que Lula só sairia da cadeia se ele se elegeisse presidente e que iria mandar de volta para a “caixinha” Sérgio Moro e o Ministério Público.

Em relação a Geraldo Alckmin, em 20 de março, a Folha de S.Paulo dedicou um de seus editoriais para falar especificamente acerca das intenções eleitorais do PSDB, tanto para presidente quanto para governador de São Paulo. Diz que o partido constituiu em São Paulo uma hegemonia política sem paralelo no restante do país, graças a “méritos de gestão”, apontada pelo jornal a partir do ajuste fiscal iniciado por Mário Covas e com a privatização do Banestado. Na sequência, elogia a candidatura de Alckmin, ainda que reconheça problemas econômicos em São Paulo. “Mas, diante da ruína geral das finanças públicas brasileiras, Alckmin pode exibir seus resultados como trunfos”, diz o texto, acrescentando que o discurso de campanha do tucano será pragmático e conciliador.

No dia 7 de abril, a empresa jornalística publica um editorial meramente informativo que trata da prisão de Paulo Vieira de Souto – conhecido como Paulo Preto -, ex-diretor da Dersa no governo José Serra, em São Paulo. O texto, no entanto, tenta blindar o então governador e pré-candidato a presidente, que, segundo o jornal, teria investigado as denúncias na sua gestão. Com o título “Alckmin, o discreto”, a Folha dedica um dos

editoriais do dia 8 de abril ao afastamento do tucano do governo de São Paulo para disputar a Presidência da República. Diz que Alckmin deixa um relativo equilíbrio orçamentário e destaca a disputa que ele teve em 2006 contra Lula, sinalizando que o petista teria se reeleito graças à “máquina pública em momento de bonança.”

Em maio, dia 24, o jornal traz informações sobre a sabatina de Geraldo Alckmin à Folha, UOL e SBT. Ressalta obras do tucano em São Paulo, que considera bem-sucedidas, como a concessão das estradas à iniciativa privada e a “notável” redução no número de homicídios. Cita as denúncias contra políticos tucanos, das quais Alckmin se diz distante delas e tenta explicá-las. Em 8 de junho, a Folha discorre sobre um manifesto lançado naquela semana em prol de uma candidatura única do centro. O jornal aponta Geraldo Alckmin como um dos nomes que poderiam assumir tal função, mas fala das dificuldades que o tucano enfrenta para agregar. Diz que o objetivo é oferecer um nome que se contraponha, por um lado, ao candidato da esquerda e, por outro, a Jair Bolsonaro. Elogia o documento por ele cobrar reformas que a Folha defende, como a tributária e a previdenciária.

No dia 2 de julho, um dos editoriais diz que Geraldo Alckmin adota um discurso conservador para se aproximar dos eleitores de Bolsonaro. Além de defender a redução da maioria penal, passou a apoiar a liberação de armas para a zona rural. Em 21 de julho, a Folha comenta sobre a adesão do centrão à candidatura de Alckmin, destacando que, embora as pesquisas se apresentem pouco favoráveis ao tucano, o nome dele parece ser mais confiável para as legendas. No meio do texto, diz que outros presidentes recorreram à coalização para conseguir governar, mas destaca os governos do PT. “Tal arranjo desaguou, como se sabe, em escândalos detectados em escala inédita nos episódios do mensalão e da Lava Jato – e, mais à frente, em rompimento com a gestão econômica e politicamente inepta de Dilma Rousseff.” Finaliza afirmando que o maior desafio de Alckmin é “desvencilhar-se do lastro de atraso de um grupo de legendas cujo apoio nenhum governo, afinal, tem conseguido dispensar.”

Em 6 de agosto, a Folha publica um texto sobre as alianças feitas por Geraldo Alckmin, sinalizando o candidato como um nome que poderia representar o antipetismo no lugar de Bolsonaro. Cita o acordo com o centrão e a indicação da senadora Ana Amélia para vice, ligada ao agronegócio. “Ao fazê-lo, Alckmin dá um passo importante na busca da imagem de oponente mais sólido da esquerda e do PT, ao mesmo tempo em que procura tirar de Jair Bolsonaro (PSL), com quem terá de disputar apoiadores, a primazia no terreno do



conservadorismo.” Diz que a aliança mostra que o tucano tem capacidade de articulação e coerência política, mas lembra que os casos de corrupção envolvendo o seu partido e o PP de sua vice exigem que Alckmin se explique.

No dia 30 de outubro, a Folha avalia a performance eleitoral do PSDB, a partir da vitória de João Dória em São Paulo, que comanda, no ninho tucano, o que a Folha chama de “Bolsodoria”. Diz que a vitória do Bolsodoria representa a derrota do PSDB histórico: FHC, Serra, Aécio e Alckmin. Seis meses antes disso, em 19 de abril, a Folha já tinha classificado Dória como “incômoda criatura” de Alckmin. Mesmo dando claras demonstrações à preferência da candidatura de Alckmin, a Folha fez, em alguns momentos, críticas ao envolvimento de tucanos em denúncias de corrupção, sobretudo em relação a Aécio Neves. E utilizou essa informação para desqualificar o discurso dos petistas de que o partido e Lula eram vítimas de perseguição político-judicial.

Antes de entrar no tratamento que a Folha de S.Paulo conferiu à candidatura de Bolsonaro, vale algumas considerações feitas pelo jornal em relação à eleição presidencial em si, como por exemplo o apoio que deu à decisão do STF em considerar inconstitucional proibir a divulgação, no rádio e na televisão, de críticas e sátiras a candidatos e partidos durante as eleições. Foi no dia 25 e junho. O jornal considerou tal proibição como censura e afirmou que a decisão assegura a liberdade de expressão. No dia seguinte, a Folha se referiu ao ponto da legislação que trata de doação para campanha – proíbe doação de empresas -, criticou o repasse de verba pública para o financiamento das campanhas destinadas aos partidos e defendeu limites em valores absolutos para doações empresariais e a adoção de voto distrital misto. No meio do texto, comentou sobre a chapa Dilma-Temer, de 2014, que “escapou por pouco de merecida cassação.” Voltou ao tema em 16 de outubro.

Em julho, dia 5, o jornal tratou da rejeição que as pessoas têm da política, o que reflete numa projeção para uma grande quantidade de votos nulos e brancos, chegando a 30% do eleitorado, segundo pesquisas. É interessante que o próprio texto observa que esse percentual em 2010 era de 13% e, quatro anos após o início da Lava Jato – uma das responsáveis pelo sentimento da antipolítica -, esse percentual chega a um terço dos eleitores. Lembra que a corrupção é um dos motivos que afastam o eleitor da política e que esse sentimento teve início nas jornadas de junho. Por fim, o jornal fala do risco de esse sentimento ajudar a eleger um candidato folclórico como voto de protesto ou um *outsider*.

Em um texto sobre algumas alternativas para diminuir a dívida pública, no dia 15 de agosto, a Folha cobra propostas mais claras dos candidatos, afirmando que “O país já teve experiência por demais amargas com campanhas enganosas.” Seis dias depois, a empresa jornalística coloca em relevo a falta de um *outsider* nas eleições de 2018, lamentando a desistência “precoce” de Joaquim Barbosa e Luciano Huck e que “a inércia ainda rege a oferta de opções competitivas nas disputas.” No dia 24 de agosto, o periódico comemora uma leve recuperação da economia brasileira, embora reconheça a desvalorização do real em relação ao dólar, apontado como um fenômeno global, e afirma que as incertezas em relação ao resultado das eleições contribuem para que a recuperação seja lenta.

Em 29 de agosto, a Folha critica os programas de governos dos candidatos a presidente, afirmando que estão fora da realidade econômica do país. Assunto preferido pela Folha, a crise financeira volta a ser tema de um editorial no dia 17 de setembro. O jornal cobrou dos presidencialistas propostas concretas para administrar a crise. “Há que propor uma estratégia factível, a começar pela viabilidade política”, diz trecho do texto, cobrando especificamente alternativas para a reforma da Previdência e política de reajuste do salário mínimo. No dia da eleição, 7 de outubro, dois editoriais defendem a democracia e a pacificação do país após o resultado final.

Em um editorial comentando a vitória de Bolsonaro, no dia 29 de outubro a Folha elencou propostas que defendem para serem implantadas pelo governo eleito: controlar gastos obrigatórios; conter o aumento de despesas com aposentadorias e pensões; eliminar privilégios de servidores e ajustar teto salarial; simplificar tributação e rever incentivos tributários; elevar a taxa direta sobre as rendas mais elevadas; privatizar; viabilizar a abertura comercial com redução de barreiras à importação; ampliar o crédito, facilitando a recuperação de garantias; reduzir burocracia para abertura e fechamento de empresas; priorizar ensino básico, buscar parcerias para o superior e implantar currículos nacionais para o ensino fundamental e médio; aprimorar a gestão do SUS, com parceria e cadastro nacional; robustecer a Força Nacional de Segurança Pública; harmonizar produções agrícolas e metas ambientais; instituir voto distrital misto e promover o ajuste de bancadas na Câmara.

O editorial sobre a vitória de Bolsonaro se somou a outros tantos publicados ao longo da campanha que faziam referência ao candidato do PSL. Em 27 de agosto, a Folha buscou desqualificar o militar, considerando o fraco desempenho dele nos debates. Disse que

Bolsonaro faz uso de bravatas e lhe sobra inconsistência. No dia 7 de setembro, rechaçou o atentado sofrido pelo candidato, criticou o acirramento que leva à violência, mas destacou o risco de fazer de Bolsonaro um “salvador da pátria”. Aproveitou para dizer que o PT já vem se fazendo de vítima há tempo, pelo *impeachment* e pela prisão de Lula. No dia 12, a Folha criticou o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, por endossar o discurso de Bolsonaro ao questionar a segurança das urnas eletrônica, sugerindo a possibilidade de fraude, e opinar publicamente sobre a possibilidade de a candidatura de Lula vingar, quando considerou o pior cenário por ser um candidato *sub judice*.

No dia 19 de setembro, a empresa jornalística volta a criticar a campanha de Bolsonaro, classificada como desapegada às regras democráticas. Chamou Bolsonaro de irresponsável por demonizar os adversários e Hamilton Mourão de leviano por acusar o PT de ter sido autor do atentado contra Bolsonaro, além de ter defendido o autogolpe e a realização de uma nova constituinte sem, necessariamente, ser composta por pessoas eleitas democraticamente. Completa os argumentos contra Bolsonaro o fato de ele ter veiculado um vídeo, de dentro do hospital, questionando as urnas eletrônicas.

No dia 21 de setembro, um dos editoriais rechaça a campanha de Bolsonaro por falta de entendimento do candidato com Paulo Guedes - o economista que foi chamado de “posto Ipiranga” na campanha e que se tornaria ministro da Economia. Guedes defendeu a criação de um imposto similar à CPMF e Bolsonaro negou tal proposta. “Se o candidato não sabia de proposta tão polêmica, cabe duvidar da consistência de sua plataforma; se sabia, não a expôs ao eleitorado. Em qualquer hipótese, demonstra-se improvisado, despreparo e deficiência na prestação de contas.”

Em editorial do dia 26 de setembro, a Folha chama atenção para o voto feminino, que representa a maioria do eleitorado. Diz que Bolsonaro é quem tem maior rejeição entre as mulheres, por conta do machismo declarado, e que ele precisa rever isso se quiser ganhar essa fatia do eleitorado. No dia 2 de outubro, a Folha aborda as manifestações do #EleNão e a reação a ela, no dia seguinte, de apoio a Bolsonaro. Sem tomar partido entre uma ou outra, o jornal cobra propostas concretas do candidato, que, segundo a Folha, “mistura agressividade retórica, não raro de alarmantes tons autoritários, a um programa econômico ultraliberal forjado de última hora.”

Em um texto que deixa claro que o mercado apoiou Bolsonaro, no dia 10 de outubro a Folha mostra que as ações da bolsa subiram e o dólar caiu por conta da grande vantagem de Bolsonaro em cima de Haddad já no primeiro turno. “A muitos, tal comportamento pode parecer abjeto, por escancarar a preferência por um candidato, ou surpreendente, tendo em vista a falta de clareza do programa de governo e a demonstração de despreparo do preferido. [...] É fato inconteste, contudo, que a plataforma econômica de Bolsonaro, ou o que se conhece dela, agrada mais ao setor privado que a do seu adversário.” Cita Paulo Guedes, que defende: manutenção do teto dos gastos, reforma da Previdência ainda mais ampla que a proposta por Temer, privatizações, reforma tributária e redução do custo de contratação com carteira assinada, propostas que a Folha considera meritórias, pelo menos de forma genérica, e afirma haver temores em relação ao plano de governo de Haddad. Mesmo simpática à agenda econômica proposta por Bolsonaro, a Folha fala em incertezas e cobra mais clareza quanto ao equilíbrio orçamentário.

No dia 11 de outubro, em um dos editoriais, a Folha mostra a opinião de vários chefes de Estado da América Latina em relação a um possível governo Bolsonaro, tratamento que não foi dado a Haddad. Conclui meio que reconhecendo o candidato já como presidente eleito, ao afirmar ser preciso Bolsonaro deixar de lado a “linguagem panfletária, mais convincente a um opositorista a que um líder continental.” Dois dias depois, critica Bolsonaro por voltar atrás de parte da agenda ultraliberal que apresentou na reta final da campanha.

No dia 14, a Folha aborda a pulverização partidária que o próximo Congresso terá, a partir da grande renovação confirmada pelas urnas, colocando em relevo a dificuldade que o próximo presidente terá para fazer alianças e aprovar projetos de seu interesse. Insinua que Bolsonaro terá mais facilidade para aliança, considerando o perfil conservador do novo Congresso, o que dificultaria para Haddad, caso fosse eleito. Três dias depois, o jornal criticou Bolsonaro por não participar de debates. Dia 19 de outubro, destacou a matéria de Patrícia Campo Mello sobre a indústria de *fake News* que estava por trás da campanha de Bolsonaro, disparando informações falsas contra Haddad. O jornal denuncia a prática ilegal das mensagens, já que é proibido financiamento privado em campanhas – estima-se que empresários compraram vários pacotes de disparos de *fake News*, cada um no valor de R\$ 12 milhões. A Folha cobra apuração da denúncia e punição dos envolvidos.

Em 21 de outubro, a empresa jornalística se debruça sobre o programa de governo de Bolsonaro na área econômica. Uma das propostas defendidas por Paulo Guedes é trabalhar com o orçamento zero, em que as despesas são avaliadas a cada exercício, o que a Folha considerou meritório. O jornal apontou como urgente “fechar os grandes ralos de recursos”, citando a Previdência Social e a folha de pagamento do funcionalismo. Considerou precipitada a proposta de criação de imposto único federal que incidiria sobre as transações financeiras e sugeriu a criação de um imposto sobre valor agregado. Concluiu afirmando que qualquer governo tem capital político limitado e que o novo presidente deve focar no mais importante e viável, no caso, as reformas.

No dia 22 de outubro, a Folha criticou a proposta de Bolsonaro na área ambiental, com destaque para a retirada do Brasil do Acordo de Paris e a possibilidade de extinguir o ministério do setor. No dia seguinte, rechaçou a declaração de Eduardo Bolsonaro de que bastaria um cabo e um soldado para fechar o STF. Aproveitou para criticar o tom violento do discurso bolsonarista, com “promessas raivosas de prisão de adversários petistas e banimento de ‘marginais vermelhos’.” Ao fazer isso, no entanto, coloca os petistas em igual patamar no que se refere à crítica que o PT faz à imprensa. Dia 25, a Folha publica um editorial elogiando os militares, os quais “têm sabido manter a isenção a despeito do protagonismo recente.” Fala do apoio que a caserna está dando a Bolsonaro e chama de “deslize pontual” a ameaça que Eduardo Villas Bôas fez na véspera da votação do HC de Lula, em 4 de abril.

Já com a vitória de Bolsonaro consolidada, no dia 1º de novembro a Folha criticou Sérgio Moro por ventilar a possibilidade de tornar-se ministro de Bolsonaro, o que o jornal considerou um motivo para macular a imagem da Lava Jato e corroborar os argumentos do PT de que Lula é vítima de perseguição política e jurídica. “Sobe ao palco o juiz inebriado pela adoração popular e pela chance de entrar na política”, destaca parte do texto, acrescentando que Moro comprometeu sua independência de forma “irremediável” e o dano para a credibilidade da Lava Jato pode ser “irreversível”.

Em outro editorial de 1º de novembro, a Folha apresenta o cenário econômico mundial e os desafios para Bolsonaro, diz que o governo não pode errar no início e deve aprovar o básico no Congresso, leia-se as reformas. No dia seguinte, aborda a redução de número de ministérios de Bolsonaro, acreditando que o governo não iria se pautar por barganhas com o Congresso e siglas aliadas e elogiou a ideia de superministérios, destacando

o da Economia, com Paulo Guedes, apontado pela Folha como alguém que agrega credibilidade ao governo. E ressaltou os desafios que Paulo Guedes deve enfrentar: privatizações, reformas da Previdência e tributária, diminuição em despesas com pessoal e redução de barreira para o comércio exterior.

Em 3 de novembro, a Folha escreveu um texto contra a flexibilização do estatuto do desarmamento, sugerido por Bolsonaro, o que permite que o cidadão passe a ter posse de arma. “Numa política coerente e racional de segurança pública, cabe à polícia, não ao cidadão, usar a força para frustrar ações criminosas.” No dia 5, um dos editoriais foi sobre as ideias de Bolsonaro para o setor ambiental. Tendo como gancho a polêmica se o governo extingue ou mantém o ministério dessa área, a Folha defende rigor na legislação em favor do meio ambiente.

Com o título “Escola sem sentido”, no dia 6 de novembro, o periódico criticou a proposta de Escola sem Partido<sup>42</sup>, defendida por Bolsonaro, considerando ser uma medida autoritária e que representa caça às bruxas aos professores. Com o título “Retóricas de transição”, no dia 9 de novembro, a Folha critica várias declarações de Bolsonaro e assessores, como a ideia de voltar à grade curricular a disciplina Moral e Cívica, acabar com o 13º salário e o questionamento feito à metodologia adotada pela IBGE para medir o desemprego. No dia 7, a Folha se posicionou em relação à ideia de Bolsonaro em transferir a sede da embaixada brasileira em Israel de Tel Viv para Jerusalém. Disse que o Brasil deveria se manter distante de tal disputa e afirmou que a ideia de Bolsonaro se deve ao fato de ele ter grande apoio da comunidade evangélica, em geral, simpática a Israel. No dia seguinte, um editorial da Folha coloca em xeque a autonomia de Sérgio Moro, no Ministério da Justiça, e pede que ele utilize a sua “notória influência no combate ao crime de colarinho branco.”

---

<sup>42</sup> Em maio, dia 11, a Folha já tinha feito algumas ponderações sobre o projeto Escola sem Partido, alegando não ter como separar uma “exposição didática de um exercício de doutrinação. Assim não se consegue distinguir legalmente a segunda sem obstar também a comunicação legítima entre educadores e alunos – isto é, a liberdade de ensino”. Mais adiante o texto insinua uma doutrinação. “Para a já precária qualidade do ensino nacional, é certamente nociva a insistência de professores em recheiar suas explicações com chavões ideológicos, mais usualmente à esquerda, encontradiços também nos cursos de pedagogia. [...] A esse respeito, importa buscar melhor formação dos docentes, bem como ampliar a diversidade de conteúdo expostos aos alunos. Estes devem ser capazes de absorver influência de fontes variadas e formular suas próprias ideias – é o propósito, afinal, da educação”. Em 16 de dezembro, o periódico comemora o arquivamento por parte da Câmara dos Deputados do projeto Escola Sem Partido.

No dia 13 de novembro, a Folha se mostra otimista em relação ao futuro governo, classificando de “gabaritada” a equipe econômica de Bolsonaro – cita de Paulo Guedes, cita Joaquim Levy. Aproveita para cobrar as reformas da Previdência e tributária, alteração na remuneração dos servidores federais e ações para investir em infraestrutura. O entusiasmo pelo nome de Joaquim Levy junto ao governo Bolsonaro segue no dia 14, quando a Folha ressalta qualidades do economista que vai assumir a Presidência do BNDES. O jornal sugere que ele reduza o volume de créditos para grandes negócios e incentive investimentos em infraestrutura e inovação, além de oferecer assistência técnica para privatizações.

No dia 16 de novembro, a Folha se coloca contra a proposta linha-dura de Bolsonaro na área de segurança e defende como alternativa à criminalidade o uso de dados de inteligência e a troca de informações entre polícias. No dia seguinte, critica a indicação de Ernesto Araújo para o Ministério do Exterior, destoando da qualificação técnica e da não indicação da “militância ideológica” para assumir os ministérios. Em um texto dúbio, no dia 18 de novembro o periódico fala sobre a saída dos médicos cubanos do programa *Mais Médico*. Começa falando que a criação do programa por Dilma foi por motivações eleitorais e que os cubanos deixam o *Mais Médico* pelo mesmo motivo, em resposta à vitória de Bolsonaro. Critica o governo cubano por ficar com 3/4 do valor pago aos médicos, mas que, mesmo 1/4 do valor repassado ao médico, ele ainda recebe mais do que se tivesse em Cuba. Reclama também da atuação dos cubanos mesmo sem ter o diploma revalidado no Brasil, mas diz que milhões de brasileiros vão perder a única assistência de saúde que têm com a saída dos cubanos.

Em 22 de novembro, mais um elogio à equipe do novo governo. A Folha se mostra favorável ao nome de Roberto Castelo Branco para assumir a Petrobras, destacando o perfil liberal dele, que, segundo o jornal, deve dar continuidade ao processo de ajuste e enxugamento da estatal. No dia 24, a Folha se mostra preocupada com a escolha ideológica de Ricardo Vélez para ministro da Educação. Três dias depois, destaca os superpoderes de Paulo Guedes, a quem garante credibilidade para fazer valer a agenda liberal tão defendida pela empresa jornalística e a quem “suas credenciais de competência profissional parecem convincentes.” Destacou entre as prioridades de Guedes a contenção de despesas com pensões e aposentadorias, implantação de amplo programa de privatização, aprovação das reformas da Previdência e tributária, além da redução drástica de tributos que protegem as

indústrias. No dia 26 de novembro, um dos editoriais sugere que o governo Bolsonaro não reduza a carga tributária. Aproveitou para defender privatizações e reformas.

Em 5 de dezembro, elogiou a forma como Bolsonaro está escolhendo os nomes que vão compor seu ministério, segundo o jornal, a maioria sem ligação partidária e sem barganha política. No dia seguinte, abordou o esboço de proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro, sugerindo a equiparação entre os regimes do servidor público e do trabalhador da iniciativa privada. Cobra também uma reforma da Previdência para os militares. Dia 8, a Folha exige explicações de Bolsonaro sobre a acusação de rachadinha de Flávio Bolsonaro e aproveita para criticar a intromissão dos filhos nos assuntos do futuro governo. “Impressiona a desenvoltura dos herdeiros de Bolsonaro quando se trata de operar nos bastidores, dar palpites sobre temas variados e até falar em nome do pai – não raro de modo a criar embaraços.” No dia seguinte, cobrou do futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, propostas para o sistema carcerário, criticou a ideologização do tema pelo governo Bolsonaro – absorvida por Moro – e defendeu penas alternativas a pessoas que não oferecem risco à sociedade ou que cometeram pequenos delitos, como forma de diminuir a superlotação dos presídios.

Em 10 de dezembro, o periódico fez uma leve crítica à submissão do Brasil aos Estados Unidos, como estava sendo desenhada a partir do governo Bolsonaro. “O imenso poder econômico dos Estados Unidos é, sem dúvida, atraente. A aproximação não pode, contudo, ofuscar o pragmatismo e prescindir de negociação.” Um dia depois, demonstra desconfiança em relação aos nomes de Ricardo Sales e Damare Alves, respectivamente, indicados para os ministérios do Meio Ambiente e Mulher, Família e Direitos Humanos. No dia 12, critica parte do discurso de Bolsonaro na diplomacia, ao afirmar que “o poder popular não precisa mais de mediação”, porque “as novas tecnologias permitiram relação direta entre o eleitor e seus representantes.”

Em 14 de dezembro, um dos editoriais coloca em destaque a pouca expressão do PSL, partido de Bolsonaro, alegando que a legenda vai precisar se aliar a outras agremiações que melhor conhecem o funcionamento do Congresso. Em outro editorial na mesma edição, ressalta o pouco domínio que Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, têm em relação à área e em outros setores do governo. No dia seguinte, a empresa jornalística critica o anúncio feito por Ernesto Araújo, ministro da Relações Exteriores, de



que iria retirar o Brasil do pacto de migração, o que, para o jornal, poderia abrir caminho para a xenofobia e para o obscurantismo.

Num editorial que critica a iniciativa do governo eleito de convidar e depois desconvidar os governos da Venezuela e de Cuba para a posse de Bolsonaro, no dia 19 de dezembro a Folha aproveita para atacar o governo Lula na área de diplomacia e cobrar de Bolsonaro uma postura mais equilibrada. “É incontestável, em especial no período do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o Brasil se aproveitou do momento econômico favorável para tentar aumentar sua relevância geopolítica, mas o fez assumindo posições de umurrado repertório antiamericanista e terceiro-mundista.” Acrescenta dizendo que Bolsonaro “padece, com sinal trocado, do mesmo mal que vê nos governos do PT”, mais uma vez comparando o PT a Bolsonaro.

Em 24 de dezembro, a Folha afirmou que o Brasil vive um momento de otimismo. Diz que, a partir de 2016, com o teto dos gastos e uma “gestão mais austera dos gastos” do governo Temer, foi possível vislumbrar um horizonte mais positivo. E que o governo Bolsonaro precisa aprovar a reforma da Previdência para complementar o projeto de controle de gastos iniciado com a lei do teto. Um dos editoriais do dia 27 de dezembro cobra explicações sobre a denúncia de rachadinha de Flávio Bolsonaro e expõe Fabrício Queiroz, que deu uma entrevista às escondidas ao SBT. Diz que o ex-motorista foi evasivo nas respostas. No domingo 30, a Folha publicou um só editorial – normalmente são dois – fazendo um balanço do governo Temer, destacando os pontos que o jornal considerou positivo, e apontando propostas a serem adotadas por Bolsonaro, as quais foram reforma da Previdência, queda dos juros, apoio à competitividade do setor bancário, incentivo ao crédito, simplificação do sistema tributário, revisão nos subsídios fiscais, privatizações, ampliação de acordos comerciais e redução de barreiras e burocracias para abertura de empresas, reforma administrativa.

Com o título “Esperanças e anseios”, no primeiro editorial de 2019 a Folha de S.Paulo aposta todas as fichas no governo Bolsonaro que se inicia naquele 1º de janeiro, tendo como pano de fundo uma pesquisa Datafolha que mostra que a maior parte da população está esperançosa em relação ao novo governo. Na mesma edição, em um segundo editorial, o jornal criticou um anúncio feito por Bolsonaro afirmando que iria, por decreto, autorizar a posse de arma de fogo para as pessoas sem antecedentes criminais.

Em um dos editoriais do dia 2, ao analisar o discurso de posse de Bolsonaro, a empresa jornalística o comparou ao tempo todo com Lula, a quem chamou de “nêmesis” do novo presidente. Ignorando os 30 anos de Bolsonaro no Legislativo (dois como vereador do Rio de Janeiro e 28 como deputado federal), a Folha afirmou que Bolsonaro representa “uma novidade na história recente.” Criticou a ideologização do discurso – o novo presidente chegou a taxar a esquerda como inimiga - e cobrou do governo soluções para o país:

[...] os petistas foram apeados do Planalto há mais de dois anos; Lula está preso e inelegível. A política econômica já tem buscado o equilíbrio orçamentário e a redução do intervencionismo estatal, contra ferozes resistências; a política externa já se distanciou da Venezuela e do antiamericanismo. [...] O sucesso do novo governo dependerá da boa convivência democrática. [...] Que o mandatário saiba, com realismo, promover a prometida renovação dos acordos políticos em busca das reformas de fato prioritárias.

#### **4.3.2 A agenda econômica**

Se no campo da política a Folha de S.Paulo já dava sinais de ser uma empresa com características que dialogam com o conservadorismo – mostrando-se simpática a candidatos que defendem uma agenda neoliberal, como Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles, e, em oposição, fazendo ácidas críticas ao projeto nacionalista e anti-neoliberal, personificada sobretudo no candidato PT, Fernando Haddad, e, além disso, na reta final da disputa abraçando-se a Jair Bolsonaro, um candidato notadamente autoritário e ultraconservador -, no campo econômico defender a gênese do neoliberalismo é quase um mantra para o jornal. No período de nossa análise, praticamente todos os dias o jornal publicava pelo menos um editorial cobrando ações que favorecessem a agenda liberal e/ou criticando qualquer iniciativa que colocasse em xeque tal ideologia. Essa cobrança vinha tanto em forma de pressão sobre os candidatos a presidente da República quanto sobre o governo Michel Temer.

Assim como em O Globo, as reformas neoliberais foram presença contumaz nas edições da Folha de S.Paulo no período analisado por esta pesquisa. No dia 19 de março, por exemplo, o jornal sugere que o governo paulista aumente a alíquota previdenciária dos servidores de São Paulo para 14%, medida que defende também em nível nacional. No dia seguinte, ao abordar a política da taxa de juros no país, cobra a aprovação da reforma da Previdência, assim como fez em tantos outros editoriais. O apoio à reforma da Previdência

também esteve presente nos editoriais de 15 de abril, com o argumento de ajudar a equilibrar as contas públicas, além de cobrar dos candidatos a presidente propostas reformistas.

Em 17 de abril, o jornal se contradiz. Apesar de, desde a primeira hora, ter defendido a flexibilização da CLT que retira direitos dos trabalhadores, a Folha critica o fato de o tímido crescimento no mercado de trabalho se dar por conta da contratação sem carteira assinada e de quem atua por conta própria – medidas autorizadas pela reforma trabalhista. Mesmo assim, o texto defendeu novas reformas. Ainda sobre a reforma trabalhista, no dia 21 de maio, o periódico fez balanço dos primeiros seis meses da sua implantação, classificando-a como necessária. Comemorou a redução do número de ações trabalhistas na Justiça e defendeu o fim do imposto sindical, alegando que ele serve para que os sindicatos visem apenas ao “acesso fácil a recursos.”

Os dois editoriais de 21 de abril defenderam, de forma indireta, as reformas neoliberais. No primeiro, cita os presidentiáveis Jair Bolsonaro, Ciro Gomes, Marina Silva e Geraldo Alckmin, ressaltando um consenso entre eles: “a atual situação do país demanda reformas das funções do Estado e do gasto público.” E segue defendendo as reformas da Previdência e a tributária – com destaque para a redução de impostos e taxaço progressiva. Citando Alckmin, diz que ele é a favor de privatizações e da abertura comercial e finaliza o texto afirmando que “os primeiros sinais permitem alguma esperança de melhora.”

Com o título “Eleição e Política”, o principal editorial do dia 16 de maio pressiona os candidatos a se posicionarem em relação à agenda econômica, como forma de acalmar o mercado financeiro e controlar o aumento do dólar. Aproveitou para defender a manutenção do teto dos gastos e a aprovação de reformas, começando pela da Previdência. Segundo o jornal, “temores relacionados à disputa pelo Planalto estariam inibindo investimentos privados e desacelerando a retomada.” E conclui: “Quem pretende herdar um país governável precisa administrar as expectativas – dos mercados, de eleitores, da política – desde já.”

No dia 19, fala da oscilação do mercado financeiro com a alta do dólar, levando o Banco Central a interromper a alta dos juros, para, em seguida, defender a aprovação de reformas – uma maneira de minimizar incertezas sobre o futuro da política econômica do próximo governo, que vai assumir a crise orçamentária em curso. Criticou o Legislativo por não aprovar as reformas e por ter autorizado gastos indevidos ao conceder perdão de dívidas

e finaliza relacionando a economia à eleição presidencial. “Sem perspectiva palpável de articulação no Legislativo, a decisão mais importante para política econômica será tomada em outubro, nas urnas.”

Com o título “Cortar ou tributar”, um dos editoriais de 7 de junho defende que o próximo presidente aprove as reformas, sob o risco de haver “mais anos perdidos”, considerando 2018 um ano negativo. O periódico também sugere o aumento de tributação sobre os mais ricos, critica a taxaço exagerada do consumo no país, que é “prejudicial aos mais pobres”, substituindo-a por uma “carga maior sobre lucros, salários e patrimônios.”

No dia 15 de junho, novamente a Folha defende o teto dos gastos e a aprovação da reforma da Previdência. Afirma que as duas propostas garantem credibilidade ao Brasil diante do mercado credor da dívida pública. Conclui afirmando que “normas do gênero são importantes para a autocontenção dos governos nas democracias.” Cinco dias depois, diz que o “gasto excessivo com a Previdência [...] compromete outros investimentos”, como políticas públicas voltadas para os jovens – o texto fala da falta de perspectiva dos jovens brasileiro, que, segundo pesquisa Datafolha, colocam como opção para uma vida melhor deixar o país. Em 28 de junho, a Folha defende a reforma da Previdência, em um texto que mostra a longevidade dos brasileiros.

Em julho, dia 3, além da previdenciária, o jornal cobra a reforma administrativa e critica os presidenciáveis por não apresentarem propostas claras sobre o tema. Critica fortemente os servidores públicos, alegando que a categoria recebe altos salários, e se coloca contra a estabilidade. Em 24 de julho, mais pressão sobre os presidenciáveis, chamando atenção para o déficit nas contas públicas. Defendeu a redução nas despesas obrigatórias como a Previdência Social e folha de pagamento, além da manutenção do teto dos gastos. E ainda faz uma espécie de terrorismo, colocando em risco o custeio em áreas como educação, saúde e segurança. “Se não fizer reformas e tomar medidas para conter salários e aposentadorias, tais encargos tomarão recursos de áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.”

Em 2 de agosto, a pressão foi sobre o Congresso. A Folha sugeriu que o Legislativo, antes mesmo das eleições, aprove medidas que o jornal considera importante. Cita projetos aprovados depois do *impeachment* apontados como necessários, como o teto do gasto e a reforma trabalhista, mas diz que são insuficientes. “Todos os esforços devem ser

empreendidos para que se aprove nesse período três projetos importantes: o aperfeiçoamento do cadastro positivo, a duplicata eletrônica e as regras do distrato imobiliário. [...] Urge também examinar o recém-apresentado projeto que eleva a tributação sobre fundos de investimentos destinados a poupadores mais abonados.” Completa afirmando que, passadas as eleições, ainda na atual legislatura, os parlamentares devem aprovar a reforma da Previdência.

No dia 13 de agosto, a Folha sai em defesa de uma proposta de criação de um único imposto para substituir outros cinco em vigor e diz tratar-se de um esboço promissor da reforma tributária. Cinco dias depois, coloca em debate o tema da reforma política. Defende a redução do número de partidos, o voto facultativo, maior proporcionalidade entre os tamanhos das bancadas nas Câmara dos Deputados e da população, além do voto distrital misto. O jornal volta a falar de reforma política em 2 de setembro, quando defende novamente o voto facultativo; a institucionalização do *lobby*; a redução do número de partidos; a instituição do voto distrital misto; a autorização de doações de empresas, com um valor máximo estipulado; e a correção da proporcionalidade entre número de habitantes e quantidade de parlamentares na Câmara dos Deputados.

A pouco mais de um mês do primeiro turno, o jornal inicia setembro com um editorial relacionando a pioria nas contas públicas ao resultado das urnas. O editorial do dia 1º coloca em relevo o parco crescimento econômico do país no período e associa a alta dos juros e do dólar à polarização desenhada na campanha – PT e Bolsonaro –, demonstrando receio “na vitória de plataformas econômicas pouco confiáveis”, segundo o jornal, reforçando desconfiança por parte de investidores e consumidores. Na sequência, o jornal defende a aprovação de reformas logo após as eleições. Em um editorial sobre a política do banco central, no dia 23 de setembro, a Folha retoma o tema de reformas e cobra propostas dos presidencialistas. Faz o mesmo no dia 15 de outubro, já com o segundo turno em curso, só que dessa vez direciona a pressão sobre Bolsonaro e Haddad e cita especificamente a reforma da Previdência. No texto, se mostra contrária à capitalização, em que o trabalhador pouparia para ter no futuro sua própria aposentadoria, pelo fato de que haverá, dessa forma, menos contribuição para custear os aposentados assegurados no sistema atual. O jornal critica Haddad porque o candidato se propõe apenas a combater privilégios, o que para a Folha não é suficiente.

Em 4 de novembro, a cobrança foi sobre o governo Temer. O jornal pede urgência na aprovação da reforma da Previdência. Em dezembro, dia 7, faz a mesma cobrança a Bolsonaro, que, a partir de janeiro assumiria o comando do país. Dia 16, a Folha questionou o argumento da Fazenda de que não é possível fazer o ajuste orçamentário apenas com o controle de gastos, ainda que se faça a reforma da Previdência. Sugeriu, então, que, se for criar mais tributos, que atinja os setores privilegiados: rever desonerações, como folha de pagamento, e elevar a alíquota previdenciária dos servidores federais. Em 18 de dezembro, a Folha cobrou do próximo governo uma reforma administrativa, embora colocasse em dúvida a disposição de Bolsonaro de adotar medidas que atingem os servidores públicos, uma vez que ele vem da corporação militar.

Os direitos dos trabalhadores, sobretudo do funcionalismo público, são sempre apontados como um problema para a Folha de S.Paulo. O jornal publicou vários textos elogiando o item da reforma trabalhista que põe fim ao imposto sindical, ao mesmo tempo que critica os sindicatos que defendem a manutenção do tributo<sup>43</sup>. Ainda sobre a reforma trabalhista, em alguns editoriais, comemorou a redução de ações na Justiça do Trabalho<sup>44</sup>. O periódico não poupa ataques quando o tema é funcionalismo público. Em 13 de março, por exemplo, criticou o sistema de gratificação por desempenho implantado no serviço público federal. Diz que a gratificação passou a ser adotada como parte fixa do salário dos servidores, uma vez que prevalece como regra uma certa generosidade dos gestores, que aplicam a nota máxima aos servidores.

No dia 26 de junho, a Folha ataca tanto os servidores públicos quanto a Justiça do Trabalho, tendo como pano de fundo duas ações concedidas aos servidores do Serpro e da Petrobras, que somam uma grande quantidade de verba pública. Na crítica, coloca em xeque a estabilidade do funcionalismo e classifica a categoria como privilegiada. Em 29 de julho, a empresa jornalística defende a refundação do Estado brasileiro: conter aumento de despesas com pensão e aposentadoria; reduzir privilégios dos servidores públicos e o alcance da estabilidade; rever subsídios concedidos à iniciativa privada; taxaço progressiva de renda e patrimônio; simplificar tributos sobre bens e serviços; privatizar; e estimular a concorrência.

---

<sup>43</sup> Tratou do assunto novamente nas edições de 3 de abril e 8 de novembro.

<sup>44</sup> Voltou ao tema, dando, inclusive, o mesmo enfoque, nos dia 19 de abril e 10 de novembro

Um dos editoriais do dia 31 de julho fala da leve recuperação de receita que o Brasil teve, mas diz que não é suficiente para controlar o déficit público. Como alternativa, propõe controle dos gastos com funcionalismo e aposentadorias e sugere que as reformas sejam aprovadas logo nos primeiros dias do novo governo, como forma de aproveitar o capital político do vencedor nas urnas. No dia 20 de novembro, um editorial exclusivo para defender o corte com funcionalismo público. Diz que o futuro governo deveria rever os critérios de remuneração dos servidores federais, adequando-a ao salário do setor privado, e cortar reajustes previstos para 2019.

Em dezembro, dia 2, a Folha criticou uma manobra da Câmara Federal que alterou a legislação que proibia nepotismo e impedia nomeação para cargos comissionados de pessoas que não tinham vínculo como setor público. A proposta foi aprovada na surdina e encaminhada ao Senado. A Folha pede que os senadores rejeitem o projeto. Voltou ao tema dia 8, quando ainda citou o aumento dos ministros do STF e de parte do funcionalismo federal, e a aprovação de um projeto que autoriza prefeitos a passarem do limite de 60% de gasto com folha de pagamento permitido pela legislação. Aproveita para atacar os servidores públicos, considerados privilegiados. No dia 22 de dezembro, outro editorial criticando a autorização concedida a prefeitos para gastarem acima da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Privatização é outro tema frequente nos editoriais da Folha de S.Paulo. Em julho, dia 1º, a empresa jornalística atacou o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, por ele ter concedido liminar proibindo privatizações sem o aval do Legislativo. Insinuou que o magistrado age ideologicamente e por decisão pessoal, infringindo a Constituição. Diz que a decisão é questionável e aumenta a insegurança jurídica no país, ressaltando ainda que, “com frequência crescente, magistrados se arrogam poderes executivos ou tomam atitude que atravancam a tarefa de governar, sem para que tanto tenham sido eleitos e, pior, sem que precisem assumir a responsabilidade pelas consequências de seus atos – em particular aquelas relativas aos gastos públicos.” E conclui: “O perigo está em querer lidar com as severas restrições orçamentárias do setor público brasileiro à base de canetadas.”

Com o título “Preservobras”, a Folha, em editorial no dia 6 de julho, faz um trocadilho com a Petrobras para falar de uma fábrica de preservativo criada numa parceria entre o governo do Acre e o Ministério da Saúde. O jornal critica por a fábrica ter sido custeada pelo Estado e diz que ela poderia ter sido privada desde a sua origem. No dia 14, o periódico defende a participação da iniciativa privada no serviço de água e esgoto, alegando

ser impossível cobrir todo o setor só com o orçamento público. Dois dias depois, se diz favorável à venda da Eletrobras, dando o exemplo das subsidiárias da empresa prestes a serem vendidas como a primeira etapa desse processo. O assunto também foi pauta do editorial de 22 de outubro, quando a Folha classificou de “ilógica” a decisão do Senado em rejeitar o PL que previa a privatização da Amazonas Distribuidora, uma das subsidiárias da Eletrobras.

Em 22 de julho, o jornal defende o pagamento de pedágio como uma das formas de melhorar a mobilidade urbana e diminuir a circulação de carros individuais nos grandes centros urbanos. Em agosto, dia 12, afirma que as verbas públicas para a educação são mal administradas e apresenta propostas para o setor, dentre elas, contratar organizações sociais para gerir parte da rede de ensino e meritocracia na educação<sup>45</sup>. No dia 30 de novembro, ao falar da dívida pública brasileira, que se repete nos estados, a Folha diz que privatizações e parcerias com a iniciativa privada podem atenuar o problema, além de se implantar cortes na folha de pagamento e aposentadorias. Em 29 de abril, o alvo foi o SUS. Em um dos editoriais a Folha defendeu investimentos privados no sistema, embora reconheça a importância do SUS nesses 30 anos de existência e no atendimento à população que não tem plano de saúde. Disse que os recursos investidos são pequenos, que não há mais como aumentar o repasse de verbas estatais e sugeriu a participação da iniciativa privada, como a contratação dos serviços de organizações sociais.

Em junho, dia 26, mais um editorial negativo para o SUS, acusando o sistema de “ineficiência crônica”, que precisa de “choque de realidade”. Sugere como alternativa um programa desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em conjunto com o governo do Estado e o Ministério da Saúde: o TelesaúdeRS, um sistema de teleatendimento que faz o atendimento inicial ao paciente, desafogando o SUS. Um mês depois, voltou a defender a participação do setor privado no sistema e uma maior articulação entre prefeituras para reduzir o número de hospital pequenos, cobrança dos hospitais privados que utilizam o SUS e revisão do sistema de hospitais e profissionais. Em dezembro, dia 26, a Folha colocou em destaque os investimentos destinados à saúde e à educação, ressaltando que o teto de

---

<sup>45</sup> No texto, sugeriu ainda priorizar ensino básico e buscar outras receitas para o ensino superior; currículos nacionais para os níveis fundamentais e médio; profissionalizar gestão escolar.



gastos não é o responsável pelo não investimento nessas áreas e sim a falta de planejamento orçamentário para alocação de recursos.

Em novembro, dia 18, a Folha retoma o assunto da dívida dos estados, sugere como alternativa aprovação de reformas, começando pela da Previdência, e privatizações. No dia seguinte, defende a proposta que estava para ser votada no Senado que autoriza a exploração do pré-sal por empresas privadas, quebrando o monopólio da Petrobras. No texto, também critica gastos com funcionalismo e aposentadorias, o que classificou como “exorbitantes”, e defende as reformas da Previdência e tributária e o fim dos privilégios do funcionalismo. Quatro dias depois, o jornal sugere que o governo Bolsonaro recorra à iniciativa privada para concluir a usina nuclear Angra 3.

Para além de privatizações, reformas e cortes na máquina pública, assuntos recorrentes nos editoriais da Folha de S.Paulo são a defesa da livre concorrência e a crítica a incentivos fiscais, ações que pavimentam a consolidação da política neoliberal. Em abril, dia 8, o jornal critica o programa de incentivo dado pelo governo Temer à indústria automobilista e defende a abertura para o mercado externo. Para o jornal, não é possível defender mais restrições às concorrências externas e pede abertura e integração<sup>46</sup>.

Em 24 de maio, o jornal criticou o governo federal por ceder à pressão dos caminhoneiros para baixar o preço do diesel, postura, segundo à Folha, que se aproxima do populismo tarifário e aproveita para atacar o governo petista: “O risco, que se deve evitar a todo custo, é uma recaída no controle populista de preços, que, aliado à gestão irresponsável e corrupção, levou a Petrobrás à breca.” O periódico justifica o aumento do combustível, afirmando que acontece em escala global, para, na sequência, condenar a greve dos caminhoneiros: “Não existem, pois, soluções indolores a serem oferecidas à sociedade ou aos caminhoneiros. Abusos como bloqueio de estradas não mudarão os efeitos dos fluxos de oferta e demanda do mundo.”

A paralisação dos caminhoneiros e a cessão feita pelo governo Temer à categoria estiveram presentes em muitos dos editoriais no decorrer de 2018<sup>47</sup>. Dentre as críticas estão

---

<sup>46</sup> O tema esteve presente também no editorial de 28 de abril, quando a Folha propôs o fim dos incentivos fiscais e defendeu a abertura do comércio para investimentos internacionais.

<sup>47</sup> As críticas à greve dos caminhoneiros e o posicionamento do governo Temer em relação ao movimento continuaram nos dias 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de maio; 1º, 3, 6, 9, 10 e 18 de junho; 6 e 9 de julho e 17 de dezembro.

a redução de preço do diesel, o prejuízo provocado à economia, a imposição de um “cerco selvagem às cidades sem controle nem lideranças representativas” e que o tabelamento do frete, que, segundo a Folha, estava cercado de distorções por permitir a ingerência do Estado na iniciativa privada – cita a obrigatoriedade de os empresários terem que reduzir o preço dos combustíveis e sugere que a questão pode parar na Justiça. A Folha chegou a convocar a lei de greve para justificar uma punição aos caminhoneiros. “Empresários que estimulam o boicote cometem crime. Caminhoneiros que sufocam o abastecimento de alimentos e combustíveis sem respeitar o atendimento às necessidades básicas infringem a Lei de Greve.” Nesse período do ano – entre maio e julho -, toda vez que ia falar do baixo crescimento econômico do Brasil, o jornal apontava a greve dos caminhoneiros como uma das responsáveis<sup>48</sup>.

As concessões feitas aos caminhoneiros são apenas exemplos de como o tema de isenções fiscais incomoda a Folha de S.Paulo, assim como a burocracia e as barreiras impostas à livre concorrência. Em junho, dia 19, o jornal criticou o benefício, o que, em 2018, iria representar um prejuízo em torno de 4% do PIB. “O valor se mostra exorbitante para um governo que acumula déficit primário [...] na casa de 1,8% do PIB.” O jornal alega que a busca por esses incentivos se dá por conta da burocracia imposta pelo Estado às empresas e defende a simplificação da legislação. Dia 14 de outubro, cobrou a desburocratização da máquina pública e a substituição dos documentos emitidos pelo Estado em papel por eletrônicos. Em 8 de novembro, a empresa jornalística defendeu a abertura comercial e a revisão de subsídios ao empresariado. Em dezembro, dia 28, utilizando como pano de fundo os altos juros bancários, a Folha defendeu a livre competição no setor<sup>49</sup>.

Em 25 de junho, o periódico comemorou a decisão do Senado em aprovar a permissão da venda direta de etanol dos produtores para os postos de combustível no varejo, reforçando a defesa do livre mercado. Dia 4 de julho, ao falar do aumento dos planos de saúde, a Folha elogiou a livre concorrência na iniciativa privada. Em editorial de 17 de julho,

---

<sup>48</sup> Foi o que aconteceu em 1º, 3, 6 e 9 de junho, 6 de julho.

<sup>49</sup> Ainda sobre os bancos, a Folha, em 31 de março, elogiou a decisão do Banco Central em intervir nas tarifas de cartão de crédito praticadas pelos bancos, e, em 22 de abril, criticou a oligopolização do setor pelos altos juros de crédito cobrados aos consumidores. Cobrou dos órgãos de regulação e do Congresso Nacional mais rigor, controle e fiscalização desses setores.

a Folha citou projetos de concessão de benefícios fiscais a empresas privadas e repasses para estados, além de cobrar a rejeição de reajuste salarial para o funcionalismo público.

Dia 21 de julho, o jornal se posicionou contrário ao repasse de verbas para o chamado Sistema S<sup>50</sup> e ao fato de as entidades de classe dos empresários manterem por anos a fio seus presidentes no mesmo cargo. Compara o repasse para o sistema S ao imposto sindical, abolido na reforma trabalhista, e diz que os empresários, apesar de também terem perdido o imposto sindical, continuaram com a verba do sistema S, um volume muito maior que o repasse do sindical. Disse ainda que muitos dos que comandam tais entidades as utilizam como palanque político e cita o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, candidato pelo MDB ao governo de São Paulo. “Esse modelo arcaico de representação tem as mesmas origens da septuagenária CLT, cuja reforma foi saudada pelo empresariado.” Depois de expor a contradição entre os empresários, a Folha defende “um modelo de aporte voluntário, como o que se propõe nos sindicatos laborais”.

Em agosto, dia 3, a Folha opina sobre a Lei Rouanet. Cita a obra *O Fantasma da Ópera*, que iria receber R\$ 28,6 milhões de incentivos do governo brasileiro, uma montagem de inequívoca vocação comercial e comprovada capacidade de atrair o público. Aproveitou para se colocar contra a grande quantidade de recursos que o Estado abre mão para garantir incentivos fiscais à iniciativa privada. Em 12 de novembro, o periódico volta a falar na Lei Rouanet. Embora reconheça a importância da Lei, afirma que é possível aperfeiçoá-la e defende que a isenção de tributos seja prioritária para atividades de formação e às empresas com menor capacidade de sustentação comercial. Na mesma edição, em um segundo editorial, o jornal cobra uma reforma tributária que alinhe a taxaço indireta sobre produtos e serviços ao padrão internacional.

Sobre o déficit das contas públicas<sup>51</sup>, no dia 5 de agosto, o periódico classificou como equívocos a escalada de gastos sociais e a alta de impostos, proliferação de regimes

---

<sup>50</sup> Em 21 de dezembro, a Folha tratou da intenção do governo em mexer no repasse para o Sistema S e, novamente, criticou seus dirigentes por se perpetuarem no cargo e não realizarem uma prestação de contas transparente. Em seguida, no entanto, ponderou os cortes e defende um programa gradual de privatização das entidades. Ao final, defende que o governo aprove a reforma da Previdência.

<sup>51</sup> Sobre a dívida pública, a Folha, no dia 11 de abril, atacou o Congresso Nacional por deixar caducar duas MPs que, segundo o jornal, contribuiriam para evitar o aumento do déficit. As MPs adiavam o reajuste e aumentavam a alíquota previdenciário dos servidores federais e elevavam a tributação de fundos de grandes investidores. Foi citada ainda a derrubada do veto presidencial que autorizava o refinanciamento de dívidas – o caso dos débitos previdenciários dos ruralistas. Também sobre o tema da dívida pública, no dia 13 de julho, a Folha atacou o Congresso Nacional por aprovar projetos que aumentam as despesas

tributários especiais para setores e empresas, gerando mais custos e insegurança jurídica, além de créditos subsidiados pelo Estado. Como alternativas, popôs: promover abertura comercial, com redução de tarifas de importação; tornar o Mercosul zona de livre-comércio, uma via de revisão aduaneira; simplificar o sistema tributário, com eliminação de regimes especiais; ampliar o crédito facilitando a recuperação de garantias; reduzir burocracia para abertura e fechamento de empresas; priorizar a qualidade da educação pública básica.

A Folha, no dia 14 de agosto, pegou como gancho da compra de parte da XP pelo banco Itaú para defender, mais uma vez, a livre concorrência<sup>52</sup>, estímulo à competição com o intuito de reduzir custos para consumidores e empresas. Poucos dias antes, em 19 de julho, ao falar da alta do dólar, o jornal lembra dos setores que perdem com isso, como a indústria nacional – que não consegue passar esse aumento para o consumidor final –, e os que ganham, como os exportadores – que recebem o que exportam com a moeda americana. Tudo isso para justificar a defesa da livre concorrência e a abertura do mercado externo, uma maneira de “absorver tecnologia, ampliar a escala e acirrar a competição.” Em novembro, dia 3, o periódico comemorou um decreto que autoriza investidores estrangeiros a participar de plataformas eletrônicas de concessão de crédito. Sugeriu que o próximo governo dê continuidade à medida.

Em relação ao governo Temer, a Folha de S.Paulo sempre defendeu a pauta econômica implantada por ele, mas se colocava crítica em relação às denúncias de corrupção envolvendo o então presidente. Em março, dia 12, o jornal traz à tona as acusações contra Michel Temer, uma delas sobre uma negociação de recebimento de R\$ 10 milhões, feita entre Temer e a Odebrecht, que seriam repassados ao ministro Eliseu Padilha e ao então candidato ao governo de São Paulo pelo MDB, Paulo Skaf. Outra denúncia foi em relação a favorecimento na renovação de contrato de concessão de portos. O jornal explica que as investigações não poderiam seguir adiante, uma vez que Temer tem imunidade por ser

---

públicas e, de sobra, chamou o presidente Temer de omissos e os presidencialistas de covardes por se calarem diante do problema. O teto dos gastos também é sempre apontado como antídoto à dívida pública, como os editoriais de 26 de abril e 9 de agosto.

<sup>52</sup> Em 4 de novembro, voltou a defender o livre mercado, tendo como pano de fundo um debate no STF sobre ter ou não empacotadores em supermercado, em que a maioria votou por não ser obrigatório essa função. Dentre os argumentos favoráveis e contrários no texto, o jornal diz que a economia de mercado deixa os “agentes livres para decidir o que é melhor para si e seus negócios. De modo geral, eles encontram melhores soluções do que as imaginadas por burocratas incapazes de prever toda a situação possível.”

presidente, conforme a Constituição, mas defende que as apurações continuem, até para evitar que provas sejam destruídas.

Em um texto nada crítico e meramente informativo, no dia 16 de abril a Folha relata o envolvimento do presidente em várias denúncias de corrupção, como a de ter recebido da JBS R\$ 15 milhões como doação de campanha e R\$ 1 milhão de propina da mesma empresa. Ao final, descredencia uma possível candidatura à reeleição do presidente, afirmando que ele “tem mais chance de ser levado a julgamento em futuro próximo do que permanecer no Palácio do Planalto.”

No dia 18 de maio, a Folha traz mais um texto meramente informativo sobre as denúncias envolvendo Michel Temer e cita, no final, Aécio Neves, afirmando que ambos continuam “à tona” e no “poder”. No dia 23 de dezembro o jornal lamenta o final melancólico do governo Temer, sendo acusado de mais uma denúncia feita pela PGR por corrupção e lavagem de dinheiro de um suposto esquema criminal de recebimento de propina vinculado ao porto de Santos. Ao final do texto, no entanto, faz um afago ao presidente, destacando a “contribuição” dada pelo seu governo à agenda econômica.

Sobre essa agenda econômica, em março, dia 26, um dos editoriais diz haver um crescimento econômico diante das ações do governo Temer, apesar do alto índice de desemprego. O jornal afirma que um fator decisivo para a economia brasileira passa pelas propostas dos candidatos a presidente, o que irá influenciar no comportamento de empresários, investidores e consumidores. No dia seguinte, o periódico volta a tocar no tema eleitoral, especificamente no candidato de Temer, Henrique Meirelles. Elogia os feitos do governo - cita o teto dos gastos e a flexibilização da legislação trabalhista, corte de subsídios pelo BNDES e a queda da inflação e dos juros do Banco Central - e diz que “não há um legado, mas uma agenda a ser defendida.”

Em 8 de maio, a Folha coloca em destaque a dificuldade de Michel Temer em se consolidar como um nome competitivo para disputar a reeleição e diz que ele pode, inclusive, se tornar tóxico para qualquer outro nome que apoiar. O problema está associado às denúncias de corrupção contra ele, desgaste que pode ser transferido para o nome que indicar. Seis dias depois, a empresa jornalística traz um texto com o balanço de dois anos do governo Temer. Elogia a agenda econômica, mas diz que a imagem política do presidente

está abalada diante das denúncias de corrupção. Afirma que o governo acertou em aprovar o teto dos gastos, fez alterações nas estatais e nas leis do petróleo e mudanças na educação.

Em junho, dia 14, o jornal resolve falar da impopularidade de Michel Temer, começando afirmando que ele assumiu o governo a partir do *impeachment* de Dilma, considerado legítimo pela Folha. Ao citar a grande rejeição do presidente, diz que a política econômica é a grande vitrine do governo, mas não foi capaz de recuperar a produção e a renda, tampouco a controlar o preço dos combustíveis. E defende o emedebista ao dizer que problemas como o desemprego e a alta carga tributária têm origem em governos passados e que a administração Temer tem méritos por controlar a inflação dos últimos dois anos.

No dia 4 de setembro, o jornal sai em defesa do teto de gastos nos dois editoriais da edição. Num deles, critica os manifestantes que associaram o incêndio do Museu Nacional ao corte no orçamento da instituição por conta do teto e, no outro, afirma que “o teto tem utilidade crucial de fornecer ao mercado credor um horizonte para o equilíbrio gradual das contas. Sem ele, o ambiente financeiro provavelmente estaria ainda mais conturbado pela incerteza.” Em novembro, dia 6, o jornal elogiou a agenda no ambiente de negócios pautada por Temer, como a desburocratização na criação e fechamento de empresas e acesso ao crédito, o que fez com que o Brasil subisse 16 posições no *ranking* dessa modalidade, segundo o Banco Central.

As pautas econômicas contidas nos editoriais da Folha de S.Paulo ratificam a gênese neoliberal da empresa, quase uma fixação pelo controle das contas públicas e liberdade de mercado. Quem nos ajuda a entender esse movimento é Harvey (2014), em suas reflexões sobre o neoliberalismo:

[...] se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado. Isso requer tecnologias de criação de informações e capacidades para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar maciças bases de dados para orientar decisões no mercado global. Disso decorre o interesse do neoliberalismo pelas tecnologias de informação e sua promoção dessas tecnologias (o que levou alguns a proclamar a emergência de um novo tipo de “sociedade da informação”). (HARVEY, 2014, p. 13).

### 4.3.3 Política internacional e pautas culturais/costumes

Em 2018, a Folha de S.Paulo também colocou em pauta debates que aconteciam em todo o mundo e que têm relação com o avanço do conservadorismo. Um deles foi a xenofobia, tão forte na Europa e nos Estados Unidos e em ascensão no Brasil. No dia 26 de março, o jornal destacou casos de discriminação contra os venezuelanos que se instalaram em Roraima. O texto é dúbio, ora rechaça a xenofobia ora aponta dificuldade de conviver com os imigrantes, utilizando entre as justificativas a sobrecarga no serviço público. “Mesmo se o Brasil e a região vivessem um bom momento econômico, o que não é o caso, seria um contingente difícil de absorver.” O jornal, no entanto, cobra do governo melhor acolhimento das vítimas e mais compaixão e paciência por parte da população de Roraima.

A xenofobia em Roraima também foi tema dos editoriais de 13, 23 e 30 de agosto, quando o jornal rechaçou tal comportamento e a violência contra os venezuelanos. Aproveitou o assunto para atacar o governo de Nicolás Maduro e criticar o governo Temer por ter enviado o Exército para fronteira entre Roraima e Venezuela para controlar a entrada dos imigrantes no Estado. Ainda sobre xenofobia, em 6 de abril a Folha criticou o anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, de reforçar a militarização na fronteira com o México para garantir a construção de um muro e impedir a entrada ilegal de mexicanos. Em julho, dia 5, o periódico defendeu o apoio humanitário aos imigrantes na Europa. Seja no Brasil, Estados Unidos, na Europa, a Folha de S.Paulo se posiciona contra a xenofobia.

A crítica ao governo da Venezuela não se limitou a responsabilizar o governo Maduro pela fuga dos venezuelanos em busca de uma vida melhor em outro país. No período que analisamos, a Folha de S.Paulo realizou vários ataques ao perfil do presidente Nicolás Maduro, a quem define como antidemocrático. No dia 13 de abril, fez duras críticas a Maduro, ao analisar a 8ª Cúpulas das Américas. Em 20 de maio, colocou sob suspeita a eleição presidencial na Venezuela, a qual iria ocorrer naquela semana. Alegou que o governo controla as instituições que vão coordenar o pleito e, portanto, poderia fraudar o processo. Dois dias depois, trouxe o assunto novamente à tona, que confirmou a vitória de Maduro. Mesmo fazendo oposição ao governo, o jornal se colocou contrário à proposta de intervenção militar estrangeira na Venezuela.

Em junho, dia 8, a Folha trata da sanção à Venezuela proferida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por conta, segundo a Folha, de haver indícios de fraudes nas

eleições presidenciais. A punição seria a Venezuela ser suspensa da OEA, pena insignificante, para o jornal. No texto, a empresa jornalística pede punições mais rígidas, mas se coloca contrária a um golpe sinalizado pelo Estados Unidos ao país de Nicolás Maduro. Em 2 de agosto, 12 e 19 de setembro, 12 e 25 de outubro, 4 de novembro e 15 de dezembro, novos editoriais atacando o governo da Venezuela. Em um dos textos, colocou o presidente Maduro como suspeito de ser o responsável pela morte do vereador opositor Fernando Albán, acusado de cometer um atentado com um drone contra o presidente. A versão oficial é que o vereador teria se suicidado ao se jogar do 10º do prédio da polícia política venezuelana.

O vizinho Argentina também pautou editoriais da Folha. Em maio, dias 7 e 10, o jornal falou sobre a crise financeira do país, da desvalorização do peso ante o dólar e da submissão do governo argentino ao FMI. Ressaltou como positivo o fato de o presidente Mauricio Macri ser “reformista e responsável”, mas que, politicamente, fazer dívida com o FMI, o que poderia prejudicar sua reeleição, no ano seguinte. O jornal conclui: “O risco de uma recaída no populismo peronista volta a rondar o país”, se referindo à possibilidade de vitória eleitoral do grupo político Kirchner. A crise argentina volta a ser tratada em editorial de 28 de setembro. O jornal aborda a recessão vivenciada no país e as dificuldades enfrentadas pelo governo Macri, que voltou a pegar empréstimo do FMI. Por fim, afirma tratar-se de um “remédio amargo do arrocho, fiscal e monetário”, mas que, “de algum modo, vai recuperar a economia.”

O governo cubano ocupou dois editoriais da Folha no período analisado por esta pesquisa. O primeiro foi em 19 de abril, que trata do afastamento de Raúl Castro da Presidência de Cuba, considerado pelo jornal como um marco, já que é a primeira vez desde a revolução que assume o comando do país alguém que não é da família Castro: Miguel Díaz-Canel. A Folha, no entanto, afirma que Díaz-Canel é fiel ao grupo Castro e que ele será controlado por Raúl Castro, que continuará no comando do Partido Comunista. Já no dia 24 de julho, a Folha dedicou um texto à nova constituição cubana, em que, segundo o jornal, se afasta do comunismo e reconhece o papel do mercado e da iniciativa privada. Ataca a gestão da família Castro e diz que tal avanço acontece com 30 anos de atraso, considerando o tempo do fim da União Soviética. No dia 12 de dezembro, o jornal elogiou algumas medidas tomadas pelo presidente Miguel Díaz-Canel, como a abertura do mercado privado e a ampliação de acesso à internet por parte dos cubanos.



A Folha de S.Paulo também opinou sobre a política no Equador. Em 7 de julho, atacou o ex-presidente Rafael Correa, pegando como gancho o pedido da prisão preventiva do político - acusado de sequestrar um opositor quando era presidente. O texto diz ser “forçoso reconhecer” alguns avanços na gestão de Correa nas áreas de saúde, educação e redução da desigualdade social, mas, depois, parte para o ataque. Classifica o ex-presidente como autoritário e caudilho, que tentou cercear a liberdade de imprensa e se perpetuar no poder. Comparou Correa a Lula, já que ambos se dizem vítima de judicialização na política.

Não faltaram críticas também ao presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, classificado como autocrata de esquerda, como no editorial de 4 de maio. Em outro texto, publicado em 19 de julho, a Folha acusa Ortega de promover “violenta repressão” no país, citando como exemplo o movimento contra a reforma da Previdência, que contabilizava mais de 300 mortes e vários desaparecidos. Diz que o político persegue opositores e impede o livre exercício da imprensa e faz críticas ao PT por apoiar Ortega. Em 7 de agosto, a Folha volta a bater em Daniel Ortega, pela repressão aos protestos contra seu governo. Compara o país à Venezuela e diz que o presidente está se isolando do mundo, restando o apoio apenas de Cuba e do PT, que, segundo o jornal, defendem o indefensável. Daniel Ortega é novamente criticado em editorial de 28 de dezembro. O ataque às últimas forças que se opõem ao capitalismo radical, caminha paralelamente ao avanço da onda conservadora:

A ofensiva desestabilizadora dos setores conservadores aos regimes de Rafael Correa no Equador, Nicolás Maduro na Venezuela e Evo Morales na Bolívia, articula-se ao avanço das forças da ultradireita na conjuntura internacional. Seu objetivo consiste em destravar as últimas linhas de resistência à instauração de um padrão de acumulação do capital aparentemente mais radical que o assim chamado "neoliberalismo", uma vez que este último já demonstra todos os sinais de esgotamento, na qualidade de projeto sócio-político-econômico concreto para reprodução do capital em escala mundial (SOUZA, 2016, 267-268).

Os ataques não se limitam a governantes da América Latina. No dia 25 de setembro, a Folha destaca a coligação de centro-esquerda de Portugal, denominada geringonça. Começa fazendo uma comparação entre o ex-primeiro ministro português, José Sócrates, e Lula. Cita o processo que o português responde, do qual se diz vítima de perseguição assim como Lula no Brasil. No entanto, o jornal afirma que, lá, a geringonça deu relativamente certo por ter feito algumas reformas, cumprindo regras da União Europeia, e ainda por ter atendido uma agenda social. Conclui afirmando que a realidade do país europeu “muito se

distancia da fratura política brasileira.” Um dia antes, 24 de dezembro, o jornal tinha criticado o ditador Viktor Orbán, da Hungria, fazendo algumas associações a Bolsonaro, o que para o jornal parece ideologicamente natural. Alerta sobre o risco dessa identificação representar um passo para o autoritarismo, afirmando que Orbán “não pode ser exemplo para qualquer mandatário que tenha compromisso com a democracia.”

A Folha também demonstrou o que pensa em relação a outros temas da agenda conservadora no que diz respeito aos costumes. No dia 4 de junho, por exemplo, a eutanásia foi pauta de um de seus editoriais, quando o jornal defendeu o início do debate sobre a questão no Brasil. O periódico não se posicionou abertamente se é favor ou contra, mas cobrou um debate realista e afirma: “Decisões de suspender tratamentos sem chances de sucesso, afinal, são tomados diariamente em hospitais de todo o mundo.” Outro tema polêmico para a Igreja Católica, a pena de morte foi discutida pela Folha no dia 7 de agosto. O jornal apoiou a decisão do Vaticano de classificar inadmissível tal punição.

Em 31 de julho, a Folha trouxe à tona mais um assunto tabu para os católicos: o aborto. Assim como O Globo, de forma clara, defende a legalização do método, por entender tratar-se de uma realidade no Brasil e que deve ser encarada como um problema de saúde pública. Sugere, todavia, campanhas educativas sobre alternativas contraceptivas, mas insiste na descriminalização do aborto em estágios iniciais da gravidez, por decisão da mulher. O tema volta na edição de 11 de agosto. O periódico criticou o Senado argentino por rejeitar uma proposta de legalização do aborto e sugeriu que o tema fosse discutido em consulta popular, como plebiscito.

A Folha também se mostrou favorável à descriminalização das drogas. Em um dos editoriais do dia 23 de outubro, ao falar da legalização da maconha no Canadá, o jornal defendeu ser preciso olhar a descriminalização das drogas pelo prisma da saúde pública e ainda sugere que pode aumentar a arrecadação para o Estado. “Com controles similares aos existentes com tabaco e álcool, e começando prudentemente pela maconha, esses produtos poderão ser taxados e gerar recursos para prevenção de tratamento de dependentes, assim como campanhas de esclarecimento sobre riscos dirigidas aos jovens.” O jornal destacou também que, enquanto isso, o monopólio das drogas está garantido aos traficantes.

Sobre o sistema punitivo, o jornal é a favor de penas alternativas para pessoas que cometem crimes considerados não violentos. No dia 13 de março, ao discutir um projeto de

lei aprovado na Câmara que cria a figura de importunação sexual - pune pessoas que praticam, sem autorização das vítimas, atos libidinosos -, o jornal defendeu que tais situações sejam diferenciadas da nudez artística e do crime de estupro. Classificou como excessiva a pena de um a cinco anos para importunação sexual, como consta no projeto, e defendeu como alternativas multas ou prestação de serviço. No dia 28 de julho, ao falar da superlotação nas penitenciárias brasileiras, a Folha voltou a defender penas alternativas para minimizar o problema, o que atingiria, por exemplo, acusados de cometerem pequenos delitos ou aqueles que estão presos, mas ainda não foram julgados. O jornal defendeu uma revisão na política de aprisionamento.

Ainda na área de segurança pública, no dia 24 de abril, o periódico publicou um texto sobre a superlotação carcerária. Sem citar nomes, criticou propostas de presidencialistas – Bolsonaro é um deles – defendendo penas mais drásticas e liberalização das armas como forma de combater a violência no país. O jornal defendeu capacitação para policiais e o uso da inteligência na investigação policial e atuação unificada com outros setores de segurança. Em junho, dia 9, o periódico se colocou contrário à concessão de poder de polícia às Forças Armadas, como aconteceu no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Sugeriu para casos extremos a utilização da Força de Segurança Nacional, que, para o jornal, é subutilizada. Defendeu ainda investimentos em inteligência e carreira no serviço público, no sentido de formar profissionais de elite na segurança pública.

A intervenção federal no Rio também foi tema de editorial dos dias 21 e 25 de março, 19 de maio, 19 de agosto e 29 de dezembro. O jornal cobrou apuração da morte de Marielle e voltou a sugerir como mais adequado para enfrentar a violência no Estado reforçar a Força Nacional de Segurança Pública. Segundo o periódico, existe o risco de as Forças Armadas se contaminarem pelo contato com agentes do narcotráfico carioca. A Folha defende a criação do Sistema Único de Segurança Pública, que institui uma política nacional de segurança pública e define o tema da segurança pública como um “drama a ser enfrentado com eficiência e seriedade – não com medidas espetaculosas, declaração de intenção ou ‘jogadas de mestre’, como a recente e duvidosa intervenção federal.” O jornal também defende que o Estado assuma instituições de segurança pública nos planos estaduais e federal, implante metas para elucidar crimes e implemente políticas para a juventude, com foco na educação.

Em seus editoriais, a Folha também, em vários momentos, tomou partido em relação ao Judiciário. Ora criticando, ora elogiando, ora acusando os magistrados de privilegiados, e ora cobrando uma reforma no sistema. Em abril, dia 13, reprovou a decisão do STF em negar um HC a Antonio Palocci, justificando que o ex-petista já estava em prisão preventiva há mais de um ano, não tinha sido condenado em segunda instância e não representava uma ameaça à sociedade, já que não era acusado de cometer crime violento. Doze dias depois, defendeu a revisão da legislação que trata do foro privilegiado, fazendo um elogio rasgado à Lava Jato: “O padrão da Justiça em primeira instância no Brasil, infelizmente, não é o da Lava Jato.”

Em 4 de maio, um dos editoriais falou novamente sobre a votação no STF do foro privilegiado, que definiu como regra que passariam a ser julgados pelo Supremo apenas os crimes cometidos no cargo eletivo e em razão do cargo. Crimes de outra natureza iriam para a primeira instância. A Folha defendeu que o foro privilegiado tenha como prerrogativa “o critério do momento em que o crime foi cometido, passando ao STF os casos em que o suposto autor cumpria mandato de deputado ou senador.” Dia 13, o jornal sugeriu uma reforma no STF, alegando que a corte está dividida, o que contribui para uma insegurança jurídica. Fala da grande quantidade de ações a serem julgadas e da demora para que isso ocorra, cita decisões monocráticas tomadas pelos ministros – “o que cerca de imprevisibilidade verdadeiramente lotérica o êxito ou o insucesso de cada pleito” –, destaca o atraso da tramitação devido à grande quantidade de pedido de vista e à manipulação das pautas de votação.

Criticou, no dia 4 de junho, o auxílio moradia dos juízes, classificando-o como indefensável. Ainda sobre os privilégios do Judiciário, no dia 10 de agosto, se colocou contra o reajuste concedido aos ministros do STF, o que considerou um “Acinte fiscal”. Dia 31, atacou o governo Temer de ter autorizado o reajuste não só para os magistrados, mas também para parte do funcionalismo do Executivo, e criticou a manobra do STF de negociar com o Executivo e o Legislativo em acabar com o auxílio moradia dos juízes em troca do reajuste deles. Diz que os gastos vão aprofundar ainda mais o déficit público, o que afastará investidores e fará o dólar subir, por conta da desconfiança de o governo controlar as contas públicas<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> O reajuste dos magistrados também pautou os editoriais de 7 de setembro e 9 e 28 de novembro.

No dia 23 de dezembro, a Folha retoma o debate em torno do auxílio moradia para juízes, concordando com a decisão de conceder o benefício apenas a juízes que são deslocados para trabalhar em cidades que não sejam a sua residência e onde o poder público não disponha de residência oficial. Vale lembrar que o benefício tinha sido extinto porque, em troca, a categoria recebeu um reajuste de 16,38%. Concedia-se o aumento e extinguia-se o auxílio moradia. Após o reajuste consolidado, no entanto, o auxílio moradia volta a valer, embora para casos específicos.

No dia 20 de dezembro, a Folha atacou o ministro Marco Aurélio de Mello por conceder liminar autorizando a liberação de todos os condenados em regime de cumprimento provisório, incluindo condenados em segunda instância, como Lula. Para a Folha, ainda que a liminar tenha sido derrubada pelo presidente da Corte, Dias Toffoli, a imagem do STF fica arranhada. O jornal conclui lançando esperança no governo de Bolsonaro: “Mais que nunca, o Brasil precisa de uma cúpula do Judiciário coesa e forte para a defesa do patrimônio dos direitos fundamentais, que será posto à prova, se promessas eleitorais forem levadas à frente, pelo governo que se inicia em janeiro.”

Em relação à Operação Lava Jato, às vezes a Folha de S.Paulo a apoiava, às vezes não, e às vezes se posiciona dubiamente. Em 31 de maio, o jornal criticou o argumento dado por Sérgio Moro ao justificar a foto que tirou ao lado de João Doria, em Nova York. Ao responder à defesa de Lula - que pediu a suspeição do julgamento de Moro contra o petista -, o juiz comparou sua foto a uma foto de Lula com Aécio Neves e Geddel Vieira Lima, afirmando que Aécio era oposição ao governo do PT e mesmo assim está na foto com o petista. O jornal rechaça o argumento e diz que, na foto de Lula, ele está dialogando com líderes políticos, exercendo o papel de um presidente. “O papel de Moro não cabe porque confunde seu papel profissional com aquele desempenhado por um presidente da República durante seu mandato.” No entanto, sai em defesa do juiz e ataca o STF: “Num país em que ministros do Supremo Tribunal Federal e procuradores da República opinam diariamente sobre política e outros temas, Moro até se mostra comedido. Mas seria mais prudente se evitasse os riscos que o excesso de exposição pública pode criar para sua atuação profissional.”

Ao fazer o balanço de cinco anos das jornadas de junho, no dia 14 de junho, a Folha lembra que a Lava Jato nasce como fruto desse movimento, a partir da legislação anticorrupção criada por Dilma, e que, por ironia, foi um divisor de águas para pavimentar

o *impeachment*. Sob o título “No purgatório”, o editorial principal do dia 18 de junho traz um texto sobre a decisão dos procuradores e do juiz Sérgio Moro de tentar proteger os empresários delatores de sanções antes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União e outros órgãos. Moro proibiu o TCU de utilizar provas reveladas pela Lava Jato para impor punições a delatores e empresas que colaboram com as investigações. Sem fazer críticas claras, a Folha diz que a decisão pode gerar incertezas nas investigações e concede o monopólio ao Ministério Público nas negociações com os colaboradores.

No dia 27 de junho, pegando o gancho de uma denúncia de que o procurador Marcelo Miller teria orientado delatores da JBS, a Folha cobra mais rigor “às tratativas com criminosos dispostos a colaborar com as autoridades.” Em 30 de julho, o jornal critica o *modus operandi* da Polícia Federal (PF), citando a morte do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, que se suicidou depois de ser preso e acusado de irregularidades pela Operação Ouvidos Mucos, uma ação da Lava Jato. O jornal endossou as acusações contra a PF, de que o suicídio se deu em consequência da pressão realizada pela operação. “Intimidação e arbítrio se mostram evidentes, dando indicação do despreparo da PF para agir numa democracia – e do quanto podem desacreditar as ações anticorrupção, quando se desenrolam num clima de prepotência e amedrontamento.”

O Judiciário também foi alvo da Folha quando o assunto era liberdades de imprensa e de expressão. Em 17 de junho, o jornal taxa de censura a decisão do TSE de determinar a retirada de uma postagem numa página do Facebook intitulada “Partido AntiPT”. A decisão atendeu a um pedido de Marina Silva, que era acusada pelo perfil de ter recebido propina de empreiteiras. A candidata acusava a postagem de *fake news*, o que para o jornal pareceu uma estratégia antiga de controle sobre a liberdade de expressão. “Supõem-se, assim, que cada magistrado vá decidir sobre o que é verdadeiro e o que não é – pretensão, diga-se, compartilhada pelo próprio Facebook – num fluxo de informações, fatos e crenças absolutamente incontrolável”, diz o jornal, acrescentando que não há como controlar a rapidez na disseminação de uma notícia e a multiplicidade de internautas. E conclui: “Retirar conteúdos do exame público, por ato de vontade de um juiz, nada mais é do que censura.”

No dia 6 de setembro, a Folha criticou uma decisão do TSE de proibir citação de Lula na campanha de Haddad. Atendendo um pedido do Partido Novo, o Tribunal mandou retirar da propaganda o *slogan* que prometia “trazer o Brasil de Lula de volta.” Para o jornal, a decisão fere a liberdade de expressão. Dia 24 do mesmo mês, a Folha saiu em defesa do

jogador do Palmeiras, Felipe Melo, que dedicou um gol a Bolsonaro. Houve pressão para que ele fosse punido, mas o periódico entendeu que se tratava de liberdade de expressão e que não atingiu a ética desportiva.

“Cesura de toga”. Com esse título, a Folha abre as edições de outubro, no dia 1º, criticando o ministro Luiz Fux, na época vice-presidente do STF, que proibiu o periódico de entrevistar Lula de dentro da cadeia. Atendendo a um pedido do Partido Novo, Fux cassou uma liminar de Ricardo Lewandowski, que autorizava a entrevista. A Folha classificou o ato como odiosa prática de censura prévia, que, além de proibir a entrevista, vetou sua publicação caso já tivesse sido realizada e ameaçava o jornal em caso de descumprimento da decisão. Encerrando o mês, dia 31 de outubro, a Folha publicou dois editoriais defendendo as liberdades de expressão e de imprensa. No primeiro, criticou duramente Bolsonaro por intimidar a Folha e ameaçar cortar verba publicitária destinada ao jornal. No segundo, criticou a Justiça Eleitoral por proibir universidades de realizarem atos políticos durante a campanha eleitoral. Em novembro, dia 15, o jornal cobrou dos conglomerados donos das redes sociais uma resposta sobre os disparos em massa de mensagens no processo eleitoral brasileiro em favor de Bolsonaro, em especial via WhatsApp. “As redes sociais tornaram-se grandes difusoras de mistérios e escuridão. Derrotar a sua petulância e lançar luz sobre as suas práticas daninhas é um atarefa inadiável do poder legalmente constituído.”

No dia 23 de maio, a Folha coloca em debate o tempo para o registro de agrotóxico no Brasil, que, para o jornal, parece excessivo, e critica o esvaziamento dos órgãos públicos que devem fiscalizar esses produtos. Fala de um projeto que tramita na Câmara, de autoria do deputado Nishimori (PR-PR), que pretende rever o prazo para registro desses produtos e alterar a nomenclatura contidas na lei atual, criando a categoria de “risco inaceitável” para os seres humanos ou meio ambiente, a qual iria substituir produtos que poderiam causar malformações fetais, mutações e tumores. Eis uma passagem:

Ao deixar em aberto o que seja ‘risco inabalável’, e pôr o processo de registro sob o controle da Agricultura, a proposta de Nishimori dá margens para que interesses econômicos pesem mais em decisões sobre ameaças sanitárias e ambientais, quando elas deveriam caber exclusivamente a órgãos técnicos como Anvisa e Ibama.

Em 27 de junho, o jornal afirmou que alguns pesticidas são agressivos para a saúde humana, mas diz ser “fantasioso imaginar, como parecem fazer setores da militância ambientalista, que a produção de alimentos para atender grandes contingentes tenha condições de prescindir do uso de pesticidas.” Em setembro, dia 9, a Folha sai em defesa do agronegócio e ataca o debate “ideológico” em torno do tema entre ambientalistas e ruralistas. Como propostas para o setor, o jornal defende: priorizar a regularização fundiária, associada aos cadastros rurais; elevar eficiência de órgãos controladores; elaborar zoneamento ecológico-econômico do território; recuperar pastagem, aumentar produtividade pecuária, zerar desmatamento ilegal e recompor floresta para compor metas do acordo de Paris; buscar recursos privados para estradas, rodovias, hidrovias e portos.

Encerrando a análise do nosso objeto de pesquisa, colocamos em destaque a posição da Folha de S.Paulo em relação ao sistema de governo. O jornal, em editorial de 4 de junho de 2018, defendeu o sistema parlamentarista para o país. Afirmou, no entanto, que ainda não era o momento para implementá-lo. O tema veio à tona porque na época o STF iria julgar um questionamento a um projeto que tramitava na Câmara e tentava mudar o sistema de governo a partir de uma PEC. Ao defender o parlamentarismo, a Folha afirma que “Um presidente investido da função de chefe de Estado seria, em tese, um fator de estabilidade, cabendo ao primeiro-ministro governar em sintonia com a maioria do Legislativo. Em caso de crise, a troca do chefe de governo poderia ocorrer de maneira mais fluente e menos traumática.” Apesar da defesa, o jornal diz que “não é hora de experimentos e supostas soluções mágicas.”

A seguir uma representação gráfica com nuvens de palavras, mês a mês, dos editoriais da Folha de S.Paulo, dentro o recorte temporal desta pesquisa:



## Março

Elogia política econômica do governo Temer  
**Defende teto dos gastos** **Critica a Lava Jato**  
**Critica funcionalismo público**  
 É contra a xenofobia **Cobta candidatos por agenda econômica**  
**Defende intervenção nas tarifas de cartão de crédito**  
 Critica Michel Temer por estar envolvido em corrupção  
**Critica o atentado ao ônibus da caravana de Lula**  
**Defende prisão de Lula/pressão no STF**  
 Associa corrupção aos governos do PT  
 Defende penas alternativas para pessoas que não representam risco à sociedade  
**Defende a criação do Sistema Único de Segurança Pública**  
**Acusa PT de contribuir com a violência na política**  
 Critica política econômica dos governos do PT  
**Defende reforma da Previdência**  
 Critica o auxílio moradia do Judiciário  
 Critica Sérgio Moro **Defende reforma trabalhista**  
 Elogia governo Temer Elogia Henrique Meirelles

## Abril

**Defende a livre concorrência**  
**Defende abertura do mercado externo**  
**Desqualifica tese do PT de que Lula é perseguido pela Justiça**  
**Critica os Castros, grupo político de Cuba** **Critica Donald Trump**  
 Critica governo da Venezuela **Elogia PSDB** **Defende redução de impostos**  
**Critica política econômica dos governos do PT** **Defende reformas neoliberais**  
**Defende reforma da Previdência** **Apoia Geraldo Alckmin** **Critica Marina Silva**  
 Lança dúvidas sobre a unidade no PT e na esquerda e diz não enxerga liderança neste campo  
**Defende prisão de Lula/pressão no STF**  
 É contra liberalização de armas **Critica os altos juros de crédito cobrados pelos bancos**  
**Destaca delação que acusa Lula de corrupção** **Defende corte em gastos públicos**  
**Criminaliza movimentos sociais (MST, MTST) e os associa ao PT, Lula e Dilma**  
 Defende o documentário O Mecanismo **Defende governo Temer**  
**Defende teto dos gastos** **Defende Lava Jato**  
**Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas**  
**Defende taxaço progressiva** **Elogia Henrique Meirelles**  
**Critica incentivos fiscais a empresas privadas**  
**Defende privatizações**  
 Cita corrupção no PSDB **Critica PSDB**  
**Defende reforma trabalhista**  
**Critica STF**  
 É contra a xenofobia

## Maio

*Elogia reformas feitas por Maurício Macri*  
*Critica projeto Escola sem Partido*  
 Apoia Geraldo Alckmin  
*Critica Marina Silva Critica envolvimento de Temer em corrupção*  
 Critica Ciro Gomes *Elogia governo Temer Elogia Henrique Meirelles*  
*Ataca governo Dilma Rousseff* Cita envolvimento de Aécio Neves em corrupção  
*Defende teto dos gastos*  
*Criminaliza movimentos sociais (MST, MTST) e os associa ao PT, Lula e Dilma*  
*Critica peronismo/ kirchnerismo na Argentina*  
**Critica greve dos caminhoneiros**  
 Lança dúvidas sobre a unidade no PT e na esquerda e diz não enxergar liderança neste campo  
*Critica STF Destaca delação que acusa Lula de corrupção*  
*Defende reformas neoliberais Defende reforma da Previdência*  
 Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas  
*Critica governo da Venezuela É contra intervenção estrangeira na Venezuela*  
*Critica Daniel Ortega/Nicarágua Defende prisão de Lula/pressão no STF*  
*Defende reforma trabalhista Critica Maurício Macri por fazer dívida no FMI*

## Junho

*É contra a xenofobia*  
 Defende debate sobre eutanásia  
*Apoia voto distrital misto*  
 Critica envolvimento de Temer em corrupção  
*Elogia Lava Jato Defende simplificação da burocracia*  
 Critica STF por absolver Gleisi Hoffman e Paulo Bernardo  
*Defende reformas neoliberais Critica auxílio moradia dos juízes*  
 Defende teto dos gastos *Critica os excessos da condução coercitiva*  
**Critica greve dos caminhoneiros**  
*Elogia governo Temer Critica Lava Jato Apoia Geraldo Alckmin*  
*Defende taxaço progressiva*  
*Critica funcionalismo público Defende o sistema parlamentarista*  
 Critica voto de protesto/outsider *É contra a concessão de poder de polícia às Forças Armadas*  
*Defende reforma da Previdência*  
*Defende privatizações É contra censura Defende a livre concorrência*  
 Reforça sentimento antipolítico do eleitor *É contra financiamento público de campanha*  
*Apoia financiamento privado de campanha*  
 Defende cassação da chapa Dilma/Temer/eleições 2014  
*Critica incentivos fiscais às empresas privadas*  
 Acusa TSE de prática de censura  
*Critica governo da Venezuela*  
*Defende agronegócio*

## Julho

Critica política econômica dos governos do PT  
 Ataca o governo Dilma Critica candidatura de Haddad  
 Critica Daniel Ortega/Nicarágua Apoiava Geraldo Alckmin Defende reforma trabalhista  
 Critica Lava Jato Defende livre concorrência  
 É contra tentativa de soltar Lula Critica greve dos caminhoneiros  
 Defende penas alternativas para pessoas que não representam risco à sociedade  
**Defende privatizações** É contra xenofobia  
 Apoiava Lava Jato Critica os Castros, grupo político de Cuba  
 Destaca apoio do mercado a Bolsonaro Defende corte em gastos públicos  
 Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas Destaca derrocada ética do PT  
 Critica regulação da mídia/censura Defende teto dos gastos  
 Defende taxa progressiva Critica política econômica dos governos do PT  
 Critica Lula Defende reforma administrativa Defende livre concorrência  
 Defende ilegalidade na candidatura de Lula Defende reformas neoliberais  
 É a favor do aborto **Defende reforma da Previdência**  
 Defende revisão de subsídios concedidos à iniciativa privada  
**Critica funcionalismo Público** É contra o repasse de recursos para o sistema S  
 Defende simplificação de tributos sobre bens e serviços  
 Defende reforma do Estado Critica Rafael Correa/Equador  
 Associa corrupção aos governos do PT

## Agosto

Defende redução de burocracia para abertura e fechamento de empresas  
 Cobra dos candidatos propostas para a dívida pública Critica incentivos fiscais  
 Cobra autocrítica do PT É a favor do aborto Apoiava Geraldo Alckmin  
 Defende livre concorrência É contra a dicotomia PT e antiPT  
 Defende mais crédito É contra a xenofobia Critica o governo Temer  
 Apoiava teto dos gastos Critica Bolsonaro Critica a delação premiada  
 Lamenta desistência de Joaquim Barbosa e Luciano Huck e defende um outsider  
 É contra reajuste dos ministros do STF Defende reforma política  
**Defende ilegalidade na candidatura de Lula**  
 Defende educação pública básica Critica o programa de governo dos presidentes  
 Defende abertura de comércio exterior Apoiava Lava Jato  
 Defende reforma tributária  
 Nega ter apoiado impeachment e sim a renúncia de Dilma e novas eleições  
**Acusa PT de estar envolvido em corrupção**  
 Sugere ao eleitor que não eleja um petista Defende livre concorrência  
 Defende privatizações  
 Critica corrupção no PSDB e PP Defende simplificar o sistema tributário  
 Defende abertura comercial, com redução de tarifas de importação  
 Defende tornar o Mercosul zona de livre-comércio Critica Daniel Ortega/Nicarágua  
 Critica Nicolás Maduro/Venezuela É contra a pena de morte  
 Defende criação do Sistema Único de Segurança Pública

## Setembro

**Defende o teto dos gastos**  
 Defente corte em aposentadorias e pensões  
 Defende política de reajuste do salário mínimo  
**Defende reforma da Previdência**  
**Critica Frenando Haddad**  
 Acusa TSE de prática de censura Critica Lava Jato  
**Compara Bolsonaro ao PT**  
 Defende reforma política Elogia Lava Jato  
**Elogia candidatura de Geraldo Alckmin** É contra reajuste dos ministros do STF  
 Ataca governo Dilma **Defende voto útil** Cobra autocrítica do PT  
 Critica PT Defende liberdade de expressão  
**Critica Bolsonaro** Critica programa de governo dos presidentiáveis  
 Defende agronegócio Associa corrupção aos governos do PT  
 Classifica como autoritários e faz críticas aos governos progressistas da América Latina, associando-os ao PT  
**Critica governo da Venezuela** Critica general Eduardo Villas Bôas  
 Critica funcionalismo público  
 Defende cortes em programas sociais  
**Defende reformas neoliberais**  
 É contra regulação da mídia

## Outubro

**Critica governo da Venezuela**  
 Critica Eduardo Bolsonaro por defender fechamento do STF  
**Critica proposta de extinguir ministério do Meio Ambiente**  
**Critica proposta de Bolsonaro de retirar Brasil do Acordo de Paris**  
 Afirma que Bolsonaro teria mais facilidade de alianças que Haddad  
**Defende instituir voto distrital misto e promover ajuste de bancadas na Câmara**  
**Defende harmonizar produções agrícolas e metas ambientais**  
**Afirma que mercado apoia Bolsonaro** Apoiar reforçar na Força Nacional de Segurança Pública  
**Defende abertura comercial com redução de barreiras à importação**  
**Defende cassação da chapa Dilma/Temer/eleições 2014** Critica Bolsonaro  
**Defende reformas neoliberais** Elogia candidatura de Alckmin/voto útil  
**Defende ampliação do crédito** Cobra propostas dos candidatos agenda econômica/reformas  
 Defende condenação de Lula Apoiar revisão de incentivos tributários  
**Defende reforma da Previdência**  
 Critica PSDB/Bolsodoria  
**Compara Haddad a Bolsonaro**  
 Critica corrupção no PSDB Critica programa de governo de Fernando Haddad  
**Critica Fernando Haddad** Defende desburocratização da máquina pública  
**Defende privatizações** Acusa STF de praticar censura Defende funcionalismo público  
**Critica política econômica dos governos do PT** Defende descriminalização das drogas  
**Apoia priorizar ensino básico, buscar parcerias para o superior e implantar currículos nacionais para o ensino fundamental e médio**  
 Defende diminuição da folha de pagamento do funcionalismo **Cobra autocrítica do PT**  
**Cobra apuração de uso de fake news nas eleições** Defende controle gastos obrigatórios  
**Elogia os militares** Defende redução de burocracia para abertura e fechamento de empresas  
**Defende simplificação da tributação** Defende proposta de orçamento zero de Paulo Guedes  
**Critica governo Dilma** Defende democracia e pacificação do país após eleições  
**Defende contenção do aumento de despesas com aposentadorias e pensões**  
 Defende fim de privilégios de servidores e ajuste de teto salarial  
 Critica criação de imposto único federal  
**Defende elevação da taxa direta sobre as rendas mais elevadas**  
 Defende gestão do SUS com parceria privada

## Novembro

Defende governo Temer É contra redução da carga tributária  
 É contra extinção do Ministério do Meio Ambiente  
**Defende reforma tributária** Critica governo da Venezuela  
 Defende corte em pensões e aposentadorias  
 Critica saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médico e governo de Cuba  
 Defende redução de tributos para indústrias **Critica Bolsonaro**  
 É contra reajuste dos ministros do STF  
**Defende reforma da Previdência**  
 Defende livre concorrência Ataca Lula Elogia Paulo Guedes  
 Cobra responsabilidade do WhatsApp na disseminação de fake news  
 Defende mercado exterior e redução de burocracia  
 Defende revisão de subsídios da iniciativa privada  
**Critica funcionalismo público** Cobra autocrítica do PT  
 Apoia Lava Jato É contra a flexibilização de armas  
**Elogia indicação de Bolsonaro para área econômica**  
**Defende privatizações** Defende reforma trabalhista  
 Defende exploração do pré-sal pela iniciativa privada  
**Defende reformas neoliberais** Associa corrupção aos governo do PT  
 Critica indicações ideológicas para o ministério de Bolsonaro  
 Critica Sérgio Moro por aceitar ser ministro de Bolsonaro  
 Critica projeto Escola sem Partido  
 Defende abertura de comércio exterior

## Dezembro

Critica Daniel Ortega/Nicarágua **Critica governo da Venezuela**  
 É contra o repasse de recursos para o sistema S **Critica greve dos caminhoneiros**  
 Cobra explicação de Bolsonaro sobre rachadinha de Flávio Bolsonaro  
 Defende incentivo à competitividade no setor bancário **Critica Bolsonaro**  
 Defende queda dos juros É contra à xenofobia  
 Defende ampliação de acordos comerciais **Defende reforma tributária**  
 É contra projeto que facilita prática de nepotismo  
**Defende reforma da Previdência**  
 É contra o projeto Escola sem Partido Defende livre competição no setor bancário  
 Defende redução de burocracias para abertura de empresas  
 Critica Sérgio Moro **Defende reforma administrativa**  
 Critica política de segurança de Bolsonaro **Defende reforma trabalhista**  
 Defende reforma da Previdência para os militares  
 Defende penas alternativas a pessoas que não oferecem risco à sociedade  
 Compara Bolsonaro ao PT Critica governo Lula na área de diplomacia  
**Critica indicações ideológicas entre os ministériáveis de Bolsonaro**  
 Elogia os nomes anunciados como ministros do governo Bolsonaro  
 Defende privatizações **Defende teto dos gastos**  
**Elogia governo Temer** Critica STF  
 Cita envolvimento de Temer em corrupção  
 Critica Viktor Orbán/Hungria Elogia presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel  
 Defende criação do Sistema Único de Segurança Pública  
**Critica funcionalismo Público**

**Janeiro/2019\***

*Critica governos do PT*

*É contra decreto de Bolsonaro que autoriza porte de arma*

*Deposita esperança no governo Bolsonaro*

*Apresenta Bolsonaro como uma novidade na história política*

*Critica Lula Defende Lei de Responsabilidade Fiscal*

*\*A pesquisa só analisa os dois primeiros dias de janeiro, que correspondem à data da posse de Bolsonaro e à cobertura do evento por parte dos dois jornais analisados neste estudo.*

Agrupando os temas conservadores publicados nos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo entre os dias 7 de março de 2018 e 1º de janeiro de 2019, mais uma vez recorreremos às nuvens de palavras e sintetizamos da seguinte forma:

### **O que O Globo defende**

*Lava Jato Sérgio Moro*  
*Reformas neoliberais*  
*Exploração de terras e recursos naturais*  
*Privatizações*  
*Corte nos gastos públicos*  
*Candidatura de Geraldo Alckmin*  
*Política econômica do governo Temer*  
*Aborto Mercado externo*  
*Indicação de Sérgio Moro para ministro da Justiça*  
*Vitória de Bolsonaro como positiva para a democracia*

### **O que a Folha de S.Paulo defende**

*Lava Jato*  
*Corte em gastos públicos*  
*Reformas neoliberais*  
*Política econômica do governo Temer Privatizações*  
*Candidatura de Alckmin*  
*Financiamento pública nas eleições*  
*Agronegócio Livre concorrência*  
*Penas alternativas*  
*Aborto*

## O que O Globo critica

*Avanço do conservadorismo no mundo*  
*Flexibilização de armas*  
*Regulação da mídia*  
*Escola sem partido*

## O que a Folha critica

*Escola sem partido*  
*Avanço do conservadorismo no mundo*  
*Governos progressistas na América Latina*  
*Financiamento privado de campanha*  
*Incentivos fiscais* *Regulação da mídia*  
*Pena de morte* *Flexibilização de armas*  
*Xenofobia*

## O Globo e o antipetismo

*Cobra autocrítica do PT*  
*É contra a concessão de HC a Lula* *É a favor da prisão de Lula*  
*Associação corrupção aos governos do PT*  
*Comemora derrota do PT no primeiro turno das eleições*  
*Critica política econômica do governo do PT*  
*Acusa PT de apoiar "ditaduras" em governos na América Latina*  
*Associa violência na política ao PT*  
*Acusa a candidatura de Lula de ilegal*  
*Explora o termo Lulopetismo*  
*Compara Bolsonaro ao PT e a Fernando Haddad*  
*Associa PT à fake news*

## A Folha e o antipetismo

*Defende a prisão de Lula*  
*Critica política econômica dos governos do PT*  
*É contra concessão de HC a Lula*  
*Acusa a candidatura de Lula de ilegal*  
*Acusa PT de ser responsável pela violência na política*  
*Associa PT à corrupção Defende cassação da chama Dilma/Temer/2014*  
*Compara Bolsonaro ao PT e a Fernando Haddad*  
*Liga governos "autoritários" da América Latina ao PT*

## Temas mais explorados pelos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo no período pesquisado

*Acusa PT de ser antidemocrático*  
*Critica política econômica dos governos do PT*  
*Cobra dos candidatos agenda econômica/reformas*  
***Apoia Lava Jato*** *Cita corrupção no PSDB*  
***Defende prisão de Lula/pressão no STF***  
*Critica HC de Antonio Palocci Defende reforma da Previdência*  
*Critica funcionalismo público Defende reforma trabalhista*  
*Explora termo Lulopetismo*  
*Defende ilegalidade na candidatura de Lula*  
***Defende privatizações*** *Critica corrupção do governo Temer*

Depois analisar as mediações que estão por trás da falsa “imparcialidade”, “independência” e “objetividade” do jornalismo brasileiro, podemos voltar ao nosso fenômeno e dizer que a Folha de S.Paulo e O Globo são corresponsáveis pelo ressurgimento do conservadorismo no Brasil, contribuindo com a vitória de Jair Bolsonaro. No campo político, o antipetismo, a parceria com a Lava Jato e o sentimento antipolítica reforçaram o novo conservadorismo brasileiro, assim como a defesa incondicional da agenda neoliberal na esfera econômica. Só destoam da ideologia conservadora no âmbito cultural, quando imprimem opiniões mais progressistas, ainda que se silenciem em questões transversais que envolvem alguns temas.



## Considerações finais

### 1. Os editoriais e a narrativa (neo)conservadora

Percorremos um intenso caminho nesta pesquisa, desde o fenômeno dado até nosso ponto de chegada. Voltamos ao ponto de partida, não mais como um todo caótico, mas como uma realidade que foi descortinada, a partir da saturação que realizamos e das mediações feitas neste percurso, o que nos possibilita responder nossos questionamentos iniciais. Não se trata de uma pesquisa que se finda neste trabalho, até porque o objeto de estudo não é estanque. Ao contrário, está em movimento constante. Trata-se apenas de uma contribuição que se soma a tantos outros debates acerca do papel da mídia e como ela tem atuado historicamente na vida política e econômica em sociedade, ou seja, na orientação ideológica do Brasil, e, mais recentemente, como tem colaborado para o avanço do conservadorismo no país.

Depois de discorrer sobre a função ideológica e interesses materiais dos meios de comunicação, conhecer como eles interferiram na história política e nos processos eleitorais do Brasil contemporâneo e ainda refletir sobre a indústria de desinformação e o avanço do novo conservadorismo no país e quem são os atores desse movimento – a mídia incluída -, nos debruçamos sobre a pesquisa empírica de quase dez meses de leitura diária dos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo. No campo da política, tanto O Globo quanto a Folha de S.Paulo imprimiram uma narrativa antipolítica, típica do conservadorismo. Uma antipolítica que no Brasil atual, e especificamente a partir de 2013 e potencializada nas eleições de 2018, significava antipetismo.

O discurso antipetista representava não apenas a desqualificação do palanque presidencial do PT – inicialmente, representado pelo Lula e, depois, por Fernando Haddad. Representava também a reprovação das políticas sociais dos governos Lula e Dilma e o favorecimento da agenda neoliberal tão defendida pelos donos da mídia. Esse sentimento é perceptível desde o início da nossa análise, quando os dois jornais pressionam o STF a não conceder *Habeas Corpus* ao ex-presidente Lula, passando pela defesa da prisão do petista, até o apoio, quase incondicional, à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro, fruto de uma associação jurídico-midiática como mostramos no decorrer desta pesquisa.

Sobre a Lava Jato, a Folha, algumas vezes, até se posicionou mais crítica, ao passo que o Globo se empenhou com mais ênfase para popularizar a força-tarefa de Curitiba e promover o juiz Sérgio Moro à condição de herói nacional. Os periódicos, inclusive, tentavam desqualificar qualquer argumento petista de *lawfare* ou conspiração jurídica, defendendo a existência de imparcialidade da Justiça ao condenar e prender Lula.

Com essa narrativa, O Globo e a Folha reforçaram e retroalimentaram o clima antipetista que vinha sendo construído desde 2013, quando a mídia corporativa se assumiu como intelectual coletivo, substituindo as forças opositoras que não foram capazes de derrotar o projeto petista pelas urnas. Essa direção ideológica que a mídia passa a comandar é sustentada pelo mercado e alcança o consenso na sociedade, com a adesão ao projeto conservador por parte da classe média e até por setores mais pobres, com mais força na comunidade evangélica. Esse sentimento que reverberava no país influenciou sobremaneira o resultado das urnas.

O Globo e a Folha não verbalizaram qual candidato apoiavam para presidente da República em 2018, mas davam claros sinais de preferência por Geraldo Alckmin – a Folha principalmente. No entanto, mais que apoiar um nome, o que ficou evidente nos editoriais foi a determinação de derrotar o candidato do PT, a partir de campanha agressiva contra o candidato do partido, potencializando o sentimento antipetista do eleitor.

Com o adiantar da campanha e o segundo turno sendo desenhado com Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, a Folha passa a defender o voto útil a Alckmin como uma opção antipetista em substituição ao candidato do PSL e o Globo resolve classificar Bolsonaro como uma opção “fora do sistema” e a defender a alternância de poder, chegando a elogiar “uma direita que se assume como tal” e definir como positivo o Brasil ter um presidente assumidamente de direita. No segundo turno, O Globo foi ainda mais explícito, intensificando o discurso antipetista e valorizando o avanço da direita como algo que fortalece a democracia. Depois que as urnas confirmaram o triunfo de Bolsonaro, O Globo passou a flertar com o governo eleito e não faltaram elogios à equipe que o novo presidente começou a formar, sobretudo em relação a Sérgio Moro e Paulo Guedes.

Os Princípios Editoriais do Grupo Globo, que prezam pela independência e pela prática jornalística isenta e correta, afirmam que o jornal não se posiciona “nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos”, diretrizes que não são

colocadas em prática pela publicação. Da mesma forma, a Folha está longe de seguir o que prega o Projeto Folha, que tem entre seus pilares o apartidarismo e a independência.

Os editoriais dos dois jornais no período de análise desta pesquisa deixam clara a opção pelo antipetismo que ajudou a eleger Jair Bolsonaro presidente da República. Tal narrativa propiciou um ambiente ideal para a vitória de Bolsonaro, como resposta antipetista e de negação da política. E nunca é demais lembrar que a opinião dos donos de O Globo e da Folha de S.Paulo – até pela dimensão que os dois periódicos representam para o campo do jornalismo – tem forte influência em todo o resto da mídia, ajudando a confirmar uma tendência histórica da grande imprensa brasileira: de construir o consenso a partir de um discurso de oposição radical aos governos de orientação trabalhista, como aconteceu com Getúlio Vargas (1951-1954), João Goulart (1961-1964) e nos governos do PT (2003-2016).

Ou seja, a postura política tanto da Folha de S.Paulo quanto de O Globo não representa necessariamente uma novidade, se considerarmos o histórico ideológico dos meios de comunicação do Brasil. Na condição de principal aparelho privado de hegemonia da atualidade, a mídia corporativa - não obstante o protagonismo que a internet vem assumindo, os meios tradicionais continuam sendo os preferidos dos brasileiros<sup>54</sup> - sempre imprimiu um discurso oposicionista às forças progressistas em cada momento histórico. O mimetismo é uma das características dos meios de comunicação, os quais são especialistas em se adaptarem às circunstâncias para tirar proveito e utilizam sua força de persuasão para imprimir ideologicamente os assuntos que lhes são convenientes, o que configura uma imitação da realidade.

Quanto mais os meios de comunicação falam de um assunto, mais se persuadem, coletivamente, de que este assunto é indispensável, central, capital, e que é preciso dar-lhe ainda mais cobertura, consagrando-lhe mais tempo, mais recursos, mais jornalistas. Assim os diferentes meios de comunicação se auto-estimulam, superexcitam uns aos outros, multiplicam cada vez mais as ofertas e se deixam arrastar para a superinformação numa espécie de espiral vertiginosa, inebriante, até a náusea. (RAMONET, 2007, p. 21).

Se na esfera da política O Globo e a Folha flertam com o conservadorismo, na economia a afinidade se repete. A pauta encampada pelos dois jornais é a mesma que

---

<sup>54</sup> Uma pesquisa realizada pelo Senado Federal em 2019 mostra que apenas um terço da população (33%) se informa pela internet. Os outros dois terços preferem a televisão (53%), os jornais e revistas (9%) e o rádio (4%). Ou seja, a mídia tradicional continua sendo o principal meio de informação no Brasil (STABILE; BÜLOW, 2021, p. 484).

defendem a mídia hegemônica e o mercado: a agenda neoliberal. Quanto menos Estado melhor. Por isso, privatizar as empresas públicas era assunto frequente nos editoriais das duas empresas jornalísticas, no mesmo nível que pressionavam o governo e os candidatos a presidente para que eles assumissem tal pauta. Como visto no Capítulo 4, cobrava-se privatização em todos os setores, inclusive na educação e saúde, assim como a exploração do pré-sal por parte da iniciativa privada. Associavam as empresas estatais a altos custos e espaços de corrupção e, na grande maioria das vezes, essa corrupção era atribuída aos governos do PT, o que “justificava” as privatizações e ainda fortalecia o discurso antipetista já identificado acima.

Reformas eram outro mantra de O Globo e da Folha. Era quase uma melodia monótona. Cobravam reformas da Previdência, administrativa, política e tributária; defendiam a manutenção da lei do teto e demais iniciativas do governo Temer na área econômica, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Fica claro o papel dos jornais de tentar convencer seu público de que era necessário cortar direito da classe trabalhadora e benefícios sociais da população mais carente, ao mesmo tempo que defendiam a agenda do capital. “Em uma sociedade capitalista os meios de comunicação de massa tornam-se os instrumentos de mistificação e de legitimação da dominação capitalista” (GUARESCHI, 2001, p. 20). A nossa pesquisa empírica deixa claro que O Globo e a Folha de S.Paulo sabem explorar, e exploram ao máximo, a sua condição de influenciador da agenda econômica no Brasil, confirmando a tese de Melo (2003), que afirma que os editoriais são utilizados para pressionar a sociedade política, com vistas a atender os interesses dos donos da mídia e da classe da qual faz parte.

Para além de pautas políticas e econômicas, muitos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo trataram de temas culturais, morais e até religiosos. Em alguns desses assuntos, os dois jornais têm opiniões semelhantes, como, por exemplo, na legalização do aborto. O Globo e a Folha são contrários à criminalização do aborto, alegando que o assunto deve ser tratado como uma questão de saúde pública, apesar de defenderem a privatização da saúde – uma das contradições do capitalismo. Os periódicos também pensam igual em relação à escola sem partido e à flexibilização das armas: são contra. Defendem a liberdade de imprensa e atacam qualquer tentativa de regulação da mídia, acusando de censura - até mesmo quando não há cerceamento da liberdade de expressão.

Os dois jornais também estão sintonizados em relação à chamada “maré rosa” -, governos da América Latina que têm origem no campo progressista – e fazem críticas contundentes ao avanço da direita no mundo, mirando principalmente o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o primeiro ministro da Hungria, Viktor Orbán. Mas, para além das convergências, tanto O Globo quanto a Folha têm suas particularidades. O jornal carioca é contra a cota para negros nas universidades, apoiou a intervenção militar no Rio de Janeiro, mas rechaça a proposta de excludente de ilicitude. O diário paulista discorda da intervenção no Rio, defende a descriminalização das drogas e é a favor de penas alternativas para pessoas que cometem crimes considerados não violentes.

Ou seja, no campo cultural, ainda que discordem em algumas questões, os dois jornais defendem uma pauta relativamente avançada, em oposição ao retrocesso defendido nesse campo pelo conservadorismo. Com base nesses quase dez meses de análise dos editoriais de O Globo e da Folha de S.Paulo, é visível a influência que as empresas de comunicação têm na agenda política e econômica brasileira. Embora ataquem sistematicamente o avanço da direita e da onda conservadora que se dá em escala global, no âmbito local, deram uma grande contribuição para que o conservadorismo ganhasse força.

Em 2018 - ano do triunfo do conservadorismo no Brasil, simbolizado na vitória de Jair Bolsonaro para presidente da República - O Globo e a Folha atuaram como verdadeiros partidos políticos para impedir que a candidatura mais à esquerda - ou seja, do PT - tivesse êxito, ajudando a eleger o símbolo maior do antipetismo incorporado por Bolsonaro. E fizeram isso ao mesmo tempo em que se associavam à operação Lava Jato, mais um instrumento a serviço do conservadorismo político, garantindo o consenso em torno da narrativa antipolítica, sob o manto de combate à corrupção. Da mesma forma, eleger a agenda neoliberal, que na polarização da disputa presidencial esteve mais associada ao candidato militar, era uma questão de honra para os dois jornais, o que demonstra mais uma bandeira a favor do conservadorismo levantada pelos periódicos.

Essa nova onda conservadora se mostra compatível com o programa neoliberal, embora se afaste dos princípios do puro liberalismo, já que precisou adaptar-se em dois aspectos fundamentais. Como diz Harvey (2014, p. 92), “em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta ao caos de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político *vis-à-vis* de perigos externos e internos”. Nesse sentido, o atual

estágio da ideologia neoliberal, para aderir ao conservadorismo, precisou se afastar dos seus princípios basilares e assumiu uma roupagem autoritária, com a anuência da mídia e dando lugar ao Estado pós-democrático, como nos explica Casara (2020)

O Estado Pós-Democrático é a forma estatal de um “capitalismo mais puro” (Mandel), sem direitos democráticos e nem resistência, próprio de uma época em que as forças empresarias e financeiras, maiores e mais agressivas do que em qualquer outro momento da história, normatizaram seu poder político em todas as frentes possíveis, tanto em razão da crença no uso da força que se materializa a partir do poder econômico quanto da ausência de reflexão, que permite a dominação a partir de mensagens passadas pelos meios de comunicação de massa, pela “indústria das relações públicas”, pelos intelectuais orgânicos a serviço do capitalismo e por outras instâncias que fabricam as ilusões necessárias para que o neoliberalismo e o Estado Pós-Democrático pareçam desejáveis, racionais e necessários. (CASARA 2020, p. 23)

## 2. O criador e a criatura

O que vimos nos editoriais analisados é que a Folha de S.Paulo e o Globo estão coesos em torno do que muitos pesquisadores chamam de partido da mídia e Anderson (2020) classifica como um bloco único de hostilidade ao PT e acrítico em relação à Lava Jato, operação a quem as empresas de comunicação se submeteram e foram seu porta-voz. Esse esforço elegeu como presidente um militar com perfil autoritário e avesso à liberdade de imprensa, afetando sobremaneira o trabalho dos jornalistas brasileiros, alvos constantes de agressões por parte de Jair Bolsonaro, seus filhos, assessores e uma legião de fanáticos que o têm como mito e seguem à risca a orientação do chamado gabinete do ódio, atuando como verdadeiras milícias digitais. O pseudo *outsider* pintado pela mídia corporativa se voltou contra ela.

Em relatório publicado pela ONG Repórter Sem Fronteiras, em julho de 2021, o Brasil aparece no 111º no *ranking* mundial no quesito liberdade de imprensa, de um total de 180 países. Caiu quatro pontos percentuais em relação a 2020 e seis pontos se comparado a 2019. Um claro retrocesso. Os dados só confirmam o que se vê diariamente no tratamento que o presidente Jair Bolsonaro dispensa aos jornalistas e às empresas de comunicação que exercem seu dever profissional. Seja no cercadinho montado em frente ao Palácio da Alvorada – residência oficial da Presidência da República -, seja nas redes sociais ou nas *lives* que transmite semanalmente, Bolsonaro ataca sistematicamente repórteres e veículos de comunicação. Grita, humilha, manda calar a boca, ofende com falas homofóbicas e

depreciativas, quando não ameaça partir para a violência física ou faz ataques de cunho sexual, sobretudo em se tratando de repórteres mulheres. O estudo do Repórter Sem Fronteira mostra que

O trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, estigmatização e humilhação de jornalistas passaram a ser a marca registrada do presidente brasileiro. Qualquer revelação da mídia que ameace os seus interesses ou de seu governo desencadeia uma nova rodada de ataques verbais violentos, que fomentam um clima de ódio e desconfiança em relação aos jornalistas no Brasil<sup>55</sup>.

Os números globais são confirmados pelo *Relatório Violência contra Jornalistas*, produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), divulgado no início de 2021. O documento mostra dados de 2020, ano apontado como o mais violento para os jornalistas desde os anos 1990. Segundo o relatório, foram 428 episódios de ataques a jornalistas, incluindo dois assassinatos, um aumento de 105,77% em relação a 2019. Maria José Braga, presidenta da Fenaj<sup>56</sup>, mostra a relação entre os números e a ascensão bolsonarista ao poder.

Esse crescimento está diretamente ligado ao bolsonarismo, movimento político de extrema-direita, capitaneado pelo presidente Jair Bolsonaro, que repercute na sociedade por meio dos seus seguidores. Eles ocorrem para desacreditar a imprensa para que parte da população continue se informando nas bolhas bolsonaristas, lugares de propagação de informações falsas e ou fraudulentas”, afirma Maria José Braga, presidenta da Fenaj.

Essa relação tensa com a imprensa não é novidade. Desde a campanha que Bolsonaro tinha um tratamento hostil para com jornalistas e já se mostrava inimigo da liberdade de imprensa, sempre buscando desqualificar repórteres e empresas de comunicação, principalmente os dois grupos midiáticos analisados por esta pesquisa. Recorrentemente o presidente cita nominalmente o Grupo Globo – a TV Globo com mais frequência – e a Folha de S.Paulo. Ameaçou tirar a concessão da TV Globo e cortar a publicidade do seu governo na Folha de S.Paulo. Em várias bravatas, Bolsonaro classificou o noticiário jornalístico de “patifaria”.

Mas as mesmas empresas de comunicação que são diariamente desqualificadas e deslegitimadas por Jair Bolsonaro adotam uma postura pouco crítica a seu governo, se

---

<sup>55</sup> Disponível em <https://rsf.org/pt/brasil?nl=ok>. Acesso em 15 jul. 2021.

<sup>56</sup> Disponível em <https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-cresce-10577-em-2020-com-jair-bolsonaro-liderando-ataques/>. Acesso em 15 jul. 2021.

comparada a governos do PT. É o que mostra uma pesquisa da Fundação Friederich-Ebert-Stiftung, coordenada pelo professor João Feres Jr, a qual concluiu que a mídia brasileira tem sido muito mais condescendente com o governo Bolsonaro, assim como foi com o de Michel Temer, do que foi com a gestão Dilma (AMORIM, 2021). Interessante essa informação porque a pesquisa foi feita com base nos editoriais dos principais jornais impressos – Folha de S.Paulo, O Globo e Estado de São Paulo -, trabalho similar ao que desenvolvemos aqui, e reforça o que identificamos em nossa pesquisa: historicamente, a mídia brasileira se comporta como um partido de oposição às forças políticas progressistas.

Para fazer justiça, o que observamos na grande imprensa em relação ao governo Bolsonaro, na verdade, é uma cobertura crítica a persona do presidente – começou branda, no início do governo, e foi ficando mais dura a partir do desprezo para com o trabalho jornalístico e das bravatas dele -, porém nunca restou dúvida quanto ao apoio dado em relação à agenda econômica do governo Bolsonaro, apoio esse extensivo ao ministro Paulo Guedes. Só com o avanço da pandemia do coronavírus e com a paralisia do governo que não tocou as reformas que o mercado chama de estruturais – privatizações, cortes de gastos e reformas administrativa e tributária -, que os intelectuais orgânicos dos meios de comunicação passaram a imprimir um discurso crítico à administração federal. Uma crítica que foi se ampliando para outras áreas ineficientes da gestão, como meio ambiente e saúde. É notável também um noticiário crítico aos ataques à democracia proferidos pelo bolsonarismo, começando com a ameaça de não realização de eleições gerais em 2022 se não fosse aprovado o voto impresso auditável<sup>57</sup>.

O governo é também fonte de desinformação e tenta, com frequência, dificultar o acesso à informação. Exemplo disso foi o decreto assinado pelo vice-presidente, Hamilton Mourão - na condição de presidente em exercício -, que alterava a Lei de Acesso à Informação, aumentando a abrangência de dados sigilosos do poder público - decreto que foi revogado pela Câmara dos Deputados. Durante a pandemia, o Ministério da Saúde resolveu não divulgar dados sobre o número de infectados e mortos pela Covid, levando os veículos de comunicação a formarem um *pool* para apurar e divulgar esses dados

---

<sup>57</sup> A PEC 135/19 do voto auditável foi rejeitada pela Comissão Especial que discutia a proposta, mas o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, desconsiderou o resultado e levou a matéria para votação em plenário, a qual também foi derrotada no agosto de 2021. A PEC precisaria de 308 votos favoráveis, mas obteve 229.



diariamente. É relevante também observar o desprezo com que o governo Bolsonaro tratou a comunicação pública, aprofundando o desmonte da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) iniciado no governo Temer. O presidente, inclusive, se utiliza da TV Brasil para disseminar *fake news* e fazer campanha eleitoral visando à reeleição em 2022.

A relação nada amistosa entre Jair Bolsonaro e a mídia corporativa é contornada por uma comunicação direta, sem intermediários, que o presidente imprimiu com seu público desde a campanha eleitoral. Ele conta com um exército digital, coordenado pelo seu filho Zero Dois, Carlos Bolsonaro, que é responsável por alimentar uma rede de informações – basicamente composta de notícias falsas, tema tratado no Capítulo 3 –, que produz conteúdos que são disseminados pelas redes sociais, sobretudo pelo WhatsApp e pelo Telegram. A mentira é uma das marcas do governo Bolsonaro. Segundo o site de checagem *Aos Fatos*, desde que assumiu, em 1º de janeiro de 2019, até o dia 13 de julho de 2021, Bolsonaro deu 3.334 declarações falsas ou distorcidas<sup>58</sup>; *fake news* que são viralizadas na internet, sustentando a indústria de desinformação que o elegeu em 2018. Bolsonaro também realiza, toda quinta-feira, uma *live* de uma hora de duração, onde dialoga diretamente com seus seguidores. Além de ser transmitida ao vivo pelas redes sociais do presidente e seu exército, a *live* tem transmissão simultânea na Rádio JovemPan FM, no programa *Os Pingos nos Is*, e nos sites de direita Folha Política e Foco do Brasil.

Sobre a rede de desinformação que se traduziu no governo Bolsonaro, existem duas investigações sendo realizadas para apontar os responsáveis, uma no STF e a outra na Câmara dos Deputados, onde está paralisada a CPI das *fake news*. No STF o inquérito apura a existência de uma organização criminosa de disseminação de notícias falsas e ataques à democracia e sua vinculação com o gabinete do ódio bolsonarista. Em outubro de 2021, o TSE analisou e julgou a acusação de abuso de poder econômico e ilegalidade nas eleições de 2018 por parte da chapa Bolsonaro-Mourão, a partir de doações empresariais para alimentar a rede de *fake news* na campanha. Entendeu que não há provas suficientes para concluir pela cassação. Em agosto, o tribunal eleitoral encaminhou um pedido ao STF para investigar o presidente Bolsonaro no inquérito que apura a disseminação de *fake news*,

---

<sup>58</sup> Disponível em <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/> Acesso em 15 jul. 2021.

considerando as várias notícias falsas que o presidente espalhou referente às urnas eletrônicas e defendendo o voto impresso.

A partir de todos os apontamentos e reflexões que fizemos ao longo desta pesquisa - que vai desde o papel ideológico e interesses materiais das empresas de comunicação, passando pela interferência delas nos processos eleitorais e nos governos de plantão a partir da manipulação jornalística, até a criminalização da política e dos setores progressistas, com mais ênfase ao antipetismo, e a emergência de uma indústria de *fake news* – chegamos ao final de nosso trabalho com o sentimento de que a mídia brasileira é vítima de si mesma. A avalanche que a nova onda conservadora representa para o Brasil com a vitória de Jair Bolsonaro para presidente do país foi estimulada e retroalimentada pela grande imprensa e seus intelectuais orgânicos. A negação da política e o ódio ao PT, tão impregnados nas ações da Lava Jato e reverberados pela mídia, pariram Bolsonaro. Agora, essa mesma mídia não consegue controlá-lo e é um dos alvos preferenciais da metralhadora giratória do presidente. Nesse caso cabem os jargões populares “o feitiço voltou-se contra o feiticeiro” ou a “criatura voltou-se contra seu criador”. Não estaria já passando da hora de os meios de comunicação fazerem uma autocrítica, prática que eles tanto cobram ao PT?

A rede de desinformação representada pelo governo Bolsonaro, os ataques à democracia e à liberdade de imprensa emanados do presidente e seus seguidores diuturnamente, associados à busca por informações seguras acerca da pandemia da Covid-19, deram uma sobrevida à mídia tradicional, que passou a ser uma referência no combate ao coronavírus e na defesa da ciência, um contraponto ao negacionismo do governo. Enxergamos esse cenário como uma oportunidade para os meios de comunicação refletirem acerca do seu compromisso com a verdade, no sentido de repensarem o fazer jornalístico e, quem sabe, reconquistarem a credibilidade perdida ao longo dos anos, por conta de uma atuação parcial, comprometida não com uma comunicação democrática, mas, ao contrário, com a mercantilização da informação.

Concluimos nossa pesquisa pegando emprestado uma reflexão de Chomski (2014, posição 20), que acredita que “uma sociedade democrática é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres”. Um estímulo para continuarmos acreditando que é possível a democratização da comunicação, o que consideramos ser um dos pilares da democracia.

## Referências Bibliográficas

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. [1947(1985)].

AGUIAR, Sandra. **Os Braços do Grupo Globo**. Especial Caros Amigos Rede Globo 50 anos de Comunicação. Edição nº 74, mai. 2015, p. 4-7.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In **O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. In GALLEGO, Esther Solano (org.). São Paulo: Boitempo, 2018.

AMORIM, Paulo Henrique. **O 4º Poder – Uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

AMORIM, Ana Paola. A Imprensa no Governo Bolsonaro sob os Ataques à Liberdade de Imprensa. In AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ANDERSON, Perry. **Brasil à Parte: 1964-2019**. Tradução Alexandre Barbosa de Souza... [et al]. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANJOS, Anna Beatriz; CARVALHO, Igor. **O intervencionista da comunicação**. Especial Caros Amigos Rede Globo 50 anos de Comunicação. Edição nº 74, mai. 2015, p. 12-15.

AUGUSTO André Guimarães. O que está em jogo no “mais Mises, menos Marx”. In DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). In DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora - Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Democracia e mídia no Brasil. In GOULART, Jefferson O (org.) **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Armações Internacionais. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe** -Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017.

BAUER, Martim W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Tradução: Pedrinho Guareschi. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BENTIVOGLIO, Julio; BRITO, Thiago Vieira de. Bolsonaro e a Crise da Nova República: A política como conspiração. In ARAUJO, Valdei; KLEM Bruna; PEREIRA, Mateus (Orgs.). **Do fake ao fato: Des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. E-book/Kindle

BIANCHI, Alvaro. Golpe de Estado: o conceito e sua história. In FREIXO, Adriano; MACHADO, Rosana Pinheiro (org.). **Brasil em Transe: Bolsonaro, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raque, 2019. Ebook/Kindle.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 14 edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural: Informação e capitalismo**. São Paulo: Editora Polis, 2000.

\_\_\_\_\_. Mercado Brasileiro de Televisão, 40 anos depois. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César (orgs.). **Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BORGES, Altamiro. **Veja estimula ódio e preconceito**. Portal Vermelho, 13/08/2006. Disponível em <https://vermelho.org.br/2006/08/13/altamiro-borges-veja-estimula-odio-e-preconceitos/>. Acesso em 29 jun. 2020.

BOSCHETTI Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.043>. Acesso em 12 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção – Crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Produção da Crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BRASILINO, Luís. **Novas expressões do conservadorismo brasileiro**. Entrevista com Andre singer. Le Monde Diplomatique, 2 de outubro de 2012. <https://diplomatie.org.br/novas-expressoes-do-conservadorismo-brasileiro/>. Acesso em 15/12/2018 – 19h15.

BRAZ, Marcelo. Serviço Social, Comunicação e Projeto Ético-Político. In SALES, Mione Apolinario; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. A Ponta de um Iceberg de Desconfiança. In BARBOSA, Marina (org.). **Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020. E-book/Kindle

BUCCI, Eugênio. News não são fake – e fake news não são News. In BARBOSA, Marina (org.). **Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020. E-book/Kindle

\_\_\_\_\_. **Existe Democracia sem verdade Factual? Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de feke news**. Estação das Letras e Cores, 2019. Recurso eletrônico/E-book Kidle.

CALIL, Gilberto. **Reflexões sobre a ascensão da direita**. Junho Blog. 6 de maio de 2016 Disponível em <http://blogjunho.com.br/reflexoes-sobre-a-ascensao-da-direita/>. Acesso em 15/12/2018 – 15h25

CARAPANÃ. A Nova Direita e a Normatização do Nazismo e do Fascismo. In **O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. GALLEGO, Esther Solano (org.). São Paulo: Boitempo, 2018.

CARTA, Mino. Jornalismo à Brasileira. In ALVES, Giovanni et al. GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. 2): O papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

CASARA, Rubens R R. **Sociedade sem Lei: Pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Recurso Eletrônico/E-book Kindle.

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro: O Mito e o Sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiro. **A Nova Direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **A história no pensamento de Marx**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2007.

\_\_\_\_\_. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos: 13).

\_\_\_\_\_. **Simulacro e poder: Uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

CHOMSKY, Noam **Mídia: Propaganda política e manipulação**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. E-book/Kindle.

CODAS, Gustavo (orgs).. **Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In CRUZ, Sebastiao Velasco e; KAYSEL, Andre; CODAS, Gustavo (orgs).. **Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COLETIVO INTERVOZES; MOM-0BRASIL. **Quem controla a mídia no Brasil**. Disponível em <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/universal-church-of-the-kingdom-of-god/>. Acesso em 28 dez. 2018. 13h.

CORNILS, Patrícia. Vozes do Dono. In ALVES, Giovanni et al. GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. 2): O papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

COSTA, Diogo. Junho de 2013. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe -Vol. 1**. Bauru: Canal 6, 2017.

COUTINHO, Eduardo Granja Coutinho; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (prgs.). **Mídia e Poder: Ideologia, Discurso e Subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In COUTINHO, Eduardo Granja; FREIFE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Orgs). **Mídia e Poder – ideologia, discurso e subjetividade** (pp. 41-56). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CRUZ, Francisco Brito. Fake News Definem uma Eleição? In BARBOSA, Marina (org.). **Pós-verdade e Fake News: Reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020. E-book/Kindle

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2015-2019**. Estudos Políticos do DIAP. Brasília, 2014.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Guanabarra, 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Leitor da Folha é ultraqualificado**. Painel do Leitor: outubro 2011. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>

FOLHA DE SÃO PAULO. **A Folha apoiou o regime militar**. Editorial. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/158906-1964.shtml>. Acesso em 12 jan. 2019, 16h.

FREIXO, Adriano; MACHADO, Rosana Pinheiro. Dias de um Futuro (quase) Esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In FREIXO, Adriano; MACHADO, Rosana Pinheiro (org.). **Brasil em Transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raque, 2019. Ebook/Kindle.

GALLEGO, Esther Solano. Apresentação. In GALLEGGO, Esther Solano (org.). **O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. Populismo de Direita: Guerras culturais e antipetismo. In TELES, Barbara Caramuru (org.). Gilvanni Alves et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe**. Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017.

\_\_\_\_\_. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In FREIXO, Adriano; MACHADO, Rosana Pinheiro (org.). **Brasil em Transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raque, 2019. Ebook/Kindle.

\_\_\_\_\_. Populismo de Direita. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe -Vol. 1**. Bauru: Canal 6, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **O Leitor de Gramsci – Escritos escolhidos: 1916-1935**. Carlos

- Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & Poder – A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e Luta de Classes: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia**. Tese defendida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fevereiro/2015. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Mencoes-Honrosas/Servico-Social-Catia-Correa-Guimaraes.PDF>
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HOEVELER, Rejane. A direita transacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora - Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORTA, Fernando. Igrejas. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 1**. Bauru: Canal 6, 2017.
- IANNI Octávio. **O Príncipe Eletrônico**. Cuestiones Constitucionales – Revisa Mexicana de Derecho Constitucional. Num. 4, enero-junio 2001.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. **As categorias em Marx**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr 2011 – ISSN: 1676-2584.
- JABOR, Arnaldo. **Burrice e Ignorância**. O Globo, Segundo Caderno, p. 10. 28 out. 2014.
- JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: Das revoluções coloridas aos golpes**. Tradução Thyago Antunes. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOTSCHO, Ricardo. **Uma Vida de Repórter: Do golpe ao Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRAKOWIAK, Fernando. **Economía política de la comunicación, estado y políticas públicas**. Revista Eptic - Vol. 20, nº 1, jan-abri 2018.

KUCINSKI, Bernardo; LIMA, Venício A. de. **Diálogos da Perplexidade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012. Kindle.

LACERDA, Marina Basso. **O Novo Conservadorismo Brasileiro: De Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LESSA, Sérgio. **Lukács: o método e seu fundamento ontológico**. Publicado em Borgianni, B., Castaño, C. Metodologia y Servicio Social. Cortez, S. Paulo, 2000. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/101738017/Sergio-Lessa-Lukacs-o-metodo-e-seu-fundamento-ontologico>. Acesso em 22 mar. 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silva de Bernardes. Revisão Marco Aurélio Nogueira. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Venício A. de. **Mídia – Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sete Teses sobre Mídia no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

\_\_\_\_\_. **Regulação das Comunicações. História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LUCENA, Ana Paula Costa de. **POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: experiências de Comunicação Pública na Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

LUHMANN, Niklas. **A Realidade dos Meios de Comunicação**. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe** – Estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre Lutas e Lágrimas: Uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

MANUAL DA REDAÇÃO. **Folha de S.Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2008. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação – Projetos, ideias, práticas**.

MARX, Karl. **O leitor de Marx** / José Paulo Netto (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Introdução)**. Versão e-book, convertido para Kindle.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 113-130.

MAZETTI, Henrique. Mídia e questionamento do poder: três abordagens teóricas. In COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e Poder: Ideologia, Discurso e Subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora - Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, José Marque de. **Jornalismo Opinativo – Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. ver. e ampl. – Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELLO Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia da Letras, 2020. E-book Kindle.

MENESES, Sônia. Bolsonarismo: Um problema “de verdade” para a História. In ARAUJO, Valdei; KLEM Bruna; PEREIRA, Mateus (Orgs.). **Do fake ao fato: Des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. E-book/Kindle

MESSENBERG, Debora. A Cosmovisão da “Nova Direita Brasileira. In FREIXO, Adriano; MACHADO, Rosana Pinheiro (org.). **Brasil em Transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raque, 2019. Ebook/Kindle.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIELLE, Renata. Organizações Patronais. In ALVES, Giovanni et al. GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. 2): O papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. A Reemergência da Direita Brasileira. In GALLEGO, Esther Solano (org.). **O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOHAMMED, Elhajji; ZANFORLIN, Sofia. Dos modos de construção da identidade nacional: pertencimento – mídia – alteridade. In COUTINHO, Eduardo Granja Coutinho; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (prgs.). **Mídia e Poder: Ideologia, Discurso e Subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MONAINI, Marco. O Especialista e os Protesto de Junho: A edição da cacofonia das ruas. In GONÇALVES, Maurício (org.). **As Jornadas de Junho: Os significados do retorno das manifestações de massas no Brasil**. Recife: Ed. Do Organizador, 2014.

MORAES, Dênis de. In BRITTOS, Valério (Org). **Economia política da comunicação: Estratégias e desafios no capitalismo global** (pp. 17-28). São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Batalha da Mídia: Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vozes Abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MOREIRA LEITE, Paulo. Agência Lava Jato. In ALVES, Giovanni et al. GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. 2):** O papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018.

MOSCO Vincent. **Economia Política da Comunicação: Uma perspectiva laboral.** Comunicação e Sociedade 1. Cadernos do Noroeste, Serle Comunicação. VoL 12 (1-2), 1999, 97-120.

MOTA, Joanne dos Santos; SANTOS, Anderson David Gomes dos. **Economia Política da Comunicação no Brasil: um subcampo em construção.** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.]

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social Brasileira: cenários perspectivas nos anos 2000. In MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (ogs). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016, p. 29-53.

MUSSE, Ricardo. Governo Bolsonaro: a calamidade triunfal. In AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política.** 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NETTO, Leila Escorsin. **O Conservadorismo Clássico** – Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e a Democracia Neoliberal.** 2º Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** (Livro eletrônico). São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é Marxismo.** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos: 148).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** Biblioteca Básica de Serviço social. Vol. 1 – 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Mídia, Democracia e Hipermodernidade Periférica. In GOULART, Jefferson O (org.) **Mídia e Democracia.** São Paulo: Annablume, 2006.

OAKESHOTT Michael. **Ser Conservador.** Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha. Tradução: Rafael Borges.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.** Editorial do jornal O Globo, publicado em 31 de agosto de 2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, Sheila Borges de. **Palanque eletrônico: O horário gratuito da propaganda eleitoral e os gêneros do telejornalismo.** Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2005.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARENTE, Cristiane. **Comunicação, Educação e Democracia**. Revista de divulgação científica Coletiva. Dossiê 25 - Jun. Jul. Ago. Set. 2019. ISNS 2179-1287. coletiva.org.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Tradução Fanny Weabel. 2. Edição. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 6. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1951.

RANCIÈRE, Jacques. **Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. E-book/Kindle.

RAMONET, Ignacio. **A Explosão do Jornalismo – Das mídias de massa à massa de mídias**. Tradução: Douglas Estevam. 1ª edição. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Tirania da Comunicação**. 4ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RAMOS, Murilo. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César (orgs.). **Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

REBOUÇAS, Edgard. Os Estudos e Práticas da Economia (e da) Política de Comunicação na América Latina. In Helena SOUSA (org). **Comunicação, Economia e Poder**. Porto/Portugal: Porto Editora, 2006, p. 61-77.

\_\_\_\_\_. América Latina: Um território pouco Explorado e Ameaçador para a TV Globo. In BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento. In COUTINHO, Eduardo Granja Coutinho; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (prgs.). **Mídia e Poder: Ideologia, Discurso e Subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

RODRIGUES, Fania. **Mídia Latina refaz ‘Operação Condor’** - Governantes da América do Sul vivem sob ataque de oligopólios articulados e sob os interesses dos EUA. Revista Caros Amigos. Edição nº 221, ago. 2015, p. 24-27.

ROUANET, Paulo Sérgio. **Mal-Estar na Modernidade** (Ensaio). São Paulo: Cia das Letras, 1993 (p. 9-44).

RUBIN Antônio Albino C.; COLLING Leandro. Política, Cultura e a Cobertura Jornalística das Eleições Presidenciais de 2006. In GOULART, Jefferson O (org.) **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

SAINT-CLAIR, Clóvis. **Bolsonaro: o homem que peitou o exército e desafia a democracia**. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2018. (E-book).

SALES, Mione Apolinario; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018. [recurso eletrônico]. E-book/Kindle.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Pulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Difícil Democracia: Reinventar as esquerdas**. 1 edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

SERRANO, Pascual. **Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo**. Tradução: Luísa Pietro Lamas. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010 (Senge-RJ em Debate).

\_\_\_\_\_. **Desinformación – Cómo los medios ocultan el mundo**. 1ª Edición. Barcelona: Pensínsula, 2009.

SOARES, Murilo César. Democracia, legitimidade e legalidade nos enquadramentos jornalísticos da campanha presidencial de 2016. In GOULART, Jefferson O (org.) **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo**. Tese de Doutorado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. São Paulo: Leya, 2016. E-Book.

\_\_\_\_\_. Classe Média. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe** -Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017.

SOUZA, Maria Helena Costa de Carvalho e. **Economia Política dos Media**. Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 2008.

STABILE, Max; BÜLOW, Marisa von. O Velho não morreu, o novo já está aqui: Informação e participação digital na era do bolsonarismo. In. AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.) **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

STRECK, Lenio Luiz. Lawfare. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe** -Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TIBURI, Marcia. **Delírio do poder: Psicopoder e loucura coletiva na era desinformação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019. E-book/Kindle.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 10ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TONELLI, Maria Luiza Quaresma. Judicialização da Política. In ALVES, Giovanni et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe** -Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017.

VANNUCHI, Camilo. Fake News. . In ALVES, Giovanni et al. GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. 2): O papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

VILLAZON, Júlio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, Andre; CODAS,

Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** : o retorno da direita e o ciclo político. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WASKO, Janet. Estudando a economia política dos media e da informação. In: SOUSA, Helena. **Comunicação, economia e poder**. Porto-Portugal: Porto Editora, 2006.

WYLLYS, Jean. **Fake news: ataque a la democracia** - El uso político de las fake news y la amenaza que representan para la democracia. Disponível em <https://americalatina.global/fake-news/>. Acesso em 29 jun.2021.

WU, Tim. **Império da Comunicação – Do telefone à Internet, da AT&T ao Google**. Tradução Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.